



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Liseo Zampronio

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (RM1) José Carlos Mathias

Departamento de História

Capitão de Fragata Pierre Paulo da Cunha Castro

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão de Corveta (T) Ericson Castro de Santana

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha
Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/nº – Centro
20091-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492
Tiragem: 1.500 exemplares

CONSELHO EDITORIAL

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos
[Prof. Esp. - CT(T) – DPHDM/UNL]

Carlos André Lopes da Silva
[Prof. Me. - CC(T) – DPHDM/IGHMB/LEMP]

Daniel Martins Gusmão
[Prof. Me. - CT(T) – DPHDM/LAAA-UFS]

Francisco Eduardo Alves de Almeida
[Prof. Dr. - CMG(RM1) – PPGEM-EGN/IGHMB]

José Miguel Arias Neto
[Prof. Dr. - UEL/IGHMB]

Marcello José Gomes Loureiro
[Prof. Dr. - CC(IM) – DPHDM/UFF/IGHMB]

Paulo André Leira Parente
[Prof. Dr. - UNIRIO/IGHMB]

Pierre Paulo da Cunha Castro
[Prof. Me. - CF – DPHDM/IGHMB]

Ricardo dos Santos Guimarães
[Prof. Me. - CC(T) – DPHDM/SAB]

Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho
[Prof. Dr. - CT(T) – DPHDM/CEHIR]

Wagner Luiz Bueno dos Santos
[Prof. Dtrndo. - DPHDM/UNIRIO]

CONSELHO CONSULTIVO

- VA (RM1) *José Carlos Mathias (DPHDM)*
VA (Ref^o) *Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)*
Prof. Dr. *Arno Wehling (IHGB/ABL)*
Prof. Dr. *Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)*
CMG (RM1-T) *Me. Edina L. C. Nogueira da Gama (IGHMB)*
Prof. Dr. *Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRRJ/ECEME)*
Prof. Dr. *Gilson Rambelli (UFS/SAB)*
Prof. *Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)*
Prof. Dr. *Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)*
Prof.^a *Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)*
CMG (Ref^o) *Milton Sergio Silva Corrêa (RMB)*
CA (RM1) *Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)*

INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex
www.latindex.unam.mx
REDIB
www.redib.org
CLASE
www.clase.unam.mx
Diadorim
<http://diadorim.ibict.br>
Portal de periódicos da Capes
www.periodicos.capes.gov.br
ICAP-Pergamum
www.pergamum.puc.br/icap
Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Prof. Dr. Sergio Willian de C. Oliveira Filho

Organização do dossiê

Prof. Dr. Francisco Doratioto

Identidade Visual

Designer Gráfica Edna Costa

Editoração Eletrônica

Designer Gráfica Rebeca Pinheiro G. Baroni

Capa

Designer Gráfica Rebeca Pinheiro G. Baroni

Revisão

Jornalista *Jacir Roberto Guimarães*
Jornalista *Donato Barbosa do Amaral*
Jornalista *Denise Koracakis*
Jornalista *Kelly Cristiane Ibrahim*

Web Designer

Designer Gráfica *Célia Gutierrez*

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1(jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.27 (jun. 2018)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 –
il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da
Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e
Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **APRESENTAÇÃO**
- DOSSIÊ 150 ANOS DA PASSAGEM DE HUMAITÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPERCUSSÕES POLÍTICO-MILITARES**
- 9 **Apresentação do Dossiê**
Francisco Doratioto
- 11 **A Fortaleza de Humaitá: entre o mito e a realidade**
The Fortress of Humaitá: between myth and reality
Eduardo Nakayama
- 19 **Aspectos do desenvolvimento dos monitores na Guerra da Tríplice Aliança: um diálogo entre a História Naval e a História da Tecnologia**
Aspects of the development of monitors in the War of the Triple Alliance: a dialogue between Naval History and the History of Technology
Carlos André Lopes da Silva
- 31 **Da Batalha de Curuzu à queda de Humaitá (1866-1868): questões táticas**
From the Battle of Curuzu to the fall of Humaitá (1866-1868): tactical issues
Leandro José Clemente Gonçalves
- 45 **A Segunda Passagem de Humaitá**
La Segunda Pasaje de Humaitá
Aldeir Isael Faxina Barros
- 58 **“Não havia um coração que não fosse presa dos mais desencontrados sentimentos”:
A Passagem de Humaitá, projetos de nação e representações da guerra**
There was not a heart that was not stuck in the most mismatched feelings: Humaitá Passage, national projects and war representations
Fernanda Deminicis de Albuquerque
Marcello José Gomes Loureiro
- 73 **A vespa de Humaitá: a propaganda de guerra no periódico *Cabichuí***
The wasp of Humaitá: war propaganda in the *Cabichuí* newspaper
Sergio Willian de Castro Oliveira Filho
- 87 **As narrativas visuais sobre a Guerra do Paraguai no *Diabo Coxo***
The visual narratives on the War of Paraguay in *Diabo Coxo*
Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
Danilo Aparecido Champan Rocha
- 99 **Uma *polka* dedicada a um “Bravo oficial da Armada brasileira” pela Passagem de Humaitá: uma narrativa musical na construção de vultos navais**
A polka dedicated to an “Bravo official of the Brazilian Navy” for the Passage of Humaitá: a musical narrative in the construction of great naval figures
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos

ARTIGOS

- 113 **Do Tejo para o Amazonas: as chalupas de guerra de Manuel Vicente Nunes (1711-C.1775)**
From the Tagus to the Amazon river: the sloops of war by Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775)
Nuno Saldanha
- 121 **Homem ao mar: Edoardo De Martino e o oceano de ideias do século XIX**
Man by the sea: Edoardo De Martino and the ocean of ideas of the century XIX
Bárbara Tikami de Lima
- 131 **A forja do profissional da guerra: dois séculos de formação do oficial combatente do Exército Brasileiro**
The forge of the professional of the war: two centuries of formation of the combatant officer of the Brazilian Army
Elton Licério Rodrigues Machado
- 145 **O Rebocador *Florida* (1908-1917): o nascimento de um sítio arqueológico subaquático no litoral Pernambucano com cara de museu**
The *Florida* Tugboat (1908-1917): the birth of an underwater archaeological site on the coast of Pernambuco with a museum face
Marília Perazzo Valadares do Amaral
Carlos Celestino Rios e Souza
Marinete Neves Leite
Hamilton Marcelo Morais Lins Júnior

DOCUMENTO

- 157 **Boletim da Divisão Avançada comunicando a Passagem de Humaitá**



Capa - Passagem de Humaitá por uma Divisão da Esquadra brasileira na Noite de 19 de Fevereiro de 1868

Óleo sobre tela de E. De Martino (Meta, Itália, 1838 - Londres, Grã-Bretanha, 1912)
Acervo: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.
Representação da Passagem de Humaitá (19/02/1868) feita pelo pintor napolitano E. De Martino, autor de diversos óleos e desenhos aquarelados sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). De Martino foi oficial da Marinha de Guerra italiana e pintor, tendo abandonado a vida militar para se dedicar às artes plásticas, são de sua autoria importantes representações de combates, navios e tipos humanos da Guerra da Tríplice Aliança.

Apresentação

É com grata satisfação que trazemos ao público o vigésimo sétimo número da *Navigator* com o dossiê temático "150 anos da Passagem de Humaitá: história, memória e repercussões político-militares", organizado pelo Prof. Dr. Francisco Doratioto (UNB). A passagem da fortificação paraguaia de Humaitá pela Esquadra Imperial brasileira, em 19 de fevereiro de 1868, redundou em uma série de impactos imediatos e de longa duração no que diz respeito ao desfecho da Guerra da Tríplice Aliança. Além dos efeitos práticos, a passagem, seguida meses depois da tomada do principal bastião de Solano López pelos aliados, trouxe implicações simbólicas bastante relevantes na abordagem do maior conflito sul-americano da história. Desse modo, tal dossiê, constituído por oito artigos, traz em seu bojo importantes e plurais discussões a respeito da história e das representações acerca de Humaitá, de seus defensores e atacantes.

Em sequência à Seção Dossiê, temos quatro trabalhos na Seção Artigos. Abre o espaço destinado aos artigos de fluxo contínuo o Prof. Dr. Nuno Saldanha (UNIDCOM/IADE – Lisboa), com o texto intitulado "Do Tejo para o Amazonas: as chalupas de guerra de Manuel Vicente Nunes (1711-C.1775)", onde são analisados os desenhos da Chalupa de Guerra *Nossa Senhora do Bom Sucesso*, realizados por Joaquim José Codina, e que constituem um extraordinário e inédito documento histórico. Embarcação esta construída em 1775 na Ribeira do Pará, segundo o modelo do construtor naval Manuel Vicente Nunes, constituindo tais desenhos, assim, até a presente data, o único exemplar conhecido, coetâneo e documentalmente comprovado, de um exemplar da obra deste importante construtor naval. Em seguida, trazemos o texto "Homem ao mar: Edoardo De Martino e o oceano de ideias do Século XIX", de Bárbara Tikami de Lima, no qual a autora discute a obra do famoso pintor napolitano a partir do complexo contexto de desenvolvimento da "modernidade-colonialidade" no qual De Martino e sua obra estariam inseridos. O terceiro artigo desta Seção vem da lavra do Prof. Me. Elton Licério Rodrigues Machado, sob o título "A forja do profissional da guerra: dois séculos de formação do oficial combatente do Exército Brasileiro"; nele Elton Machado discorre, a partir de um amplo recorte cronológico, acerca das concepções sociais, políticas, culturais e pedagógicas que nortearam as mudanças pelas quais

passou a formação do oficial combatente do Exército Brasileiro. Por fim, nosso 27^a número é encerrado pelo texto intitulado "O Rebocador *Florida* (1908-1917): o nascimento de um sítio arqueológico subaquático no litoral pernambucano com cara de museu", tendo por autores a Prof^a Dra. Marília Perazzo Valadares do Amaral, o Prof. Dr. Carlos Celestino Rios e Souza, a Prof^a Dra. Marinete Neves Leite e o Prof. Dtrando, Hamilton Marcelo Moraes Lins Júnior. Neste artigo, apresenta-se o Rebocador a vapor *Florida*, cujo soçobro se deu no mar adjacente ao litoral de Pernambuco, em 28 de junho de 1917, e sua atual inserção na categoria de sítio arqueológico subaquático de naufrágio.

Diante do exposto, esperamos que o leitor possa encontrar no presente número um agradável e instigante espaço para novas reflexões e descobertas.

O EDITOR

Dossiê 150 anos da Passagem de Humaitá: história, memória e repercussões político-militares

Eduardo Nakayama

Carlos André Lopes da Silva

Leandro José Clemente Gonçalves

Aldeir Isael Faxina Barros

Fernanda Deminicis de Albuquerque

Marcello José Gomes Loureiro

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

Sandra Cássia Araújo Pelegrini

Danilo Aparecido Champman Rocha

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos

Donnell Technology Naval & Marine
Technical Services

Apresentação do Dossiê

Francisco Doratioto

Professor Associado no Departamento de História da Universidade de Brasília e Pesquisador do CNPq.

A guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai foi um marco na história política e militar dos países que a travaram, quer por suas consequências nas respectivas sociedades, quer por suas características como a inédita longa duração, as condições em que ela ocorreu e as inovações tecnológicas e táticas que a caracterizaram. A Guerra do Paraguai estendeu-se, para o Brasil, de dezembro de 1864, quando Mato Grosso foi invadido por tropas enviadas por Francisco Solano López até sua derrota e morte em 1º de março de 1870. A Tríplice Aliança foi assinada por Argentina, Brasil e Uruguai em 1º de maio de 1865, após a invasão paraguaia da Província argentina de Corrientes no mês anterior.

Entre abril de 1866, quando o Exército Imperial desembarcou no território paraguaio em Passo da Pátria, até julho de 1868, a guerra desenrolou-se em torno da Fortaleza de Humaitá. Esta encontrava-se localizada uns dez metros acima do nível do Rio Paraguai, numa curva fechada deste, e sua artilharia controlava vários quilômetros dessa via fluvial de acesso à capital paraguaia, Assunção. Do lado terrestre, ela era protegida por uma longa trincheira que estendia-se da margem do rio até a planície e, à sua volta, havia um terreno com profundas lagunas e trechos pantanosos intermediados por bosques cerrados.

A utilização do Rio Paraguai como via de acesso para alcançar Assunção era parte essencial da estratégia militar aliada. Em resposta ao desafio de fazer operações fluviais e de ultrapassar Humaitá, a Marinha Imperial desenvolveu um projeto para a construção de belonaves próprias para essa ação – os monitores – analisado por Carlos André Lopes da Silva no artigo “Aspectos do desenvolvimento dos monitores na Guerra da Tríplice Aliança”. Em “A segunda passagem de Humaitá”, Aldeir Isael Faxina Barros contextualiza as ações da Marinha Imperial contra a fortaleza e demonstra os objetivos e consequências da segunda passagem de Humaitá, em 20 de julho de 1868. Leandro José Clemente Gonçalves descreve e faz uma reflexão sobre as operações militares em “Da Batalha de Curuzu à queda de Humaitá (1866-1868)”. Eduardo Nakayama, por sua vez, fundamenta-se em documentação paraguaia para questionar a interpretação predominante na historiografia brasileira de que

os oficiais brasileiros Villagrán Cabrita e Hermenegildo Portocarrero tenham participado da concepção ou construção de Humaitá. Esta, afirma Nakayama, foi iniciada em 1855 após o surgimento de divergências entre o Império do Brasil e o Paraguai.

Humaitá era o epicentro de um sistema defensivo, no qual havia outras posições fortificadas com artilharia às margens do Rio Paraguai. Nesse limitado espaço geográfico, travou-se, entre maio de 1866 e final de julho de 1867, uma guerra basicamente de trincheiras, de posição. Tratava-se de uma nova realidade para os chefes militares, pois até então as guerras na região tinham sido de movimento, decididas basicamente pela cavalaria e artilharia em batalhas campais decisivas. A posição defensiva das Forças paraguaias deu-lhe grande vantagem sobre todas as ofensivas desencadeadas contra as suas posições. Os contratemplos aliados foram explorados por outra novidade que foi a propaganda de guerra paraguaia, para fortalecer o moral dos seus soldados, feita por meio da publicação “*Cabichuí*”, analisada por Sérgio William de Castro Oliveira no artigo “A vespa de Humaitá”.

Em 22 de julho de 1867, o Marquês de Caxias iniciou um movimento tático pondo fim à imobilidade aliada, que foi a “marcha de flanco” de Humaitá, com a finalidade de contorná-la e encontrar um ponto vulnerável por onde atacá-la. Nesse movimento, as Forças aliadas alcançaram a margem do Rio Paraguai acima de Humaitá, isolando-a por terra, mas a posição somente foi ocupada em julho de 1868, após um cerco que obrigou as Forças paraguaias a evacuarem-na. Esses dois anos de operações militares aliadas até se conseguir ultrapassar e ocupar Humaitá explicam as repercussões desse esforço também no plano político e no imaginário dos cidadãos dos países envolvidos na Guerra do Paraguai. São objetos de sofisticada análise no artigo “Não havia um coração que não fosse presa de mais desencontrados sentimentos”, de Fernanda Deminicis de Albuquerque e Marcelo José Gomes Loureiro, a prática da guerra, o discurso civilizatório a ela associado e a repercussão na concepção estética do quadro “A passagem de Humaitá”, pintado por De Martino. Em “As narrativas visuais sobre a Guerra do Paraguai no *Diabo Coxo*”, Sandra de Cássia Araújo Pellegrini e Danilo Aparecido Champan Rocha analisam como as caricaturas desse periódico apresentaram ao público de São Paulo os desafios da guerra no período entre 1864 e 1865. Já Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos, no artigo “Uma polka dedicada a um bravo Oficial da Armada Brasileira”, composta em 1868, faz uma reflexão sobre a guerra vista pela arte e analisa como a música contribuiu para a construção de heróis nacionais.

A diversidade de temas e das análises dos artigos do dossiê “150 anos da Passagem de Humaitá” demonstram a importância dessa fortaleza na compreensão da Guerra do Paraguai e para a construção da memória do conflito.

A Fortaleza de Humaitá: entre o mito e a realidade*

The Fortress of Humaita: between myth and reality

Eduardo Nakayama

Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Advogado, formado pela Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Assunção com pós-graduação em Direção Estratégica pela Universidade de Belgrano em Buenos Aires. Foi fundador e ex-presidente da Associação Cultural Manduarã, ex-diretor da Academia Liberal de História e membro das seguintes academias e institutos: Academia Paraguaya de la História (APH), Instituto de Geografía e História Militar do Brasil (IGHMB), Instituto de Investigaciones Históricas y Culturales de Corrientes (IIHCC) e do ICOFORT/UNESCO.

RESUMO

A Fortaleza de Humaitá foi a obra mais importante de engenharia militar da República do Paraguai realizada na Época dos López (1841-1870). Ainda que desde os tempos do Doutor José Gaspar Rodríguez de Francia, na Época da Independência (1811-1840), já existisse ali uma guarda fluvial, tal guarda era modesta e a sua construção materializou-se só depois do grave conflito diplomático com o Império brasileiro, que derivou na expedição do Almirante Pedro Ferreira de Oliveira (1854-1855) e outro impasse internacional, neste caso com os Estados Unidos, após o incidente com o navio *Water Witch*. Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), a Fortaleza de Humaitá, no *Cuadrilátero* paraguaio, foi o centro vital da defesa paraguaia e em torno da qual se desenvolveu a maior parte do conflito bélico, durante a Campanha de Humaitá (1866-1868).

PALAVRAS-CHAVE: Paraguai; Humaitá; Passagem

ABSTRACT

The Humaitá Fortress was the most important military engineering work of the Republic of Paraguay in the López Period (1841-1870). Although since the time of Doctor Jose Gaspar Rodríguez de Francia, in the period of Independence (1811-1840), there had already been a river guard, such a guard was modest and its construction materialized only after the serious diplomatic conflict with the Empire which led to the expedition of Admiral Pedro Ferreira de Oliveira (1854-1855) and another international impasse, in this case with the United States, after the incident with the *Water Witch*. During the War of the Triple Alliance (1864-1870), the Humaitá Fortress in the Paraguayan Quadrangle was the vital center of the Paraguayan defense and around which most of the war broke out during the Humaitá Campaign (1866- 1868).

KEYWORDS: Paraguay; Humaitá; Passage

* Artigo recebido em 14 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 29 de maio de 2018. Traduzido por Luara Gorgulho: licenciada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Possui cursos de filosofia e sociologia pela Fundação Getúlio Vargas.

Quando explodiu a Guerra da Tríplice Aliança, existiam três fortificações no sistema fluvial Paraguai-Paraná-Prata que buscavam servir como “barreiras” para hostilizar os adversários em caso de conflito: 1) a Ilha Martín García, no Prata, controlada pela Argentina; 2) Humaitá, ao norte da confluência dos Rios Paraguai e Paraná, controlada pelo Paraguai; e 3) Coimbra, no alto Rio Paraguai, controlada pelo Império do Brasil.

Destas três, a primeira estava em fase de construção, não representando um perigo real em caso de ataque massivo e, portanto, não podia garantir um bloqueio no Prata, enquanto que a Fortaleza de Coimbra, no alto Paraguai, apresentava um outro aspecto, diferente do atual e embora tivesse elementos suficientes, faltava uma Força organizada para fazer frente a uma invasão como a paraguaia, ocorrida no final de 1864. Portanto, Humaitá era a única que cumpria sua função incutindo medo e respeito, mesmo que superestimada pelas Forças aliadas, que demorariam mais de dois anos para sitiá-la completamente e forçar seu abandono.

Clausewitz sustenta que a defesa tem por objetivo deter um golpe e, portanto, a característica de uma boa defesa estará determinada pela capacidade de esperar e suportar esse golpe¹. A Fortaleza de Humaitá representa então, por excelência, a defesa paraguaia, seu centro nevrálgico e onde esperava que o principal ataque dos aliados para forçar sua entrada e avançar para Assunção, o segundo objetivo como *hinterland* paraguaio, em caso de que os aliados não optassem por contornar aquela defesa ou rendê-la por fome e bloqueio.

Em todos os planos de guerra esboçados pelos generais imperiais no início do conflito, se alude direta ou indiretamente à fortaleza de Humaitá, e enquanto a maioria concordou com a necessidade de superar essa posição, outros sugeriram flanqueá-la total ou parcialmente em operações diferentes ou combinadas para evitar o choque, mas essas alternativas foram descartadas, sobretudo depois das ofensivas paraguaias ao sul, e a aliança do Império com a Argentina, que determinaram que a direção do ataque ou contraofensiva aliada se desse

em direção ao norte, tendo Corrientes como base operacional².

Localizada na margem esquerda do Rio Paraguai, ao sul de Assunção e dos vilarejos de Villa del Pilar e Villa Franca de los Remolinos; e ao norte de Paso de Pátria e Itapiru. Favorecida pela sua localização, a fortaleza controlava o acesso por via fluvial à capital, constituindo-se no mais poderoso e temido bastião do sistema defensivo paraguaio. Porém, durante a época do Doutor Gaspar Rodríguez de Francia (1765-1840), Humaitá não passava de um austero posto de guarda e foi assim até a primeira parte do governo de Dom Carlos Antonio López.³

A autoria da concepção e construção da fortaleza foi atribuída erroneamente aos artileiros imperiais Villagrán Cabrita e Herme-negildo de Portocarrero por vários autores como Schneider, Paranhos, Nabuco, Ouro Preto e ultimamente, Doratioto. Se bem, é certo que Cabrita e Portocarrero foram instrutores de artileiros paraguaios em 1851 sucedendo a outra missão anterior de 1847 a 1849, que incluiu Francisco Domingo Caminade e João Soares Pintos, todos tendendo a preparar oficiais paraguaios para uma eventual invasão do ditador argentino Rosas ao Paraguai, Humaitá não foi concebido ou construído por oficiais imperiais brasileiros, como será visto.

A construção da fortaleza teve início só depois das primeiras divergências com o Império do Brasil, então esse mito é “absolutamente falso” nas palavras de Gregorio Benites⁴, que explica de forma sucinta e cronológica que a construção da fortaleza data de 1855, quando a República do Paraguai se viu ameaçada pela expedição punitiva comandada pelo Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, uma versão que coincide plenamente com obras sob a guarda do Arquivo Nacional de Assunção e com toda documentação sobre essa defesa, que mostra itens de materiais daquele ano até o início da guerra⁵, durante os quais melhorias ainda foram feitas nas defesas⁶.

Benites recorda que na ocasião do grave incidente de 1855 com o Império, Dom Carlos Antonio López ordenou a evacuação de Paso de Pátria e seu traslado a Humaitá, que então era uma simples guarda fluvial.

Logo que chegou o Exército paraguaio em seu novo acampamento, o chefe do Estado-Maior, o então Coronel Wenceslao Robles, dispôs o desmonte e limpeza de toda a localidade para estabelecer ali os quartéis. Em poucos dias, chegou Francisco Solano López em companhia do Coronel Wisner⁷, prosseguindo sem perda de tempo para a demarcação de todas as baterias que foram construídas rapidamente nas beiras do rio, trabalhando nas obras dia e noite, revezando os contingentes das diferentes armas até que estivessem concluídas e prontas, em menos de quinze dias. A verdade é que “o Império obrigou o Paraguai, com a ameaça da sua Esquadra, em 1855, improvisando o Sebastopol paraguaio”⁸.

Além do conflito diplomático com o Império do Brasil, no mesmo período foi registrado outro com os Estados Unidos, desencadeado pelo incidente com o *Water Witch* (1855), que resultou na morte do marinheiro estadunidense Samuel Chaney, após o bombardeio sofrido por parte do Forte de Itapirú. Anos depois, uma expedição punitiva ao Paraguai foi organizada com a intenção de exigir satisfações do governo paraguaio, ocasião em que se verificaram progressos na fortificação, considerada pela Harper's Weekly como “a chave do Paraguai”⁹.

As melhorias da fortaleza de Humaitá continuaram por mais de dez anos até o início da guerra, pois, mais tarde, represas foram incorporadas para inundar os campos de muralhas extras, a fim de impedir as manobras dos Exércitos invasores, com medo de um ataque ao lado da terra. Uma linha de fortificações de mais de 2.000 metros foi erguida na margem esquerda do Rio Paraguai, construída de barro compacto, tijolos e troncos de madeira maciça (*urunday* e *quebracho*), com grupos de parapeitos e oito baterias separadas de canhões. As medidas exatas e os cortes de perfil são registrados no levantamento topográfico realizado pelo engenheiro polonês a serviço do Exército argentino Roberto Chodaziewicz¹⁰, após a ocupação de Humaitá em agosto de 1868.

Chodaziewicz descreve o *Cuadrilátero* como um terreno de 3.548 metros quadrados de escaldões e comunicado por dez

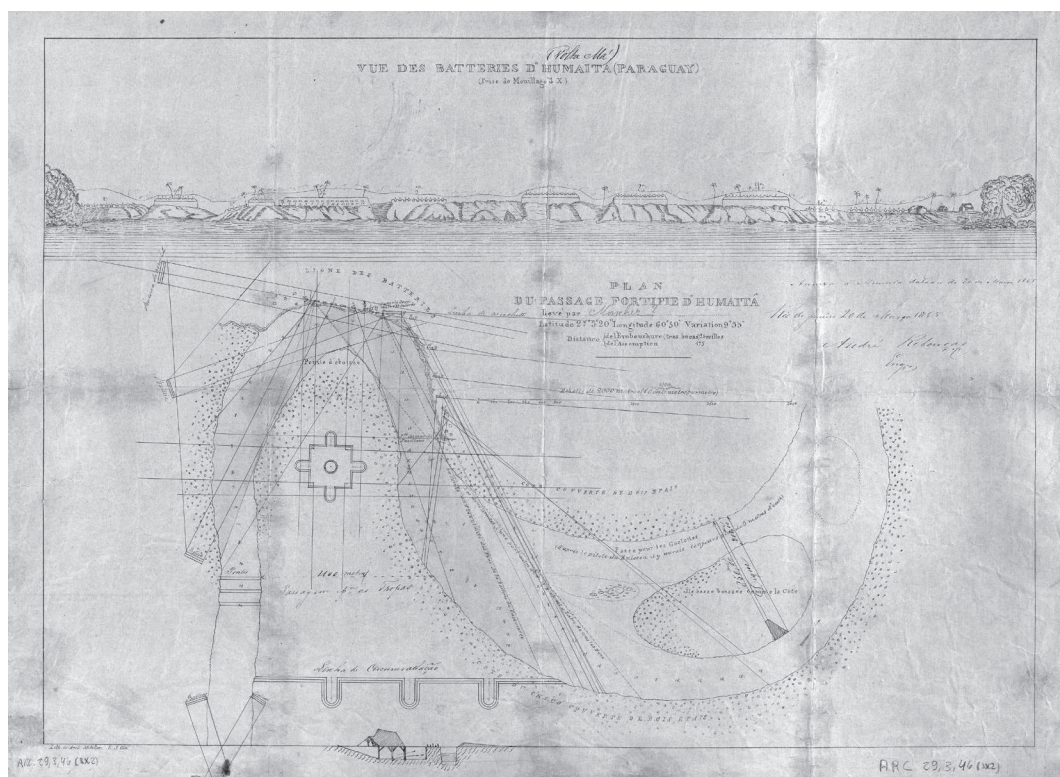
escritórios telegráficos. Sobre as barragens que Thompson introduzira, ele diz¹¹:

O Estero Rojas tem uma drenagem na Lagoa Piris e vai de leste a oeste. No ponto 'A', foi construída uma barragem com a qual a água foi elevada um metro acima do nível natural e, em seguida, o dreno foi feito pela vala 'B', que tem uma comporta em sua boca. O Estero Tuyutí tem diferentes drenos, no ponto 'C' o dreno foi alojado, bem como em alguns outros riachos dentro da montanha. Na inundação de fevereiro deste ano (refere-se a 1868), as obras feitas no cânion do rio em Curupaty desmoronaram.¹²

Com 150 metros de frente e 6 metros de altura, a Bateria Londres era a mais notável das oito. Construída por técnicos ingleses sob a direção de Thompson – razão de seu nome –, consistia numa longa janela de tijolos com paredes de quase dois metros de largura e coberta de arcos compactos de barro. Com uma abertura para 16 canhões, montou dois de 68 libras, dois de 56, três de 32 e um de 8.75 polegadas.

O telhado engenhoso foi projetado para saltar ou desviar algumas balas de canhão que caíssem sobre ele em certos ângulos. As outras sete baterias estavam localizadas principalmente em plataformas altas de barbeta, com telhados de vime e parcialmente reforçadas com paredes de tijolos ou barro. O poder do fogo foi dividido em Artilharia Permanente, que foi afixada na margem do rio, e a Artilharia Perimetral ou de Contorno, que guardava os outros flancos por terra.¹³

O perímetro fortificado se completava com mais de oito quilômetros de linhas que foram melhorados na década de 1860 integrados ao sistema de barragens, que oferecia assim uma resistência formidável por todos os flancos. Também construíram paióis em forma de *Tatakuá*¹⁴, com uma grande quantidade de pólvora negra, abrigos para 12 mil soldados, grandes armazéns para alimentos e armas, ferragens, serraria, carvão, hospitais e clínicas também foram construídos. No centro ergue-se a grande Igreja de San Carlos



Mapa das defesas costeiras da fortaleza de Humaitá, a área de ação das margens do barranco e um anel viário projetado pelo engenheiro imperial André Reboucas, datado no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1865. O plano também contemplava a construção de pelo menos três pontes para a passagem de tropas de invasão.

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Borromeo. A cúpula da igreja com suas três torres foi o primeiro objeto visível quando os barcos faziam a curva de qualquer direção.¹⁵

Sob a direção de Thompson, mais baterias foram adicionadas e a linha de trincheiras que cercava a praça se ampliou. Uma corrente que ligava as duas costas começou a ser instalada e pretendia ser um obstáculo intransponível para a Esquadra, a menos que o rio subisse extraordinariamente. Suas ligações foram construídas com madeira *timbo*. Cada peça tinha seis metros de comprimento e 18 centímetros de largura, unidos por ganchos fabricados com trilhos de trem divididos em dois. Suas ligações foram construídas com madeira de timbouva. Cada peça tinha seis metros de comprimento e 18 polegadas de largura, unidos por ganchos fabricados com trilhos de trem divididos em dois. A corrente era um quarto maior que a largura do rio, e suas cabeças estavam

presas em quatro estacas fortes presas no chão. Embora mantido à tona por uma linha de canoas, pelo seu próprio peso estava quase todo debaixo d'água, os imperiais podiam atacar por um longo tempo com poucas chances de cometer algum dano.¹⁶

O quartel-general era sede do centro do Poder Militar paraguaio¹⁷. Durante a guerra, Humaitá tornou-se, de fato, a segunda cidade com a maior aglomeração demográfica depois de Assunção, superando-a até porque abrigava, no início da campanha e em todo o seu polígono fortificado, mais de 30 mil almas; no entanto, Humaitá não foi urbanizada como uma cidade, e seus principais edifícios eram limitados, além da Igreja de San Carlos Borromeo, quartéis e edifícios para fins militares, enquanto a maior parte das tropas acampava em quartéis atrás das linhas de defesa costeira (baterias principais), bem como o lado da terra.

Havia muita água, tanto para as tropas quanto para os cavalos, mas, exceto por pequenas hortas, a provisão de alimentos (vegetais, carne, farinha e mandioca) era feita principalmente de duas maneiras: uma do norte, por via fluvial vindo da capital, Assunção; e outra a leste, também por via fluvial, seguindo o curso do Tebicuary. No final da campanha, depois de cortar as principais rotas logísticas, uma última linha de comunicação foi mantida através do Chaco, mas foi finalmente abandonada quando as Forças foram transferidas para a costa de Tebicuary, em San Fernando.

O perímetro foi armado com um total aproximado de 200 canhões de calibres diferentes, as baterias costeiras cruzavam fogo com o reduto no lado oposto do rio, enquanto as correntes que cruzavam o rio receberam todo tipo de minas explosivas, tornando arriscada qualquer operação de tentativa de transferência. Devemos também mencionar o telégrafo¹⁸ e seu uso em Humaitá como outro avanço científico sem precedentes para a época e cuja construção e funcionamento ficou a cargo de Robert Fischer.¹⁹

Arthur Silveira da Motta, futuro Barão de Jaceguay, também manifesta o profundo respeito que a maioria dos marinheiros imperiais sentiam, não só pelo que significou a fortaleza de Humaitá como o ponto topo-hidrográfico mais fortificado e armado, mas pela sua localização, dizendo que:

“O canal navegável corre próximo à margem esquerda. Desta conformação do leito do rio origina-se a incerteza da direcção da corrente, causa dos traidores remansos, onde muitas vezes neutraliza-se a acção do leme, na razão directa do comprimento dos navios. A velocidade da corrente é no canal de 3 ½ a 4 milhas por hora, segundo informam os prácticos. Para dar mais completa ideia do poder defensivo de Humaitá cumpre acrescentar que as suas baterias dominam, em toda a extensão do alcance maximo dos seus canhões de grosso calibre, os trechos do canal navegavel abaixo e acima da curva fortificada, o que expõe os navios a um fogo de

enfiada destructor muito antes e muito depois de transporem a volta. O navio que, depois de penetrar na volta, desgovernasse por força de avaria no leme ou uma machina motora, correria ainda o risco de ser lançado sobre o recife de rocha existente mais abaixo do receso onde começa o barranco”.²⁰

O próprio Caxias, no entanto, que, antes do abandono da fortaleza pelas Forças paraguaias em julho de 1868, também respeitava a fortaleza mítica, mudou de ideia uma vez que as tropas aliadas ocuparam a praça, como fica claro em uma carta enviada a Paranhos em 10 de setembro de 1868, onde afirmou:

o meu amigo está enganado na apreciação que faz do Humaitá pelo lado de Curupaity; pode ficar certo de que a linha negra até aquele ponto era com effeito tudo o que havia de meio fortificado; e nem creia o meu amigo, que o General Argollo tivesse dito o que lhe attribue. Eu também depois que entrei no Humaitá vi que aquela fortaleza não passava de um grande poteiro fortificado, devendo sua nomeada do mystério que a envolvia. Vi, que pela [marcha?] direita ella poderia ter sido com vantagem atacada, e mesmo nella teriamos entrado no día 16 de julho, se tivesse-mos querido perder mais 500 ou 600 homens (sic).²¹

A ocupação da fortaleza abandonada de Humaitá pelas tropas aliadas permitiu a chegada de outros estrangeiros, como no caso Burton²², que descreve as baterias de Humaitá criticando a falta de cobertura da barbete, pois deixaram a artilharia desprotegida, embora afirme também que, na guerra moderna, aqueles construídos em um camarote provaram ser “meros matadouros”, para finalmente alertar que o erro estratégico cometido pelos paraguaios foi o mesmo que o dos confederados na Guerra Civil Americana, isto é, o espalhar-se em longas linhas de defesa em vez de concentrar seu poder de fogo em poucos pontos.²³

Do ponto de vista da ciência militar e da evolução na forma de guerrear, vale também



Parte do parque de artilharia paraguaio abandonado no reduto da Fortaleza de Humaitá pela última guarnição que foi evacuada em 24 de julho de 1868. Estas peças foram distribuídas entre os aliados e incluíram o famoso “canhão monstro” *El Cristiano*, levado para o Rio de Janeiro como troféu de guerra. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

a pena conhecer a leitura europeia do longo cerco de Humaitá, já que de maneira profética um jornal de Madri chamado “La Guerra del Porvenir” ao tipo de guerras e características dos locais no futuro dizendo que

lembra Sebastopol, aquela imensa frente de redutos que parou por muito tempo os franceses e ingleses na Crimeia, e que permitiu à Rússia, espancada em Alma, enfrentar aos aliados e ter fortuna duvidosa por um longo tempo. Lembre-se de Alexandria e de Turim no início da Guerra da Independência da Itália, que impediu a invasão repentina do Piemonte. Lembre-se do Quadrilátero²⁴, sem o qual Veneza teria sido conquistada em cinco dias. Lembrem-se de Richmond, que imobilizou as Forças americanas durante meses e até anos, permitiu que 4 milhões

de homens contivessem 30 milhões. Lembra-se de Gaeta, atrás de cujos muros ele resistiu a Garibaldi, e nesses mesmos momentos há um ano Humaitá tem em xeque todas as Forças do Brasil. Os campos entrincheirados serão o último e supremo recurso dos Exércitos maltratados (...) Com a ciência mecânica dos engenheiros e o vapor como força motriz, serão obtidas coletas inéditas; neste, a procissão reserva grandes surpresas para nós. Concebe-se que todos estes instrumentos mudarão o caminho da artilharia e dos engenheiros e exigirão novas ferramentas, porque as de hoje serão rudes e imperfeitas, como filhos da arte da infância (...) a substituição na guerra dos homens pelas máquinas. Os Exércitos importam pouco; seu material decidirá tudo.²⁵

FONTES E REPOSITÓRIOS

Arquivos

Archivo Histórico del Museo Mitre (AHMM)

Archivo Nacional de Asunción (ANA)

Arquivo da Marinha do Brasil (DPHDM)

Arquivo Nacional do Brasil (AN)

Bibliotecas

Biblioteca Nacional de Asunción (Paraguay)

Biblioteca Nacional de España

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Hemerotecas

Hemeroteca Digital de España

Princeton University Library, NineteenthCentury U. S. Newspaper Digital Archive

Bibliografía

BENITES, Gregorio. *Primeras batallas contra la Triple Alianza*. Villarrica: s/d, 1905

BURTON, Richard Francis. *Letters from the battlefields of Paraguay*. London: Tinsley Brothers, 1870.

CARDOZO, Efraím. *Hace 100 años*. Tomo III. Asunción: EMASA, 1977.

CARNEIRO DA ROCHA, Manuel. *Diário da Campanha Naval do Paraguai – 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerra*. Libro VI, Capítulo 1: La Defensa. Barcelona: Idea Books, 1999.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. *A la sombra de Napoleón: planes de guerra de generales brasileños en el comienzo de la Guerra Guazú en: MEMORIA del Sexto Encuentro Internacional de Historia sobre la Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Asociación Cultural Manduarã, 2014.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Buenos Aires: Emecé, 2004.

GRAU PAOLINI, Jaime Enrique. *La Marina en el Paraguay: Vol. 1, 2 y 3*. Asunción: Dirección de Comunicación de la Armada, 2011.

JACEGUAY, Arthur. *De Aspirante a Almirante 1860 a 1902: Tomo s/n (1895 a 1900)*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1907.

NAKAYAMA, Mateo y NAKAYAMA, Eduardo. *La Fortaleza de Humaitá: la Sebastopol de América*. Asunción: Servilibro, 2015.



PÉREZ ACOSTA, Juan Francisco. *Carlos Antonio López: obrero máximo*. Asunción: Servilibro, 2011.

PLÁ, Josefina. *Los británicos en el Paraguay (1850-1870)*. Asunción: Asociación Cultural Paraguayo Británica, 2010.

WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza* Vol. 1/2/3. Asunción: Editorial Santillana S.A., 2010.

NOTAS

¹ CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerra*. Libro VI, Capítulo 1: La Defensa. Barcelona: Idea Books, 1999.

² CORRÊA-MARTINS, Francisco José. *A la sombra de Napoleón*: planes de guerra de generales brasileiros en el comienzo de la Guerra Guazú en: MEMORIA del Sexto Encuentro Internacional de Historia sobre la Guerra de la Triple Alianza. Asunción: Asociación Cultural Manduará, 2014, pp. 88-94.

³ BENITES, Gregorio. *Primeras batallas contra la Triple Alianza*. El libro no indica lugar ni editor, pero la introducción firmada por el autor está firmada y fechada en Villarrica, 1905 p. 244.

⁴ Gregorio Benites (1834-1910) foi um diplomata, político e jornalista paraguaio próximo a Francisco Solano López. Serviu na legação paraguaia em Paris e Londres e foi contratado para adquirir materiais de guerra da Prússia. No período pós-guerra, realizou política em fileiras do Partido Colorado.

⁵ ANA- SNE- Vol. 3416- Fojas 1-30 (Archivo Nacional de Asunción, sección Nueva Encuadernación, año de 1855).

⁶ NAKAYAMA, Mateo y NAKAYAMA, Eduardo. *La Fortaleza de Humaitá: la Sebastopol de América*. Asunción: Servilibro, 2015 p. 84.

⁷ Franz Wisner von Morgenstern (1804-1878) foi cartógrafo, arquiteto e engenheiro militar, historiador e coronel austro-húngaro a serviço do governo paraguaio, tendo trabalhado nas mais diversas obras públicas durante sua atividade pública.

⁸ BENITES, Gregorio. *Primeras batallas contra la Triple Alianza*. *Op. Cit.* pp. 245-247.

⁹ The Paraguay Expedition. Harper's Weekly, edición del 19 de marzo de 1859, p. 181.

¹⁰ Roberto Chodaziewicz foi um inspetor e engenheiro polonês a serviço do Exército argentino, encomendado por Bartolomé Mitre para realizar o levantamento integral de todo o *Cuadrilátero* e cujos planos funcionam no Arquivo Mitre (Buenos Aires).

¹¹ George Thompson (1839-1876), técnico britânico contratado pelo governo paraguaio do Presidente Carlos Antonio López, foi para o Paraguai em 1858 com a idade de 19 anos. Foi treinado pelo engenheiro chefe do governo paraguaio, o também engenheiro naval britânico William Keld Whytehead, mais tarde, se tornando um dos oficiais mais confiáveis do Marechal López, alcançando o posto de coronel. Rodeado pelo Esquadrão Imperial e por 20.000 membros do Exército aliado, ele capitulou em Angostura, em 30 de dezembro de 1868, para escrever e publicar no ano seguinte, *The War in Paraguay*, uma fonte inescapável para estudar o conflito.

¹² Plano del Cuadrilátero de Roberto Chodaziewicz, cartoteca del Archivo Mitre.

¹³ NAKAYAMA, Mateo y NAKAYAMA, Eduardo. *La Fortaleza de Humaitá: la Sebastopol de América*. *Op. Cit.* pp. 86-89.

¹⁴ *Tatakua* significa forno em Guaraní, língua indígena falada principalmente no Paraguai, Argentina e Brasil.

¹⁵ NAKAYAMA, Mateo y NAKAYAMA, Eduardo. *La Fortaleza de Humaitá: la Sebastopol de América*. *Op. Cit.* pp. 88-89.

¹⁶ CARDOZO, Efraím. *Hace 100 años*. Tomo III. Asunción: EMASA, 1977, pp. 150-151

¹⁷ NAKAYAMA, Mateo y NAKAYAMA, Eduardo. *La Fortaleza de Humaitá: la Sebastopol de América*. *Op. Cit.* p. 90 y cc.

¹⁸ ANA- SNE- Vol.3416- Fojas 110-114.

¹⁹ Robert Fischer von Treunfeld (1835-1907) foi um engenheiro telegrafista alemão que trabalhou nos Estados Unidos e em Cuba, chegando ao Paraguai em 1864, contratado pelo governo paraguaio para estender linhas e criar estações telegráficas.

²⁰ JACEGUAY, Arthur. *De Aspirante a Almirante 1860 a 1902*. Tomo s/n (1895 a 1900). Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1907, pp. 406-407.

²¹ De Caxias a Paranhos, 10 de septiembre de 1868. En: Arquivo Histórico de Itamarati (AHÍ), L 317, M 4, p. 3.

²² Richard Francis Burton (1821-1890) foi um viajante excêntrico, tradutor, orientalista, escritor e diplomata britânico, famoso por suas explorações na Ásia, África e América. Até meses antes do abandono de Humaitá, ele servira como cônsul do Império britânico em Santos. Burton destacou o estoicismo dos defensores paraguaios e a habilidade de seus artilheiros, coincidindo com outras testemunhas como Thompson.

²³ BURTON, Richard Francis. *Letters from the battlefields of Paraguay*. London: Tinsley Brothers, 1870 p. 307.

²⁴ Quando se fala em "Cuadrilátero" refere-se às quatro fortalezas de Verona, Mântua, Peschiera e Legnago, no marco da Primeira Guerra da Independência Italiana, especificamente durante a Batalha de Custoza (1848) e não do *Cuadrilátero* da Guerra da Tríplice Aliança na Campanha de Humaitá.

²⁵ *El Imparcial de Madrid*, edición del 8 de julio de 1868. Hemeroteca Digital de España.

Aspectos do desenvolvimento dos monitores na Guerra da Tríplice Aliança: um diálogo entre a História Naval e a História da Tecnologia*

Aspects of the development of monitors in the War of the Triple Alliance: a dialogue between Naval History and the History of Technology

Carlos André Lopes da Silva

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e especializado em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Sócio Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Laboratório de Estudos de Militares na Política (LEMP-UFRJ).

RESUMO

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) ainda carece de uma produção historiográfica diversificada, que vá além de uma história das operações militares e, mais recentemente, de uma história social do conflito. Este artigo analisa o desenvolvimento autóctone de um novo projeto de navio de guerra a partir do processo de recolhimento metódico das experiências de militares da Marinha Imperial brasileira nas primeiras operações de combate de navios couraçados no Rio Paraguai.

PALAVRAS-CHAVE: navios couraçados; Marinha Imperial brasileira; Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

ABSTRACT

The War of the Triple Alliance against Paraguay (1864-1870) still lacks a diversified historiographical production that goes beyond a history of military operations and a social history of war. This paper intends to talk about the national development of new warships through the requirements achieved by the methodical record of the first combat operations of the Brazilian ironclads in Paraguay River.

KEYWORDS: Ironclads; Imperial Brazilian Navy; War of the Triple Alliance against Paraguay

Em 1867, o Arsenal de Marinha da Corte, a maior planta fabril da Capital do Império, terminava a construção de três navios de guerra completamente novos nas suas formas e métodos construtivos. Embora aquele estaleiro público já acumulasse mais de um século de experiência na

* Artigo recebido em 16 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 29 de maio de 2018.



construção e reparo de navios, os Monitores *Pará*, *Rio Grande* e *Alagoas* – primeiros três de um total de seis produzidos – nada tinham em comum com os navios a vela de outrora. Com costados completamente recobertos com chapas de ferro, artilharia montada em torres giratórias e movidos tão somente por máquinas a vapor, foram a mais avançada contribuição dos operários, artífices e mestres-construtores brasileiros para o esforço de guerra que o País empreendia milhares de quilômetros a sudoeste, nos chacos e rios do Paraguai.

Foram justamente estes três primeiros monitores e outros três Couraçados, *Bahia*, *Barroso* e *Tamandaré*, que enfrentaram o fogo concentrado do maior bastião paraguaio nas margens do Rio Paraguai, a Fortaleza de Humaitá. A ação levada a cabo pela Esquadra comandada pelo Vice-Almirante Joaquim José Ignácio, que ficou conhecida como a Passagem de Humaitá, completou no último 19 de fevereiro o seu sesquicentenário e está ao lado da Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho de 1865) como as principais operações navais da Marinha Imperial na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). Coube a apenas seis dos novos tipos de navios de guerra empregados no conflito, protegidos por chapas de ferro e movidos a vapor, o enfrentamento do fogo à queimadura da fortaleza paraguaia. E, destes, cinco eram navios projetados e construídos por profissionais empregados no Arsenal de Marinha da Corte, apenas o *Bahia*, um monitor de uma torre artilhada com dois canhões raiados *Whitworth* de 150 libras, era produto da potência que liderou a Revolução Industrial no século anterior, construído pelo estaleiro *Laird, Son & Co.*, da cidade portuária de Liverpool.¹ A constatação de que os primeiros cinco navios com couraça construídos pelo Arsenal de Marinha da Corte foram colocados à prova em uma ação decisiva como a contra Humaitá demonstra a ocorrência de um processo de desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias ao combate que só tornou-se recorrente na historiografia militar a partir da chamada “*Materialschlacht*”, travada entre as potências europeias a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).²

A incorporação de navios couraçados à Marinha Imperial entre 1865 e 1868 aponta

para uma vertente tecnológica pouco explorada pela historiografia que se dedicou a guerra entre Estados Nacionais que é ainda – e esperamos que assim continue – a maior travada no continente americano. Uma conflagração de grandes proporções que, curiosamente, pouco despertou o interesse dos historiadores se comparada com tantos outros conflitos contemporâneos. A bibliografia sobre a Guerra da Tríplice Aliança é infinitamente menor do que a que se encontra sobre a Guerra da Secessão estadunidense (1861-1865), ocorrida praticamente no mesmo período e com duração aproximada. A historiografia sobre aquela sangrenta guerra civil é bastante numerosa e conta com inúmeras vertentes, que vão desde uma vigorosa história regional, associada muitas vezes a dedicados *historiadores de fim de semana* – e que reforçam a fidelização de pequenos e isolados núcleos populacionais ao processo de formação da nação de Jefferson, Franklin e Washington – a uma rentável *história-entretenimento*, que alimenta editoras, sites e canais de televisão.

Em pesquisa na base de dados da Biblioteca do Congresso Estadunidense sobre os livros e materiais impressos (excetuando-se periódicos, material cartográfico e imagético) lá indexados como tratando da Guerra da Secessão, são listados 6.976 títulos quando a procura se dá por uma das duas denominações utilizadas pela versão on-line em língua inglesa da *Enciclopédia Britânica*³ para identificar o conflito, *American Civil War*.⁴ Quando este mesmo exercício é realizado para o conflito do Prata no acervo livreiro da Biblioteca Nacional brasileira, em que pese o instrumento de busca, métodos de indexação e características da formação do acervo de cada instituição, e o reconhecimento do tamanho e da diversidade do mercado editorial nos dois países, são relacionados apenas 196 títulos quando a procura se dá pela denominação mais disseminada daquela contenda: “Guerra do Paraguai”.⁵

A historiografia da Guerra do Paraguai manteve-se, durante muito tempo, quase que restrita ao meio militar e, para delimitar a produção e difusão de tal historiografia, apartamos desta as obras de cunho memorialístico sobre o conflito, cuja mais conhecida é *A Retirada da Laguna*, do engenheiro militar Al-

fredo d'Escragnoille Taunay. Abordando com detalhe aspectos táticos dos enfrentamentos para fins de instrução profissional e ascendendo ao panorama político-estratégico em obras ainda muito consultadas, como os volumes que o General Tasso Augusto Fragoso publicou nos anos de 1930⁶, essa historiografia inaugural da Guerra do Paraguai mereceu o epíteto de militar pela delimitação de seus objetos, intrínsecos ao fazer a guerra, mas, também, por aqueles que a produziram, os profissionais da guerra.

Influenciado pela Teoria da Dependência e inflado pelo panorama político do Cone Sul, um movimento revisionista inaugurado por Léon Pomer, em *La Guerra del Paraguai, gran negocio!*, difundiu a interpretação de que o crescimento de um Paraguai descolado das relações desiguais entre Estados centrais e periferia motivou uma aliança entre Brasil e Argentina, como executores, e a Inglaterra, como promotora e financiadora da guerra. Esta visão permaneceu em voga durante um bom tempo, muito porque, antes de esclarecer o passado, dizia bastante sobre o presente dos países envolvidos. Resistindo à fragilidade da comprovação documental de suas análises, a interpretação revisionista se alastrou, inspirando movimentos nacionalistas no Paraguai e se estabelecendo no ensino secundário brasileiro. Uma nova historiografia que emergiu na década de 1980 na pós-graduação das universidades desconstruiu a interpretação revisionista a partir do uso metódico das fontes primárias. Esse embate de interpretações, que de alguma forma também era uma disputa ideológica, inibiu a proliferação de abordagens diversas sobre a guerra. Tanto as vinculadas à História Regional como aquelas tão frequentes em outras historiografias de conflitos, como as que enfocam um determinado segmento do fazer a guerra, como a história econômica do conflito, o impacto das epidemias, os movimentos demográficos. Só muito recentemente, e talvez estimulada pela proliferação das pós-graduações em História e do próprio sistema universitário brasileiro, uma historiografia regional da Guerra do Paraguai começa a ser construída.

Como o que nos interessa aqui é a atuação da Marinha Imperial, muitas vezes minimizada nas mais tradicionais narrativas da

guerra, este artigo pretende lançar luz sobre parte do processo de incorporação de tecnologias novas à Esquadra que atuou no ambiente fluvial. Navios de guerra que foram empregados, não contra outras Forças Navais, mas contra fortalezas de terra, repetindo o ocorrido em outras duas guerras muito próximas no tempo, a já citada Guerra da Secessão e a Guerra da Crimeia (1853-1856).

A primeira metade do século XIX foi um período de intensa e veloz transição de tecnologias e a atividade marítima viu-se intensamente impactada pela adoção da máquina a vapor na propulsão dos navios. Embora já tivessem ocorrido tímidas experiências de embarcações movidas a vapor no Velho Mundo, foi o engenheiro estadunidense Robert Fulton que demonstrou a viabilidade técnica e comercial do navio a vapor em 1807. Construiu a Barca *Clermont*, que percorreu o trecho do Rio Hudson entre Nova York e Albany em 32 horas.⁷ Logo o vapor se difundiu na navegação comercial, principalmente com um arranjo de propulsão que dominou quase todo o século XIX, o navio de propulsão mista, ou navio misto, conjugando o aparelho de velas à máquina a vapor em um mesmo casco. A vela utilizada para as travessias marítimas, poupando-se combustível (na época, o carvão mineral) para máquinas a vapor de, ainda, baixo rendimento, e a propulsão a vapor nos trechos de calmaria e nas aterragens, na aproximação dos portos, onde os acidentes geográficos e canais de navegação demandam um trajeto mais preciso, por vezes difícil de conseguir apenas dependendo dos ventos.

Contudo, a máquina a vapor difundiu-se muito mais lentamente nas Marinhas de Guerra. Primeiro porque seria custoso demais substituir frotas inteiras de navios a vela, e nas Marinhas realmente oceânicas, como a Royal Navy, manter navios a vapor em todas as partes do globo – e era isso que a Royal Navy fazia, lembremos que ela sustentava, até a primeira metade do século XIX, uma estação naval em águas brasileiras⁸ – obrigaria a instalação de depósitos de carvão pelo mundo. A adoção do vapor em navios de guerra também gerava fragilidades operacionais. O próprio conjunto de fornalha, caldeira e tubulações era passível de explosão se atingido por disparos. Também, o meio de impul-

são adotado, a roda de pás, instalada na lateral da embarcação, era bastante vulnerável à artilharia adversária, bem como roubava espaço da artilharia.⁹ Enquanto naus a vela do início do século XIX, como a brasileira *Pedro I*, de pouco mais de 60 metros de comprimento, eram armadas com 74 canhões instalados em bateria em três conveses, a Fragata a vapor *Amazonas*, um dos principais navios da Marinha Imperial em 1865, de quase 60 metros de comprimento e equipada com duas grandes rodas de pás nas laterais, tinha apenas seis canhões, todos num único convés.¹⁰

Foram esses navios de propulsão mista que iniciaram a Guerra do Paraguai, lutaram em 11 de junho de 1865 no primeiro e único embate entre navios daquele conflito: a Batalha Naval do Riachuelo. É certo que a Divisão Naval brasileira¹¹ estava um degrau tecnológico acima da Esquadra paraguaia. Todos os navios brasileiros, a exceção da *Amazonas*, utilizavam um eixo de hélice para sua propulsão, deixando as laterais livres para o armamento. Também eram todos construídos como navios de guerra, obedecendo requisitos de fabrico mais rígidos que a maioria dos navios paraguaios.

Dos oito navios da Força comandada pelo Capitán de Fragata Pedro Ignacio Mezza, sete eram navios mercantes com armamento adaptado no seu convés, incluindo o Vapor de rodas brasileiro *Marquês de Olinda*, capturado cinco meses antes. O único navio paraguaio construído como navio de guerra era a *Taquari*, a capitânia daquela Marinha. Porém, a *Taquari*, como outros cinco dos oito navios paraguaios, era propelida pelas vulneráveis rodas laterais. Somente dois dos menores navios daquela flotilha eram equipados com hélice, a *Salto Oriental* e a *Pirabebe*. Também no armamento, os navios paraguaios eram tecnologicamente inferiores aos brasileiros. Todos levavam canhões de alma lisa, com alcance e precisão menores que os canhões Whitworth de alma raiada (hexagonal) que equipavam os três maiores navios brasileiros, a *Amazonas*, a *Parnaíba* e a *Belmonte*.¹²

Mas nada disso parecia dar alguma vantagem tática a Força Naval brasileira. A surpresa estava do lado paraguaio, já que foram seus navios que buscaram o enfrentamento, descendo o rio ao encontro da Força brasilei-

ra que estava fundeada e com um grau mais baixo de prontidão. Os paraguaios conheciam muito mais que os brasileiros aquele trecho do rio. Seus navios, menores, estavam mais adaptados à navegação fluvial que muitos dos navios de guerra brasileiros, feitos para enfrentar o oceano e não para manobrar no estreito e relativamente raso Rio Paraná.

A propulsão por rodas laterais, que caminhava para a obsolescência, era a mais adequada para rápidas manobras no ambiente fluvial. Como as duas rodas laterais poderiam mover-se em sentidos opostos, o navio poderia girar sobre seu eixo, enquanto o navio equipado com um único eixo de hélice demandava uma área mais larga do rio para seu arco de curva, apoiado apenas no leme. Foi exatamente por causa dessa *desvantagem* que a Força Naval brasileira teve que desengajar após o primeiro embate com os paraguaios para que os navios a hélice encontrassem um trecho mais largo do Rio Paraná em que pudessem fazer uma volta completa e retornar à área de enfrentamento, próximo à foz do Arroio Riachuelo. Assim, foram obrigados a abandonar a sua própria sorte, por uma longa hora, os três navios imobilizados pelo fogo inimigo, as Corvetas a vapor *Parnaíba*, *Belmonte* e *Jequitinhonha*.

A moderna artilharia de alma raiada brasileira também não fez a menor diferença, já que sua maior precisão no tiro de longo alcance era inútil nos embates a curta distância na calha estreita do rio. O que levou a vitória brasileira foi talvez a mais antiga manobra usada na guerra no mar, o abalroamento empreendido pela Fragata *Amazonas* contra três navios paraguaios, tática empregada pelas galés gregas no Egeu há 2.500 anos. Também, a inicial vantagem brasileira em número de navios, nove contra oito, e canhões embarcados, era em muito superada pelo emprego das chatas artilhadas paraguaias e, principalmente, pelo engajamento das unidades do Exército paraguaio desdobradas ao longo da margem esquerda do Rio Paraná. Os cerca de 30 canhões que atiraram sobre a Divisão Naval brasileira desde a barranca de Santa Catalina, que vitimaram as Corvetas *Jequitinhonha* e *Belmonte*, prenunciariam o principal adversário da Marinha brasileira na Guerra da Tríplice Aliança: a luta contra as

fortificações que protegiam o Rio Paraguai, a via que conduziria os Aliados até Assunção.¹³

Mas, para essa tarefa, a Marinha brasileira, no início de 1865, não estava preparada. Mesmo que alguns dos navios empregados em Riachuelo tivessem elementos estruturais de ferro no casco, nenhum deles era protegido por blindagem. Dez anos antes, na Guerra da Crimeia, a França empregou navios com propulsão a vapor e recobertos por couraça de ferro forjado para bombardear e derrotar a Fortaleza russa de Kinburn, que guardava a foz do Rio Dnieper. Essa bem-sucedida experiência levou a uma intensa disputa tecnológica (e a uma corrida armamentista) entre as Marinhas europeias, principalmente entre os eternos rivais França e Inglaterra, para a adoção de navios de guerra protegidos por couraças.¹⁴ Mas foi no continente americano que ocorreu o primeiro combate entre navios couraçados.

Em 1862, os confederados adaptaram o casco de madeira parcialmente incendiado da Fragata a vapor *Merrimack*, capturada da União, recobrindo-o com chapas metálicas e construindo uma superestrutura na forma de uma casamata, onde instalaram seis canhões que disparavam a partir de seteiras. Este couraçado, renomeado CSS *Virgínia*, com pouca capacidade para navegar em mar aberto, foi lançado para romper o bloqueio naval imposto pelos navios da União aos portos de Norfolk e Richmond. Nas águas abrigadas da Baía de Chesapeake, o *Virgínia* derrotou facilmente duas fragatas a vela da União e obrigou que se lançasse sobre ele o ainda inacabado USS *Monitor*, um revolucionário projeto do inventor sueco John Ericsson.¹⁵

Diferente do *Virgínia*, uma engenhosa adaptação, o *Monitor* era um navio totalmente novo. Embora ainda utilizasse algumas peças de madeira, tinha estrutura e casco de ferro e era recoberto por blindagem. As únicas superestruturas que se elevavam do casco era um pequeno toldo para o timoneiro, a chaminé e a grande torre blindada rotativa para dois canhões, a primeira instalada em um navio. Enquanto o *Virgínia* levava seis canhões em sua superestrutura em casamata de seção retangular, dois apontados para cada um dos lados, um atirando para vante e outro para ré, o *Monitor* poderia ter sempre

seus dois canhões *conceitos* na direção do inimigo, diminuindo o tamanho, peso e tripulação do navio sem perda de eficiência.¹⁶

Mas o enfrentamento entre o *Virgínia* e o *Monitor*, em 9 de março de 1862, não teve vencedores, ambas as couraças mostraram-se superiores aos canhões do inimigo. Talvez essa indecisão, esse pretensão equilíbrio entre os dois projetos, o couraçado com canhões abrigados em casamata e o equipado com torre, tenha levado as autoridades navais brasileiras a empreenderem um processo de avaliação operacional dos tipos mais adaptados às operações fluviais contra fortalezas em plena Guerra do Paraguai. Após o desembarque de tropas no Passo da Pátria, em abril de 1866, a progressão pelo Rio Paraguai levaria o enfrentamento de diversas fortificações paraguaias, Itapiru, Curuzu, Curupaiti e a maior delas, a Fortaleza de Humaitá.

Até Riachuelo, a Marinha brasileira tinha um único couraçado, o *Brasil*, encomenda feita dois anos antes a um estaleiro francês de um navio totalmente de ferro e de propulsão mista (com mastros para velas), mas com a artilharia protegida dentro de casamata. Contudo, era um navio feito para navegação em mar aberto, seu calado era de 3,6 metros. Incorporado à Esquadra em março de 1866, operou com restrições no ambiente fluvial.¹⁷ Contudo, a urgência da guerra fez com que o Governo brasileiro abrisse os cofres e fosse às compras. Também em março de 1866, chegou ao teatro de operações o Couraçado *Bahia*, projeto inglês que unia uma torre giratória com dois grandes canhões, uma superestrutura para o passadiço e três mastros para velas latinas. Mesmo bastante pesado, deslocava 928 toneladas, tinha calado menor que o *Brasil*, com três metros.¹⁸ No segundo semestre de 1866, chegaram mais quatro couraçados adquiridos de estaleiros ingleses, o *Lima Barros* e o *Mariz e Barros*, que tomaram nomes de oficiais mortos em combate, o *Herval*, que homenageava o General Osório, e o *Cabral*, com péssimas qualidades marinheiras, uma injustiça com o Capitão-Mor da Segunda Armada para as Índias. Dos quatro, somente o *Lima Barros* era equipado com torres, duas, cada uma com dois canhões, todos os outros tinham casamatas. No começo de 1867, em fevereiro, chegaram ao teatro de

operações os dois últimos couraçados adquiridos no exterior, o *Colombo*, com armamento em casamata, e o *Silvado*, com duas torres.¹⁹

Concomitantemente, a capacidade de construção do Arsenal de Marinha da Corte foi aproveitada para projetos nativos. No segundo semestre de 1865, foram incorporados à Marinha dois couraçados lá construídos, ambos projetados por Napoleão Level, o principal construtor naval de então, e com máquina a vapor movendo um eixo de hélice, montada por Carlos Braconnot. Ambos os engenheiros navais foram enviados pelo governo para se aperfeiçoar no exterior na década de 1850. Level teve, inclusive, uma segunda passagem por estaleiros europeus, entre 1862 e 1863, estudando o projeto de navios couraçados oceânicos.²⁰

Esses dois couraçados, que saíram das carreiras do Arsenal em 1865, o *Tamandaré* e o *Barroso*, vinham completamente adaptados às operações no ambiente fluvial. Com cerca de cinquenta metros de comprimento e mil toneladas de deslocamento, tinham pouco mais de dois metros e meio de calado. Am-



Figura 1 – Ilustração satírica representando a contribuição para a construção dos monitores dos dois principais profissionais de construção naval do Arsenal de Marinha da Corte, Napoleão Level e Carlos Braconnot, o primeiro responsável pelas estruturas (casco e couraçamento) e o segundo pela propulsão. (Fonte: Semana Ilustrada, ano 7, n. 315, 1866, p. 2520).

bos eram dotados de casamata, de construção mais simples que as torres. Seus cascos eram de estrutura mista, madeira e ferro, com blindagem sobreposta que chegava a cem milímetros de espessura. Em fevereiro de 1866, foi lançado um terceiro couraçado, muito semelhante aos demais, o *Rio de Janeiro*.²¹

Todos os três chegaram ao Rio Paraguai em meados de 1866 e logo já estavam sob fogo inimigo. Em 27 de março de 1866, participando do bombardeio ao Forte de Itapiru, na preparação para o desembarque de Passo da Pátria, um projétil de 68 libras entrou por uma das seteiras da casamata do *Tamandaré*, matando 34 tripulantes.²² Em 2 de setembro do mesmo ano, durante o bombardeio de outro forte, Curuzu, o *Rio de Janeiro* afundou após ser atingido por um torpedo, como eram chamadas as minas flutuantes lançadas pelos paraguaios correnteza abaixo para explodirem no contato com o casco dos navios brasileiros.²³

Com o Arsenal de Marinha melhor preparado após a construção dos três primeiros couraçados, as autoridades navais decidiram se utilizar da experiência adquirida pelos seus militares nos dois primeiros anos de guerra para desenvolver o conceito mais adequado ao combate às fortificações do Rio Paraguai. Para isso, o próprio Ministro da Marinha, o Senador Afonso Celso de Assis Figueiredo, enviou, em 8 de outubro de 1866, um questionário com onze perguntas aos comandantes dos navios e das divisões navais subordinados ao Comando da Esquadra em Operações de Guerra contra o Paraguai.²⁴

Até aquele momento, os couraçados já haviam participado de dois grandes enfrentamentos contra fortificações paraguaias, os pesados bombardeios às baterias de Curuzu e Curupaiti, na primeira semana de setembro de 1866, quando a distância de tiro variou de 700 a 350 metros. E o malfadado ataque combinado com os Exércitos Aliados à Curupaiti, em 22 daquele mês, a única grande derrota brasileira no conflito. O bombardeio a Curupaiti iniciou-se a mais de 1.700 metros de distância e chegou a meros 150 metros, tiros a queimadura entre os navios e as baterias de terra.²⁵ Nesses combates, couraçados equipados com torres, como o *Lima Barros*, chegaram a efetuar 440 disparos, enquanto couraçados

com a artilharia instalada em casamata, como o *Barroso*, efetuaram 559 disparos.²⁶

Os principais quesitos dos questionários que chegaram à Força Naval tratavam dos “sistemas de navio” então utilizados, os equipados com torres e os com casamata. Perguntava-se qual dos “sistemas” era o mais seguro para as tripulações (primeira pergunta), qual tornava a recarga do armamento mais rápida (segunda e terceira perguntas), permitindo menor intervalo entre os tiros e, finalmente, se a pontaria dos canhões era mais ágil e precisa nos navios com torre ou com casamata (quarta, quinta e sexta perguntas).

Havia, aí, a preocupação em mensurar duas características percebidas como essenciais para modelar navios que enfrentariam bem de perto a artilharia postada nas margens do Rio Paraguai: a segurança das tripulações, principalmente quando o navio disparava, ocasião que os artilheiros ficavam mais expostos; e o volume de fogo efetivo, a capacidade de disparar de forma precisa seu armamento principal o maior número de vezes no menor tempo possível.

Dezoito questionários foram respondidos, porém somente dez por oficiais com experiência operacional em navios couraçados, cinco baseados em couraçados equipados com torres e cinco em navios com casamata.²⁷ Todos os dez afirmaram que o sistema de torre conferia muito mais segu-

rança às tripulações que a casamata, já que a parte mais vulnerável do navio couraçado era justamente as seteiras, as portinholas por onde saía o cano do canhão quando disparava. Como todos os canhões utilizados pela Marinha naquele conflito eram de carregar pela boca, após o disparo os artilheiros tinham que puxar o canhão para o interior do navio para remuniçá-lo. Enquanto ocorria a recarga nos couraçados com casamata, a portinhola ficava exposta ao fogo inimigo, foi exatamente por uma delas que entrou a bala que matou 34 tripulantes do Couraçado *Tamandaré* em março de 1866.

Comandantes de couraçados com casamata alertavam que a calha estreita do rio e o limitado arco de pontaria dos canhões no interior do navio os obrigavam a posicionar os navios muito próximo dos canhões paraguaios, recebendo os impactos numa trajetória perpendicular à blindagem. Assim, mesmo que as balas paraguaias não penetrassem na couraça, os seguidos impactos diretos abalavam a estrutura interna de madeira da maioria desses navios. Já os couraçados com torre obedeciam a uma dinâmica de disparo e recarga que incrementava a segurança das tripulações. A portinhola pela qual se projetava o cano do canhão só se mantinha na direção do fogo inimigo durante o breve intervalo do tiro, logo após a torre era girada para o lado oposto dos disparos.



Figura 2 – “A Corveta encouraçada *Brazil* depois do combate com as baterias das barrancas de Curupaity, no Paraguai, no dia 22 de Setembro de 1866”, segundo R. M. C. Lith. por Anon. da off. de Pelvilian. S. d. (1866). O Couraçado *Brasil*, era um dos navios com “sistema” de casamata, sendo representado após a intensa troca de fogos com as baterias de Curupaity durante a fracassada operação militar contra aquela fortificação, em setembro de 1866. Classificado, na época, como corveta-encouraçada, a gravura de autor anônimo da Oficina de Litografia de Pelvilain mostra os inúmeros impactos que o navio recebeu a sua blindagem. (Fonte: Biblioteca Nacional).

Quatro militares responderam que o sistema de torre permitia uma repetição de tiro mais rápida do que os canhões postados em casamata. O entendimento da pequena maioria que os couraçados com casamata poderiam fornecer um volume de fogo maior à Esquadra não indicava nenhuma característica mais avançada no projeto destes, destacava somente que o procedimento padrão de giro da torre após cada disparo, que elevava a segurança nos couraçados de torre, também deixava a repetição do tiro mais lenta. Resumindo, o menor intervalo entre os disparos dos navios com casamata ocorria porque se mantinha sempre as seteiras, as portinholas dos canhões na direção dos tiros inimigos, tornando-os assim muito mais vulneráveis. Bem como, o reduzido raio de coneira (deslocamento lateral para a pontaria) das carretas dos canhões de navios com casamata, restrito a doze graus pela estreiteza das portinholas nos Couraçados *Tamandaré*, *Barroso* e *Rio de Janeiro*²⁸, obrigava que navios dotados daquele “sistema” se colocassem numa linha de tiro praticamente perpendicular às baterias de canhões nas margens, limitando seu afastamento dos alvos à largura do Rio Paraguai, estimado pelo Capitão de Fragata Elisário Barbosa como tendo entre 80 a 200 braças (146 a 365 metros) nos lugares onde estavam as fortificações de Curuzu e Curupaiti.²⁹ Em situação semelhante, os navios dotados de torre poderiam guardar posição a juzante ou a montante das fortificações adversárias, em uma linha de tiro diagonal que os distanciava dos canhões de terra, aproveitando o maior alcance da artilharia montada em alguns daqueles navios e fornecendo aos artilheiros paraguaios um alvo de silhueta menor, além de mais distante, pois não havia necessidade de expor toda a lateral da embarcação.³⁰

As respostas aos questionários enviados por ordem do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha tinham, como já dito, como objetivo converter a experiência do combate acumulada em requisitos básicos do projeto de navios que seriam empregados justamente naquele tipo de guerra fluvial experimentada pelo heterogêneo grupo de couraçados de construção nacional ou comprados no estrangeiro. A busca pelo desenho mais adequado para o combate às

fortificações paraguaias motivou, inclusive, a visita do então Diretor de Artilharia do Arsenal de Marinha da Corte, o Capitão Henrique Antônio Batista de Fragata, ao teatro de operações, o que deve ter motivado sua inclusão no rol de destinatários dos questionários.³¹ A definição do “sistema de artilharia” empregado nos novos navios dependeria de uma escolha de requisitos que impactaria o desempenho dos mesmos em operação, ou se privilegiaria a segurança das tripulações, principalmente dos artilheiros, em detrimento do volume de fogo com a escolha das torres giratórias, ou se buscaria o maior volume de fogo, e uma construção mais simples e rápida, com o sistema de casamatas já utilizados nos primeiros navios couraçados construídos pelo Arsenal de Marinha da Corte, o *Tamandaré*, o *Barroso* e o *Rio de Janeiro*.

Em 8 de dezembro de 1866, foram simultaneamente batidas as quilhas de seis novos navios em carreiras do Arsenal de Marinha da Corte na Ilha das Cobras³², eram os Monitores *Pará*, *Alagoas*, *Piauí*, *Rio Grande*, *Ceará* e *Santa Catarina*, pequenos couraçados com pouco mais de 36 metros de comprimento por oito metros e meio de boca, com calado muito reduzido, um metro e meio, próprio para navegação fluvial. Duas máquinas a vapor de trinta cavalos-vapor movimentavam cada uma um eixo de hélice, o que permitia manobrabilidade próxima à conseguida pelos navios a roda. Essa, inclusive, foi uma “reclamação” recorrente nos questionários dos comandantes e tripulantes de couraçados com um único eixo de hélice, como os navios previamente construídos naquele Arsenal. O sistema de artilharia adotado foi o de torre, com a inovação de se abandonar a forma cilíndrica encontrada em couraçados como o *Lima Barros* e o *Bahia*, por um desenho retangular com os menores lados formados por segmentos de círculo e os maiores retos e dotados de portinholas, o que reduziu o peso desse grande equipamento móvel, essencial para navios leves como aqueles. A nova forma adotada também maximizava a proteção às tripulações na dinâmica de disparo e recarregamento do canhão em navios dotados de torre, onde a torre era girada para tirar a portinhola da linha de tiro da artilharia adversária. Como os lados dessa nova torre eram desiguais, quando do recarregamento o menor dos lados ficava exposto,

e sua seção curva desviava os disparos, impedindo um impacto perpendicular à blindagem. A nova torre também ampliava o espaço para instalação da artilharia em relação ao desenho circular tradicional desde o precursor USS *Monitor*, e o novo projeto de carreta desenvolvido para canhões de até quatro toneladas diminuiu a guarnição para cinco militares, um terço a menos que o então empregado. A principal vulnerabilidade nos couraçados, a seteira ou portinhola que permitia, pelo menos em breve momento antes e durante o disparo nos navios com torre, a superação das blindagens pelos canhões de alma lisa paraguaios também foi mitigada nos monitores, com a diminuição do tamanho da portinhola sem limitar a conreira lateral e a elevação dos canhões utilizados, peças de alma raiada Whitworth de 70 ou 120 libras, uma para cada navio, seguindo o padrão dos navios couraçados até então empregados.³³ Deste projeto, participaram Napoleão Level, com o desenho do casco, Carlos Braconnot, desenvolvendo as máquinas, e Henrique Antônio Batista, com o projeto de artilharia.

Os seis monitores chegaram ao teatro de operações entre julho de 1867 e o início do ano seguinte, a tempo de participar do maior desafio enfrentado pelos navios couraçados, o combate à Fortaleza de Humaitá, o principal baluarte paraguaio na defesa do rio. Diferente das fortificações de Curuzu e Curupaiti, onde a maior parte das trincheiras era feita com o solo do local e os canhões que disparavam contra a Esquadra não passavam poucas dezenas, Humaitá levava dez anos para ser erguida. Amurada com pedra e alvenaria, era um verdadeiro complexo de fortalezas com mais de uma centena de canhões de diversos calibres.

Ultrapassaram Humaitá na madrugada de 19 de fevereiro de 1868 três couraçados: *Barroso*, *Bahia* e *Tamandaré*, e três monitores: *Rio Grande*, *Alagoas* e *Pará*, que formaram três pares na ordem apresentada, com um coura-

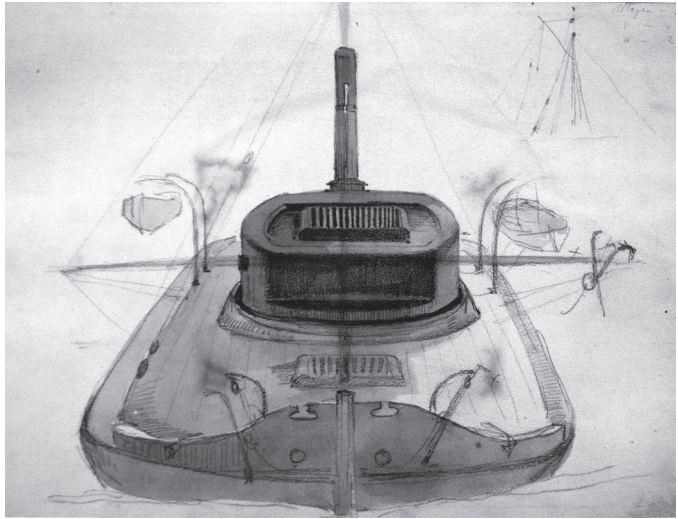


Figura 3 – Desenho aquarelado do Monitor *Alagoas*, mostrando detalhes da proa e torre artilhada, por Edoardo De Martino, pintor italiano que visitou o front da Guerra da Tríplice Aliança entre 1867 e 1868. (Fonte: BRRJDPHDM ED DE GP (3192). Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha).

çado tendo um monitor preso ao seu costado lateral. Esta técnica pretendia aproveitar a maior potência combinada dos navios para ultrapassar a forte correnteza formada pela curva pronunciada do rio às margens de Humaitá.

O segundo par, formado pelo *Bahia* e o *Alagoas*, seguia com dificuldade devido à redução pronunciada na manobrabilidade do couraçado com a sobrecarga do monitor, enquanto vários disparos atingiam os navios. No meio da passagem, um dos disparos rompeu os cabos que prendiam o *Bahia* ao *Alagoas* e este último desgarrou do grupo e foi levado pela força da correnteza. Sozinho, o pequeno navio tentou por mais três vezes vencer a correnteza e as baterias paraguaias que se beneficiaram com a alvorada. Somente na quinta tentativa o monitor conseguiu ultrapassar a fortaleza e juntar-se aos outros cinco navios, não sem antes repelir uma tentativa de abordagem de soldados paraguaios transportados por canoas. Mais que a bravura da tripulação, esse episódio comprovou a excelência do projeto dos monitores brasileiros. O pequeno barco recebeu mais de 200 impactos, mas todos os seus 37 homens saíram ilesos.³⁴

As Guerras da Crimeia e da Secessão, bem como a *nossa* Guerra do Paraguai, estiveram justamente no meio da transição

tecnológica que transformaria por completo o navio de guerra. Lá, como aqui, foram testados em combate conceitos novos que iriam determinar as características básicas dos navios de guerra de nossos dias. Se, no início do século XIX, os navios que compunham as principais Esquadras, todos veleiros de madeira e com canhões de alma lisa montados em bateria ao longo dos costados, ainda eram muito parecidos com os que Vasco da Gama usou para atingir as Índias três séculos antes. No fim do mesmo século, tais embarcações, com casco metálico, propulsão mecânica e canhões de alma raiada protegidos por torres, não eram muito diferentes das empregadas no último conflito que o Brasil, e sua Marinha, se envolveu no Atlântico Sul, a Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Antônio L. P. e; SILVA, Léo F. e. *Fatos da História Naval*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

BITTENCOURT, Armando de Senna. Visitando Riachuelo e revendo controvérsias, 132 anos depois. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, n. 7-9, p. 41-58, jul.-set. 1997

BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XVII, 1958; v. XVIII, 1959-1960; v. XIX, 1961-1962; v. XX, 1963-1964; v. XXIV, 1971.

CABRAL, Ricardo P. A Batalha de Hampton Roads: a tecnologia altera a tática naval. In: VIDIGAL, Armando A. F.; ALMEIDA, Francisco E. A. *Guerra no Mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a História*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DIKIE, Iain *et al.* *Fighting Techniques of Naval Warfare – 1190 BC – Present: strategy, weapons, commanders and ships*. London: Amber, 2009.

FARAH, Juanita Barral Dodd. Cartas do Comodoro Sir Thomas Masterman Hardy. *Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 12-64, jun.-dez. 1972.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5v.

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História – 1822-1889*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1965.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

VIDIGAL, Armando A. F. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e suas consequências para a Marinha do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 120, n. 10-12, p. 131-197, out.-dez. 2000.

WARNER, William E. *Warships at the Battle of Riachuelo*. S/I: Edição do autor, 2008.

FONTES PRIMÁRIAS

“Relatórios dos Comandantes dos Navios da Esquadra Brasileira (Junho de 1865).” *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, v. XXI, p. 109-134, 1965.

“Termo de contracto para a construcção de uma corveta encouraçada” e “Aditamento ao contracto feito com a marinha brasileira para a construcção de uma corveta couraçada”. Anexos ao *Relatório* apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Francisco Carlos D’Araujo Brusque. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1864

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Affonso Celso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Affonso Celso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868.

NOTAS

¹ Bahia II (Verbetes). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XVIII, p. 14-19, 1959-1960.

² Em tradução livre do alemão, batalha material, termo empregado para destacar o espaço ocupado pelos processos industriais e ciclos tecnológicos na consecução da guerra. KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 336-327.

³ American Civil War (Verbetes) em Encyclopædia Britannica, a segunda denominação que identifica aquele conflito nessa obra de referência é “War between the States” disponível em: <<https://www.britannica.com/event/American-Civil-War>>, acesso em: 11 abr. 2018.

⁴ Levantamento para a denominação “American Civil War” na página na Internet da Library of Congress, disponível em: <<https://www.loc.gov/search/?in=&q=american%2Bcivil%2Bwar&new=true&st=>>>, acesso em 11 abr. 2018. Para a denominação “War between the States”, em que pese os títulos indexados em ambas as denominações, são listados 6854 livros e materiais impressos, disponível em: <<https://www.loc.gov/search/?in=&q=war%2Bbetween%2Bthe%2Bstates&new=true>>, acesso em: 11 abr. 2018.

⁵ Levantamento para a denominação “Guerra do Paraguai” na página na Internet da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>, acesso em: 11 abr. 2018. Para a denominação mais tradicional, mas com menor difusão, “Guerra da Tríplice Aliança”, voltando a reconhecer a possibilidade de títulos indexados com ambas as denominações, são listados 182 livros, disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>, acesso em: 11 abr. 2018.

⁶ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5v.

⁷ ALBUQUERQUE, Antônio L. P. e; SILVA, Léo F. e. *Fatos da História Naval*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. p. 103.

⁸ Para aspectos do funcionamento da Estação Naval britânica instalada no Brasil às vésperas da Independência, ver a transcrição das cartas do oficial em comando por FARAH, Juanita Barral Dodd. Cartas do Comodoro Sir Thomas Masterson Hardy. *Navegador*: Subsídios para a História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, n. 5, p. 12-64, jun.-dez. 1972.

⁹ VIDIGAL, Armando A. F. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e suas consequências para a Marinha do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 120, n. 10-12, p. 131-197, out.-dez. 2000. p.136

¹⁰ Pedro Primeiro I (Verbetes). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XXIV, p. 100-114, 1971; e Amazonas IV (Verbetes). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XVII, p. 68-76, 1958.

¹¹ A Esquadra em Operações da Prata que esteve sob o comando do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa entre 1864 e 1866 contava com uma organização operacional em três divisões navais. Foram empregadas na Batalha Naval do Riachuelo a Segunda Divisão Naval, comandada pelo então Chefe de Divisão Barroso e a Terceira Divisão Naval, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra José Secundino de Gomensoro. O comando da Força Naval formada pelas duas divisões coube a Barroso por ser o oficial de mais alta patente. MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*: Tentativa de reconstituição histórica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975. p. 272-274.

¹² WARNER, William E. *Warships at the Battle of Riachuelo*. S/I: Edição do autor, 2008. p. 6-13 e 38-42.

¹³ Para a dinâmica dos enfrentamentos em 11 de junho de 1865, nos utilizamos de MAIA, op. cit., p.275-286; BITTENCOURT, Armando de Senna. Visitando Riachuelo e revendo controvérsias, 132 anos depois. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, n. 7-9, p. 41-58, jul.-set. 1997; e, principalmente, dos relatórios produzidos pelos comandantes dos navios brasileiros após a Batalha publicados na edição comemorativa do centenário daquele combate de Relatórios dos Comandantes dos Navios da Esquadra Brasileira (Junho de 1865). *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, v. XXI, p. 109-134, 1965.

¹⁴ VIDIGAL, op. cit., p. 139-141.

¹⁵ CABRAL, Ricardo P. A Batalha de Hampton Roads: a tecnologia altera a tática naval. In: VIDIGAL, Armando A. F.; ALMEIDA, Francisco E. A. *Guerra no Mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a História*. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 231-237.

¹⁶ DIKIE, Iain *et al.* *Fighting Techniques of Naval Warfare – 1190 BC – Present: strategy, weapons, commanders and ships*. Londres: Amber, 2009. p. 183-185.

¹⁷ "Termo de contracto para a construcção de uma corveta encouraçada" e "Additamento ao contracto feito com a marinha brasileira para a construcção de uma corveta couraçada". Anexos ao *Relatório* apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Francisco Carlos D'Araujo Brusque. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1864, e Brasil I (Verbete). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XVIII, p. 96-101, 1959-1960.

¹⁸ Bahia II (Verbete). *op. cit.*

¹⁹ Lima Barros (Verbete). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XVIII, p. 14-19, 1959-1960; Mariz e Barros I (Verbete). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XXIV, p. 24-26, 1971; Herval III (Verbete) BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XX, p. 162-163, 1963-1964; Cabral (Verbete). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XIX, p. 20-22, 1961-1962; Colombo (Verbete). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XIX, p. 98-100, 1961-1962; e Silvado I (Verbete) BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XXIV, p. 177, 1971.

²⁰ GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História – 1822-1889*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1965. p. 118.

²¹ Tamandaré I (Verbete). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XXIV, p. 180-181, 1971; Barroso I (Verbete). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XVIII, p. 35-41, 1959-1960; e Rio de Janeiro I (Verbete). BOITEUX, L. A. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje (Ligeiro histórico dos navios da Armada) – 1822-1946. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XXIV, p. 150, 1971.

²² MAIA, *op. cit.*, p. 296-297.

²³ *Relatório* apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Affonso Celso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. p. 20.

²⁴ "Inquerito sobre os diversos systemas de artilharia e navios encouraçados", p. 4. anexo ao *Relatório* (1867).

²⁵ *Idem*, p. 8, 10, 14, 32, 34, 38 e 42. O navio que reportou ter efetuado disparos contra as baterias de Curupaiti a menor distância foi o *Lima Barros*, a 80 braças (146,3 metros). Contudo, o *Brasil* e o *Tamandaré* reportaram posições de tiro a 100 braças (cerca de 180 metros) das baterias adversárias.

²⁶ *Idem*, p.10 e 14.

²⁷ Os questionários considerados neste levantamento forma respondidos pelos seguintes oficiais da Marinha Imperial Brasileira: Chefe de Divisão José Maria Rodrigues, comandante do Couraçado *Brasil*; Capitão de Mar e Guerra Antônio Afonso Lima, comandante do Couraçado *Lima Barros*; Capitão de Mar e Guerra Joaquim Rodrigues da Costa, comandante do Couraçado *Bahia* (em 28/10/1866); Capitão-Tenente João Mendes Salgado, comandante do Couraçado *Barroso*; Chefe de Divisão Francisco Cordeiro Torres e Alvim, chefe de divisão naval; Capitão de Fragata Elisário José Barbosa, comandante do Couraçado *Tamandaré*; Capitão-Tenente Guilherme José Pereira dos Santos, comandante do Couraçado *Bahia* (em 20/03/1867); Primeiro-Tenente José Bernardino de Queiroz, tripulante do Couraçado *Bahia*; Primeiro-Tenente Bernardino José de Queiroz, comandante do Couraçado *Colombo*; e Primeiro-Tenente Francisco Esperidião Rodrigues Vaz, tripulante da Canhoneira *Henrique Martins* (foi tripulante do Couraçado *Brasil* durante os bombardeios sobre Curuzu e Curupaiti).

²⁸ Relato do Capitão de Fragata Elisário Barbosa em "Inquerito sobre os diversos systemas de artilharia e navios encouraçados", p. 32.

²⁹ *Idem*.

³⁰ Pelas respostas à décima primeira pergunta, que solicitava dados técnicos da artilharia empregada sobre Curuzu e Curupaiti, quantidade de munição empregada e características das fortificações adversárias, pode-se precisar que os maiores canhões paraguaios naqueles combates eram peças de alma lisa de 68 e 32 libras (peso do projétil), enquanto vários dos navios couraçados brasileiros empregavam canhões de alma raída de 70 a 150 libras, além dos canhões de alma lisa de 68 libras. Mesmo a adaptação realizada pelos paraguaios de um projétil de 84 libras semi-ogival e dotado de aletas (para imprimir rotação, simulando o comportamento balístico de um projétil disparado de um canhão com alma raída), relatado em diversos questionários, não levou à ampliação efetiva do alcance ou precisão das armas de alma lisa adversárias. *Idem*, p. 8, 10, 14, 32, 34, 38 e 42.

³¹ *Relatório* apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Affonso Celso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. p. 17.

³² *Idem*, p. 15.

³³ *Idem*, p. 43.

³⁴ *Relatório* apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Affonso Celso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868. p. 16-18.

Da Batalha de Curuzu à queda de Humaitá (1866-1868): questões táticas*

From the Battle of Curuzu to the fall of Humaitá (1866-1868): tactical issues

Leandro José Clemente Gonçalves

Doutor em História pela Unesp-Franca. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional GEDES-UNESP. Professor EBT do Instituto Federal de São Paulo – Campus Votuporanga.

RESUMO

O presente artigo busca explicar a importância do cerco e queda da Fortaleza de Humaitá para a consecução dos objetivos estratégicos da Tríplice Aliança em sua luta contra o governo de Solano López. Seu enfoque, todavia, é a compreensão dos aspectos táticos que permearam a campanha de cerco contra aquela fortaleza.

PALAVRAS-CHAVE: Humaitá; Paraguai; guerra

ABSTRACT

The present article seeks to explain the importance of the siege and fall of Humaitá's fortress to the achievement of the strategic objectives of the Triple Alliance in its fight against the government of Solano López. His focus, however, is on understanding the tactical aspects that permeated the siege campaign against that fortress.

KEYWORDS: Humaitá; Paraguay; war

Existe profunda suspeita de que escrever sobre a guerra é aprová-la, mesmo glorificá-la – uma suspeita não infundada na história da escrita da história militar. Mas reconhecer a importância de um objeto no estudo do passado não significa aprová-lo, como qualquer historiador do Holocausto atestaria.¹ (Stephen Morillo e Michael F. Pavkovic)

HÁ SENTIDO EM ESTUDAR BATALHAS?

O estudo da guerra em geral, ou mesmo de uma só batalha em particular, pode, como afirmam acima Morillo e Pavkovic, despertar graves suspeitas de que o pesquisador ligado à história militar teria simpatias pelo fenômeno da guerra. Tal desconfiança, que é comum no convívio acadêmico em relação aos pesquisadores da história militar e da guerra, é fruto, no Brasil pelo menos, de anos de regime militar e da persistência de uma distorcida percepção da história da guerra, que é pouco científica e muito mais propagandística das pretensas virtudes bélicas nacionais.

* Artigo recebido em 16 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 04 de junho de 2018.



Quanto à pergunta que contém este subtítulo, respondemos afirmativamente, pois acreditamos que, do início dos anos 1980 em diante, mais precisamente após as rápidas vitórias obtidas pelos ingleses na Guerra das Malvinas (1982) e pelos americanos e seus aliados no Golfo Pérsico (em 1991 e, depois, em 2003), aumentou a necessidade de novos estudos sobre o desenvolvimento tecnológico dos armamentos e da tática em geral para melhor se compreender seu impacto sobre o resultado do conflito armado, levando a que tanto militares quanto cientistas sociais e historiadores em geral não fiquem alheios à compreensão das causas que incidem sobre a vitória e a derrota numa guerra.

Mais do que isso, entretanto, acreditamos, como Jacques Le Goff, que "começa a haver uma história nova do fenômeno militar", assim, do estudo de uma dada batalha, numa determinada guerra, podemos extrair informações sobre os métodos de combate empregados pelas unidades em ação (a tática), os modelos mais usuais e mais eficientes de armamentos – ou mesmo os defeitos mais ordinários destes –, podemos saber, ainda, quais eram as formas mais comuns de morte ou ferimento, o tipo de tratamento médico-hospitalar a ser dispensado aos feridos, os mais usuais serviços funerários – sepultamento, cremação (em massa ou individual) ou mesmo abandono dos mortos em campo –, enfim, podemos saber como viviam e morriam os homens e mulheres que fizeram esta ou aquela guerra, quais eram seus anseios, suas paixões políticas e religiosas, seu cotidiano, os costumes e crenças pelos quais lutaram, mataram e faleceram.²

No intuito de reconstruir tal passado, o historiador militar – aquele que se interessa pela temática da guerra e não somente aquele que é militar profissional – pode se utilizar de uma série de fontes, que vão desde relatórios de combate e memórias oficiais (produzidos pela própria instituição armada envolvida na luta) até memórias individuais (diários e reminiscências) e correspondências pessoais. No caso do presente artigo, nos utilizamos de memórias pessoais, da historiografia pós-guerra mais dedicada a questões estritamente bélicas e da atual historiografia pós-revisionista.

Entre aqueles trabalhos do pós-guerra, salientamos os de Beverina (1933), Fragoso (1958) e Souza (1929), não somente porque eram militares preocupados com questões mais propriamente técnicas, relacionadas ao combate em si, mas porque a historiografia mais recente têm se dedicado mais às questões diplomáticas – especialmente ligadas as causas e origens da guerra de 1864-1870 –, de gênero, culturais, econômicas e políticas que permearam o conflito³. Seria injusto, porém, não registrar que trabalhos de uma safra mais recente, como os de Doratioto (2002) e Leuchars (2002), dão um tratamento magistral às questões relacionadas ao combate e ao dia a dia do campo de batalha.

Servindo-se de tais materiais, o objetivo do presente trabalho é contribuir com a discussão sobre a vitória tática e estratégica aliada na luta para ultrapassar o gigantesco obstáculo constituído pela Fortaleza de Humaitá, no Rio Paraguai. Dessa forma, esperamos auxiliar com alguns subsídios que lancem luz sobre uma discussão mais voltada às questões táticas que cercaram o cerco de Humaitá, pretendendo jogar um pouco de esclarecimento sobre as razões da vitória brasileira.

BATALHAS DE CURUZU E CURUPAITI (Setembro de 1866)

Desde seu desembarque em Passo da Pátria, iniciado em 17 de abril de 1866, as Forças Terrestres da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) ficaram praticamente imóveis na porção extremo Sul do Paraguai, devido tanto às comodidades logísticas que tal posição proporcionava, facilitando o contato entre aquelas Forças e a cadeia de abastecimento montada pela Marinha Imperial Brasileira, quanto às indecisões no alto comando aliado sobre o que fazer a seguir e ao desconhecimento do terreno. Nessa fase da guerra, embora na defensiva estratégica, os paraguaios ainda faziam muito uso de uma ofensiva tática. Posicionados em sua praça forte de Humaitá, saíam daí, como no caso da Batalha de Tuiuti, para acossar as Forças aliadas e tentar derrotar sua invasão. Uma das primeiras iniciativas aliadas para mudar essa situação de paralisia tática e tomar a iniciativa foi o plano

para abordar a Fortaleza de Humaitá pelo sul, contando com o forte apoio de fogo e mobilidade proporcionados pela Esquadra Imperial para deslocar um expressivo contingente argentino e brasileiro pelo Rio Paraguai, desembarcando-o nas proximidades da trincheira paraguaia de Curuzu.

Ambas localizavam-se na margem esquerda (leste) do Rio Paraguai e, a princípio, tinham por finalidade cobrir Humaitá (centro do sistema defensivo de Solano López, que vedava a navegação naquele rio) contra a aproximação da Esquadra Imperial e das forças terrestres aliadas.

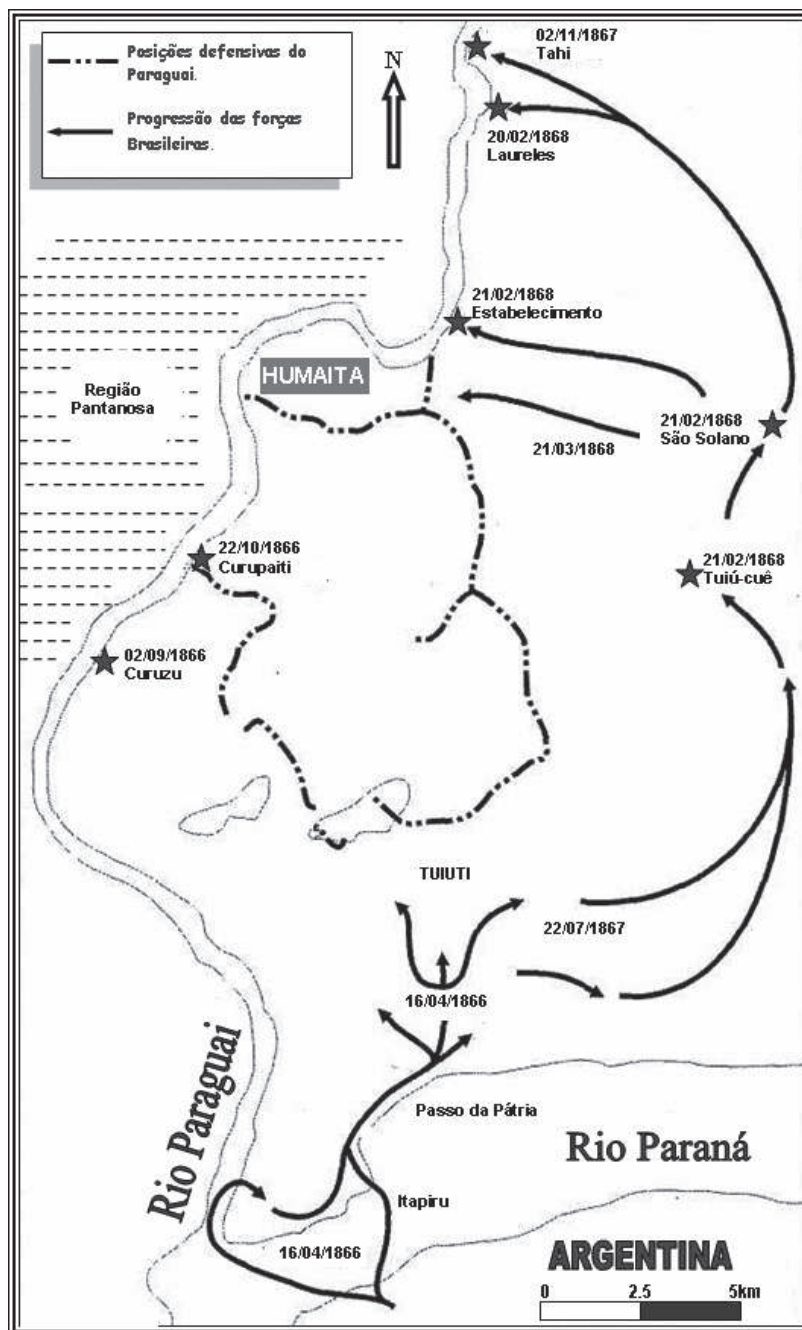


Figura 1 – Teatro de Operações (1866-1868) – Fonte: Wikipedia⁴

Curuzu, a posição mais meridional (1760 metros ao sul de Curupaiti)⁵, foi construída com uma bateria de três canhões apontados para o rio e uma trincheira que lhe cobria toda a frente terrestre contra um eventual desembarque aliado que tentasse tomá-la. Tal trincheira tinha cerca de 900 metros de comprimento (sentido leste–oeste) e assentava seu flanco direito na barranca do rio e o esquerdo numa lagoa. O terreno imediatamente a sua frente era plano e facilmente batido pelo fogo de seus defensores. Possuía, ainda, um fosso frontal de dois metros de profundidade por dois de largura e um para-peito de quatro metros de largura por dois de altura, onde estavam abrigados seus cerca de 2.500 defensores quando da batalha.

Curupaiti, por sua vez, era uma posição muito mais forte, pois estava assentada num terreno bastante elevado, muito vantajoso para seus defensores. Contava com fortificação paralela ao rio, com 13 canhões. Estendendo-se por terra, na direção leste (até a Lagoa Mendez) havia uma trincheira de 900 metros que, no dia da batalha (22 de setembro de 1866) estava guarnecida por 5.000 homens e 36 peças de artilharia. Tinha para-peito mais elevado e fosso mais largo e profundo do que Curuzu, além de contar com uma trincheira que lhe cobria a frente e, entre esta e a trincheira principal, uma enorme linha de *abatisses* (que são troncos de árvores derrubadas cuja galhada é voltada na direção de um inimigo que ataca, para dificultar-lhe o avanço) que fechava o acesso a Curupaiti quase completamente⁶.

O terreno interposto entre as duas posições era de difícil travessia por ser alagado, além de praticamente desconhecido dos aliados.

Assim descrito o cenário, passaremos ao drama desenvolvido.

Ao analisar os fatos em torno da Batalha de Curupaiti, muitos historiadores enfatizaram as querelas políticas entre os aliados (especialmente entre o Almirante Tamandaré e o General Porto Alegre, de um lado, e os Generais Bartolomé Mitre, Polydoro Jordão e Venâncio Flores, de outro) como forma de justificar o desastre ocorrido com as tropas argentinas e brasileiras frente aos soldados de Solano López⁷. Nossa intenção é contri-

buir com subsídios para uma outra razão, de caráter propriamente tático, relacionada às condições de combate das guerras da segunda metade do século XIX e do cenário da batalha de 22 de setembro de 1866, propriamente dita, que explique o ocorrido naquele campo de peleja sul-americano – sem, com isso, desqualificar qualquer versão que valorize um olhar mais político sobre as causas da tragédia.

A Batalha de Curupaiti (22 de setembro de 1866), durante o curso da Guerra do Paraguai, foi uma expressiva vitória obtida pelas armas guaranis às custas dos aliados (brasileiros e argentinos). Tal combate pode ser compreendido como a expressão da superioridade da defensiva entrincheirada sobre o assalto frontal – mesmo sendo os defensores dotados de armamento de qualidade (alcance e precisão) inferior ao dos assaltantes.

BATALHA DE CURUZU (3 de setembro de 1866)

Em agosto de 1866, quando o Alto-Comando aliado optou pela operação conjunta entre a Esquadra (sob comando do Almirante Tamandaré) e o Exército Brasileiro (2º Corpo de Exército, sob comando do General Manuel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre, que havia chegado em julho ao Paraguai, vindo do Rio Grande do Sul) contra as fortificações guaranis na margem esquerda do Rio Paraguai, a intenção era abrir uma brecha nas defesas de Solano López que deixasse seu flanco direito, assentado na margem esquerda do Rio Paraguai, exposto ao avanço aliado, possibilitando cortar o grosso de seu Exército, nas linhas de Rojas em frente ao acampamento aliado em Tuiuti, de seu principal baluarte defensivo: a Fortaleza de Humaitá. Os generais aliados pareciam querer, então, obter a iniciativa de operações ofensivas, que até aquele momento esteve com López, quando este desfechou os golpes de mão de Esteiro Bellaco, Tuiuti, Boqueirão e Sauce, entre maio e julho de 1866 – embora os paraguaios se achassem numa defensiva estratégica, sua opção era, então, a ofensiva tática⁸.

Antes do desembarque das tropas do 2º Corpo, a Esquadra Imperial bombardeou a bateria fluvial e a trincheira de Curuzu, no

intuito de “amaciar” a posição para o assalto que se seguiria. Durante a operação de bombardeio a Marinha perdeu o navio Encouraçado *Rio de Janeiro*, afundado devido à explosão de um torpedo em sua popa. Tais engenhos já haviam sido utilizados na Guerra Civil Americana (1861-1865) com algum sucesso – na Guerra do Paraguai esta seria a única belonave perdida dessa maneira⁹. Por “torpedo”, entendia-se a mina submarina, e não um projétil submarino como é atualmente. Tais engenhos foram utilizados pela primeira vez na Guerra da Crimeia (1853-1856), mas com algum êxito somente desde a Guerra Civil Americana. Ao longo do conflito o Presidente paraguaio, Solano López, não hesitou em utilizar o trabalho de técnicos estrangeiros, como George Frederick Masterman, para produzi-los e lançá-los contra os navios imperiais. A Esquadra Imperial também contratou um especialista estrangeiro, James H. Tomb, oficial veterano da vencida e dissolvida Marinha dos Estados Confederados da América do Norte (CSA), para localizá-los e desativá-los.

Com a posição previamente batida pela Marinha, o Exército tomou-a no dia 3 de setembro de 1866. O assalto, com uma carga frontal de infantaria com baionetas caladas nos fuzis, revelou-se, embora vitorioso, extremamente custoso para os atacantes (provocando 10% de baixas no efetivo total empregado, com 8.300 homens), pois a artilharia defensiva não havia sido silenciada pelo bombardeio da Marinha, assim como este não havia desalojado os 2.500 defensores da posição. A tomada da trincheira foi possibilitada por uma manobra de flanqueamento pela esquerda dos paraguaios, através da lagoa que acreditavam ser invadável – sendo que três batalhões (34^o, 47^o e 29^o de Voluntários da Pátria) foram lançados por esse lado, quebrando a resistência do 10^o Batalhão de Infantaria paraguaio e tomando a posição¹⁰.

Apesar da temeridade que possa parecer tal ação aos olhos do século XXI, o pensamento militar do século XIX consagrava um lugar de elevada estima e respeito pela carga frontal com o frio aço das baionetas – como se pode observar em várias batalhas onde tal arma alcançou fama de eficiência,

como no cerco de Sevastopol, na Guerra da Crimeia (1853-1856), ou em Solferino, no conflito Franco-Austríaco de 1859¹¹.

Dentre as razões que levaram à vitória brasileira em 3 de setembro de 1866, o Coronel Juan Beverina, do Exército Argentino, cita: a grande largura do parapeito paraguaio, que impossibilitou o fogo de enfiada dos defensores quando os brasileiros encostaram no muro; o fato de Curuzu estar totalmente fora da cobertura da artilharia da posição principal, Curupaiti; a inexistência de uma infantaria paraguaia de reserva para lidar com uma eventual penetração inimiga na trincheira; e, por fim, a opção do General Porto Alegre em dispor seus soldados em extensas e estreitas linhas de ataque, impossibilitando que os poucos defensores paraguaios fizessem fogo concentrado sobre algum setor da linha de ataque¹².

BATALHA DE CURUPAITI (22 de setembro de 1866)

Segundo o engenheiro inglês George Thompson, López havia lhe dado ordens para reforçar a posição de Curupaiti por volta de 8 de setembro, com a construção de uma trincheira mais consistente, 5.000 homens e muita artilharia. Isso porque, “se os aliados tomassem Curupaiti, ficariam à retaguarda do restante do Exército paraguaio”, nas linhas de Rojas¹³.

No intuito de obter tempo para a conclusão da obra, López convidou Mitre (presidente argentino e supremo comandante aliado no Paraguai) para deliberar sobre um acordo de paz numa conferência em Yatayty-Corá, em 12 de setembro. Após a reunião, Mitre ainda pensou até o dia 14 para responder negativamente às propostas do presidente paraguaio. Além disso, as já mencionadas disputas de cunho mais político do que militar entre os comandantes aliados retardaram o ataque à posição até o dia 17 de setembro. Nessa data, porém, começou intensa chuva que durou até o dia 20, quando foi feita a opção por dar tempo para que o terreno secasse um pouco. Assim, o ataque só ocorreu em 22 de setembro, um dia após os paraguaios terem completado suas novas defesas em Curupaiti.

Entre os dias 11 e 13 de setembro, Mitre havia se transferido com 9.000 soldados argentinos, 12 peças de artilharia e uma brigada brasileira de 2.000 homens, para Curuzu, onde assumiu o comando da operação preparatória para o assalto.

No plano de ação dos aliados estavam contempladas três iniciativas para o dia 22: o ataque frontal contra Curupaiti (sob comando de Mitre), uma demonstração de força das tropas aliadas em Tuiuti (sob comando de Polydoro Jordão) e um avanço de cavalaria, com 3.500 soldados, pela extrema esquerda das defesas paraguaias de Rojas (sob comando de Venâncio Flores), para explorar aquele flanco inimigo e buscar a junção, através da retaguarda paraguaia, com os assaltantes de Curupaiti¹⁴.

No dia 22, após quase quatro horas de bombardeio naval, as tropas aliadas receberam o sinal combinado com a Esquadra para locomoverem-se em direção ao inimigo entrincheirado. Durante outras quatro horas, bateram-se contra um inimigo fortemente protegido que lhes impôs pouco mais de 4.000 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos. Chris Leuchars nos fala de 50% de baixas entre os efetivos argentinos e 20% entre os brasileiros, mas chama atenção para o fato de que estes não correspondem ao total de homens que estava em Curuzu, mas ao total realmente empregado na refrega, sendo que em números inteiros as perdas foram semelhantes (2.011 brasileiros e 2.082 argentinos)¹⁵. Pelo lado paraguaio, as perdas chegaram, segundo Thompson, a 54 mortos, vitimados principalmente pelo fogo dos mosquetes dos brasileiros postados na margem direita do Rio Paraguai¹⁶.

Vários foram os elementos que contribuíram para a catástrofe aliada em 22 de setembro de 1866, fazendo com que não possamos, portanto, atribuir culpas somente aos comandantes e suas rivalidades de cunho político. Antes, deve-se procurar compreender as condições táticas próprias do combate de meados do século XIX.

O General Fragozo, por exemplo, nos mostra que Curupaiti ocupava posição já naturalmente forte, pois era elevada e, dessa maneira, dominava o terreno em frente, porém, salienta que os paraguaios reforça-

ram-na de tal maneira entre os dias 8 e 21 de setembro que ela se tornou praticamente inacessível para quem vinha de Curuzu. O traçado da trincheira principal era marcado por reentrâncias – ao contrário de Curuzu, cuja trincheira era praticamente uma linha reta – que possibilitava o tiro de enfiada (aquele que é feito quando se está em posição bastante protegida e vantajosa em relação ao inimigo, que não pode ou dificilmente consegue se proteger) contra assaltantes que eventualmente entrassem no fosso e se encostassem no sopé do parapeito. Em virtude das chuvas que caíram entre 17 e 20, o terreno entre Curupaiti e Curuzu estava encharcado, tornando sua travessia uma verdadeira provação para os soldados aliados. Por fim, Fragozo destaca os erros cometidos pelos aliados. Entre estes: o fato de realizarem reconhecimentos muito superficiais, não descobrindo sequer a natureza do terreno que teriam que atravessar; a artilharia terrestre aliada era muito limitada, em quantidade e poder de fogo para causar qualquer estrago de proporções consideráveis entre os defensores; o tempo que os aliados “concederam” aos homens de López para que reforçassem a posição, devido às disputas estéreis e às deliberações de paz após a conferência de Yataty-Corá¹⁷.

O Capitão Octaviano P. de Souza, por sua vez, não aceita a alegação, muito usual após a Batalha de Curuzu, de que faltaram meios móveis (cavalos, mulas e bois) aos brasileiros para que tomassem Curupaiti imediatamente após 3 de setembro, pois o terreno entre as duas posições só possibilitaria a transposição por infantaria. Acrescenta que a presença de vários batalhões no Chaco (margem direita do Rio Paraguai) teria causado danos bem maiores aos paraguaios e seriam muito mais eficazes, pois a maioria das baixas guaranis foram provocadas pelo fogo de enfiada dos mosquetes raiados dos homens dos 16^a e 12^a Batalhões brasileiros. Mostra que a linha de *abatíses* era um obstáculo impenetrável para um assalto frontal. Conclui, num breve resumo, quais teriam sido as causas imediatas da derrota: atraso em atacar a posição logo após a queda de Curuzu; reconhecimentos mal conduzidos que levaram a informações

incompletas e equivocadas sobre a posição inimiga; ineficácia do bombardeio naval de 22 de setembro; a força da posição paraguaia; carência de artilharia terrestre de grosso calibre entre os aliados; a formação de uma maciça linha de assalto aliada para atravessar o campo, proporcionando grandes e múltiplos alvos à artilharia paraguaia em posição elevada e atirando de enfiada contra os assaltantes; e, finalmente, o fato do ataque ter ocorrido a luz do dia e não durante a noite, quando esta seria, para Octaviano, a alternativa mais aconselhável – embora se possa criticar tal afirmação com a simples constatação de que o comando e o controle durante a noite são muito mais difíceis do que durante o dia¹⁸.

Chris Leuchars trata das mesmas qualidades das fortificações de Curupaiti (fosso, parapeito, linha de *abatisses*, terreno alagado, pesada artilharia, presença de muita infantaria) que os demais autores. Destaca, entretanto, o descuido dos aliados em não destruir a linha de *abatisses* com sua artilharia antes de lançarem seu assalto. Nos mostra, também, que as tropas de assalto estavam sobrecarregadas e, portanto, eram demasiadamente lentas. Por fim, chama atenção para o fato de que o único problema sério dos paraguaios era selecionar alvos entre as mais variadas opções que se lhes apresentavam para destruir brasileiros e argentinos.

O Tenente-Coronel Juan Beverina, por fim, deixa a culpa da derrota recair especialmente sobre a Marinha Imperial, cujo comandante, Almirante Tamandaré, havia prometido arrasar, com a artilharia de grosso calibre a bordo de seus encouraçados, toda a área de Curupaiti, mas não poderia fazê-lo porque não dispunha de observação – dado que dos navios da Esquadra não era possível verificar os estragos naquele terreno tão elevado em relação ao rio – e comunicações adequadas para tanto. Beverina não isenta, entretanto, Mitre, a quem acusa de ter conduzido um ataque suicida contra trincheiras que não haviam sido adequadamente reconhecidas e com tropas sobrecarregadas de materiais como escadas e faxinas, que eram utilizadas para preencher os fossos e possibilitar a travessia dos mes-

mos pela infantaria – isso porque as tropas de pontoneiros e sapadores (soldados de engenharia) haviam ficado para trás, protegendo os canhões aliados¹⁹.

Acreditamos ser interessante deixar aqui um testemunho ocular sobre as vantagens defensivas da posição de Curupaiti, do então Tenente da Marinha Arthur Silveira da Motta:

A posição era naturalmente tão forte, que quatro ou cinco mil homens de boa tropa com uma dúzia de canhões, atrás de uma trincheira de pouco relevo, que a natureza do terreno permitia levantar em vinte e quatro horas, bastavam para resistir a um ataque na proporção de um contra dez. Isto não quer dizer que a posição fosse inexpugnável, mas sim que não poderia ser tomada sem sacrifício de quinze ou vinte mil homens, que era o número total dos assaltantes. [...] Tive ocasião de percorrer grande extensão do descampado por onde avançaram as nossas colunas, se não no dia do ataque, mas poucos dias depois, indo como parlamentar às avançadas inimigas, com uma comunicação do Almirante a López relativamente à suspensão de hostilidades durante o tempo necessário para a nossa linha de bloqueio ser transposta por um navio de guerra americano que conduzia o Ministro Washburn. [...] finalmente, depois que López concentrou seu Exército em Humaitá, percorri as trincheiras das quais havíamos recuado e grande parte do terreno que elas dominavam só acessível por alguns passos entre banhados profundos. Os assaltantes tinham de estreitar nesses passos a ordem em que avançaram e ali eram fulminados pela metralha, enquanto procuravam remover os *abatisses* para se estenderem de novo. Um espectador imparcial da Batalha de Curupaiti nada teria tido que admirar na resistência do inimigo protegido por suas trincheiras em posição tão vantajosa.²⁰

O COMANDO DE CAXIAS E A ESTAGNAÇÃO DAS OPERAÇÕES OFENSIVAS (outubro de 1866 a julho de 1867)

Após a derrota frente à Curupaiti, Polydoro, Tamandaré e Flores retiraram-se de suas posições de mando, além disso, o Marquês de Caxias assumiu o comando unificado dos 1º e 2º Corpos de Exército e da Esquadra (que passou ao comando do Visconde de Inhaúma, Joaquim José Ignácio), e deu início, com o suporte do General Osório, à organização do 3º Corpo no Rio Grande do Sul.

Caxias chegou a Tuiuti em 18 de novembro de 1866 e deu início a várias mudanças. Na viagem de ida, reorganizou o serviço hospitalar e os depósitos do Exército no Uruguai e na Argentina. Chegando ao Paraguai, constatou as profundas diferenças administrativas entre os 1º e 2º Corpos de Exército brasileiros, ao ponto de afirmar posteriormente que “pareciam pertencer a diferentes nações”²¹.

As condições sanitárias, disciplinares e materiais do Exército eram tais que Caxias teria, necessariamente, que gastar tempo para corrigi-las e só posteriormente pensar em abrir operações contra o inimigo. Temos, no texto de Forjaz, a descrição do quadro tenebroso em que se encontrava o Exército Brasileiro:

O Exército estagnava depois de Curupaiti. A ociosidade levava ao vício e ao relaxamento. A tropa não andava; desandava. O comércio e a prostituição imperavam, explorando o dinheiro dos soldados nos momentos de folga. Foram tantas as trocas de peças de uniforme em escambo que muitos andavam descalços e seminus.

A higiene quase não existia. Não havia água tratada [...] O estado sanitário da tropa era tão precário que os aliados perderam mais de um terço de seu efetivo vítima de enfermidades. [...] O cólera dizimava mais do que os projéteis do adversário e cerca de um terço de seu contingente achava-se enfermo.

A cavalaria estava desmontada. Os cavalos remanescentes sobreviviam das pastagens naturais,

pobres em nutrientes. Forragem praticamente não havia. O armamento era deficiente e ruim. Bastava inutilizar a vareta do fuzil Minié para deixá-lo inoperante. [...] A partir de então, as hostilidades teriam um novo curso. O novo comandante em chefe [...] reorganizaria tudo, mesmo que lentamente, afiaria a espada para depois partir celereamente atrás do oponente.²²

Reconhecendo o elevado valor da fortificação de campo, Caxias providenciou o reforço dos entrincheiramentos aliados em Tuiuti – dado que também era seu plano realizar uma marcha pelo flanco esquerdo paraguaio e sitiar Humaitá, deixando em Tuiuti apenas uma pequena guarnição que pudesse defender a base por meio de boas fortificações –, com a construção de um reduto central e de linhas telegráficas que interligassem estas novas posições. Paralelamente, implantou um serviço de observação com balões cativos para mapear as posições paraguaias e, dessa forma, solucionar parte do problema do desconhecimento cartográfico.

Eram, portanto, múltiplos os problemas que exigiam solução e várias as tarefas a realizar. Demandava-se tempo! A imprensa da corte, em especial, passou a criticar severamente o marquês pela morosidade em iniciar operações, contudo os jornalistas não compreendiam as questões que cercavam o teatro de operações.

A MARCHA DE FLANCO (Julho de 1867)

Contando com novos efetivos imperiais e com uma cavalaria reconstituída – com 3.000 cavaleiros montados sobre animais criados a alfafa e milho –, Caxias partiu com 21.500 brasileiros, 6.000 argentinos e 600 orientais, deixando 10.000 homens do 2º Corpo guardando Tuiuti²³.

Seu projeto consistia cercar Humaitá cortando-a de qualquer contato com Assunção ou outras tropas paraguaias. Tal plano foi explicado ao General Osório em correspondência de 4 de abril de 1867, quando ainda era esquematizado

[...] tendo o inimigo concentrado toda a sua defesa nas matas próximas ao Rio Paraguai, fortificando-as consideravelmente [...] seria um contrassenso irmos fazer-lhe a vontade, procurando-o justamente no único lugar em que ele nos pode resistir. Daquele modo, me parece que López não terá senão duas resoluções a tomar: ou abandona sua linha fortificada, e reunir suas forças para nos ir dar uma batalha campal, ou atacar as forças que eu deixar guardando a linha que ocupamos. Se tomar a primeira, saindo ao nosso encontro, terá que abandonar suas trincheiras; então as forças que aqui [Tuyuty] ficarem as poderão tomar com pouco prejuízo. Se, pelo contrário, vier com toda a força atacar a nossa atual linha, nos dará tempo para avançarmos pelo seu flanco esquerdo, e tomar-lhe a retaguarda antes que possa retirar-se. E, mesmo quando ele se julgue tão forte, que nos tente bater em detalhe, será isso para nós de muita vantagem, porque, do primeiro ataque que empreendesse, sairia tão mutilado que nos seria depois mais fácil aniquilá-lo.²⁴

Esta apreciação de Caxias confirmou-se a 3 de novembro de 1867 na segunda Batalha de Tuiuti, quando López, tentando aliviar o cerco promovido pelos aliados – no dia anterior, tropas aliadas haviam chegado até Taii (ou Tagy), na margem esquerda do Rio Paraguai ao norte de Humaitá, ameaçando-a seriamente com o isolamento – procurou atacar a base de operações aliada em Tuiuti, então guardada por forças do 2º Corpo de Exército, sob comando de Porto Alegre.

SEGUNDA TUIUTI (3 de novembro de 1867)

Os paraguaios notaram que, com o grosso do Exército aliado espalhado entre Tuyu-Cuê – onde Caxias instalou seu quartel-general – e Taii, na margem esquerda do Rio Paraguai, Tuiuti passava a ser um alvo fácil de ser atingido. O pensamento de López era atacá-la para

cortar a retaguarda de Caxias, ou, pelo menos, forçá-lo a retroceder, atrapalhando sua marcha de flanco para sitiar Humaitá.

Após obterem uma surpresa inicial, capturando as duas primeiras linhas de trincheiras aliadas, que se achavam fracamente guarnecidas, os 8.000 soldados paraguaios entregaram-se ao saque de Tuiuti e do Passo da Pátria – além do que, a visão das tropas brasileiras e argentinas fugindo em pânico levou os soldados de López a uma perseguição desenfreada e desorganizada. Além disso, o Barão de Porto Alegre pôde reunir seus homens no reduto central de Tuiuti – mandado construir por Caxias – para fazer resistência ao ataque e recebeu reforços de Tuyu-Cuê, podendo, dessa forma, repelir aquele que seria o último assalto paraguaio em grande escala contra posições fortificadas aliadas.

Em três horas de refrega (das 6h às 9h) 2.000 soldados brasileiros resistiram dentro do reduto central, suportando 800 mortos ou feridos e 233 homens do 4º Batalhão de Artilharia a pé que, tentando defender um forte na direita das linhas aliadas, foi obrigado a render-se quando os paraguaios se aproximaram, pois os soldados desta unidade dispunham somente de mosquetões sem baioneta para sua defesa pessoal.²⁵

Contudo, pode-se considerá-la uma vitória aliada, dado que os paraguaios não somente não alcançaram seu intento como, também, a perda de cerca de mais 2.400 homens obrigou-lhes, em seguida, a reduzir o perímetro defensivo externo de Humaitá e reconcentrarem-lhe em seu interior.

O CERCO E A QUEDA DE HUMAITÁ (2 de novembro de 1867 a 25 de julho de 1868)

A tomada de Humaitá era vital, desde o início do conflito, para que os aliados franqueassem a navegação no Rio Paraguai e seguissem até Assunção. Com este intuito, o Exército aliado, sob comando integral de Caxias desde 13 de janeiro de 1868, e a Esquadra Imperial sob comando do Almirante José Ignacio (Visconde de Inhaúma), contando com navios blindados (encouraçados e monitores, sendo estes navios de baixo

calado e pouco perfil) realizaram várias operações combinadas neste período.

López, percebendo o inexorável estrangulamento de sua guarnição em Humaitá, manda, por sua vez, que se construa na margem direita do Rio Paraguai, entre Timbó e Monte Lindo (ambos no Chaco), uma estrada cujo propósito inicial era suprir a fortaleza, mas que, posteriormente, foi usada para evacuá-la.

Em 19 de fevereiro de 1868, uma parte da Esquadra força as passagens de Humaitá e Timbó (esta, à direita do rio) e chega a Taii para unir-se às Forças Terrestres; no mesmo dia, o reduto paraguaio do Estabelecimento (reduto Cierva) é atacado e conquistado, apertando ainda mais o perímetro do cerco aliado sobre Humaitá. Notando isso, López retira-se de seu principal baluarte, com 12 mil soldados, através de sua estrada no Chaco, em 3 de março de 1868 – pouco depois é seguido pelos Generais Resquim e Barrios, com mais de 10 mil homens – seu destino é San Fernando, ao norte de Humaitá e entre esta e Assunção.

Reconhecendo o plano e as ações de López, Caxias envia tropas ao Chaco, com apoio de navios da Esquadra, para barrar a fuga. Neste intuito, foram conduzidas operações anfíbias combinadas – é também interessante notar que, pela segunda vez na campanha, as Forças brasileiras a oeste do Rio Paraguai fizeram uso de uma linha ferroviária para se suprirem entre seus aquartelamentos²⁶.

Por outro lado, Caxias ainda tem que lutar contra inconvenientes logísticos que lhe atrapalham as operações. Após a passagem da Esquadra por Humaitá, esta tinha que ser suprida em Taii com munições, alimentos e carvão, que eram trazidos por terra de Tuiuti, num trajeto de cerca de 12 léguas (80 quilômetros)²⁷.

Com o propósito de apertar ainda mais o cerco e reduzir as distâncias para a logística da Esquadra, Caxias ordena que os Generais Argolo Ferrão (no comando do 2º Corpo); Osório (dirigindo o 3º Corpo) e Gelly y Obes (Exército Argentino) ataquem, respectivamente, Sauce/Curupaiti, Espinilho e Ângulo, que eram as principais posições fortificadas que cobriam o Sul de Humaitá.

Tal assalto se dá em 21 de março de 1868, tendo como resultado na tomada daquelas áreas, já francamente defendidas, pois haviam em Humaitá apenas 8.000 homens com 200 peças de artilharia para cobrir todos os lados²⁸.

Uma vez isolada Humaitá, cabia a Caxias a opção de deixá-la render-se pelo esgotamento dos recursos de seus defensores ou tomá-la, após bombardeio preparatório, num assalto. Muitos de seus generais subordinados, contudo, não estavam propensos a apoiarem um assalto. O General Argolo, por exemplo, escreveu:

Que nos faria ganhar o assalto precipitado? Alguns dias de adiantamento? E de quantos necessitaríamos depois para prosseguirmos? Por que preço alcançaríamos esse adiantamento? Compensaria a ele os recursos gastos para conquistá-lo? Não me parece [...] Humaitá é hoje objetivo secundário. Creio, pois, que o devemos comprar o mais barato possível e termos junto todos os nossos recursos para a aquisição do principal. Se para a compra for necessário o assalto, este, a meu ver, só convirá se for dado depois do emprego dos meios que aconselha a arte para torná-lo menos dispendioso e nunca antes do emprego destes meios.²⁹

Muitos, também, eram os que defendiam a tomada imediata de Humaitá. O Presidente Mitre, por exemplo, escrevia de Buenos Aires, a 27 de maio de 1868, ao General Gelly Y Obes que

[...] embora fosse possível deixar Humaitá na retaguarda ocupada pelo inimigo lançando uma expedição irresistível ao interior, as regras da guerra ensinam que aquele que deixa atrás de si obstáculo que não soube ou não pôde vencer, está de antemão derrotado. [...] Agora, quanto ao assalto a Humaitá, considerado isoladamente, é operação tão decisiva quanto séria [...]. Se nos apoderássemos de Humaitá à viva força, decerto que a

guerra findaria ali moralmente; se, porém, fossemos rechaçados, teríamos de volver à empresa, como se nada tivéssemos feito até agora. [...] moralmente, tanto se arrisca numa pequena expedição ao interior, como num ataque a Humaitá; num e noutro caso, nem as pedras seriam menores, nem maiores os perigos; os resultados da tomada de Humaitá à viva força seriam desde logo mais fecundos.³⁰

Assim é que Caxias, optando pela tomada mais rápida possível, ordenou, em 16 de julho de 1868, o bombardeio prévio com a artilharia dos 1^o, 2^o e 3^o Corpos brasileiros e demais aliados, mais a artilharia da Marinha, e o assalto às trincheiras de Humaitá com as forças do 3^o Corpo de Exército, sob comando de Osório.

Como não houve fogo de contrabateria por parte dos paraguaios, Caxias animou-se com a perspectiva de que a fortaleza estivesse vazia e, portanto, podendo ser conquistada tranquilamente. Tal fato o animou a investir sobre a fortaleza e, assim, ordenou a Osório que reconhecesse a posição e, se possível, a atacasse. As tropas sob comando deste general compreendiam um corpo de cavalaria (que lutou apeado), quatro brigadas de infantaria, um batalhão de engenheiros e uma brigada de artilharia de campo.

Vários, porém foram os problemas ocorridos durante o assalto, especialmente após Osório chegar ao primeiro fosso, dentre eles: tanto a artilharia quanto a infantaria paraguaias, que se encontravam em silêncio e ocultas, tornaram-se ativas; as baixas brasileiras tornaram-se, em terreno descoberto e sem proteção natural, demasiadas; a artilharia brasileira não obteve um grande efeito, dado que as trincheiras eram de terra; as fortificações paraguaias (fossos, bocas de lobo, *abatisses* e trincheiras) eram bem construídas; o terreno estava coberto de brejos e lagoas. Dessa maneira, além do ataque malograr, Osório amargou 1.019 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos³¹.

O *Diário do Exército* nos dá conta do volume de fogo de artilharia despejado sobre Humaitá: 3.666 tiros, um dos maiores bombardeios preparatórios de toda a guerra, ao

qual “o inimigo deixou de responder, tendo-o apenas feito contra as forças dos mesmos corpos de Exército que avançaram contra as suas trincheiras”³².

Fazendo uma comparação do ocorrido neste assalto com as ocorrências da Primeira Guerra Mundial, Fragoso nos mostra que Caxias dispunha, em terra, de 155 peças de artilharia para bater posições entrincheiradas de Humaitá, mas que

[...] ainda assim não bastava à solução dos problemas que os aliados tinham diante de si. Como peças de sítio, só se poderiam considerar, quando muito, os Whitworth de 32 e os La Hitte de 12, e o seu número era incontestavelmente irrisório; a sua ação eficaz ficava [...] restringida unicamente aos alvos vivos; contra as trincheiras, [...] era quase nulo o efeito dos projéteis. [...] lembrando-nos de quanto ocorreu na última guerra mundial. Tratava-se, como no Paraguai, embora em escala mais ampla, de atacar um inimigo habilmente entrincheirado no terreno e [...] o que se reclamou em altos brados [...] foi artilharia abundante e de grande poder balístico. [...] Quando hoje estudamos qualquer desses ataques, o que logo nos salta à vista é a pobreza dos aliados de 1865-1870, no que concerne à artilharia, em contraposição à riqueza dos de 1914. Quanto ao emprego propriamente dito do material, sem dúvida estava-se longe da perfeição que se atingiu na última guerra europeia. Todo o apoio dos ataques reduzia-se a uma preparação prévia; a artilharia não podia acompanhá-los por falta de material com os necessários predicados e até mesmo por falta de doutrina. Feito o bombardeio prévio [...], as bocas de fogo em geral silenciavam e os infantéis arremetiam contra o objetivo. É, pois, natural que, depois de se abrigarem para escapar à neutralização prévia, os defensores ganhassem seus postos, a fim de repelir com eficácia os atacantes.

Por isso, eram os assaltos operações que exigiam grande dispêndio de material humano.³³

Humaitá só seria ocupada pelos aliados em 25 de julho de 1868, após seus últimos defensores evacuarem-na, seguindo para o Chaco, na margem direita do Rio Paraguai. No interior desta fortaleza, os aliados capturaram: 177 canhões, estativas de foguetes e farta munição, armamento e 90 carros. Emílio Jourdan calcula que, até esta altura da guerra, os paraguaios haviam perdido 80.000 homens (em combate ou prisioneiros e doentes), 271 peças de artilharia e sete estativas de foguetes, além de muitos outros materiais³⁴.

O diplomata, ex-militar, escritor erudito inglês Richard Francis Burton, em carta para um amigo, denominado apenas como “Z”, datada de 24 de agosto de 1868, ridiculariza e menospreza a posição fortificada paraguaia

Depois de um olhar de puro espanto, minha primeira pergunta foi – onde fica Humaitá? Onde estão os “polígonos regulares da cidadela de Humaitá?” Onde está o “grande baluarte que era considerado a pedra fundamental do Paraguai? Eu a vira ser comparada a Silistria e Kars [...] a Sebastopol [...] ao Quadrilátero, que aterrozizou a Itália; a Luxemburgo, tão cara à França; a Richmond, que por tanto tempo manteve as forças unionistas em apuros, às baterias blindadas de Vicksburg e às defesas bem protegidas Gibraltar. Será

que essas pobres barbetas, esse acampamento entrincheirado sem praça-forte [...] são os mesmos que resistiram a 40.000 homens, para não falar nos couraçados e canhoneiras, e que suportaram um cerco de dois anos e meio? Cheguei à conclusão de que Humaitá foi um monstruoso engodo e que, como restante do público, eu fora induzido a acreditar que o ponto mais fraco da campanha paraguaia era o mais forte.³⁵

Burton, visitando Humaitá quase um mês após sua queda e observando-a apenas brevemente, não notou – como percebiam os veteranos defensores e assaltantes – que sua verdadeira força não estava em trabalhos de alvenaria, semelhantes às fortalezas que citou, mas sim, no fato de ser muito elevada em relação ao Rio Paraguai –, inviabilizando um bombardeio preciso por parte da Esquadra, que estava bem dotada de artilharia pesada³⁶ – e de que seus entrincheiramentos de terra e madeira podiam ser prontamente refeitos após um bombardeio³⁷.

Com a queda de Humaitá, Caxias transferiu todo o 2º Corpo de Exército, sob comando do General Argolo Ferrão, mais depósitos, hospitais, tribunais militares e outras repartições, que se encontravam em Corrientes e Tuiuti, para esta nova praça aliada.

Em 19 de agosto, os 1º e 3º Corpos de Exército brasileiro e unidades uruguaias iniciam sua marcha para o norte, em demanda do Exército paraguaio, enquanto o 2º corpo permanecia em Humaitá. Mas a guerra ainda estava longe de terminar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay: desde la invasion de los aliados al Paraguay hasta Curupaity*. Buenos Aires: Circulo Militar, 1933.

BONALUME NETO, Ricardo. Novas Lições da Guerra do Paraguai. In: CADERNO MAIS, *Folha de São Paulo*, 9 de novembro de 1997.

BORMANN, José Bernardino. *História da Guerra do Paraguay*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1897.

BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

CAMPBELL, R. Thomas. *Engineer in gray*. Jefferson: McFarland & Company Publishers, 2005.

CAXIAS, Luis Alvez de Lima e Silva, Duque de. Diário do Exército em operações sob comando em chefe do Exmo. Sr. Marechal de Exército Marquez de Caxias. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, Tomo 91, v. 145, 1926.

COTNER, Robert C.. As experiências do Capitão James H. Tomb na Marinha brasileira – 1865-1870. in: Edição Especial da *Revista Marítima Brasileira*, v.127, dez. 2007.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FORJAZ, Cláudio R. Hehl. *Espada Caxias*. Rio de Janeiro: 2005.

FRAGOSO, Augusto de Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

GRIFFITH, Paddy. *Battle tactics of the Civil War*. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

JACEGUAI, Artur Silveira da Mota, Barão de. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1982.

JOURDAN, Emílio Carlos. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1890.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEUCHARS, Chris. *To the bitter end*. Westport: Greenwood Press, 2002.

MORILLO, Stephen. PAVKOVIC, Michael. *What is military history?* Lancaster: Polity Press, 2006.

NOSWORTHY, Brent. *The bloody crucible of courage*. New York: Carrol & Graf Publishers, 2003.

SCHNEIDER, A *Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguay*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1902.

SOUZA JUNIOR, Antonio de. Guerra do Paraguai. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, Tomo II.

SOUZA, Octaviano Pereira de. História da Guerra do Paraguai. *Revista do IHGB*, tomo 102, vol 156 (2º de 1927). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

THOMPSON, *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

NOTAS

¹ MORILLO, Stephen. PAVKOVIC, Michael. Lancaster, Polity Press, 2006, p. 01.

² LE GOFF, Jacques. . São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.17. 3

³ As vertentes revisionista e pós-revisionista discordam entre si, basicamente, naquilo que toca às causas da Guerra do Paraguai, sendo que a primeira propõe que as origens do conflito vinculam-se aos interesses imperialistas britânicos na região do Prata, ao passo que a segunda desconsidera que tais interesses seriam determinantes como causa do conflito. Entre os representantes do revisionismo, destacamos o jornalista Júlio J. Chiavenato e dentre os pós-revisionistas Francisco Doratioto. Para uma melhor apreciação das polêmicas entre os dois blocos, veja-se: BONALUME NETO, Ricardo. Novas Lições da Guerra do Paraguai. In: CADERNO MAIS, , 9 de novembro de 1997.

- ⁴ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Paraguai#/media/File:Guerra_do_Paraguai-Opera%C3%A7%C3%B5es_Passagem_Humaita_1866-1868.png Acesso em maio 2018.
- ⁵ Cf. SOUZA Octaviano Pereira de. História da Guerra do Paraguai. , tomo 102, vol 156 (2º de 1927), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, p.225.
- ⁶ Sobre tal modelo de fortificação de campo de batalha, veja-se: GRIFFITH, Paddy. New Haven and London: Yale University Press, 2001, p. 127-128.
- ⁷ DORATIOTO, Francisco. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 237-238.
- ⁸ LEUCHARS, Chris. . Westport: Greenwood Press, 2002., p.140.
- ⁹ Sobre os torpedos, veja-se: NOSWORTHY, Brent. New York: Carrol & Graf Publishers, 2003, p. 126. Sobre seu uso especificamente na Guerra do Paraguai, veja-se: CAMPBELL, R. Thomas. Jefferson: McFarland & Company Publishers, 2005, p.133-158. COTNER, Robert C. As experiências do Capitão James H. Tomb na Marinha Brasileira – 1865-1870. in: Edição Especial da , v.127, dez. 2007. LEUCHARS, *op. cit.*, p. 142. THOMPSON, *op. cit.*, p. 130.
- ¹⁰ Posteriormente, López mandou dizimar o batalhão, além de fuzilar oficiais escolhidos por sorteio e dissolver a unidade espalhando os remanescentes da mesma entre vários batalhões do seu Exército. THOMPSON, . Rio de Janeiro: Conquista, 1968, p. 142.
- ¹¹ NOSWORTHY, *op. cit.*, p. 594-608.
- ¹² BEVERINA, Juan. Buenos Aires: Circulo Militar, 1933, p. 168-169.
- ¹³ THOMPSON, *op. cit.*, p. 141-145. O Barão do Rio Branco, anotador da obra de Louis Schneider, contesta Thompson ao afirmar que foi o Tenente-Coronel Wisner de Morgenstern, outro militar europeu (austro-húngaro) a serviço de López, quem projetou as defesas paraguaias em Curupaity. Cf. PARANHOS, J. M. da Silva. In: SCHNEIDER, . Rio de Janeiro, H. Garnier, 1902., 2ª v., p. 92.
- ¹⁴ Para uma análise detalhada do plano de operações previstas para os generais Polydoro Jordão e Venâncio Flores, veja-se: FRAGOSO, Augusto de Tasso. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, v. III, p. 143-147.
- ¹⁵ LEUCHARS, *op. cit.*, p. 153.
- ¹⁶ THOMPSON, *op. cit.*, p. 150.
- ¹⁷ FRAGOSO, *op. cit.*, p. 148-149.
- ¹⁸ SOUZA, *op. cit.*, p. 239-241.
- ¹⁹ BEVERINA, *op. cit.*, p. 236-237.
- ²⁰ JACEGUAL, Artur Silveira da Mota, Barão de. . Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1982.
- ²¹ FRAGOSO, *op. cit.*, v. 3, p. 193-194.
- ²² FORJAZ, Cláudio R. Hehl. . Rio de Janeiro: 2005, p. 204.
- ²³ SOUZA JUNIOR, Antonio de. Guerra do Paraguai. HOLANDA, Sérgio Buarque de. . São Paulo: Difel, 1985, Tomo II, v. 4, p. 307.
- ²⁴ Citado em FRAGOSO, *op. cit.*, v. III, 1958, p. 233-234.
- ²⁵ Para os números de baixas da batalha: BORMANN, José Bernardino. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1897, p. 69; para a situação do 4º de Artilharia a Pé: FRAGOSO, *op. cit.*, v. III, p. 376.
- ²⁶ FRAGOSO, *op. cit.*, v. III, p. 309-310. A outra ocasião em que os aliados se utilizaram de tal recurso foi quando uma divisão da Marinha, composta de navios, ultrapassou as baterias de Curupaity e atracou entre esta e Humaitá. A ligação se fazia, então, entre Palmar e Porto Elisário, numa extensão de 25 quilômetros. DORATIOTO, *op. cit.*, p. 302.
- ²⁷ FRAGOSO, *op. cit.*, v. 3, p. 443.
- ²⁸ FRAGOSO, *op. cit.*, v. 3, p. 454-455.
- ²⁹ *Apud* FRAGOSO, v. 3, p. 471-472.
- ³⁰ *Apud* FRAGOSO, v. 3, p. 474-475.
- ³¹ FRAGOSO, *op. cit.*, v. III, p. 490-493.
- ³² CAXIAS, Luis Alvez de Lima e Silva, Duque de. Diário do exército em operações sob commando em chefe do Exmo. Sr. Marechal de Exército Marquez de Caxias Rio de Janeiro: , Tomo 91, v. 145, 1926, p. 444.
- ³³ FRAGOSO, *op. cit.*, v. III, p. 523-524.
- ³⁴ JOURDAN, Emílio Carlos. . Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1890., p. 152.
- ³⁵ BURTON, Richard Francis. . Rio de Janeiro: Bibliex, 1997, p. 273.
- ³⁶ 39 embarcações, com 186 peças de artilharia e 3.719 marinheiros. Cf. BURTON, *op. cit.*, p. 296.
- ³⁷ BORMANN, *op. cit.*, p. 255.

A Segunda Passagem de Humaitá*

La Segunda Pasaje de Humaitá

Aldeir Isael Faxina Barros

Pesquisador de história militar dedicado aos estudos sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, mais especificamente no tocante à guerra fluvial. Possui publicações em eventos regionais, internacionais e revistas ligadas à temática.

RESUMO

Após a primeira passagem pelo passo fortificado de Humaitá, os seis navios da Divisão Avançada operaram com sérias dificuldades devido à grande área de atuação e ao parco serviço de suprimento, realizado através de comboios de carroças. Com as abordagens aos encouraçados (ocorridas em março, abaixo de Humaitá e em julho, no Tagy), e devido às informações de que uma nova tentativa estava sendo preparada, uma nova divisão de navios foi incumbida de realizar um novo forçamento. Além disso, era vital o acirramento do cerco para a rendição daquela praça forte. A relativa facilidade da execução do cometimento demonstrou que, como as Forças aliadas já sabiam, as Forças paraguaias, em sua maior parte, já haviam habilmente se retirado pelo Chaco para posições mais ao norte, erigindo novas fortificações e reorganizando seus efetivos. Após quatro dias do forçamento, Humaitá foi abandonada por seus últimos defensores. Sobre a operação, os resultados alcançados foram poucos devido a passagem ter ocorrido em um momento em que já haviam sido evacuadas a maior parte da guarnição e grande quantidade de armamento.

PALAVRAS-CHAVE: Encouraçados; Fortaleza; Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

RESUMEN

Después del primer pasaje por el paso fortificado de Humaitá, los seis buques de la División Avanzada operaron con serias dificultades debido al gran área de operación y al parco servicio de aprovisionamiento, realizado a través de convoyes de carros. Con los abordajes a los acorazados (ocurridos en marzo por debajo de Humaitá y en julio en Tajy) y, debido a la información de que se estaba preparando un nuevo intento, una nueva división de buques fue encargada de realizar un nuevo forzamiento. Además, era vital intensificar el cerco para la rendición de aquella plaza fuerte. La relativa facilidad de la ejecución de la comisión demostró que, como las fuerzas aliadas ya sabían, las fuerzas paraguayas, en su mayor parte, ya se habían retirado hábilmente por el Chaco hacia posiciones más al norte, erigiendo nuevas fortificaciones y reorganizando sus efectivos. Después de cuatro días del forzamiento, Humaitá fue abandonada por sus últimos defensores. Sobre la operación, los resultados alcanzados fueron pocos debido a que el pasaje ocurrió en un momento en que ya habían sido evacuadas la mayor parte de la guarnición y con ella una gran cantidad de armamento.

PALABRAS CLAVE: Acorazados; Fortaleza; Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay

* Artigo recebido em 14 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 29 de maio de 2018.



INTRODUÇÃO

Desde o início da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, os rios da região (Paraná, Paraguai e seus afluentes) tornaram-se rotas importantíssimas para a manutenção de todas as Forças em operações. Como ferramenta fundamental de auxílio às Forças Terrestres, a Marinha Imperial brasileira desempenhou papel de explorar, mapear, combater navios, fortificações e fortalezas, além dos demais estratagemas criados pelas Forças paraguaias para evitar o progresso das tropas aliadas na invasão do seu país.

Após a movimentação da Esquadra brasileira da região de Passo da Pátria, a fortificação de Curuzu foi combatida e posteriormente ocupada. Passado a derrota aliada em Curupaiti (22 set. 1866), com a troca de comando das Forças brasileiras, e após uma série de vacilações, essa posição foi forçada por uma fração da Esquadra Imperial. Ficaram dez encouraçados, um vapor e uma chata bombardeira estacionados entre as Fortalezas de Curupaiti e Humaitá. Para o abastecimento desta divisão, uma estrada¹, que posteriormente veio a se tornar uma via férrea, foi construída no Chaco, pela qual carvão, munições e demais suprimentos eram remetidos diariamente.

O forçamento do passo fortificado de Humaitá por ao menos uma fração dos encouraçados se mostrava necessário para o corte da linha de abastecimento fluvial de Humaitá com o restante do país. Tal procedimento se mostrou realizável após a tomada da barranca de Tagy, situada acima de Humaitá e na margem esquerda do Rio Paraguai. Depois do reforço de três monitores à Esquadra encouraçada, foi ordenado então pelo Marquês de Caxias que uma divisão de três encouraçados e três monitores, sob ordens de Delfim Carlos de Carvalho, futuro Barão da Passagem devido à realização deste feito, forçasse o passo de Humaitá. Tal operação se realizou na madrugada de 19 de fevereiro de 1868, configurando esta data a primeira passagem da fortaleza.

A Esquadilha que forçou Humaitá operou uma expedição à Assunção e posteriormente atuou policiando o Rio Paraguai entre Tagy e Humaitá, bombardeando Humaitá

e Timbó, além de proporcionar e participar de operações combinadas com o Exército na região do Chaco e sobre a foz do Tebiquarí. A missão desses navios era cortar a comunicação da fortaleza com o restante do país, buscando evitar a retirada das forças presentes em Humaitá e a chegada de qualquer auxílio a esta praça forte, missão essa que não pôde ser cumprida de maneira eficaz. Parte da Esquadilha foi responsável pelo afundamento dos Vapores paraguaios *Tacuarí* e *Igureí*, que eram utilizados para os transportes entre Humaitá e Timbó.

Na madrugada de 2 de março de 1868, os encouraçados que se encontravam na vanguarda, abaixo de Humaitá, foram abordados por numerosas canoas paraguaias disfarçadas com plantas aquáticas, para se assemelharem a camalotes (ilhas de vegetação que se desprendem das margens nas enchentes). Essa investida acabou resultando em grande mortandade para os atacantes². Assemelhado à abordagem de março, na noite de 9 para a madrugada de 10 de julho do mesmo ano, outro ataque foi levado a cabo pelas tropas paraguaias, seguindo praticamente o mesmo *modus operandi*, contra o Encouraçado *Barroso* e o Monitor *Rio Grande*, ancorados próximos à bateria de Tagy, também sendo improficua a tentativa de tomada dos navios.

HUMAITÁ

Após a tomada da barranca de Tagy, cortando a comunicação fluvial e parte da rota terrestre entre Humaitá e o resto do país, o Exército paraguaio utilizou habilmente a região do Chaco para manter a cadeia de comunicações e também escoar recursos para, e posteriormente de, Humaitá. Neste período, os Vapores paraguaios *Tacuarí* e *Igureí*, que após a tomada de Tagy ficaram retidos entre esses dois pontos, prestaram inestimáveis serviços no traslado de artilharia, munições, tropas e afins para a posição de Timbó, que proporcionava a ligação ao Tebiquarí pelo Chaco. Deste modo, com o acirramento do cerco, o Exército paraguaio foi encurtando suas linhas defensivas, Curupaiti foi abandonada e se iniciou gradativamente a evacuação da Fortaleza de Humaitá.

Parte dos canhões de Humaitá que eram utilizados no passo do Rio Paraguai foram retirados, sendo levados para Timbó, Monte Lindo e posteriormente para Fortín, no Tebiquarí. As defesas fluviais durante a segunda passagem de Humaitá foram inferiores às da primeira, mas não se pode dizer que Humaitá estava desguarnecida, pois segundo o relatório³ das peças de artilharia encontradas após o abandono da praça forte, existiam ali 177 bocas de fogo, sendo destas, oito canhões de alma lisa de calibre 68, dois ditos de calibre 32 e quarenta ditos de calibre 24.

As correntes, que foram colocadas com o fim de interceptar a navegação diante da fortaleza de Humaitá, continuavam estendidas de margem a margem, mas depois do intenso canhoneio que destruiu diversos dos mecanismos flutuadores, não puderam ser reflutuadas pelas tropas paraguaias devido à vigilância prestada pela vanguarda de encouraçados. As mesmas, sem as boias, chatas e chalanas utilizadas para manter sua flutuabilidade estavam submersas, formando um seio que, com a crescente do rio, proporcionou, como em 19 de fevereiro, a passagem dos navios.

Como na primeira passagem, os navios foram obrigados a seguir o canal navegável, que variava em largura de acordo com o nível da crescente do rio. Como demonstrado na Figura 1, a Fortaleza de Humaitá estava montada em uma posição privilegiada para a defesa, onde os encouraçados tinham que avançar próximos à margem direita, passando por uma grande ilha com vegetação que ficava alagada nas grandes enchentes, a frente desta se encontrava um banco de areia.

Ainda próximo ao banco de areia, o navio expedicionário já começava a entrar na linha de tiro de algumas peças de artilharia. Um pouco mais à frente, a embarcação ficava sob linha de tiro da bateria casamatada Londres e das demais principais baterias da barranca. Seguindo, do lado esquerdo do rio, havia uma ponta de pedras que promovia fortes remansos. Em frente das principais defesas, as embarcações tinham que passar muito encostadas às baterias devido à posição do canal. A elevação da barranca de Humaitá dificultava, em parte, o tiro dos artilheiros paraguaios, porém facultava o tiro mergulhante nos conveses das embar-

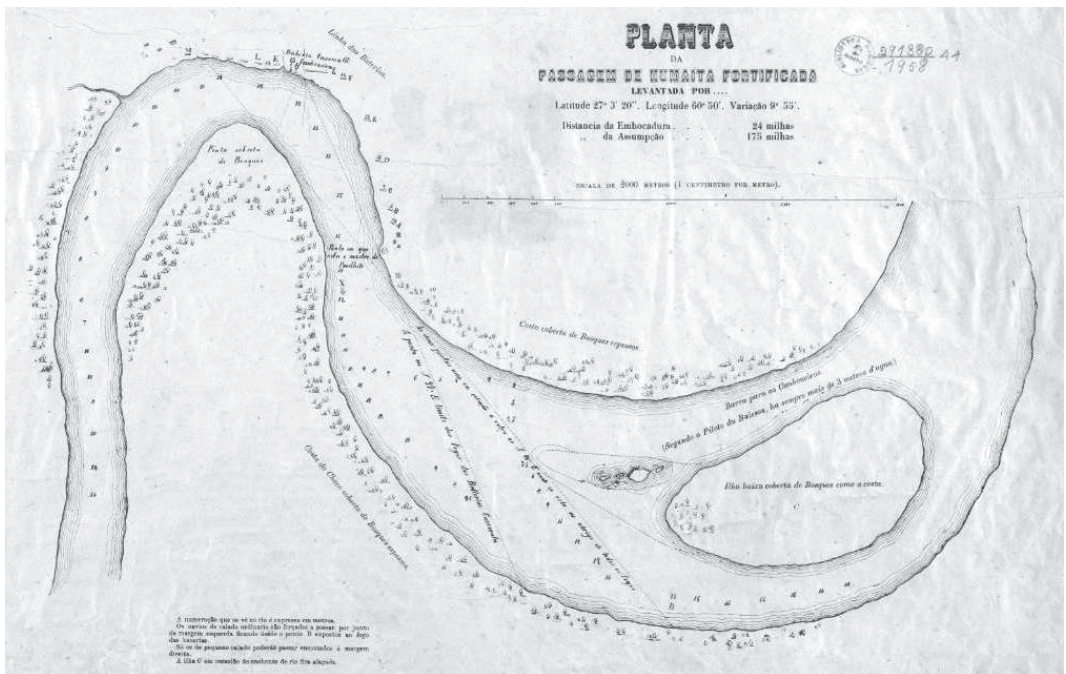


Figura 1 – Plano do passo fortificado de Humaitá (detalhe)⁴
 Fonte: Autor desconhecido – Biblioteca Nacional Digital

cações, locais com pouca ou mesmo sem proteção. Ainda nesta posição, as correntes e uma bateria montada no Chaco dificultavam o passo dos navios.

MOTIVOS PARA UMA NOVA PASSAGEM

Diante dos ataques de abordagem ocorridos (2 de março e 9 para 10 de julho), surgiu a necessidade de reforçar a Esquadilha com mais embarcações. Os navios tinham que operar em uma grande área de atuação, ficando muitas vezes em frações e, além disso, havia a informação de que uma nova tentativa de abordagem estava sendo premeditada pelas Forças paraguaias, inclusive com a utilização de parte dos vapores restantes da Esquadra daquele país. Outro fator era a urgente necessidade do emprego de Força Naval na região da foz do Tebiquarí, onde já se sabia de uma nova fortificação paraguaia.

Corroborando, Saldanha da Gama, escrevendo a seu pai na data de 14 de julho de 1868, informou sobre a abordagem do mesmo mês e da necessidade de se aumentar a Divisão Avançada⁵ “que está operando em uma linha de oito a dez milhas que se acha separada em duas pelas fortificações do Timbó e ocupando exatamente o ponto principal onde se desenvolvem as atuais operações”⁶. Neste momento, Saldanha da Gama era oficial do Encouraçado *Brasil*, surto entre Humaitá e Curupaiti, o mesmo mencionou ainda que “existem aqui navios próprios para reforçar aquela divisão e tentar uma nova passagem de Humaitá”⁷. Diante do quadro, a nova operação não demorou a acontecer.

Em correspondência ao Governo imperial, o Vice-Almirante Visconde de Inhaúma relatou que, após uma conferência com o Marquês de Caxias, no dia 20 de julho, ficou estabelecido que na madrugada seguinte uma fração da Esquadra iria se reunir à Divisão Avançada, em virtude de possuírem indícios de que um novo ataque de abordagem estava sendo preparado. A investida era destinada aos navios que ficavam estacionados em Tagy. Esta nova investida teria como diferencial o uso de quatro vapores paraguaios⁸. Diante dessa informação,

após a passagem, foi ordenado a manutenção, salvo em ocasiões especiais, de quatro encouraçados em Tagy.

O Vice-Almirante informou, também, os motivos pelo qual não realizou o empreendimento antes. Segundo o mesmo, o suprimento da Divisão Avançada era demasiado complexo e custoso. Os navios recebiam carvão, munições e demais sobressalentes em Tagy, sendo esses transportados em carroças particulares, formando grandes comboios que necessitavam de escoltas. Visando diminuir o problema de reabastecimento e com a experiência positiva da Ferrovia Afonso Celso, usou-se parte dos materiais retirados da mesma, já que após o abandono de Curupaiti a ferrovia perdeu sua função, e foi ordenada a construção de uma nova ferrovia⁹ para ligar a margem direita do Rio Paraguai à Lagoa Verá (ou Correntina). Nesta lagoa, os suprimentos seguiam em pequenas embarcações até o acampamento aliado no Chaco, acima de Humaitá (ver Figura 2), que sempre se encontrava guardado por alguns navios da Esquadra.

Sobre a nova ferrovia, no dia 10 de maio de 1868, por ordem do Marquês de Caxias, uma comissão foi enviada para o estudo do Chaco, com o objetivo de utilizar essa região para fornecer o abastecimento da Divisão Avançada de um modo mais eficaz. Com o parecer favorável, as obras foram iniciadas com o envio de tropas e o estabelecimento de algumas fortificações protetoras, além do envio de reforços para a posição de Andáí (situada na margem direita do Rio Paraguai). No dia 30 do mesmo mês, Caxias foi informado que o serviço de canoas e chalanas já estava em pleno funcionamento na Lagoa Verá, esse serviço era utilizado tanto para a proteção aos transportes como para evitar a fuga dos defensores de Humaitá. No diário do vice-almirante, se pode notar que a Divisão Avançada já começara a receber suprimentos por volta do dia 15 de maio de 1868.

A construção da nova ferrovia¹⁰ ficou a cargo do Capitão-Tenente José Marques Guimarães, então comandante do Encouraçado *Colombo*, e do maquinista do mesmo navio, Benjamin Bethell. Os trabalhos de construção se iniciaram em 21 de maio e

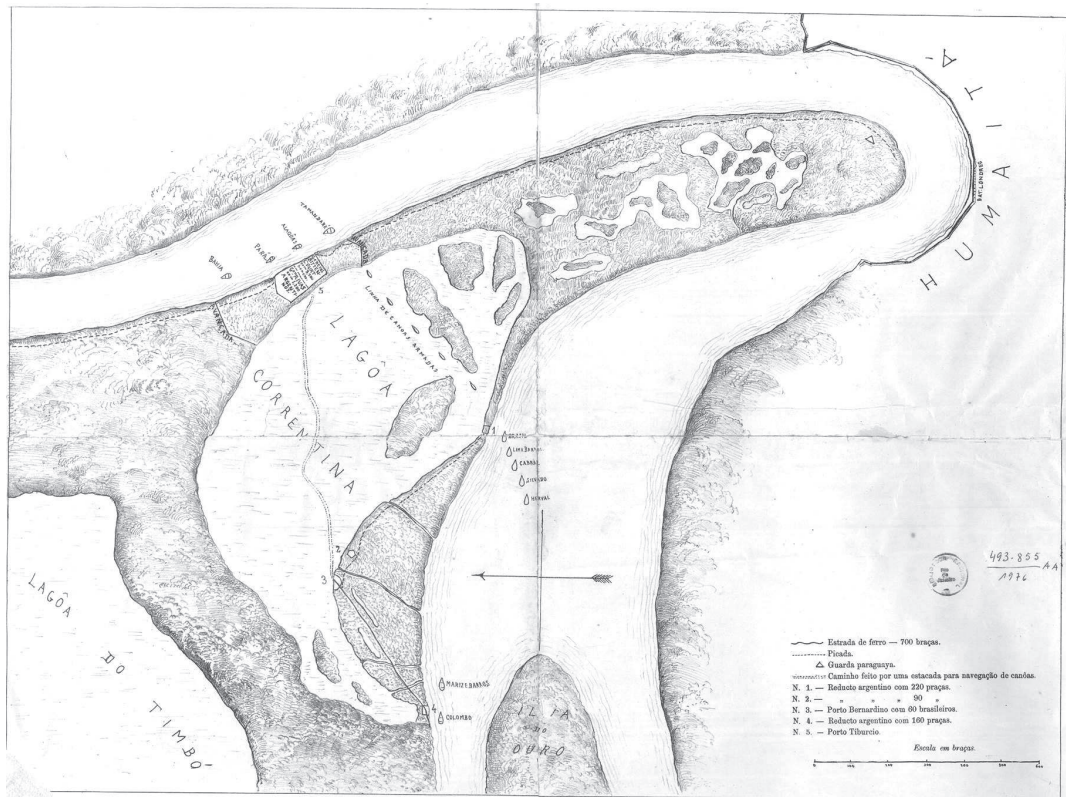


Figura 2 – Planta do sitio de Humaitá pelo Chaco (levantada por ordem do Vice-Almirante Visconde de Inhaúma por I. M. Guimarães)¹¹

Fonte: Suplemento da *Semana Illustrada* (adaptada) – Biblioteca Nacional Digital

terminaram em 11 de junho do ano de 1868. Com uma extensão de cerca de 730 braças, a maior parte do percurso foi construído em curvas, acompanhando o terreno não alagado. Nas obras, foram utilizadas parte das guarnições dos encouraçados da vanguarda, segundo informações do vice-almirante ao ministro da Marinha¹². A instalação da via férrea facilitou, em parte, o escoamento dos produtos até a lagoa.

Logo que a estrada possibilitou o trânsito de suprimentos, os seis navios da Esquadilha avançada foram supridos com carvão, oriundo principalmente do desembarque dos encouraçados abaixo de Humaitá e levado para o Porto Dois de Maio por forças do Exército através de carroças e em sacos transportados pelos soldados e carregados em canoas e chalanas. Tal transporte possibilitou uma expedição naval na região do Tebiquarí, a qual havia sido previamente ordenada pelo Marquês de Caxias

em coordenação com o Exército, que realizou uma digressão com o mesmo fim.

APRESTAMENTO DA ESQUADRILHA

Após uma conferência entre o Marquês de Caxias e o vice-almirante, ocorrida na manhã do dia 20 de julho, ficou assentado que na noite do mesmo dia ou na madrugada seguinte uma nova Esquadilha de encouraçados forçasse o Passo de Humaitá. O vice-almirante ordenou ao Chefe do Estado-Maior da Armada Francisco Cordeiro Torres e Alvim que rumasse para a Divisão da vanguarda para dispor do seu plano aos comandantes. Chegando aos navios da vanguarda, às 15h na tarde do dia 20, Alvim içou sua bandeira de comando no Encouraçado *Lima Barros* e começou a expor todas as medidas propostas pelo vice-almirante.

Primeiramente, os comandantes dos três navios que deveriam forçar o passo fo-

ram chamados e lhes foi exposto o plano e o modo como deveriam proceder para forçarem Humaitá. Os mesmos foram dispensados com ordem de aprestarem os navios e carregarem o máximo possível de munições e sobressalentes nas embarcações. Os demais comandantes foram instruídos da maneira como proceder para auxiliarem os navios expedicionários na passagem. Após isso, Alvim desceu o rio para ordenar a subida dos Vapores *Voluntário* e *Osório*, carregados com munições e mantimentos para os encouraçados que iriam realizar a passagem. Novamente, Alvim rumou para a divisão da vanguarda.

Como meio de auxiliar o forçamento, foi ordenado ao Barão da Passagem que, com o navio sob seu comando, o *Bahia*, descesse para dar suporte aos navios que deviam forçar a passagem de Humaitá. O relato contido na parte oficial do Encouraçado *Bahia* detalha como foi realizado o posicionamento do encouraçado: "conforme as ordens que recebi, descí no *Bahia* às 3 horas da madrugada e tomei posição abaixo do arroio Hondo, próximo da Fortaleza de Humaitá, donde podia perfeitamente observar e proteger a passagem dos navios"¹³. Tudo se encontrava arranjado para a nova operação.

O momento era fortuito para tal empreendimento, pois "as águas do rio estão grandemente crescidas e aquela fortaleza não conta pelo lado do rio com metade do número de canhões que montava em 19 de Fevereiro"¹⁴.

FORÇAMENTO DO PASSO

Ante o forçamento do Passo, alguns quesitos merecem ser analisados, como: quais navios se apresentavam em melhores condições de realizar tal feito? Como o restante da Esquadra operou de modo a facultar a passagem aos expedicionários? De que maneira os expedicionários avançaram? Tais questões se resolveram do seguinte modo:

Escolha dos navios

Dentre os encouraçados que estavam dispostos abaixo de Humaitá se encontravam o *Brasil*, *Lima Barros*, *Cabral* (ver Figura 3),

Colombo, *Mariz e Barros*, *Herval* e *Silvado*, além do Monitor *Piauí*¹⁵. Os navios que primariamente tomariam parte nessa operação eram os Encouraçados *Silvado* e *Herval* e o Monitor *Piauí*. Inhaúma explicou a mudança na escolha das embarcações: "designei o *Herval* por ser de menos água (menor calado), mas inteirado de ter este navio muito mau governo, preferi mandar em seu lugar o *Cabral*, embora fosse seu calado de quase 13 pés"¹⁶. Assim, os navios que forçaram o famoso baluarte foram os Encouraçados *Cabral* e *Silvado* e o Monitor *Piauí*, que seguia atracado a este último.

Esquadra de proteção

Para a proteção dos navios que forçaram Humaitá, dois pontos de auxílio foram ordenados, um acima da fortaleza, promovido pelo Barão da Passagem com o Encouraçado *Bahia*, e outro através da Esquadra situada abaixo de Humaitá, de modo a auxiliar a operação. É importante ressaltar que nesse período a Fortaleza de Curupaiti já havia sido abandonada, todo o aparato militar naval e terrestre estava, então, disponível para coadjuvar os navios, dispostos ao longo do Rio Paraguai, nos acampamentos e mesmo nas lagoas adjacentes.

Diferente da primeira passagem, o restante da Esquadra, destinada a proteção da Esquadilha expedicionária, ficou atrás dos navios, com ordem de avançar na retaguarda da mesma. O *Lima Barros* e o *Brasil* foram os escolhidos para realizarem este procedimento, os demais se postaram de modo a bombardear por elevação o interior da fortaleza. As Forças do Exército dispararam em toda a extensão de suas linhas assim que de Humaitá partiram os primeiros disparos.

O avanço da esquadilha

Segundo a parte oficial de Alvim, por volta das 4h, o Encouraçado *Cabral* começou a suspender, pondo-se em movimento às 4h15. O mesmo tomou a dianteira, como ordenado, no forçamento. Logo que esta embarcação levantou âncora e se pôs em movimento, deu uma forte guinada abalroando o *Lima Barros*¹⁷, que ainda se achava fundea-

do e que avançaria na esteira da Esquadri-lha para lhes prestar proteção. O resultado deste sinistro foi a perda de dois escaleres e uma canoa de bordo do *Cabral*. Após orien-tar o navio, o mesmo avançou em direção às cadeias onde “já tínhamos a ponta de pedras quase pelo través, de novo (o navio) desgovernou e virou águas abaixo por tê-lo o *Silvado*, que de perto nos acompanhava, chocado pela alheta de E. B. (estibordo)”¹⁸.

Provavelmente oriundo daquele choque, os cabos traseiros que mantinham o Mo-nitor *Piauí* atracado ao *Silvado* foram rom-pidos. Diante da situação, os navios não conseguiriam manter a direção, os cabos traseiros tinham de ser substituídos ou mes-mo o monitor desatracado, debaixo de vivo fogo inimigo. Foi então que o “1^o Tenente Manoel Lopes da Cruz, imediato deste navio (*Piauí*), e o Guarda-Marinha Afonso Augusto Rodrigues de Vasconcelos¹⁹, que presunçosa coragem a passar os cabos de reboque de popa que se haviam partido debaixo de vivo fogo”²⁰. Conseguindo, desta maneira, manter a direção do par de navios.

Com o choque do *Silvado* com o *Cabral*, o *Silvado* e o *Piauí* provavelmente passaram a frente e forçaram o passo da fortaleza, pelo que pode ser observado no horário de passagem por sobre as correntes de Humaitá. Da parte oficial do Encouraçado *Silvado*, registra-se que “às 4h40 havíamos transposto as correntes e feito subir ao ar três foguetes²¹, sinal convencionado de que essa passagem se tinha efetuado”²². Nota-se pelo horário contido na parte oficial do Encouraçado *Cabral* que em um curto inter-valo de tempo este navio também passou por sobre as cadeias: “de novo a caminho, conseguimos seguir avante e forçar a pas-sagem [...]. Às 4h48 passamos as corren-tes, não as tocando o navio, não obstante achar-se ele em quase 3 (13?) pés”²³. Os na-vios deram fundo junto à Ilha do Araçá por volta das 6h²⁴ segundo as partes oficiais do *Silvado* e do *Piauí*.

Das perdas da Esquadri-lha, a mes-ma não registrou nenhuma baixa entre as guarnições. No material, o *Cabral* sofreu os seguintes danos: “só uma bala tocou este navio furando a borda falsa de ambos os lados e partindo a braçola da escotilha da

casamata de vante²⁵”²⁶. Os danos no Encou-raçado *Silvado* foram os seguintes:

oito balas inimigas atingiram este navio, as quais produziram as avarias que passo a designar a V. Ex. Uma decepou o tubo de va-por, quatro perfuraram a chaminé, uma na torre de ré que aluiu a cha-pa, uma no costado de E.B., que também aluiu a chapa, e outra a B.B. que deixou uma depressão de pologada²⁷.

No Monitor *Piauí*, que ia a bombordo do *Silvado* como modo de proteção, os danos foram registrados nos seguintes termos: “de uma bateria de duas peças levantada no Chaco, sofremos fogo pelo lado de BB (Bom-bordo); ao monitor apenas atingiu uma bala que partiu a unha do ferro, e sobre o convés e trincheira da torre pegaram algumas balas de metralha”²⁸. Devido à posição que ocupa-va, esse navio foi pouco danificado durante a passagem.

Interessante notar que, como na primeira passagem²⁹, nesta, vários danos e perdas nos navios foram provocados por acidentes antes e durante a ação, esses oriundos das condi-ções que se deviam realizar o forçamento e, principalmente, do mau governo de alguns navios, resultando na perda de dois escale-res e uma chalana no Encouraçado *Cabral* pelo choque com o *Lima Barros*. O *Cabral*, por várias vezes durante a guerra, deu provas de sua péssima navegabilidade, não sendo o momento da passagem uma exceção, como registrou o seu comandante após o encontro com o *Silvado*: “durante este trajeto (da ponta de pedras até acima das cadeias), o navio go-vernou mal dando grandes guinadas”³⁰.

O abalroamento do *Silvado* atracado ao *Piauí* com o *Cabral* provavelmente resultou no rompimento dos cabos de reboque trasei-ros do monitor, onde, assim que tocado por BB, o *Cabral* deve ter girado para a esquerda e atingido o monitor que vinha em reboque. Na parte oficial do *Silvado*, o comandante do mesmo dá a entender que o choque com o *Cabral* foi resultado da colisão deste navio com o *Silvado* e não ao contrário. Como con-sequência deste incidente, o *Silvado* perdeu o segundo escaler e teve o quinto inutilizado.

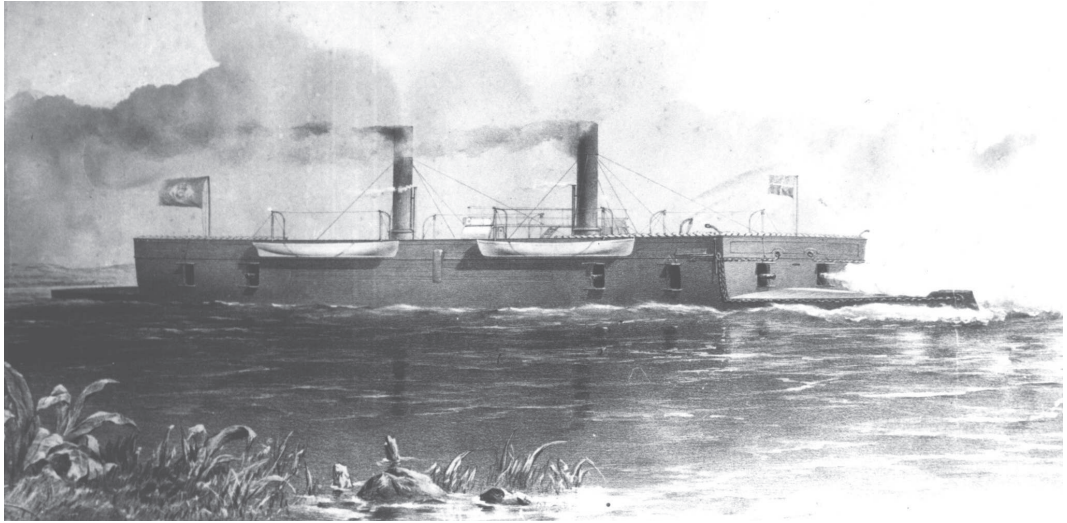


Figura 3 – Encouraçado *Cabral* (navio gêmeo do *Colombo*)³¹
Fonte: Domínio público

CONSEQUÊNCIAS

Forçadas as baterias de Humaitá, os navios fundearam junto ao Encouraçado *Bahia*, sob o comando do Barão da Passagem. A Divisão Avançada contava agora com cinco encouraçados e quatro monitores. Rapidamente “Caxias determinou-lhe (ao Barão da Passagem) que fosse [...] bombardear as novas posições do inimigo em S. Fernando e aprisionar os navios que por ventura se encontrassem nas imediações”³². Para realizar tais tarefas, que há muito tempo já se almejavam, os aprestos na Divisão Avançada foram realizados com a maior rapidez possível.

Com tudo preparado, no mesmo dia (21), deixaram o ancoradouro do Chaco (Porto Dois de Maio) e subiram o rio os navios: *Bahia*, *Barroso*, *Silvado*, *Alagoas*, *Piauí* e *Rio Grande*. Os demais (*Tamandaré*, *Cabral* e *Pará*) ficaram bombardeando uma bateria abaixo do arroio Guaicuru, que ofendia as tropas aliadas no Chaco³³. Aqueles bombardearam a posição de Timbó até a noite, onde forçaram este ponto e, devido à escuridão, fundearam abaixo de Tagy. Na manhã seguinte (22), foram até Tagy e se abasteceram de lenha³⁴, que constituía uma maneira de economizar carvão. Às 14h suspenderam e avançaram, indo fundear em Vila do Pilar. Novamente, na manhã seguinte (23), se puseram em movimento indo ancorar na foz do Tebiquari,

levando como guia o Sargento paraguaio Asencio Pereira, aprisionado na última abordagem aos encouraçados, em Tagy.

Arthur Silveira da Motta (comandante do Encouraçado *Barroso*) mencionou que os Encouraçados *Bahia*, *Barroso* e *Silvado*, atracados, respectivamente, aos Monitores *Alagoas*, *Rio Grande* e *Piauí*, chegaram no dia 23 de julho à foz do Tebiquari, às 14h20:

fundeamos a três amarras pouco mais abaixo do Tebiquari; os outros dois navios fundearam na margem do Chaco; todos largaram os monitores, e estes, mais próximos da bateria, também fundearam. Durante o resto do dia foi um bombardeio incansável e, em regra, durante a noite, de quarto em quarto de hora, fazíamos nosso tiro³⁵.

Na manhã seguinte (24), os navios assumiram formação e “o *Bahia* com um monitor amarrado a bombordo e o *Silvado* subiram o rio a toda velocidade”³⁶. Estavam assim forçadas as defesas da foz do rio Tebiquari (ver Figura 4).

Plano de abordagem

Quando os navios forçaram o passo, o Marechal Francisco Solano López, que estava no quartel de San Fernando, foi informa-

do sobre a passagem através do telégrafo. López idealizou se apoderar dos mesmos usando o Corpo de Bogavantes, ainda ativo, e seus vapores, comandados pelo Capitão de Fragata Romualdo Nuñez, o qual se expressou em suas memórias da seguinte maneira: “em 24 de julho do mesmo ano (1868) forçaram o passo das baterias do Tebicuarí três encouraçados, recebi um telegrama do Marechal que me ordenava acender as caldeiras de todos os navios³⁷, aprontar o Corpo de Bogavantes e aguardar notícias”³⁸. Segundo a parte oficial do Barão da Passagem, o forçamento do passo teve início às 08h45.

Assim que as embarcações se viram livres das baterias, as tripulações já divisaram o acampamento de San Fernando. No entanto, os navios continuaram a subir o rio até o local onde estavam os vapores paraguaios, dois foram avistados ao longe. O *Silvado* e o *Alagoas* (avariado) ficaram na parte de baixo do canal do Rio Paraguai denominado Recodo³⁹, enquanto o *Bahia* se posicionou na parte superior, iniciando o bombardeio.

Segundo as declarações do Sargento Assencio Pereira, neste local (Recodo) “costumavam ocultar-se quatro vapores inimigos, nos quais pretendia López fazer descer

tropas para novo ataque contra nossos encouraçados [...]”⁴⁰. Sobre tal declaração, os passados (desertores paraguaios) indicavam a ideia de uma nova abordagem, pois no diário do vice-Almirante foi registrado no dia 14 para 15 de julho de 1868 o seguinte: “diz ele (López) que abordará a Esquadra com os vapores que lhe restam e com goletas carregadas de gente: os generais dissuadem-no de dar este passo, mas ele insiste”⁴¹. Essa informação foi colhida pelo Exército, anteriormente a essa data, e remetida para a marinha no referido dia.

No mesmo diário, no dia 20 foi registrado, após a conferência com Caxias, que mais três navios forçariam Humaitá para se reunirem “à 1ª Divisão a fim de reforçar-se a estação do Tagy, onde devem ficar quatro embarcações, pois consta por uma missiva que se pode ter por certeza, que López pretende de novo abordar, sendo desta vez com quatro dos seus vapores, as embarcações que ali estão”⁴². Ao que tudo indica, diversos desertores, e mesmo os prisioneiros do ataque ao *Barroso* e *Rio Grande*, forneceram informações unânimes quanto ao uso dos vapores para a nova abordagem aos encouraçados.



Figura 4 – Plano das posições do Tebicuarí
Fonte: The War in Paraguay – George Thompson, 1869

Sobre tal informação, Thompson acrescenta que:

quando não estavam operando, os vapores foram sempre mantidos no Riacho Recodo e seus mastros e vergas eram cobertos com ramos verdes, a fim de não serem facilmente percebidos no mato que os cercava. Dispunham todos de arpões e tinham foguetes para serem lançados através das canhoneiras dos barcos inimigos⁴³.

O mesmo autor menciona que os navios seriam utilizados para abordagem desde que “um ou dois (encouraçados) se apresentassem em situação favorável”⁴⁴. Quando a flotilha remontou até Recodo, foi telegrafado novamente, ordenando o ataque:

os encouraçados subiram até a altura de minha posição e lançaram projéteis contra os navios que estavam no riacho. Recebi ordem de abordá-los com toda a minha flotilha, levando a reboque as canoas dos Bogavantes, mas as caldeiras de nossos navios ainda não tinham vapor suficiente, fato que participei telegraficamente⁴⁵.

Após chegarem em Recodo, não foi possível o monitor entrar em perseguição aos vapores inimigos devido ao desconhecimento do canal e, principalmente, aos danos na máquina motora do monitor. Delfim, por seu lado, registrou: “continuei no *Bahia* a navegação até acima de Herradura fazendo as observações e explorações convenientes em ambas as margens do rio, onde tão somente vius-se muito gado disperso, palhoças e piquetes”⁴⁶.

Em resposta ao despacho do comandante da flotilha paraguaia:

mandaram reembarcar a artilharia volante que tinha no porto e incorporar a mesma um batalhão que ali se achava. Enquanto isso, os encouraçados desceram, depois de haverem disparado muitos projéteis, que não causaram prejuízo maior, salvo uma bomba que perfurou a borda falsa da capitânia, que era o *Pirabebé*⁴⁷.

A retirada da flotilha imperial não proporcionou tempo hábil à saída dos navios para a abordagem, que foi idealizada pela segunda vez utilizando-se os vapores nacionais paraguaios. A primeira foi quando se avistou o *Alagoas* só, passando Timbó em 19 de fevereiro de 1868. A demora em gerar o vapor suficiente nas caldeiras com a lenha provavelmente influía na operacionalidade das embarcações e no aproveitamento das oportunidades, além do que os aprestos consumiram tempo e os encouraçados imperiais não se distanciaram em demasia uns dos outros, o que poderia favorecer o ataque.

No dia seguinte a esse feito (25 de julho), a Esquadilha partiu rio abaixo. Os últimos defensores também deixaram a Fortaleza de Humaitá, logo em seguida ocorrendo a ocupação da mesma pelos aliados. Então, uma ferrenha luta passou a se desenrolar no Chaco, onde os retirantes, sob o comando do Coronel Martinez, tentaram a todo custo romper o cerco, secundados por reforços vindos de Timbó. Após dias de combates e um bombardeio ininterrupto, por parte inclusive de vários navios da Armada, os sobreviventes se renderam às tropas aliadas. O teatro de operações passou, agora, a ser a região de Fortín, na foz do Rio Tebiquarí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segunda passagem de Humaitá serviu para incrementar o número de navios da Divisão Avançada operando sobre a região do Tebiquarí, evitando talvez alguma sortida por parte dos vapores paraguaios à posição de Tagy, ao mesmo tempo em que demais embarcações mantiveram o cerco parcial à Humaitá. Porém, o forçamento ocorreu quatro dias antes do abandono dessa praça forte, quando já grande parte dos recursos tinham sido trasladados para a nova linha de defesa, no Tebiquarí.

O desconhecimento da região, com o uso tardio da rota pelo Chaco para abastecer os navios, e principalmente a ineficiência logística no suprimento, aliados à parca iniciativa do comando naval, condicionaram que a passagem tenha ocorrido já muito tarde para que os resultados obtidos fossem satisfatórios.

FONTES DOCUMENTAIS

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Diário de Belém*, Pará, 31 dez. 1869.

MINISTÉRIO DA MARINHA: notícias da Esquadra. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 03 jul. 1868.

NOTÍCIAS DA GUERRA. *Correio Paulistano*, São Paulo, 12 de ago. 1868.

NOTÍCIAS DE HUMAITÁ. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1868.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil Contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay*. Livraria de A. G. Guimarães e Cia. Rio de Janeiro. Volume III, 1870.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Vol. III. Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1934.

FROTA, Guilherme de Andrea; LIMA, Marcos Vinícius Ribeiro de. *Diário Pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança* (dezembro de 1866 a janeiro de 1869). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1ª Edição, 2008.

JOURDAN, Emílio Carlos. *Atlas Histórico da Guerra do Paraguay*. Laemmert & C. Rio de Janeiro, 1871.

MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). *De Aspirante a Almirante – Minha fé de Ofício Documentada*. 2ª Edição, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, Tomo I, 1985.

NUÑEZ, Romualdo. Memórias Militares. In: SAGUIER, Bareiro; MARSAL, Villagra. *Testimonios de la Guerra Grande: muerte del Mariscal López*. Tomo II. Edición 1, Paraguay, 2008.

SOARES, José Eduardo de Macedo. *O Contra-Almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama: sua vida e sua época*. Typ. Espindola & C. Rua Direita, 10 A, 1906.

THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra*. Tradução: Homero de Castro Jobim. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968.

THOMPSON, George. *The War in Paraguay: with a historical sketch of the country and its people and notes upon the military engineering of the war*. London, Longmans, Green, 1869.

NOTAS

¹ A estrada foi nomeada Afonso Celso em homenagem ao Ministro da Marinha, a mesma partia do Porto Quiá, localizado as margens do arroio com o mesmo nome e dava acesso até o Porto Eliziário, situado à margem direita do Rio Paraguai e acima de Curupaiti, permitindo acesso à Esquadra encouraçada. Para se chegar em contato com a “Esquadra de madeira”, era necessário partir do Porto Quiá descendo o riacho homônimo até sua foz, defronte à Ilha do Palmar, abaixo de Curupaiti, existia também uma estrada que ligava esses dois pontos.

² As tropas utilizadas nos ataques de abordagem recebiam a denominação de Bogavantes (ou Vogavantes), devido a se utilizarem de canoas para abordarem os navios alvo. Os soldados foram retirados por seus oficiais de diversos corpos de cavalaria, a escolha levava em consideração a habilidade de natação e a coragem. Oficiais de Marinha acompanhavam as investidas liderando grupos de abordagem, e com o fim de comandarem as embarcações após serem tomadas. Há indícios que desertores da Marinha Imperial serviram de guias nessas expedições.

³ Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*. 08 ago. 1868.

⁴ Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart291380/cart291380.jpg>. Acesso em 4 jan. 2018.

⁵ Assim foi denominada a divisão de navios que forçou Humaitá em fevereiro de 1868.

⁶ SOARES, Jose Eduardo de Macedo. *O Contra-almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama: sua vida e sua época*. São Paulo: Tipografia Espíndola, 1906, p. 349.

⁷ Idem.

⁸ Quartel General em Pare Cuê em frente à Humaitá, 29 de julho de 1868 - Ofício do Duque de Caxias ao Conselheiro João Lustoza da Cunha Paranaguá. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*. 08 ago. 1868.

⁹ Essa nova ferrovia partia da margem direita do Rio Paraguai, um pouco abaixo do local onde estavam postados os encouraçados da vanguarda, tal ponto passou a ser denominado de Porto São Nicolau, sendo guarnecido por Forças argentinas, seguindo daí por um trajeto terrestre com cerca de 730 braças, segundo Jourdan, a mesma dava até a lagoa Verá (ou Correntina) no Porto Bethell (tal local aparece nomeado como Porto Bernardino na planta encomendada pelo Vice-Almirante). Do Porto Bethell, os suprimentos seguiam embarcados em canoas e chalanas até o reduto de Andaf, posição onde estavam acampadas tropas brasileiras e argentinas e onde na margem do rio se localizava o Porto Dois de Maio, que dava suporte logístico aos navios da divisão avançada, onde esta se supria.

¹⁰ Tal construção pode, também, ser observada na planta compilada na obra de Jourdan – Atlas da Guerra do Paraguai. Antes mesmo do início da preparação dos aterros da ferrovia, carvão, mantimentos e munições já eram escoados, provavelmente em carroças até a margem da lagoa, pela estrada aberta no local, visando proporcionar à Divisão Avançada os meios de cumprir as ordens e determinações que o momento exigia.

¹¹ Disponível em: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart493855/cart493855.jpg>. Acesso em 3 mar. 2018.

¹² Ofício do Visconde de Inhaúma ao Conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo. Bordo do Vapor *Princesa* em frente à Curupaity, 12 de junho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 3 jul. 1868.

¹³ Parte oficial do comandante Chefe de Divisão Delfim Carlos de Carvalho (Barão da Passagem). Comando da Divisão Avançada da Esquadra. Bordo do Encouraçado *Bahia*, acima de Humaitá, em frente ao acampamento do Chaco, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 08 ago. 1868.

¹⁴ SOARES, *op. cit.* p. 349.

¹⁵ Mesmo que os Encouraçados *Silvado*, *Bahia* e *Lima Barros* fossem do tipo monitor, durante o conflito apenas os seis navios da classe *Pará* eram nomeados dessa forma. Tal nomenclatura foi respeitada ao longo desse trabalho.

¹⁶ Ofício de Inhaúma para o Visconde de Ouro Preto, 23 de Julho de 1868, bordo do *Princesa* em frente a Curupaity. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 08 ago. 1868.

¹⁷ Durante toda a guerra, os Encouraçados *Cabral* e *Colombo* deram várias provas de sua péssima navegabilidade, alguns dos episódios ocorridos, fora o exemplo da segunda passagem, figuram durante a passagem de Curupaity e o forçamento de Timbó. Tal dificuldade em manter a navegabilidade do navio era principalmente atribuída à irregularidade do trabalho em sua máquina propulsora. Fato que não se restringiu apenas a estes navios, mas também ao *Herval*, *Mariz* e *Barros* e demais embarcações no decorrer da guerra.

¹⁸ Parte oficial do comandante Capitão de Fragata João Antonio Alves Nogueira. Bordo do Encouraçado *Cabral*, acima do Humaitá no rio Paraguai, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 8 ago. 1868, pp. 1-2.

¹⁹ O depois segundo-tenente Afonso Augusto Rodrigues de Vasconcelos recebeu como reconhecimento do feito praticado, a condecoração da Ordem do Cruzeiro. Publicado no *Diário de Belém* de 31 dez. 1869.

²⁰ Parte oficial do comandante Capitão-Tenente Eduardo Wandenkolk. Bordo do Monitor *Piauí*, acima de Humaitá, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 8 ago. 1868. P. 2.

²¹ Na parte oficial de Alvim, o sinal de foguete convencionado foi avistado às 5h20.

²² Parte oficial do comandante Capitão de Fragata João Antonio Alves Nogueira. Bordo do Encouraçado *Cabral*, acima do Humaitá no Rio Paraguai, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 8 ago. 1868, pp. 1-2.

²³ Parte oficial do comandante Capitão de Fragata João Antonio Alves Nogueira. Bordo do Encouraçado *Cabral*, acima do Humaitá no Rio Paraguai, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 8 ago. 1868, pp. 1-2.

²⁴ Na parte oficial do Encouraçado *Cabral*, consta que o navio deu fundo junto ao Encouraçado *Bahia* às 5h35.

²⁵ Os Encouraçados *Cabral* e *Colombo* tinham cada um duas casamatas, montadas uma à proa e outra à popa da embarcação.

²⁶ Parte oficial do comandante Capitão de Fragata João Antonio Alves Nogueira. Bordo do Encouraçado *Cabral*, acima do Humaitá no Rio Paraguai, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 8 ago. 1868, pp. 1-2.

²⁷ Parte oficial do comandante interino Capitão de Mar e Guerra Aurélio Garcindo de Sá. Bordo do Encouraçado *Silvado* surto em frente à Ilha do Araça, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 08 ago. 1868.

²⁸ Parte oficial do comandante Capitão-Tenente Eduardo Wandenkolk. Bordo do Monitor *Piauí*, acima de Humaitá, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 08 ago. 1868. P. 2.

²⁹ Dentre os sinistros registrados durante a primeira passagem, constam: o mau governo do Encouraçado *Bahia* indo em direção à margem direita do rio levando ao encalhe do Monitor *Alagoas*, o abalroamento do *Bahia* com o *Colombo* na altura do navio almirante, ainda o abalroamento do *Bahia* com o *Pará* atracado ao *Tamandaré*, danificando tanto o casco do *Pará* quanto o do *Tamandaré*. O encalhe do *Barroso* atracado ao *Rio Grande* quase junto as correntes. Uma forte guinada próximo à ponta de pedras que quase levou o *Bahia* com o *Alagoas* de encontro ao local denominado Ponta de Pedras. O rompimento dos cabos de atracação dianteiros do Monitor *Alagoas* e a irregularidade no trabalho de seu mecanismo motor nas várias tentativas de forçar o passo.

³⁰ Parte oficial do comandante Capitão de Fragata João Antonio Alves Nogueira. Bordo do encouraçado *Cabral*, acima do Humaitá no Rio Paraguai, 21 de julho de 1868. Publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 08 ago. 1868, pp. 1-2.

³¹ Disponível em: < [http://www.wikiwand.com/es/Cabral_\(1865\)](http://www.wikiwand.com/es/Cabral_(1865))>. Acesso em: 3 mar. 2018.

³² FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 3ª volume. Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1934, p. 438.

³³ Essa bateria estava disposta a bater tanto o lado de terra (reduto de Andaí) quanto ao Rio Paraguai (qualquer encouraçado que estivesse de passagem ou em operação nas proximidades). Postada abaixo de Timbó, a mesma rivalizou com várias embarcações, provocando danos em diversas delas até o abandono da posição. Foram encontradas no local duas peças de artilharia de calibre 32 lançadas ao rio, as quais foram removidas e deixadas a bordo do Pontão *Angelita* pelo Monitor *Pará*.

³⁴ Geralmente, a queima da lenha nas caldeiras era realizada em momentos em que o navio não demandava muito vapor em suas caldeiras, como, por exemplo, no período noturno, quando estava fundeado, mas devia manter as fornalhas acesas e um nível razoável de pressão nas caldeiras em resposta a um possível ataque fortuito de tropas ou mesmo navios paraguaios, dependendo da posição em que os navios brasileiros estavam localizados.

³⁵ MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). *De Aspirante a Almirante – Minha fé de Ofício Documentada*. 2ª Edição, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1985. Tomo I, p. 326.

³⁶ THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra*. Tradução: Homero de Castro Jobim. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968, p. 213.

³⁷ As Forças brasileiras escreveram que puderam divisar ao longe a chaminé de duas embarcações. Nuñez relata apenas que o *Pirabebé* (ou *Piravevé*) era o navio capitânia. Com base nos acontecimentos posteriores próximos a Angostura é crível que a Flotilha paraguaia estivesse com ao menos três navios em Recodo no momento do bombardeio. O Tenente Chodasewitz, participante da expedição, informou ter avistado a presença de dois vapores e uma escuna em Recodo.

³⁸ SAGUIER, Bareiro; MARSAL, Villagra. *Testimonios de la Guerra Grande: muerte del Mariscal Lopez*. Tomo II. Edición 1, Paraguay, 2008. Memórias do Capitão de Fragata Romualdo Nuñez, p. 52.

³⁹ Também tido como Riacho Recodo, Lagoa Recodo ou mesmo Herradura.

⁴⁰ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *Op. cit.* Tomo III, p. 657. Ofício de Caxias a João Lustoza da Cunha Paranaguá.

⁴¹ FROTA, Guilherme de Andrea; LIMA, Marcos Vinícius Ribeiro de. *Diário Pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Triplíce Aliança (dezembro de 1866 a janeiro de 1869)*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1ª Edição, 2008, p. 213.

⁴² *Ibidem.*, p. 216.

⁴³ THOMPSON, *op. cit.* p. 217.

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ SAGUIER, *op. cit.* p. 52.

⁴⁶ NOTÍCIAS DA GUERRA. *Correio Paulistano*, 12 de ago. 1868, pp. 1-2.

⁴⁷ SAGUIER, *op. cit.* p. 52.

“Não havia um coração que não fosse presa dos mais desencontrados sentimentos”: A Passagem de Humaitá, projetos de nação e representações da guerra*

There was not a heart that was not stuck in the most mismatched feelings: Humaitá Passage, national projects and war representations

Fernanda Deminicis de Albuquerque

Mestranda em Artes & Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Marcello José Gomes Loureiro

Doutor em História e Civilização pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris) e Doutor em História Social pelo PPGHIS-UFRJ. Pós-doutorando pelo PPGH-UFF.

RESUMO

O propósito deste artigo é discutir como a prática da guerra pode ser consoante com um discurso que enfatiza a necessidade de civilização. Assim, a partir das reflexões kantianas, alcançamos uma concepção estética que acabaria por influenciar o movimento romântico ao longo do século XIX. Tais noções reverberam no Império do Brasil, ainda que indiretamente, graças à circulação de ideias e de pessoas. Na última seção deste artigo, debruçamo-nos nomeadamente sobre a obra *A Passagem de Humaitá*, pintada por Edoardo De Martino.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra; Civilização; Representação; Humaitá

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss how the practice of war can be consonant with a discourse that emphasizes the need for civilization. Thus, from the Kantian reflections, we reached an aesthetic conception that would end up influencing the romantic movement throughout the nineteenth century. Such notions reverberate in the Brazilian Empire, albeit indirectly, thanks to the circulation of ideas and people. In the last section of this article, we focus on the work *A Passage of Humaitá*, painted by Edoardo De Martino.

KEYWORDS: War; Civilization; Representation; Humaitá

* Artigo recebido em 16 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 29 de maio de 2018.

A guerra não atinge somente a vida material dos povos, mas também seus pensamentos e aqui voltamos a esta noção fundamental: não é o racional que conduz o mundo, mas as forças de origem afetiva, mística ou coletiva que conduzem os homens, as sugestões arrebatadoras dessas fórmulas místicas, tão mais poderosas quanto ainda vagas... As forças imateriais são as verdadeiras condutoras dos combates. (Gustave Le Bon¹)

Recentemente, a historiografia dedicada à guerra tem refletido acerca dessa estrutura histórica enquanto um fenômeno social mais amplo, sujeito às transformações do tempo, em que se articulam dimensões não apenas essencialmente bélicas ou técnicas, mas também políticas, econômicas ou culturais. A obsessão por uma diacronia precisa da batalha, circunscrita à curta duração, tem sido substituída por uma análise de conjuntura que importa dinâmicas e fatores bem mais abrangentes.

Neste trabalho, pretendemos discutir como a prática da guerra, atividade destrutiva por sua natureza, pode ser consoante com um discurso que enfatiza a necessidade de civilização. Noutros termos, como um Estado monárquico em afirmação pôde edificar discursos que representassem a guerra como parte de um programa pautado em parâmetros civilizacionais oitocentistas? Para tanto, a partir das reflexões kantianas, alcançamos um pensamento estético, que influenciaria o movimento romântico ao longo do século XIX. Tal concepção reverbera no Império do Brasil, ainda que indiretamente, graças à circulação de ideias e de pessoas. Na última seção deste artigo, debruçamo-nos nomeadamente sobre a obra *A Passagem de Humaitá*, pintada por Edoardo De Martino.

Huizinga escreveu num texto clássico que “a violência sangrenta só em pequena medida pode caber nas formas elevadas da cultura”², e uma delas, certamente, é na arte. Capaz de fomentar os sentidos humanos por meio de diferentes estímulos, a arte se apresenta como artifício para despertar

o aproveitamento estético aos partícipes de uma determinada coletividade, além de viabilizar a elaboração de registros materiais que se prestem à permanência da glória, e que ambicionem a construção ou continuação de determinada memória.

Celebrar uma batalha, exaltar uma guerra, trata muito além de vitórias que são concretas, como as que se traduzem em territórios e riquezas, mas consiste principalmente em versar sobre conquistas sutis, e ainda assim poderosas, que são intangíveis, porém sensíveis por intuição da percepção humana³. A encomenda de uma pintura que se preste a tal serviço, retrata também o êxito de uma cultura, de crenças, de padrões estéticos e comportamentais, de atributos de determinado grupo que agora se afirma como dominante, como triunfante. Pode ser também interpretada como símbolo de um Estado que prosperou. Para além de realizar uma propaganda de guerra, representar uma batalha é um indício de civilização. A pintura de uma batalha expõe a fealdade da guerra, exhibe sua natureza grotesca e medonha, e a contrapõe com a beleza que arrebatava ao espectador, beleza esta que provém não só da capacidade técnica do pintor, mas igualmente porque conduz quem observa a vitória sobre o adverso, sobre o mal, sobre o bárbaro. É bela porque demonstra o exercício das virtudes em um ambiente tomado pela entropia. Assim, insiste Huizinga: “É por isso que o espírito da sociedade está constantemente procurando uma forma de evasão nas belas imagens de uma vida heroica que se realiza na dignidade do combate e se situa no domínio ideal da honra, da virtude e da beleza”⁴.

KANT E A ESTÉTICA

O movimento romântico realizou forte apreensão das ideias de Kant, especialmente quando trata do juízo estético do homem. Basilar para toda a estética romântica, os conceitos de belo e de sublime kantianos aportaram formas consistentes que melhor elucidam as pretensões artísticas do movimento. De forma simplificada, poderíamos apresentar o belo como uma espécie de acordo entre o juízo e a forma de um determinado objeto, sendo assim capaz de en-



cantar o espectador. De outra parte, o sublime seria um desacordo (para mais ou para menos) entre o juízo e a forma em questão, causando forte impressão no homem, levando-o, portanto, à comoção. É precisamente nesse ponto que Kant traz a Natureza para exemplo do sublime, uma vez que, perante seus atributos e fenômenos, o homem se depara comovido com sua pequenez, com a fragilidade e finitude de sua vida humana⁵.

Temos aqui uma boa pista da grande atração romântica pela Natureza. Kant postulava que o homem é livre, sendo Razão *de* e *para* si mesmo; portanto, não pertencente à Natureza, pois esta obedece a uma série causal. Dessa forma, seria próprio que o homem vivesse em desacordo e estranhamento com a Natureza e, justo por isso, a experiência do sublime a partir dela ser sempre mais profunda. O termo experiência aqui é fulcral, pois, já que à Natureza o homem não pertence, só lhe é possível conhecê-la por meio de sua vivência. Ora, o homem pensa e exerce sua humanidade, mas ele apenas experimenta a Natureza sobre a qual não detém domínio.

O sublime irá, através do romantismo, atingir seu fastígio no século XIX. Tal movimento procurou fundamentar sua estética na exposição humana a uma grandeza capaz de o comover por um excesso ou enorme escassez de sentimentos muito mais intensos que o próprio homem. Sentimentos que não se inscrevem na ordem do sensível, senão perfazem o transcendental, a exemplo do amor, do medo, do nojo, da melancolia etc. Podem ser sentidos por intuição, mas não podem ser disponíveis aos sentidos.

Nessa senda, não é de se estranhar que tantos artistas românticos tenham privilegiado as relações do homem com a Natureza. Os pintores românticos representaram uma natureza hostil e agressiva, frequentemente a partir de geleiras anecúmenas, relevos (quase) intransponíveis, maremotos, ou então tempestades enfurecidas⁶. Todos esses lugares incomuns, selvagens e dramáticos, ensejavam múltiplas potências da morte e da finitude, ainda que não consumada, mas conformada nos encontros trágicos com a Natureza.

Para além das paisagens sublimes, outras situações que provocavam experiências-limite poderiam ser encontradas nas

representações românticas. Para não extrapolar os limites deste artigo, basta referir que Géricault pintou o afundamento da Fragata *Medusa*, ocasião em que muitos dos poucos náufragos sobreviventes tiveram de comer a carne de seus companheiros para se conservar; Delacroix, por sua vez, pintou a caçada violenta, o suicídio, o orientalismo exótico, a guerra civil e a batalha histórica. Nessas situações extremadas, o homem permaneceria Homem? Para os românticos, os homens, ainda que racionais, são também motivados pelos seus afetos, pelas circunstâncias, pelos laços sociais que são capazes de estabelecer. Por isso, o homem não é exatamente um constante *ser humano*, mas seria melhor definido como um *estar humano*. As circunstâncias impelidas pela Natureza, pelo tempo e pelas relações coletivas/sociais são igualmente definidoras de seu comportamento.

Não é difícil imaginar como a guerra se torna um espaço privilegiado para o florescimento do movimento romântico: sobrevivência em teatros de operação hostis, a exemplo das condições enormemente adversas que as tropas napoleônicas enfrentaram na Campanha da Rússia; corpos sujeitos ao risco e a todo tipo de dor, inclusive inflingida por tecnologias cada vez mais mortíferas; relações sociais desgastadas pelo medo, pela (falta de) solidariedade ou pelo simples confinamento em navios, por exemplo⁷.

Ao fim, as paisagens (inclusive as de guerras) contribuem para a construção de noções de pertencimento, para inventar a nação. No encontro drástico do homem com a Natureza amarga se explicita a sua singularidade, como o Ártico norueguês, o deserto norte-americano, a floresta tropical brasileira ou mesmo o chaco paraguaio; em simultâneo, desenrola-se sua submissão, sua domesticação. Se vencermos a Natureza mordaz (ou a batalha atroz), venceremos tudo.

A GUERRA OU A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA NO BRASIL

Quem está contra a guerra, está contra a civilização [e] quem é a favor da paz, é bárbaro (Machado de Assis)⁸

Vencer batalhas, domesticar os espaços, e gerenciar as memórias parecia necessário para afiançar a construção e consolidação da nação. No Brasil, ainda na década de 1830, coincidindo com a expansão do café no Vale do Paraíba fluminense, as elites instalaram, no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio D. Pedro II (1837), para capacitar seus filhos para ocupar os postos de governação do Império, seja no comércio, indústria ou administração pública. Deveria funcionar como uma instituição educacional paradigmática, de modo que posteriormente fosse expandida para todo o território. Poucos meses mais tarde, criava-se também um Arquivo Público (1838), não apenas para sistematizar as informações concernentes ao Estado, em processo de formação, mas ainda para garantir a preservação de sua memória no futuro. Outro instrumento disponível para a construção da Nação seria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado igualmente em 1838.⁹ O órgão realizaria pesquisa histórica em favor de um passado comum que fosse capaz de coligar, ao menos num plano historiográfico, espaços tão díspares do Império; do mesmo modo, ofereceria informações da geografia territorial para a boa gestão de suas regiões ou, noutros termos, para desbravar suas paisagens¹⁰.

Mormente a partir da década de 1850, as elites fomentaram o desenvolvimento da imprensa e da opinião pública, para posteriormente promoverem a multiplicação dos salões, cafés, teatros e outros espaços destinados à “boa sociedade”, subordinada aos preceitos da ordem e da civilização¹¹. Cristalizavam-se assim hábitos e atitudes consoantes às propostas civilizacionais decalcadas e adaptadas da realidade europeia, especialmente a francesa. No imaginário coletivo, insistia-se na identificação do brasileiro pelo que ele não era, idealizado sob a égide de uma faceta romântica. O elemento indígena era transfigurado no arquétipo de herói nacional, capaz de triunfar sobre uma natureza tropical luxuriante¹². Incrementava-se uma nacionalidade, definida originalmente pelos românticos germânicos sob o termo *volksgeist*, que habilmente articulava a língua, religião (cristã), cultura (europeia), em um território definido. Construir a na-

cionalidade, inculcar um *habitus*, escrever a história, docilizar a geografia, significava avançar rumo ao progresso. O papel e a inserção das Forças Armadas nesse processo civilizatório, a parcela de investimento orçamentário-financeiro dedicado aos setores militares, e as leituras e significados do exercício ou execução da guerra eram, porém, cerne de controvérsias.

Em 1838, por exemplo, Joaquim José Rodrigues Torres, então à frente da pasta ministerial da Marinha, defendia que a Armada deveria executar, para além de suas funções militares, um papel econômico-social, já que direcionado para “favorecer os progressos da agricultura, e da indústria, [e] pela proteção do comércio, aditar, e enriquecer as ciências com novas observações e descobertas”, de tal modo “que concorrerá para um dia autorizar o Brasil entre as nações civilizadas do mundo”¹³.

Quatro anos mais tarde, em franco antagonismo, Honório Hermeto Carneiro Leão, nessa altura presidente da Província do Rio de Janeiro, mas depois chefe do “Gabinete da Conciliação”, lembrava que “a exemplo de todas as nações cultas e civilizadas, o Brasil não pode existir bem sem um Exército regular”¹⁴. Nesse mesmo sentido, em 1850, imediatamente após a submissão da Revolta Praieira, era o próprio Imperador, na abertura dos trabalhos da Câmara dos Deputados, que invitava a “aumentar a força do Exército e da Marinha [para que] lhes deem uma organização mais regular e vigorosa”¹⁵. Nesse contexto, discutia-se a modernização do Exército, consoante ao próprio movimento de formação do Estado Saquarema¹⁶.

Os discursos parlamentares atinentes às discussões sobre as possibilidades e parâmetros de reaparelhamento naval mostraram-se um caminho metodológico profícuo para perceber a elasticidade dos usos da categoria “civilização” pelos políticos do Império¹⁷. No Parlamento, as críticas e oposições concernentes aos provisionamentos orçamentários para a Armada eram protagonizadas pelos latifundiários cafeicultores e por aqueles a eles vinculados. No que se refere ao recrutamento de pessoal, entendiam, de modo geral, que ameaçava a disponibilidade de mão de obra para a lavoura. Assim,



para muitos, investir no “material flutuante” era o mesmo que “distrair a atenção pública”, do que se depreende que a agricultura ocupava, nessa perspectiva, posição mais privilegiada do que as Armas¹⁸. Parecia-lhes inaceitável aplicar recursos financeiros nos “agentes de destruição”, Forças Navais, em detrimento dos “agentes de produção”¹⁹, aqueles que poderiam alavancar o Império em direção ao seu destino manifesto, que dependia “do comércio, [das] artes, [da] colonização etc. etc.”²⁰.

Ainda nessa direção, outros alegavam que os recursos antes destinados à Armada Imperial foram sistematicamente mal administrados, percebendo-se, ao fim, poucos resultados efetivos; prevalecia assim no Império o “vício na Administração, que não tem estudado suficientemente o que é uma Marinha de Guerra”²¹. Ainda no início do ano de 1864, portanto às vésperas da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, alguns parlamentares, a exemplo de Joaquim Octávio Nebias, deputado pela província de São Paulo, defendiam que os recursos orçamentários deveriam mormente ser destinados à aplicação nas fortificações, elegendo a prevalência de um sistema defensivo para as fronteiras. Mesmo o Capitão-Tenente Euzébio José Antunes, ajudante de ordens de Tamandaré durante a intervenção no Uruguai e nos primeiros anos da Guerra da Tríplice Aliança, e naturalmente defensor de uma Armada expressiva, não deixou de considerar que os dispêndios com “armamentos militares [...] consumiam anualmente somas avultadas e improdutivas”²².

Muitos, ao reverso, criticavam a ideia de prover reduzido orçamento para a guerra, especialmente após as tensões contra Oribe e Rosas, de 1851-1852. Eusébio Antunes, por exemplo, ironizava o argumento de uma paz afiançada apenas pela diplomacia: o Brasil – satirizava – estava “na idade de ouro, em que podemos dormir com as portas abertas, tranquilos e felizes. Devemos ser todos pastores e agricultores, e gozar das delícias deste ócio que Deus para nós fez”²³.

Estava em plena discussão, aliás, se a Marinha Imperial teria sua configuração adequada para as operações fluviais, dotada de navios de menor calado e com melhor

manobrabilidade tática, ou se seria oceânica. Principalmente o combate de *Banco de Ortiz* e posteriormente o ataque a *Los Pozos*, durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828), houveram demonstrado as dificuldades e limitações decorrentes do emprego de navios de dimensões oceânicas na navegação na Bacia do Prata²⁴. Segundo o Deputado Souza Franco, “a vida no mar é uma vida excepcional, é no meio do embate de ondas que o marinheiro se forma e não nessa navegação morta de rio, como é a de Mato Grosso”²⁵. Aproximando-se do adágio que “mar calmo não faz bom marinheiro”, o deputado valorizava a ideia de experiência-limite, enfatizando que são as provanças do mar que modulam os modos de perceber e sentir, e conformam as aptidões para a vida marinheira, o que podemos associar à ideia kantiana de sublime. Do ponto de vista geoestratégico, uma Marinha oceânica também parecia necessária, devido à extensão territorial, à manutenção das linhas comerciais dependentes da navegação de cabotagem, bem como por razão do combate ao tráfico negreiro, sobretudo após as leis de interdição de 1850.

Aqueles que defendiam o aprestamento da Armada amparavam-se, para tanto, nos movimentos que se verificavam na formação de outras Marinhas ocidentais, sobretudo a inglesa e francesa²⁶. Nessa altura, as transformações tecnológicas advindas da Revolução Industrial eram visíveis. Os modernos navios contavam com propulsão a vapor, que lentamente substituía a navegação a pano. A agressividade da artilharia, com incremento do calibre e do poder de destruição dos projetis explosivos (*ship killers*), combinado com o grau de acurácia dos tiros, graças ao movimento de precessão garantido pelo raiamento dos canhões, promoveu a necessidade de transformação arquitetônica dos meios navais: redução das chamadas “obras-mortas”, inclusão de couraças e usos de casamatas passaram a ser cada vez mais imperativas. As experiências navais da Guerra da Crimeia (Batalhas de Sinope e Kinburn) e da Guerra de Secessão Americana (Batalha da Baía de Chesapeake) comprovavam a eficácia desses dispositivos tecnológicos²⁷. A capacidade de fazer a guerra, nessas inéditas condições,

gerava uma tendência em ver tais ações como um projeto civilizatório a ser obrigatoriamente perseguido²⁸.

Ainda na década de 1850, percebe-se a edificação de um discurso intervencionista, “solidário e humanista”, que se fundamentava numa “guerra humanitária” incontornável²⁹. Tal discurso coexistia ou mesmo concorria com a defesa da neutralidade, tipificada numa linha “abstencionista”, que propugnava que uma guerra pautada em “razões de conveniência” não era justificável, já que dissonante dos cânones civilizacionais basilares dos Oitocentos: “Senhores, não é para o século em que vivemos declarar guerra a uma nação por causa de uma questão de navegação fluvial ou de limites”, conforme defendeu Assis Mascarenhas, no início da década de 1860³⁰. O futuro Visconde do Rio Branco, em 1851, salientava que “a paz deve seguramente ser o alfa e o ômega das nossas relações exteriores [e portanto] é a condição indispensável de todo o progresso”, ainda que em seguida lembrasse, com alguma contraposição, a relevância do crédito, da dignidade e dos interesses nacionais³¹. Ao fim, tanto a linha intervencionista como a abstencionista desfrutavam de uma interseção, que pode ser sintetizada, grosso modo, em uma “paz armada”: “enquanto o congresso da paz não der leis ao mundo, o *Si vis pacem, para bellum* há de ser, não só uma máxima militar, senão também uma impreterível garantia de segurança interna e externa de todas as nações civilizadas”³². Assim, Exércitos e Marinhas serviriam ao projeto civilizacional do Ocidente se, apressadas, contribuíssem para aquilo que atualmente nominou-se dissuasão.

Apesar de tudo isso, poucos recursos orçamentários foram destinados ao setor militar na década de 1850 e início da seguinte³³. Quando se observam os projetos de defesa, por exemplo, o plano de edificação da cidade de Itapura, e as próprias circunstâncias da invasão do Mato Grosso, no início da Guerra da Tríplice Aliança, percebe-se que a atividade primacial da Marinha se desenrolava num processo vacilante, encabeçada por um Estado que conservava certa “descerebração”, talvez típica de um paradigma corporativista de Antigo Regime³⁴. De um lado, havia um

esforço estratégico de aquisição de navios, instalação de estações navais e estabelecimento de escolas para recrutamento e formação de pessoal; de outra parte, as hesitações e limitações eram incontáveis.

Se em nível nacional as discussões em torno da equipagem militar do Império eram evidentes e recorrentes, dentro da Armada buscava-se a cristalização de certos parâmetros, de modo que fosse possível interferir nos projetos de Nação em debate. Entre 1837 (portanto no mesmo ano da criação do Colégio D. Pedro II) e 1858, a Academia de Marinha, responsável pela formação dos oficiais, experimentou uma série de reformas (estatutos, currículos, exames, modos de admissão) que a afastavam dos resquícios típicos de Antigo Regime; ou seja, procurava-se uma formação que valorizasse os aspectos práticos, as noções de hierarquia, ordem e disciplina, além da definição de normas que privilegiassem as promoções por tempo e mérito, que se adquire pela postura assumida no momento da experiência³⁵. Também é possível apontar reformas nos segmentos mais basilares da Armada: a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros (1840) representam algum esforço no recrutamento e profissionalização militar das praças para o serviço da Armada³⁶.

Depois, exatamente no contexto da Guerra contra Oribe e Rosas, e após a Lei Eusébio de Queiroz, fundava-se a *Revista Marítima Brasileira*, um periódico cuja finalidade era não apenas a publicação de textos que pudessem “contribuir para o aprimoramento de nossa Marinha de Guerra e Mercante”, mas também “propagar ideias tendentes a dar impulso à administração da Marinha e suas delegações”, conforme assinalava o programa de seu primeiro número, de 1851³⁷.

A ideia de propagar e legitimar as ações da Armada pode similarmente ser percebida se a retenção for concentrada na produção de uma “memória naval” nos Oitocentos. O trabalho de Edina Laura Nogueira da Gama – que se debruçou sobre a obra historiográfica de Theotônio Meirelles, oficial da Armada – demonstra como as elites intelectuais da Marinha procuravam afirmar a instituição enquanto partícipe indispensável da forma-

ção nacional, o que lhes autorizava a interferir nos debates em curso. Por isso, especialmente a partir de 1850, decidiram instalar lugares de memória (arquivo, biblioteca e museu) e produzir uma história alinhavada com a metodologia e o estilo então em voga, ou seja, em conformidade com os cânones do IHGB, ainda que o Instituto não tenha endossado com veemência o projeto de Nação advindo da Marinha dos anos 1870.

Nesse processo, caberia à historiografia naval eternizar e justificar o papel da Força. Basta referir que a participação do Brasil na guerra contra o governo do Paraguai aparece fundamentada em uma das obras de Theotônio Meirelles a partir das palavras de um “homem de ciência”, o cirurgião da Armada Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo, para quem a guerra era explicada pelas ações inconsequentes de um “cacique hereditário do Paraguai”, Solano López, que dispunha de um “apoio servil de sua tribo”. Sem melhor alternativa, restava ao Brasil, para solucionar o problema, “plantar o triunfo da civilização contra o barbarismo”, aliás, como já fizera na investida sobre a Buenos Aires de Rosas. Meirelles reproduzia não apenas as palavras do cirurgião, mas também do Visconde de Inhaúma, cuja caracterização apostada a López era bem mais expressiva: “um déspota sanhudo, indigno do século da luz, [...] novo Átila, [que] desprende suas hordas selvagens, e lança-as de improviso sobre a inerme Província de Mato Grosso”. Também ao Brasil restava impor “a haste da bandeira auriverde desse símbolo sagrado da nacionalidade de um povo livre e civilizado... [para que] dê aos selvagens... uma pátria, uma lei, e uma grei de homens que não servos da gleba”³⁸. É explícita a inserção das palavras e ideias do Visconde àquelas que circulavam em uma Europa romântica.

Sendo a única monarquia das Américas, o Império se apresentava como um enclave de civilização entre as repúblicas americanas. As elites imperiais brasileiras e a elite portenha guardavam em comum a crença de que dispunham de uma “missão civilizadora”. No Império do Brasil, apesar de suas incoerências internas, das quais a mais pronunciada era indubitavelmente o escravismo,

acreditava-se na capacidade de civilizar o Prata³⁹. Nesse enredo, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai se tratava, portanto, de uma guerra necessária e incontornável, o que explica a posição machadiana, consignada acima. Ser derrotado no conflito era inaceitável, porque significaria reconhecer que os “selvagens guaranis” suplantaram os cânones da civilização. Para além, as próprias ações militares deveriam ser preferencialmente respaldadas por elementos que lembrassem o patamar civilizatório em que se encontrava o Império: uma logística capaz de manter os meios navais⁴⁰; o esforço de prontificação um serviço médico condizente com parâmetros aceitáveis⁴¹; e até a transformação da “batalha em música”, por meio de uma linguagem melódica destinada a glorificar as vitórias militares, são alguns desses elementos⁴². As ideias de inspiração românticas alcançavam não apenas os textos de políticos e militares, mas também impactavam a produção artística e literária.

Tais elementos, evidentemente, não eram pertinentes apenas para a elevação moral daqueles que pelejavam nos campos de batalha. Afetavam também a opinião pública, e por consequência a arrecadação tributária e o recrutamento de soldados. O longo prolongamento da guerra, aliás, gerava críticas, porque se temia que ela promovesse a ruína do País⁴³. Insistir e propagar que a guerra era um caminho necessário para a firmeza da paz, portanto imiscuída a um projeto civilizacional, tornava-se imperioso.

DE MARTINO, A PASSAGEM DE HUMAITÁ E O ROMANTISMO

Conforme supramencionado, no Romantismo, na senda percorrida por Géricault e Delacroix, que irão influenciar largamente todo o movimento, molda-se uma expressão artística de cunho agressivo, que aborda situações extremadas, que se ocupa de ideias inquietantes e traz experiências angustiantes, onde o feio, o bizarro e o macabro se transmutam em fator de curiosidade⁴⁴. Tais expressões instigam e tomam atenção, pondo em destaque o conflito entre o bem e o mal, que se configura em temática recorrente.

te, diretamente ligada aos conflitos internos desse homem moderno, agora referência no centro do mundo, capaz de pensar sua própria humanidade em relação às circunstâncias, ao tempo, à Natureza, e aos seus semelhantes. É necessário posicionar o homem no centro do mundo, pois é dele que emana o mundo; todavia, se o mundo é posto no centro de tudo, já que está no homem, ele também se torna objeto do mundo, e essa é a sua ironia, o seu paradoxo. O sujeito tem predicados, mas também é sujeito do tempo, de modo que o eu é seu próprio objeto de reflexividade⁴⁵.

Graças a essa dialética, pode-se compreender o porquê, no Romantismo, frequentemente conviveram, lado a lado, a realidade e sua idealização, seja por parte do artista, seja por parte do comanditário da obra⁴⁶. Vida e arte, veracidade e imaginação, irão solapar de sentimentos esse homem romântico, levando-o a recriar e reorganizar suas perspectivas não só do mundo ao seu redor, mas também de si mesmo.

A ocorrência da arte romântica no Brasil é explícita, fartamente reconhecida na pintura, na literatura, no pensamento e modos da época, e se apresenta com artistas que se inscrevem em um padrão europeu de representação, normalmente conformados com a tradição da pintura acadêmica europeia. Os artistas e escritores estrangeiros, que por aqui trabalharam, reproduziam, com algumas influências destes trópicos, aquilo que traziam em suas bagagens europeias⁴⁷. Interessante atentar que no Brasil, à guisa do orientalismo que conquistava os românticos pela Europa⁴⁸, o excêntrico se fez nas paisagens selvagens das matas, nos índios, (e mais raramente) nos negros e mestiços, que povoaram a imaginação europeia dos que aqui chegavam, fascinados por essa forma diferenciada de exotismo⁴⁹. Contudo, mesmo tais representações temáticas, que poderiam ser consideradas mais típicas, como a indianista, figuravam de modo idealizada, afastando neste caso o índio de sua realidade cabal.

De maneira similar, ocorre com a representação de personagens que adquirem notoriedade como heróis. Sejam em retratos, ou em meio às ações grandiosas de seus

feitos, tais indivíduos são, de certa maneira, privados de suas características personalísticas inerentes. Assim, são apropriados pelos racontos do que se escolheu narrar de determinada guerra, por outra perspectiva novamente à serviço da pátria, transfigurados em heróis nacionais, fundamentais para construção de uma identidade estatal, e que se tornam símbolo de nacionalismo e traduzem caráter e brio de determinado povo. Com as flutuações de interesses e pertinências vinculadas aos aspectos políticos, econômicos e culturais, certos personagens antes cultuados podem ter suas memórias preteridas, omitidas ou até controvertidas para dar lugar a uma nova memória que se presta a exaltar algo que se tornou oportuno e proveitoso.

É nesse contexto que Edoardo De Martino, artista napolitano notavelmente imerso no movimento romântico, fiava-se em sentimentos e escolhas pelo que se acreditava ser instinto⁵⁰. A crença no ímpeto emocional nato, também derivada de ideias românticas, teve papel importante que demarcaria o percurso de vida do pintor.

Ainda bem jovem, De Martino se lançou aos estudos artísticos, que seguiriam em paralelo com uma formação militar naval, que acabariam por desenvolver e moldar uma forte consciência política no oficial e pintor⁵¹. É possível conjecturar que De Martino estivesse estreitamente implicado com ideias e tensões que envolviam a construção de uma identidade nacional da época, que culminariam na unificação da Itália⁵², onde poderia atuar contribuindo não só como oficial, mas também com sua sapiência e habilidade artística.

De Martino havia chegando à América do Sul em 1865, a bordo da Corveta *Ercole*, na qual servia à época. Em 1866, após ter se envolvido em delicado acidente na *Ercole*, que causou severos danos à embarcação, e também possivelmente instigado pela possibilidade alcançada de ter sido apresentado e recebido pelo Imperador em 1867, De Martino desafia a moral conformista e abandona, possivelmente neste mesmo ano, em definitivo uma benquista carreira militar para se dedicar à arte. Talvez tivesse pretensões heroicas frustradas, que a partir desse

momento deveria buscar realizar por meio de outros tipos de armas, que sabia serem também muito apreciadas por D. Pedro II, os lápis e os pincéis⁵³.

É provável que ainda no decorrer de 1867, De Martino tenha se alcançado na zona de guerra, utilizando-se dos contatos que já havia estabelecido com oficiais brasileiros, e começado efetivamente a executar suas representações que versavam sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Com notável talento, De Martino acabou por conquistar a admiração, respeito e amizade de personalidades notáveis e influentes da época, inclusive o próprio Imperador. Talvez o fato de a Imperatriz D.^a Teresa Cristina compartilhar a nacionalidade napolitana com De Martino possa ter estreitado seus laços na corte.

Eduardo De Martino pintou A Passagem de Humaitá, episódio que ele próprio testemunhou. A temática está relacionada ao forçamento da Fortaleza de Humaitá, a mais infensa que havia no Rio Paraguai, ocorrido na madrugada de 19 de fevereiro de 1868. Após seis meses de bombardeio contra a fortificação, o então Barão de Inhaúma decidiu empregar os três novos monitores recém-construídos no Arsenal de Marinha da Corte. Estabeleceu uma Divisão Avançada comandada pelo Capitão de Mar e Guerra Delfim Carlos de Carvalho, formada pelos Encouraçados *Barroso*, *Tamandaré* e *Bahia*, e os Monitores *Rio Grande*, *Pará* e *Alagoas*. Eles foram organizados taticamente em três pares compostos, cada um, por um encouraçado e um monitor amarrado ao seu contrabordo. Após a passagem, metade dos navios teve que ser encalhados, para não afundarem devido às avarias sofridas no percurso. O *Alagoas* foi atingido por mais de 160 projetis⁵⁴.

Antes de uma breve análise da obra de De Martino, é preciso mencionar a existência do esboço esquemático da Passagem de Humaitá, feito pelo artista, e que traduz em pormenores, inclusive com legendas dos elementos que lá figuram, o momento da batalha que De Martino julgou pertinente cristalizar. Faz-se necessário ponderar o efeito e a pertinência que tal esboço é capaz de conferir à obra final, quando observamos

ambos em confluência, buscando reconhecer⁵⁵ o que por De Martino foi retratado.

Tomando a obra com auxílio de seu esboço, percebemos que ela é marcada por uma linha que acentua o horizonte e a divide em duas partes de tamanho aproximado. Tal linha é ligeiramente reforçada por outra demarcação de tendência horizontal, essa bastante irregular, conferida pelas nuvens. Algumas verticais podem ser percebidas pelas vegetações laterais e pela mastreação das embarcações. Duas linhas de fuga ascendentes que partem do Encouraçado *Brasil*, cuja silhueta escura está ao centro da imagem, convidam o olhar do espectador para examinar a profundidade da composição e, finalmente, orientam o olhar, à esquerda, para a tenra iluminação elevada oferecida pela lua, enquanto, à direita, para a própria fortaleza, que se confunde com o barranco, como se dele nascesse. Um eixo central, equilibrado no encontro das nuvens com a fumaça negra, resultante da propulsão do mesmo encouraçado, divide a composição em duas esferas cromáticas: à direita, tons azulados e acinzentados, coerentes com a madrugada, mas também causadores de uma atmosfera sombria, quase fantasmagórica, reforçada pelo luar, elemento recorrente nas pinturas românticas; do lado oposto, resplandece a iluminação mais intensa do quadro, advinda do fogo, efeito da artilharia e da destruição, como se sugerisse uma *khátarsis* aristotélica.

Na passagem da Idade Média para a modernidade, as representações de batalhas tornaram-se mais expressivas, incorporando-se ao chamado *grand goût*⁵⁶. Ora, a perspectiva e a unidade de tempo e espaço são dois princípios modernos, que se configuram em arbitrários culturais que formam a imagem como hoje a conhecemos. São convenções que tratam em uma mesma representação uma ação que ocorre em determinado tempo específico em um só espaço, o que só é factível através da noção de profundidade dada por uma perspectiva. Dessa maneira, apesar de retratar momento preciso de dado acontecimento, tornou-se possível deduzir o instante anterior e supor o posterior. Graças a essas noções moder-

nas, De Martino pôde refazer, em uma única obra, a Passagem de Humaitá, fragmento encadeado de uma longa guerra.

A medida e as proporções também podem influir na percepção humana. Para além, a mera escolha por imensas telas, que parecem tragar o espectador para seu interior, configuram-se em recursos que podem causar impressões impactantes aos sentidos humanos. Da mesma maneira, a escolha ou valorização de certa cor em detrimento de outra, que ilumina um personagem ou apaga outro, são subterfúgios que podem influenciar o juízo do observador.

O uso das imagens não pode, portanto, ser subestimado. Para um homem de guerra, a precisão verossímil das representações com suas devidas escalas é fulcral para seu sucesso, seja para interpretação de mapas, quantificar adversários, inteirar-se sobre terrenos, edificações ou armamentos. As representações e os usos da imagem estão profundamente imbricados com a guerra, de tal modo que não é de se estranhar a presença de artistas junto às batalhas, ao menos desde o Renascimento⁵⁷.

Todavia, não só como fontes de informações serviram à guerra as representações, já que “desde sua origem, o campo de batalha é um campo de percepção, a máquina de guerra é para o polemarco um instrumento de representação, comparável ao pincel e à palheta do pintor. [...] Para o homem de guerra, a função da arma é a função do olho”⁵⁸.

Do mesmo modo que um homem de guerra, o pintor refina e apura também os seus sentidos para executar sua obra. De Martino, oficial da Marinha e pintor, paradoxalmente precisava de imagens precisas para bem fazer a guerra, mas não as que precisava para narrar a guerra e mobilizar os sentimentos dos espectadores.

Do pincel à arma branca, é possível traçar um paralelo entre as habilidades manuais, pois ambas tiveram seu uso empregado largamente pelos Estados. Considerando a relevância e a precisão dos movimentos que tanto artistas como militares necessitam possuir para hábil desempenho de suas funções, é possível mais uma vez aproximar a arte da guerra, onde uma série de velocidades e ações variadas culmina em

um instante preciso. As imagens são repletas de desejos, de ambições daqueles que a idealizam, daqueles que delas tiram proveito e, assim, foram recurso de guerra para a tessitura do Estado e da nação. Como escreveu certa vez Inhaúma, no início dos anos 1860, defendendo-se de seus críticos, “nossa Marinha é nova, [mas] tem em si elementos de ordem, há de desenvolver-se, há de prestar ainda muito bons serviços ao País”⁵⁹.

Duas obras de De Martino foram apresentadas na XXI Exposição Geral de Belas Artes, em 1870, na Academia Imperial do Rio de Janeiro, uma das quais *A Passagem de Humaitá pela frota brasileira na noite de 19 de fevereiro de 1868*. No ano seguinte, o pintor foi agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa e se tornou membro correspondente daquela Academia⁶⁰. O tema representado era extremamente caro ao Império, pois, tecnicamente, definia a guerra. Rendeu notórias mercês.

Sobre Humaitá, o Marquês de Caxias escreveu que a Força Naval “não se podia fazer mais, nem com mais habilidade”⁶¹. Em carta ao Barão de Cotegipe, Inhaúma, poucos dias depois da operação, sublinhava que a passagem era “um feito tão glorioso como os mais gloriosos que tem praticado as Marinhas do mundo”⁶², enquanto em seu diário pessoal consignava que “o 19 de fevereiro foi um dos maiores dias de glória desta guerra, se não o primeiro”⁶³. A Passagem de Humaitá é assim considerada por Inhaúma como o fator decisivo para vitória da guerra e, conseqüentemente, o triunfo da civilização sobre a barbárie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem durou cerca de meia hora, durante cujo tempo *não havia um coração que*, a par do entusiasmo que sentia, *não fosse também presa dos mais descontraídos sentimentos*, entre os quais o receio e o temor pelo êxito dos que passavam.⁶⁴

Tendo em vista tudo aquilo que foi aqui tratado, podemos concluir que o século XIX experimentou uma série de tensões que opunham ideias e povos entre a civilização

e a barbárie. O presente trabalho procurou perfazer tais inquietudes trazendo inicialmente à discussão o pensamento de Immanuel Kant, para quem a guerra consistia em caminho necessário a ser trilhado para que se alcançasse a paz. Apontamos, também, as apropriações das noções kantianas, em especial as que tratam do belo e do sublime, pelos românticos, que encontraram aí não só terreno fértil para pavimentar a estrutura da estética que viriam a conformar, mas também embasamento teórico para justificar e exaltar representações que eram consideradas como componentes de gêneros menores⁶⁵, a exemplo das que versavam sobre a natureza, representando o mundo sem mistificações, e iniciando um processo de ruptura com a primazia do gênero histórico.

Pari passu, apontamos novas ideias que se estruturavam e circulavam pela Europa, principalmente na segunda metade dos Oitocentos. As ideias indicavam uma abertura e valorização do homem e sua humanidade, com o fortalecimento dos sentimentos de nacionalismo que insurgiam, insuflando nos Estados necessidades que tratam de uma consciência histórica arra-

gada, e principalmente da posse e articulação dos instrumentos para que ela seja registrada, transmitida e perpetuada⁶⁶. Havia também, muito claramente, uma urgência de moldar e consolidar uma memória que pudesse permanecer, o que poderia se pretender garantir com registros materiais, narrando e representando de forma sensível a glória e a grandeza de heróis, de instituições e, principalmente do próprio Estado para o qual estes personagens prestavam seus serviços.

Portanto, apresentamos algumas discussões pertinentes acerca dos possíveis papéis e funções civilizatórias que poderiam o Exército e a Marinha assumir. Destacamos em especial como se representaram as ações militares dessas Forças durante a Guerra da Tríplice Aliança, sob o patronato do Estado Imperial, que utilizou a arte como poderoso instrumento que extrapola a óbvia propaganda estatal, e alcança por meio das imagens e representações, não só a vitória tão desejada de uma guerra, mas o domínio e capacidade de civilizar e impor sua cultura ao inimigo que foi considerado e tipificado como inculto, bárbaro.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Ana Lucia. *Romantismo tropical: um pintor francês no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2017.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O intervencionismo do Império Brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. Tese de doutorado em História. Brasília: UNB, 2011.

BITTENCOURT, Armando de Senna (org.) *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 2006, pp. 89-99.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial brasileira – Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CESAR, William Carmo. *Uma história das guerras navais*. Rio de Janeiro: Femar, 2013.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CONCEIÇÃO, José Francisco da. "Passagem de Humaytá", in *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º semestre, 1882.

DEMINICIS, Fernanda e CIPINIUK, Alberto. “Os usos da criação: considerações sobre a criação artística e sua apropriação pelo campo do *design*”. *Revista Tamanduá – Design, Arte e Representação Social*, n. 4, v.1, ano 4 (2017).

DONIN, Luana. *Academia de Marinha: normatização da formação militar naval no período de construção do Estado imperial brasileiro (1837-1858)*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2014.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FROTA, Guilherme. *Quinhentos anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

_____. “Notas para servir a uma biografia do Visconde de Inhaúma”, in IGNÁCIO, Joaquim José (Visconde de Inhaúma). *Diário Pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança (dezembro de 1866 a janeiro de 1869)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2008.

GAMA, Edina L. N. da. *A historiografia naval brasileira no século XIX e o pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1876-1884)*. Dissertação de mestrado em Estudos Marítimos. Rio de Janeiro: PPGEM-EGN, 2017.

GONZAGA, Jessica. “*Na paz cumpre-se preparar a guerra*”: a Armada Imperial e a defesa da fronteira da província do Mato Grosso contra a República do Paraguai (1852-1865). Dissertação de mestrado em Estudos Marítimos. Rio de Janeiro: PPGEM-EGN, 2017.

GUIMARÃES, Lucia. *Debaixo da imediata proteção imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2012.

GUINSBURG, J. (Org). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade de julgar*. Petrópolis: Vozes, 2016.

LOUREIRO, Marcello & DEMINICIS, Fernanda. “Um neogótico para a Guanabara: natureza, paisagem e civilização na edificação da Ilha Fiscal”, in *Revista Marítima Brasileira*, v. 138, n.01/03, jan-mar 2018, Rio de Janeiro, pp. 202-217.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MOITREL, Mônica Hartz de Oliveira. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2015.

MOURA, Aureliano Pinto de. “A atuação do Corpo de Saúde do Exército na Guerra da Tríplice Aliança”, in *Navigator*, v. 11, n. 21, jun. 2015, pp. 132-144.

NEVES, Lúcia & MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PUGLIA, Luigina de Vito. *Eduardo De Martino: Da ufficiale di marina a pittore di corte*. Monighidoro: Con-fine edizioni, 2012.

RESTIER, Renato. *Antítese da Civilidade: Poder Naval, pensamento político e guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

_____ et al (orgs.). *A Guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SANTOS, Anderson de Rieti. "A Batalha Naval de Riachuelo por Felipe Néri de Barcellos: música, ofício e glória na composição de um voluntário da pátria", in *Navigator*, v. 11, n. 21, jun. 2015, pp. 111-118.

SANTOS, Wagner B. dos. "A 'Hipótese Erradicadora' e a organização do Corpo de Marinheiros: a Marinha Imperial como laboratório", in *Navigator*, v. 13, pp. 84-99, 2017.

SCHELEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1991.

SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia & BICALHO, Maria Fernanda. *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Org.). *Atlântico: a história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

VIDIGAL, Armando. "A evolução tecnológica do setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil", in *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, SDM, vol. 120, n. 1012, out-dez 2000, pp. 131-197.

VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema: logística da percepção*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOTAS

¹ Apud VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema: logística da percepção*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.67.

² HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 115.

³ VIRILIO, *op. cit.*, p. 27.

⁴ HUIZINGA, *op. cit.*, p. 115.

⁵ CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, pp. 45-46, 238-239, 297-298; e KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade de julgar*. Petrópolis: Vozes, 2016, passim.

⁶ LOUREIRO, Marcello & DEMINICIS, Fernanda. "Um Neogótico para a Guanabara: natureza, paisagem e civilização na edificação da Ilha Fiscal", in *Revista Marítima Brasileira*, v. 138, n.01/03, jan-mar 2018, Rio de Janeiro, pp. 202-217.

⁷ Idem.

⁸ Apud NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 409.

⁹ *Ibidem*, pp. 254-269.

¹⁰ GUIMARÃES, Lucia. *Debaixo da imediata proteção imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2012, passim.

¹¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1994, especialmente pp. 103-182.

¹² NEVES & MACHADO, *op. cit.*, pp. 183-203; LOUREIRO & DEMINICIS, *op. cit.*

¹³ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral por Joaquim José Rodrigues Torres*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838, p. 3, apud GONZAGA, Jessica. "Na paz cumpre-se preparar a guerra": a Armada Imperial e a defesa da fronteira da província do Mato Grosso contra a República do Paraguai (1852-1865). Dissertação de mestrado profissional em Estudos Marítimos. Rio de Janeiro: PPGEM-EGN, 2017, p. 93.

¹⁴ Arquivo Nacional, Fundo Ministério da Guerra – IGI 141, 1842, ofício de 28 de junho de 1842, apud *ibidem*, p. 113.

¹⁵ D. Pedro II, fala de abertura da cerimônia de trabalhos da Câmara dos Deputados (1850), apud SOUZA, Adriana Barreto de. "O Exército na consolidação do Império do Brasil (1831-1850)", in RESTIER, Renato; LOUREIRO, Marcello et al (orgs.). *A guerra e a formação dos estados Nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, pp 103-115.

¹⁶ SOUZA, *op. cit.*, pp. 114-115.

¹⁷ RESTIER, Renato Jorge Paranhos. *Antítese da civilidade: Poder Naval, pensamento político e guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, especialmente pp. 157-213.

¹⁸ Cf. FRANCO, Francisco de Melo. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 20 de maio de 1851, p. 144, apud RESTIER, *op. cit.*, p. 172.

¹⁹ Cf. FRANCO, Bernardo de Souza. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de maio de 1851, p. 144, *apud* RESTIER, *op. cit.*, p. 172.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 173.

²¹ Cf. PACHECO, José Joaquim. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 24 de maio de 1854, p. 109, *apud* RESTIER, *op. cit.*, p. 170.

²² Cf. ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: SDM, 2007, p. 31, *apud* RESTIER, *op. cit.*, p. 167.

²³ Cf. ANTUNES, *op. cit.*, p. 22-23, *apud* RESTIER, *op. cit.*, p. 183.

²⁴ BITTENCOURT, Armando de Senna (org.) *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 2006, pp. 89-99.

²⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conclusão da sessão de 19 de junho de 1852: fixação das forças de mar. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: p. 1, 21 de jun. de 1852, *apud* GONZAGA, *op. cit.*, p. 101.

²⁶ DONIN, Luana. *Academia de Marinha: Normatização da Formação Militar Naval no Período de Construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)*. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2014, p. 90 e seguintes.

²⁷ CESAR, William Carmo. *Uma história das guerras navais*. Rio de Janeiro: Femar, 2013, p. 220 e seguintes.

²⁸ BITTENCOURT, Armando de Senna. “O Atlântico: ciência e tecnologia naval e oceânica nos séculos XIX e XX”, in TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *et al* (orgs.). *Atlântico: A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 293-336; VIDIGAL, Armando. “A evolução tecnológica do setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil”, in *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, SDM, vol. 120, n. 1012, out-dez 2000, pp. 131-197.

²⁹ RIBEIRO, José de Araújo. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 23 de maio de 1856, p. 59, *apud* RESTIER, *op. cit.*, p. 175.

³⁰ *Apud* RESTIER, *op. cit.*, p. 180.

³¹ PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008, p. 210, *apud* GONZAGA, *op. cit.*, p. 67.

³² *Ibidem*, p. 393, *apud ibidem*, p. 68.

³³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial brasileira – Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 274.

³⁴ HESPANHA, António Manuel. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos”, in SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia & BICALHO, Fernanda. *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 39-62, especialmente p. 40 e seguintes.

³⁵ DONIN, *op. cit.*, p. 164-166.

³⁶ SANTOS, Wagner Bueno dos. “A ‘Hipótese Erradicadora’ e a organização do Corpo de Marinheiros: a Marinha Imperial como laboratório”, in *Navegador*, v. 13, pp. 84-99, 2017.

³⁷ Cf. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n.º 1, 1851, p. 2.

³⁸ SILVA, Theotônio Meirelles da. *A Marinha de Guerra brasileira em Paissandu e durante a Campanha do Paraguai: Resumos Históricos*. Rio de Janeiro: Typografia Theatral e Commercial, Rio de Janeiro, 1876, p. 38-39, *apud* GAMA, Edina L. N. da. *A historiografia naval brasileira no século XIX e o pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1876-1884)*. Dissertação de mestrado em Estudos Marítimos. Rio de Janeiro: PPGEM-EGN, 2017, p. 128.

³⁹ BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O intervencionismo do Império Brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. Tese de doutorado em História. Brasília: UNB, 2011, pp. 74-91.

⁴⁰ MOITREL, Mônica Hartz de Oliveira. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2015, pp. 97-115.

⁴¹ MOURA, Aureliano Pinto de. “A atuação do Corpo de Saúde do Exército na Guerra da Tríplice Aliança”, in *Navegador*, v. 11, n. 21, jun. 2015, pp. 132-144.

⁴² SANTOS, Anderson de Rieti. “A Batalha Naval de Riachuelo por Felipe Néri de Barcellos: música, ofício e glória na composição de um voluntário da pátria”, in *Navegador*, v. 11, n. 21, jun. 2015, pp. 111-118.

⁴³ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: A Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, pp. 255-276.

⁴⁴ GUINSBURG, J. (Org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.199.

⁴⁵ Cf. SCHELEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1991, pp. 26-28, 30, 151, 153.

⁴⁶ DEMINICIS, Fernanda e CIPINIUK, Alberto. “Os usos da criação: considerações sobre a criação artística e sua apropriação pelo campo do design”. *Revista Tamanduá – Design, Arte e Representação Social*, n. 4, v.1, ano 4 (2017).

⁴⁷ GUINSBURG, *op. cit.*, p.189.

⁴⁸ *Idem*, p. 188.

⁴⁹ ARAUJO, Ana Lucia. *Romantismo tropical: um pintor francês no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 104.

⁵⁰ PUGLIA, Luigina de Vito. *Eduardo de Martino: da ufficiale di marina a pittore di corte*. Monghidoro: Con-fine edizioni, 2012, p. 12.

⁵¹ *Idem*.

⁵² A unificação da Itália se deu no ano de 1861.

⁵³ PUGLIA, *op. cit.*, páginas 12, 30, 47 e 52.

⁵⁴ BITTENCOURT, *op. cit.*, pp. 116-117; DORATIOTO, *op. cit.*, p. 309 e seguintes, especialmente pp. 321-322; e FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2000, p. 386.

⁵⁵ O termo reconhecer aqui está referido conforme o pensamento de Didi-Huberman, quando sustenta que não “percebemos” as coisas do mundo, mas sim as “reconhecemos”, cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010, passim.

⁵⁶ O *grand goût*, ou o grande gênero da arte, que surge com o Renascimento, diretamente ligada à ascensão do clássico, e que compreendia uma tradição de representação de cenas históricas, com grande destaques para as batalhas, mitologia ou representações do antigo e novo testamento. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico Anticlássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 17-54.

⁵⁷ Podemos ilustrar a presença de artistas em guerras, com Leonardo Da Vinci, que esteve ao serviço de Cesare Borgia, atuando principalmente como engenheiro militar. Cf. STRATHERN, Paul. *O Artista, o Filósofo e o Guerreiro: Da Vinci, Maquiavel e Bórgia e o mundo que eles criaram*. Lisboa: Clube do Autor, 2012, pp. 74-75.

⁵⁸ VIRILIO, *op. cit.*, p.49.

⁵⁹ Apud FROTA, Guilherme de Andrea. "Notas para servir a uma biografia do Visconde de Inhaúma", in IGNÁCIO, Joaquim José (Visconde de Inhaúma). *Diário Pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança (dezembro de 1866 a janeiro de 1869)*. Organização e pesquisa histórica de Guilherme de Andrea Frota. Rio de Janeiro: IHGB, 2008, pp. 15-42, citação à página 23.

⁶⁰ Idem, p. 56.

⁶¹ Carta do Marquês de Caxias a Inhaúma, escrita em Tyu-cuê, a 20 de fevereiro de 1868, apud FROTA, "Notas para servir a uma biografia do Visconde de Inhaúma", *op. cit.*, p. 35.

⁶² Carta de Inhaúma ao Barão de Cotegipe, escrita no Rio Paraguai, em 08 de março de 1868, apud *idem*.

⁶³ Dia 20 para 21 de fevereiro de 1868, in *Diário pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança...*, *op. cit.*, p. 170.

⁶⁴ CONCEIÇÃO, José Francisco da. "Passagem de Humaytá", in *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, 1ª semestre, 1882, pp. 242-248 (grifos nossos). José Francisco da Conceição era oficial de fazenda de 2ª classe, presente na Passagem de Humaitá; a grafia foi atualizada na citação.

⁶⁵ *Petit Genre*, que ao contrário do *Grand Gôut*, trazia representações do cotidiano, paisagens, naturezas mortas, retratos, animais etc.

⁶⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 216.

A vespa de Humaitá: a propaganda de guerra no periódico *Cabichuí**

The wasp of Humaitá: war propaganda in the *Cabichuí* newspaper

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

RESUMO

Os estudos relacionados à Fortaleza de Humaitá são de fundamental importância para a compreensão do conflito denominado de Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai. Contudo, a operação historiográfica a respeito do bastião de Humaitá pode ir além de suas muralhas, geografia, canhões e soldados. Nesse sítio, em 13 de maio de 1867, surgiu um dos principais órgãos da imprensa paraguaia de trincheira: o *Cabichuí*. O objetivo desse artigo é analisar as principais características desse periódico e de que modo a propaganda de guerra presente em suas páginas constituiu-se como relevante elemento envolto na história da fortificação de Humaitá.

PALAVRAS-CHAVE: Fortaleza de Humaitá; Cabichuí; Propaganda.

ABSTRACT

The studies associated to the Humaitá Fortress are of fundamental importance for the understanding of the conflict denominated War of the Triple Alliance against the government of Paraguay. However, the historiographical operation regarding the bastion of Humaitá can go beyond its walls, geography, cannons and soldiers. On that place, on May 13, 1867, one of the main organs of the Paraguayan trench press emerged: the *Cabichuí*. The aim of this article is to analyze the main characteristics of this newspaper and how the propaganda of war, present in its pages, was constituted as important element wrapped in the history of the fortification of Humaitá.

KEYWORDS: Fortress of Humaitá; Cabichuí; Propaganda.

INTRODUÇÃO

Inegavelmente, a Fortaleza de Humaitá foi um elemento chave nos rumos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864¹-1870). Seja do ponto de vista paraguaio ou sob o prisma dos aliados, a pujante fortificação cravada em uma das curvas do Rio Paraguai simbolizou a ambos os lados da guerra, em momentos distintos, aspectos múltiplos: glória, terror, sofrimento, morte, derrota, vitória, orgulho, resistência, ventura.

* Artigo recebido em 02 de abril de 2018 e aprovado para publicação em 02 de maio de 2018.

Trunfo das forças paraguaias e da defesa de seu território, a destruição do bastião paraguai em Humaitá estava presente como objetivo precípua no protocolo do tratado de aliança bélica assinada pelos representantes do Império do Brasil e das Repúblicas da Argentina e do Uruguai em 1ª de maio de 1865:

Reunidos na secretaria de estado das Relações Exteriores da República Argentina os Exms. Srs. plenipotenciários de Sua Magestade o Imperador do Brazil, do governo da Republica Argentina e do governo da Republica Oriental do Uruguay, abaixo assignados, concordam no seguinte:

1ª Que em cumprimento do tratado de alliança desta data se *farão demolir as fortificações de Humaitá* e não se permitirá levantar para o futuro outras de igual natureza, que possam impedir a fiel execução das estipulações daquelle tratado.²

Tal ênfase se dava por conta do poderio bélico que se constituía Humaitá, de modo que, já nos meses iniciais do conflito, era consenso por partes das forças beligerantes que sua manutenção ou tomada constituía-se como metas a serem efetivadas, as quais influenciaram sumamente no resultado da conflagração. A confiança de um lado e o temor no outro a respeito da Fortaleza de Humaitá podem ser compreensíveis a partir da observação das características de tal local. Conforme Eduardo e Mateo Nakayama:

el más poderoso y temido sistema defensivo paraguayo debe su diseño y construcción final a la idea de los ingenieros militares George Thompson (británico) y Franz Wisner Von Morgenstern (austro-húngaro), ambos al servicio del gobierno paraguayo. La línea fortificada alcanzaba a tener un perímetro de más de 10 km artillado tanto por tierra como por rio con una cantidad de bocas de fuego que varían a lo largo del conflicto pero que su cenit alcanzaría un número de 200 piezas de distinto calibre. El "campamento de Humaitá" como también es refe-

*rido, llegó a albergar en su interior a una fuerza de entre 25.000 y 30.000 hombres y fue el Cuartel General de Operaciones del Mariscal Presidente Francisco Solano López.*³

O pequeno fortim que se apresentava em Humaitá no final de 1855 tornou-se, em cerca de dez anos, a principal defesa das forças de López e um obstáculo fundamental a qualquer oponente para se chegar à capital Assunção. Mendonça aponta alguns dos aspectos defensivos que foram implementados no local nesse período:

[A] Bateria Londres, de cujas casamatas hiantes emergiam 16 bocas de fogo de grosso calibre.

(...)

[N] A extensa curva da ribeira (2.500 metros de barranca) orlada por (...) peças paraguaias, entre as quais repontam a Acaberá, raiada pelo sistema Parrot, com projetis cilindro-ogivais de 68 libras, a General Diaz, adaptada para utilizar s obuses Withworth de 32, impressionante pelo desusado comprimento e a famigerada El Cristiano, em cuja alma repicam os bronzes de todas as igrejas do Paraguai.⁴

Assim, nos diversos discursos e análises a respeito da guerra, realizados por grande parte dos políticos e estrategistas militares brasileiros entre 1865 e 1868, tinha por fio condutor que o cálculo das ações seguia a lógica: vencida Humaitá, Assunção fatalmente não teria como resistir.

Em 15 de maio de 1866, ao discorrer aos representantes políticos do Império do Brasil a respeito da Batalha Naval do Riachuelo, inserida em seu relatório referente ao ano anterior, o então Ministro da Marinha, Francisco de Paula Silveira Lobo, fez o prognóstico: "Prenuncia-se muito em breve a destruição de Humaitá, a tomada de Assunção e o resgate de Matto Grosso. Tudo está calculado e previsto"⁵.

Seguindo tônica semelhante, o periódico *Semana Ilustrada*, publicado na Corte, trazia no ano de 1866 um texto assinado pelo pseudônimo *Vercingetorix*⁶, o qual cingia-se de Marco Pórcio Catão intitulado seu artigo de

“Delenda Paraguay”. Nele, o articulista apreçoava a necessidade da destruição de Humaitá e do Paraguai nos seguintes termos:

Conquiste-se a paz por meio da guerra – activa enérgica e fértil de victorias.

(...)

Delenda Paraguay, Delenda Humaitá deve ser a divisa actual de todos os brasileiros.

(...)

Arrase-se Humaitá; aniquile-se Assunção; esmague-se López, dê-se carta de alforria aos desgraçados que o servem pelo terror que lhes inspira (...).

Delenda Paraguay.⁷

Todavia, mais que um baluarte de relevante função estratégica aos paraguaios constituído por suas poderosas defesas, a “Sebastopol da América do Sul”, alcunha que a Fortaleza de Humaitá recebeu durante a guerra, constituiu-se como um elemento detentor de prodigioso poder simbólico que desafiava os temores dos seus inimigos e alimentava a certeza de seus defensores em estarem a guarnecer uma fortificação inexpugnável.

Ora, tal “poder simbólico” possibilitava transformar as palavras publicadas em periódicos e publicações do período a respeito da magnitude de Humaitá em realidades legitimadas, podendo tal processo ser percebido consoante o famoso conceito de Pierre Bourdieu, segundo o qual:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo, e deste modo, a acção sobre o mundo (...) só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (...) O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter é a crença na legitimidade daquele que as pronuncia.⁸

Coadunada ao conceito durkheimiano de “conformismo lógico”, Bourdieu assinala que tal poder simbólico trata-se de um

poder de construção da realidade que forja e é forjado pelo consenso de determinado grupo social. Todavia, a queda de Humaitá em julho de 1868, trouxe consigo uma revolta no que dizia respeito ao discurso em voga. Francisco Doratioto⁹ aponta que à retirada paraguaia de Humaitá seguiu-se uma série de escritos de diferente natureza e de diversos autores, tais como Conde D’Eu, Dionísio Cerqueira, Álvaro de Sousa D’Andrea e Richard Burton, que relativizavam o real poder bélico de Humaitá minimizando as representações até então forjadas a respeito do bastião *lopizta*.

Independente disso, meses antes, quando da chegada das notícias ao Brasil acerca da Passagem de Humaitá pela Esquadra Imperial Brasileira ocorrida em fevereiro de 1868, houve uma grande agitação, que constituiu em “um verdadeiro delírio (...) Foram três dias de festas, com bandas a percorrer as ruas, seguidas de milhares de pessoas, dando vivas ao Imperador, a Caxias, a José Ignacio e aos oficiais superiores da Esquadra”¹⁰.

Tal quadro denota a força do simbolismo de Humaitá no contexto da guerra. Contudo, para muitos combatentes paraguaios, “*la gran Fortaleza*” foi algo além de tijolos e canhões. A partir de 1866, os rumos da guerra foram bruscamente modificados com a entrada das forças aliadas em território paraguaio, tendo havido da parte das tropas de Solano López um vigoroso ímpeto de resistência. Muitos destes militares paraguaios estavam em Humaitá ou haviam, em algum momento do conflito, passado pela fortificação. Lá, além da imponente arquitetura, da geografia favorável, das poderosas peças de artilharia e dos seus combatentes, um outro elemento, surgido a 13 de maio de 1867, favoreceu a elevação do ânimo dos soldados de López. Esta nova “arma” do *Mariscal* tratava-se de um periódico totalmente a serviço do governo paraguaio chamado *Cabichuí*.

CABICHUÍ: O SOLDADO HIMENÓPTERO

Em 13 de maio de 1867, saído das prensas existentes no acampamento militar de Paso Pucú¹¹, em Humaitá, sob a administração da *Imprenta del Ejercito*, começou a circular, semanalmente, um pequeno jor-

nal constituído de quatro páginas e que se apresentava aos seus leitores-soldados também como um “soldado (...) de la familia de los himenópteros, y dispone del ponsoñoso aguijon con que defenderá su colmena de los ambiciosos”¹², juntando-se, desse modo, na batalha de palavras aos outros órgãos da imprensa paraguaia então existentes: o “*veterano Semanario y al recluta Centinela*”¹³.

Durante mais de uma década, o Paraguai teve quase que exclusivamente um único órgão de imprensa, o *Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles*, cujo primeiro número fora lançado em 21 de maio de 1853. Tal folha semanal constituía-se como uma espécie de periódico oficial a serviço do governo Paraguaio, sendo suas edições produzidas pela *Imprenta del Estado*, em Assunção¹⁴.

Havia um rígido controle por parte do Estado a fim de impedir a circulação de jornais que porventura pudessem trazer críticas às ações governamentais, daí a hegemonia do *Semanario* por mais de uma década. A legislação que propiciou a tal periódico o monopólio da imprensa foi o decreto presidencial de 1º de agosto de 1855, que legislava sobre “*uso de la prensa*”, a qual foi levada ao público pelo próprio *Semanario*. O primeiro artigo dava a entender um esboço de liberdade de imprensa e opinião, no qual qualquer cidadão paraguaio poderia, sem censura, realizar denúncias e críticas aos funcionários públicos:

Capítulo I.

*Art. 1º Todo Ciudadano de la República que tenga espedito el uso de sus derechos civiles, es decir, que sea persona autorizada para contratar válidamente según las leyes, tiene derecho para publicar por la prensa, sus ideas, y opiniones: puede denunciar, y censurar por el mismo medio las omisiones en que incurran, ó las faltas y abusos que cometan los funcionarios públicos, en el desempeño de sus funciones, sin previa censura.*¹⁵

Contudo, os outros dispositivos legais presentes no mesmo decreto, tornavam o alcance do primeiro artigo deveras diminuto, na medida em que impunha uma série de

restrições à suposta liberdade “*para publicar por la prensa, sus ideas, y opiniones*”:

2º Queda prohibida toda publicación clandestina y anónima, bajo las penas que establece el presente decreto.

3º Toda publicación pedida, á uno de los periódicos de la Capital, llevará la firma de su autor.

(...)

Capítulo II.

De los delitos que se cometen abusando de la Prensa

(...)

Art. 2º Comete delito contra el Gefe Supremo de la Republica el que por un escrito, estampa, ó figura, deprime de algún modo, ó bajo cualquiera forma, la persona, dignidad y prerrogativas del Gefe Supremo.

(...)

*Art. 4º Comete delito contra el orden público, el que publica opiniones, máximas, ó doctrinas, que pueden perturbar la tranquilidad del Estado; el que concita los obreros, jornaleros y pobres contra la clase mas acomodada y rica; el que provoca la desobediencia á las leyes, y á las autoridades.*¹⁶

A suposta liberdade de imprensa contida no artigo 1º era tolhida pelo restante do decreto, que estabelecia uma série de delitos de abuso de uso da imprensa, os quais poderiam ser interpretados de modo bastante subjetivo, isto é, a publicação de uma crítica a determinado ato presidencial corria o risco de enquadrar-se em delito contra “*el Gefe Supremo*”. Tais delitos eram punidos com multa de 50 a 500 pesos e prisão de um a seis meses, dependendo da gravidade do “*abuso de la prensa*”.

Inegavelmente, tal dispositivo legal muito contribuiu para o não florescimento de outros periódicos no Paraguai. Nos anos que antecederam a Guerra da Tríplice Aliança, não houve por parte do governo paraguaio interesse algum no incentivo ao surgimento de outro órgão de imprensa. Com a morte de Carlos López, em setembro de 1862, após quase 20 anos no cargo de presidente da República, seu sucessor e filho

Francisco Solano López deu continuidade à publicação do *Semanario* enquanto órgão da imprensa oficial.

Contudo, pouco mais de dois anos após as primeiras ações bélicas, uma nova sistemática com relação à expansão da imprensa no Paraguai é adotada com o incentivo para a criação de novos periódicos. Não tratou-se, porém, de uma abertura à qualquer tipo de órgão de imprensa, mas sim, um programa de expansão de folhas ligadas aos interesses de Solano López, especialmente no que dizia respeito à guerra, cujos resultados nos campos de batalha começavam a mostrar-se desfavoráveis às forças paraguaias. A ideia principal era ampliar o tipo de linguagem para que se pudesse alcançar leitores diversos, havendo um foco especial nos soldados das graduações mais inferiores, isto é, a grande maioria dos combatentes.

Assim, a partir de 1867, o Presidente Francisco Solano López incentivou o surgimento de outros periódicos a fim de também servirem como porta-vozes do governo com relação à elevação da moral da população e das tropas. Desta leva, surgiram os jornais: *El Centinela*, que circulou de 25 de abril de 1867 a 10 de fevereiro de 1868; *Cabichuí*, de 13 de maio de 1867 a 20 de agosto de 1868; *Cacique Lambaré*, de 24 de julho de 1867 a 9 de setembro de 1868 e; *La Estrella*¹⁷, de 24 de fevereiro de 1869 a 14 de julho de 1869. Algumas dessas publicações traziam matérias no idioma guarani, vastamente utilizado no Paraguai à época, enquanto que o *Cacique Lambaré* era quase que totalmente publicado neste idioma¹⁸.

A respeito do surgimento destes diversos periódicos, Juan Crisóstomo Centurión, oficial do Exército paraguaio que tomou parte da guerra e que teve participação efetiva como redator e colaborador de várias destas publicações, assim os apresentam em suas memórias:

El Mariscal López empleaba todos los medios á su alcance para fortalecer el espíritu y mejorar en lo posible la moral del ejército. A este fin, á más del Semanario, que no solo registraba en sus columnas los sucesos de la guerra, sino que hacía una propaganda tenaz contra

*los aliados en el sentido de desacreditar su causa ante la opinión, mandó fundar un periodiquín llamado El Centinela, (...) y otro llamado el Lambaré, que se redactaba en guaraní (...) Estos dos periódicos veían la luz en la capital, y se distribuían profusamente en la campaña y en el ejército. En Paso Pucú se estableció una imprenta, y por indicación del Mariscal se fundó un periódico satírico de caricaturas. El que escribe estas memorias fue encargado de la dirección e redacción del mismo (...) fue aceptada a la idea mía de que fuese llamado Cabichuí.*¹⁹

Ao abordar a campanha de propaganda levada a cabo pelo Paraguai durante a guerra, a historiadora argentina Maria Lucrecia Johansson nos indica que:

*Desde el comienzo de las hostilidades, la prensa de los países beligerantes se dedicó a tratar ampliamente el conflicto. En el caso del Paraguay, inmerso en un contexto de guerra total, el gobierno inició una campaña de propaganda que consistió en la diseminación de ideas tendientes a inducir determinados comportamientos. (...) como bien sostiene Jean-Marie Domenach, a partir del siglo XVIII la propaganda se convirtió en un auxiliar de las estrategias de guerra, que comenzaron a conducirse tanto por las armas como por la ideología.*²⁰

Desse modo, tais jornais serviam aos intentos do governo de Solano López de insuflar nos paraguaios um vigoroso espírito de resistência, sempre enfatizando uma suposta superioridade do povo paraguaio ante seus inimigos, além de fazerem um reiterado culto à personalidade do presidente paraguaio.

Havia da parte dos responsáveis pela organização dos novos periódicos o desejo em alcançar um público em especial, aquele que estava na linha de frente da guerra, isto é, os soldados. Assim, a imprensa de trincheira paraguaia extrapolou os limites da *Imprenta del Estado*, sediada na capital Assunção e fez surgir em um acampamento militar localizado em Humaitá o *Cabichuí*.

Novamente trazemos as memórias de Centurión a respeito do surgimento de tal jornal:

En Paso Pucú se estableció una imprenta, y por indicación del Mariscal se fundó un periódico satírico de caricaturas. El que escribe estas memorias fue encargado de la dirección e redacción del mismo contando con la colaboración varias personas de reconocida competencia. Durante dos ó tres días fue vivamente discutido el título que debía llevar el dicho periodiquín,

así como el dibujo que debía servirle de frontispicio ó portada. Por fin, fue aceptada la idea mía de que fuese llamado Cabichuí, nombre de una avispa negra muy brava, que construye su colmena en los árboles y en los aleros de las casas; igualmente fue aprobado el dibujo de la portada, consistente en un negro acosado por una multitud de esas avispas.²¹

A descrição do frontispício do periódico idealizado no acampamento militar de Paso

Pucú era: uma multidão de vespas nativas do Paraguai acoassando um homem negro e peludo. Em todos os seus 95 números, tal imagem ilustraria a primeira página do jornal considerado o mais relevante dos periódicos surgidos no Paraguai durante a guerra. Tratava-se de uma clara alegoria, onde as pequenas vespas seriam uma representação dos paraguaios e o homem negro a materialização do inimigo, em especial, o maior dos inimigos, isto é, o Império do Brasil, cujos combatentes na guerra em andamento geralmente eram descritos e alcunhados como negros e/ou macacos.

O *Cabichuí* surge com missão similar ao seu irmão pouco mais velho, *El Centinela*, de levar as informações da guerra aos seus compatriotas, especialmente àqueles que se encontravam no teatro de operações, de modo cômico e



Figura 1 – Reprodução da capa do primeiro número do *Cabichuí* (FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Paraguai)

sempre exaltando os grandes feitos paraguaios no campo de batalha. Também com amparo estatal, o novo periódico era produzido nas prensas governamentais, especificamente, na *Imprenta del Ejército*. Por tal razão, grande parte de seus colaboradores (articulistas, editores, desenhistas, gravadores) eram militares, tais como o já citado Crisóstomo Centurión, o Tenente Natalicio Talavera²² e o correntino Victor Silvero; não obstante, civis também escreviam para o *Cabichuí*, como o padre Fidel Maíz.

Juan O'Leary, grande apologista de Solano López durante mais da metade do século XX, aponta com entusiasmo a existência da folha de Paso Pucú durante a guerra:

teníamos um periódico satírico "El Cabichui", que era el órgano oficial de la alegría de nuestro ejército.
(...)

*Aquella pequeña avispa (Cabichui) volaba través del ejército, desatando la hilaridad de nuestras tropas, y cruzando nuestras trincheras, iba a clavar su envenado agujón en el corazón del enemigo.*²³

Semelhante ao *El Centinela*, a "pequeña avispa", conforme apontamos anteriormente, apresentou-se ao público em seu primeiro número como um soldado, e assim saudava "al veterano 'Semenario' y al recluta Centinela":

*El Cabichui es, pues un soldado, y al presentarse en el palenque del periodismo no viene á buscar la corona que Minerva ofrece á sus aventajados adalides; humilde en sus pretensiones literarias, solo viene empujado por su amor de patria á tomar una plaza para combatir a favor de la idea que ha levantado á toda la República, y á correr tras los laureles que alcanza la decisión en la guerra de los libres contra los esclavos.*²⁴

Poucos dias depois, *El Centinela* retribuía os cumprimentos de seu novo companheiro sem esquecer também do veterano *Semanario*, afirmando que tais jornais compunham a nova tríplice aliança:

¡Bendito seais, grato y sincero compañero! – El Centinela saluda vuestra aparición y se llena de contento, por que tiene un colaborador más en la lucha á muerte que el Brasil y sus aliados han empeñado contra el Paraguay.

(...)

El Semanario, el Centinela y el bien venido Cabichui entran en la lucha.

(...)

*El grave y veterano Semanario está con los cañones de alto calibre, El Centinela maneja la artillería volante y el Cabichui recorre los campamentos y sin cesar hostiliza el enemigo con sus rifles e punzantes agujones.*²⁵

Muitos são os pontos de aproximação do *Cabichuí* e do *El Centinela*, dentre os quais poderíamos citar: o ano de surgimento, o público leitor a que foram destinados, a linguagem coloquial, a presença de imagens, o tom satírico e depreciativo a respeito do inimigo, o fervor nacionalista, a exaltação da figura de Solano López e do soldado paraguaio. Mas, além de tais fatores, outro merece destaque, a saber, a forte presença de uma linguagem de teor oral neste tipo de publicação escrita. No *Cabichuí*, tal elemento tem muito mais preponderância e se mostra como algo proposital, na medida em que era produzido com intenções de ter seu conteúdo lido de maneira coletiva, em voz alta, com leitores e ouvintes.

Em artigo intitulado "Palavra além das letras", Marco Morel²⁶ aponta os intercâmbios existentes entre a imprensa e a oralidade nos periódicos do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX; de modo similar à perspectiva de Morel, guardado o devido distanciamento cronológico e espacial, pode-se perceber também nos jornais paraguaios do período da guerra contra a Tríplice Aliança que havia uma forte imbricação entre a imprensa e as formas de expressão oral. Isso não é tão notável no *Semanario*, mas nos jornais surgidos a partir de 1867 é algo inextrincável. Dentre as variadas gravuras publicadas pelo *Cabichuí*, a que reproduzimos abaixo é deveras significativa a esse respeito, apresentando-

-se com a legenda “*la lectura del Cabichui*”, pode se perceber um grupo de soldados em um momento de descanso, no qual um deles lê o jornal aos demais que demonstram em suas feições interesse, prazer e descontração:



Figura 2 – “*La lectura del Cabichui*”²⁷.
(FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Paraguai)

Ora, além de ser produzido com uma linguagem que se aproximava deveras da oralidade cotidiana e incentivador da leitura em grupo e em voz alta, o *Cabichuí* visava alcançar o riso de seus leitores/ouvintes através do sarcasmo e depreciação do inimigo. O riso, que poderia parecer um elemento de reduzida importância no grande espectro da guerra, toma outras feições se analisado sob o prisma da história cultural, especialmente quando se constitui em um riso coletivo, similar à ilustração anterior, pois o mesmo pode constituir um sentido de comunidade por parte daqueles que riem junto. Analisando o humor na Alemanha oitocentista, a historiadora Mary Townsend afirma que:

O simples ato de compartilhar o riso era mais importante do que

o conteúdo específico ou impacto imediato de qualquer piada ou caricatura. Rir junto significava participar de uma cultura comum, uma forma de comunicação sobre assuntos de interesse mútuo. (...)

O humor popular estabelecia um sentido de comunidade entre os participantes.²⁸

Apesar de a abordagem de Townsend remeter a outro contexto histórico-cultural e geográfico, podemos tomá-la como extremamente útil para nossa compreensão do aspecto humorístico presente nos periódicos de trincheira paraguaios, os quais intentavam construir um espírito homogêneo de resistência à Tríplice Aliança.

A ridicularização satírica do inimigo era basilar na *Vespa* de López. As tropas brasileiras eram sempre apresentadas de modo pejorativo e racista e, do mesmo modo que

se enfatizava a figura de López de modo exaltador, também se personalizavam representações quanto aos líderes políticos e militares da Tríplice Aliança, mas de modo extremamente depreciativo, em especial os comandantes brasileiros.

Referências ao Marquês de Caxias são constantes no periódico, tanto que, nos textos de tal jornal, são atribuídos a Luís Alves de Lima e Silva epítetos pejorativos similares àqueles dados às tropas brasileiras. Com frequência, a folha de Humaitá, fazendo um jogo de palavras entre os idiomas português e o espanhol e chamava o líder militar brasileiro de: “General Marques de Caxias, Cajon e Cachimbo”. Além disso, as diversas representações imagéticas de Caxias produzidas em Paso Pucú sempre o apresentam como um homem negro caricato.



Figura 3 – “*El Marquez de Caxias vá a bombardear el Campamento paraguayo*”²⁹
(FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Paraguai)

Tais representações iconográficas publicadas no *Cabichuí*, relativas aos brasileiros, não ficaram restritas ao conhecimento dos paraguaios durante a guerra, pois, com o avanço das forças aliadas em território paraguaio, tal periódico tornou-se conhecido daqueles que eram alvos do seu escárnio. Um dos brasileiros que relata ciência da *Vespa* foi o engenheiro militar e oficial do Exército Brasileiro Rufino Eneas Gustavo Galvão (Visconde de Maracaju), o qual, durante a guerra, foi nomeado chefe da Comissão de Engenheiros e, anos após o término do conflito³⁰, publicou um livro

contendo trechos de seu diário particular a respeito da marcha do Exército Brasileiro durante os anos de 1867 e 1868.

Nesse sentido, transcrevemos o trecho do seu diário referente ao dia 26 de julho de 1867:

26 de julho – Não se marchou para passar-se revista de armamento nos corpos e batalhões.

Encontrou-se um boletim de López, declarando esperar-nos no dia 28, e um numero do pequeno jornal caricato, denominado *Cabichuy*, cujo emblema é um macaco atacado por maribondos.³¹

Além dos brasileiros presentes no teatro de operações, informações acerca do *Cabichuí*, ainda durante o conflito, chegaram até o Rio de Janeiro, tendo sido publicados na *Semana Ilustrada*, em janeiro de 1868, comentários, não menos racistas que os tão recorrentes na imprensa paraguaia, a respeito da representação do Marquês de Caxias:

Apanhou-se, na 2ª grande Divisão, uma garrafa contendo alguns números do *Cabichuy* que forão entregues ao Almirante.

Pude filar dous desses números (...) Em ambos continuamos a ser negros e de negro feio, qual Toussaint Louverture, está desenhado em um delles o nobre Marquez de Caxias.³²

O Almirante a quem o articulista, que assina sob o pseudônimo de Leva Arriba, se refere trata-se de Joaquim José Ignácio, o Visconde de Inhaúma. Curiosamente, consoante Arias Neto³³, Leva Arriba seria um pseudônimo utilizado pelo próprio Inhaúma em matérias publicadas na *Semana Ilustrada*.

O chefe naval também não escaparia da sanha satírica do *Cabichuí*, que apresentava o comandante em chefe da Força Naval brasileira como um covarde que se desentendia constantemente com Caxias, também adjeti-

vado de covarde. Além disso, constantemente recebia as alcunhas de “Botafogo”, “Ignifero” ou “Igniferonte”, as últimas consistindo em uma junção de seu nome Ignácio com a palavra fera.

Em 15 de agosto de 1867, a Força Naval brasileira, sob o comando de Inhaúma, ultrapassou Curupaiti estacionando antes de Humaitá. Aproveitando tal contexto, quatro dias depois, o *Cabichuí*, levaria aos seus leitores uma grande gravura disposta em duas de suas páginas trazendo uma representação de Inhaúma a bordo de um navio, onde

sofre um ataque de uma grande vespa que feroa sua testa. Ao mesmo tempo, se encontra encurrulado tendo à margem esquerda um leão denominado “*Curupayty*” e do lado esquerdo outro leão chamado “*Humaitá*”. Complementando a imagem, uma pequena poesia em forma de desafio é apresentada:

CONSEJOS AL ALMIRANTE
IGNÁCIO, Ó IGNIFERO
Letrilla
Ya que arrojaste el guante
Contra Curupayty,
Que pases adelante
Quiere el “Cabichui”
Las garras de un león
Hicieron la mitad;
Para la conclusión
Hay otro en Humaitá.
Sigue, pues, Almirante,
Lleva tu honor avante;
Hoy tienes la ocasión
De salir del embrión
Si acaso te es fatal
Esta obra colosal
A la inmortalidad
Tu nombre llegará.
Arrostra los torpedos,
Arrostra los cañones
Y no te importe un bledo
Que chillen los mirones
Si mueres en la lucha
Volando, ó Botafogo,
O bajas como trucha.
*Gritando ¡Ay que me ahogo!*³⁴



Figura 4 – “*El Almirante Igniferonte*”³⁵
(FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Paraguai)

Na segunda metade do ano de 1867, momento em que as Forças Navais brasileiras aproximam-se de Humaitá, o *Cabichuí* enfatizará em seus números o desprezo e ridicularização da “*Escuadra Macacuna*”, de seu comandante e dos marinheiros “*rabilargos*”. Em alguns números, Inhaúma tem sua representação pictórica feita com traços caricatos, por vezes animais, com o corpo de suíno, que enfatizavam seu sobrepeso, apontando o Almirante Joaquim José Ignacio como um homem covarde que comandava uma Esquadra lenta e ineficiente (em outra ocasião Inhaúma e Caxias são representados montados respectivamente em um jacaré e em uma tartaruga).

Poucos dias depois, em 19 de fevereiro, a Esquadra brasileira forçaria a Passagem de Humaitá. O episódio foi minimizado pelo *Cabichuí* publicado no dia 24 do mesmo mês, que afirmava estarem as defesas paraguaias intactas, além de trazer mais uma representação caricata de Inhaúma, agora um como um antropozoomorfo hipopótamo com o nome de “*El Ignipopótamo*”.

Entretanto, apesar do discurso confiante e provocador, a posição paraguaia de Humaitá estava com os dias contados e o presidente sabia disso. No dia 3 de março Solano López deixa o local e se instala em San Fernando³⁶, cerca de dez quilômetros ao norte, tendo sido seguido nos dias seguin-

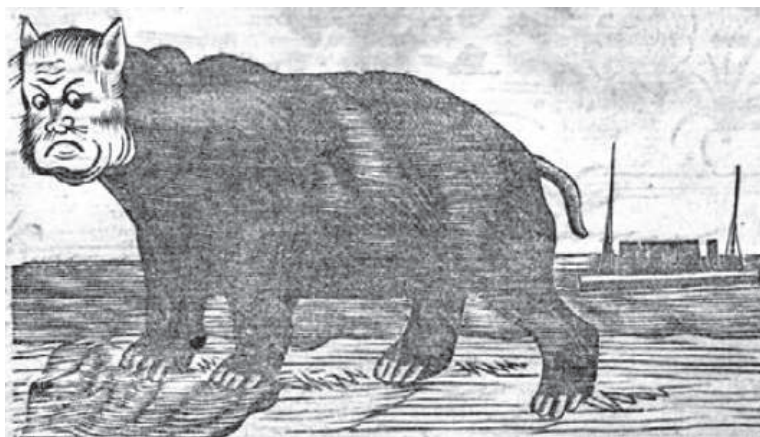


Figura 5 – “*El Ignipopótamo*”³⁷
(FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Paraguai)

tes por grande parte dos militares que guarneciam a fortaleza. Juntamente com eles, foram transportadas as prensas do Exército e, após quase três meses sem ser publicado, o *Cabichuí* ressurgiu no acampamento de San Fernando em 13 de maio (dia do seu aniversário de criação).

Em San Fernando seriam produzidos e distribuídos os últimos 11 números da *Vespa*. Entre o dia 24 de julho e 20 de agosto, ocorreria mais um intervalo entre as edições, muito provavelmente em decorrência da tomada da Fortaleza de Humaitá pelas forças aliadas, ocorrida em 25 de julho de 1868.

A 95ª (e última) edição do *Cabichuí* foi publicada em 20 de agosto. Como dito, um mês antes a principal fortaleza paraguaia, Humaitá, havia caído e encontrava-se nas mãos dos aliados. A morte da *Vespa* coincidiu com uma espécie de começo do fim da guerra, pois, poucos meses depois, Assunção seria toma-

da e se iniciaria a famigerada Campanha das Cordilheiras com a finalidade de por fim ao conflito através da captura ou morte de Solano López.

CONCLUSÃO

A existência do *Cabichuí* e sua circulação entre os soldados paraguaios, possibilitada pelas prensas do Exército no acampamento de Paso Pucú, em Humaitá, nos fornecem

valiosos elementos para apontarmos no sentido de uma análise da guerra que vai além do sangue a escorrer nos campos de batalha. Diante do terror da mais destrutiva guerra da América do Sul, alguns homens insuflaram e foram insuflados com ânimo por seus compatriotas. Sob o aparato estatal, o apelo ao riso, ao escárnio do inimigo e à distração em meio à hecatombe fez parte de uma tentativa por parte dos articulistas do *Cabichuí* em manter viva a esperança na vitória.

Sem dúvida, um dos aspectos a ser somado na análise da Guerra da Tríplice Aliança é o relevante papel que teve a imprensa, tanto no Paraguai quanto nos países aliados (Brasil, Argentina e Uruguai), na construção de representações e “realidades”. Em alguns casos, perceber-se-á que o sangue, o suor e as lágrimas derramados pelos contendores atrelaram-se intrinsecamente à tinta derramada nas folhas dos jornais.

BIBLIOGRAFIA

Periódicos:

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira (<http://memoria.bn.br>): *El Centinela*, Asunción, 1867. *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 1866-1868. *Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles*, Asunción, 1865-1866.

Biblioteca Nacional do Paraguai – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Paraguai (<http://bibliotecanacional.gov.py>): *Cabichuí*, Paso Pucú / San Fernando, 1867-1868.

Livros, artigos e documentos impressos:

ARIAS NETO, José Miguel. A Marinha do Brasil nos escritos oitocentistas sobre a Guerra do Paraguai. In. *Anais do II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO*, 2015.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório do ano de 1865 apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco de Paula Silveira Lobo*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias del coronel Juan Crisóstomo Centurión ó sean, Reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Tomo Segundo. Buenos Aires: Imprenta de Obras, 1894.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JOHANSSON, María Lucrecia. El guarani como arma de lucha: lengua e identidad nacional em la prensa de guerra paraguaya (1867-1868). In. RODRIGUES, Fernando da Silva & PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Orgs.). *Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. pp. 501-531.

MARACAJÚ, Marechal Visconde de. *Campanha do Paraguay (1867 e 1868)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar/Estado-Maior do Exército, 1922.

MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. Humaitá. In. BRASIL. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *A Guerra da Tríplice Aliança: reflexões e abordagens*. Vol. II. pp. 44-52. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2015.

MOREL, Marco. Palavras além das letras: Apontamentos sobre a imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. In. *Acervo*, Rio de Janeiro, V. 25, nº1, pp. 63-80. Jan/Jun 2010.

NAKAYAMA, Eduardo; NAKAYAMA, Mateo. El perímetro fortificado de Humaitá: reconstrucción virtual. In. *Anais do 5º Encuentro Internacional de Historia sobre las Operaciones Bélicas durante la Guerra de la Triple Alianza*. Montevideo, 2013.

O'LEARY, Juan E. *El libro de los héroes: páginas históricas de la Guerra del Paraguay*. Asunción: Librería La Mundial: 1922.

SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguay (1864-1870)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875.

TOWNSEND, Mary Lee. O humor e a esfera pública na Alemanha do século XIX. In. BREMER, Jan & ROODENBURG, Herman (Orgs.). *Uma história cultural do humor*. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000.



NOTAS

¹ Postamos aqui o ano de 1864, pois o início das hostilidades se deu ao final de 1864 com o apresamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, em Assunção e, posteriormente, com a invasão paraguaia ao Mato Grosso. Não obstante, sabemos que a terminologia “Guerra da Tríplice Aliança” ganha sentido somente a partir de seu marco criador, isto é, com a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, que ocorreu em 1º de maio de 1865.

² SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875. Apêndices. p. 107. Grifo nosso.

³ NAKAYAMA, Eduardo; NAKAYAMA, Mateo. El perímetro fortificado de Humaitá: reconstrucción virtual. In: *Anais do 5º Encuentro Internacional de Historia sobre las Operaciones Bélicas durante la Guerra de la Triple Alianza*. Montevideo, 2013. p. 2.

⁴ MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. Humaitá. In: BRASIL. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *A Guerra da Tríplice Aliança: reflexões e abordagens*. Vol. II. pp. 44-52. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2015. pp. 45-46.

⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório do ano de 1865 apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco de Paula Silveira Lobo*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866. p. 13.

⁶ Sacramento Blake aponta que Vercingetórix era um dos pseudônimos utilizados por Antônio José Victorino de Barros, irmão do Vice-Almirante Joaquim José Ignácio (o Visconde de Inhaúma). Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 234.

⁷ *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1866. p. 2.387.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. pp. 14-15.

⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 329-330.

¹⁰ *Ibidem*. p. 324.

¹¹ Situado ao sul da Fortaleza de Humaitá, o acampamento de Paso Pucú foi de 20 de maio de 1866 a 23 de março de 1868 o quartel general do exército paraguaio onde Solano López havia instalado seu posto de comando. Apesar de o termo acampamento denotar certa simplicidade, no local havia várias construções, tais como, as dependências para a tropa, o prédio do comando, a casa de López, um hospital de sangue, uma capela e um cemitério.

¹² *Cabichuí*, Paso Pucú, 13 de mayo de 1867.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ A despeito da hegemonia do *Semanario*, outros periódicos circularam no Paraguai na década de 1850, mas com vida bastante curta. Foram eles: *o Eco del Paraguay*, publicado em Assunção e que durou apenas dois anos (1855-1857); *El Grito Paraguayo* (1858-1859); e *El Paraguayo Independiente*, também publicado na capital paraguaia, porém com uma trajetória mais longa (1845-1852). *El Paraguayo Independiente* foi uma espécie de predecessor do *Semanario* e possuía pontos em comum com este, pois também era publicado pela Imprensa del Estado e seu principal redator era o Presidente da república Carlos López.

¹⁵ *Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles*, Asunción, 4 de agosto de 1855.

¹⁶ Além dos delitos contra o chefe supremo do Estado e contra a ordem pública apresentadas na citação, o decreto também postava os possíveis delitos contra: a segurança da República (art. 3º); a sociedade e a moral pública (art. 5º); a religião (art. 6º); as autoridades públicas e juizes (art. 7º); os soberanos ou chefes supremos das nações estrangeiras (art. 8º); os particulares (art. 9º).

¹⁷ Surgido na fase final da guerra, também era publicado pela Imprensa Nacional, mas agora na cidade de Piribebuí transformada em capital do Paraguai por Solano López, já que Assunção havia sido tomada pelas forças da Tríplice Aliança em janeiro daquele ano.

¹⁸ O *Cacique Lambaré*, que tempos depois adotou reduziu seu nome para *Lambaré*, fazia alusão a um chefe indígena que lutara contra os invasores espanhóis. O uso do guarani predominou em tal periódico, onde ocasionalmente apareciam palavras em espanhol. Conforme a historiadora Maria Johansson, o uso do guarani pelo *Cacique Lambaré* era direcionado aos soldados e tinha diversas motivações além do fato de ser um idioma deveras utilizado no Paraguai, tais como: “*la lengua fue el nexo que permitió establecer una conexión entre las hazañas guerreras de antaño y el contexto de guerra, construyendo una filiación genealógica con “la raza guarani, esa raza de primitivos guerreros” (...) En el nuevo contexto que emergía con la guerra se sintió la necesidad de buscar anclaje en el pasado*”. In: JOHANSSON, María Lucrecia. *El guarani como arma de lucha: lengua e identidad nacional em la prensa de guerra paraguaya (1867-1868)*. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Orgs.). *Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. pp. 522-523.

¹⁹ CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias del coronel Juan Crisóstomo Centurión ó sean, Reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Tomo Segundo. Buenos Aires: Imprenta de Obras, 1894. p. 320-321. Grifos do original.

²⁰ JOHANSSON, María Lucrecia. Op. cit. p. 503.

²¹ CENTURION, Juan Crisóstomo. Op. cit. p. 321.

²² Tavalera é conhecido no Paraguai por seu trabalho como poeta e veio a falecer no dia 11 de outubro de 1867, no acampamento de Paso Pucú, em decorrência do cólera. No ano de 1971, o governo do Paraguai transformou o dia 11 de outubro em Dia do Poeta Paraguai.

²³ O’LEARY, Juan E. *El libro de los héroes: páginas históricas de la Guerra del Paraguay*. Asunción: Librería La Mundial: 1922. p. 324.

²⁴ *Cabichuí*, Paso Pucú, 13 de mayo de 1867.

²⁵ *El Centinela*, Asunción, 23 de mayo de 1867.

²⁶ MOREL, Marco. Palavras além das letras: Apontamentos sobre a imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. In. *Acervo*, Rio de Janeiro, V. 25, nº1, pp. 63-80. Jan/Jun 2010.

²⁷ *Cabichuí*, Paso Pucú, 8 de agosto de 1867.

²⁸ TOWNSEND, Mary Lee. O humor e a esfera pública na Alemanha do século XIX. In. BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (Orgs.). *Uma história cultural do humor*. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 228.

²⁹ *Cabichuí*, Paso Pucú, 13 de mayo de 1867.

³⁰ A primeira edição das memórias do Visconde de Maracajú data de 1893.

³¹ MARACAJÚ, Marechal Visconde de. *Campanha do Paraguay (1867 e 1868)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar/Estado-Maior do Exército, 1922. p. 17.

³² *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1868. P. 2966.

³³ ARIAS NETO, José Miguel. A Marinha do Brasil nos escritos oitocentistas sobre a Guerra do Paraguai. In. *Anais do II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO*, 2015. p. 5.

³⁴ *Cabichuí*, Paso Pucú, 19 de agosto de 1867.

³⁵ *Cabichuí*, Paso Pucú, 3 de febrero de 1868.

³⁶ San Fernando tornou-se o acampamento em que Solano López se instalaria até o final daquele ano. Foi justamente em tal local onde ocorreu o massacre de San Fernando, em 21 de dezembro de 1868, quando, sob as ordens do presidente paraguaio, ocorreu a execução, sob acusação de traição, de centenas de homens e mulheres, dentre os quais, familiares de López, oficiais de alto posto, religiosos, políticos e diplomatas estrangeiros. Acerca de tal episódio, Doratioto afirma que: "Solano López retirou-se de San Fernando, e as tropas brasileiras, ao chegarem ao local, encontraram uma cena impressionante. Os corpos das vítimas executadas tinham sido jogados em valas, sem serem cobertos com terra, e eram sobrevoados por urubus que disputavam pedaços dos cadáveres. Em cada vala havia um letreiro, colocado em uma vara (...), com os dizeres "traidores da Pátria" In. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Op. cit. p. 349.

³⁷ *Cabichuí*, Paso Pucú, 24 de febrero de 1868.

As narrativas visuais sobre a Guerra do Paraguai no *Diabo Coxo**

The visual narratives on the War of Paraguay in *Diabo Coxo*

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

Docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pós-Doutora em Patrimônio Cultural, UNICAMP (2007). Doutora em História Social, USP (2000). Mestre em História e Sociedade, UNESP (1993).

Danilo Aparecido Champan Rocha

Doutorando em História, UEM. Mestre em História, UEM (2017). Graduado em História, UEM (2015).

RESUMO

A Guerra do Paraguai ocorrida entre 1864 e 1870 intensificou os problemas sociais, políticos, culturais e econômicos latentes no Segundo Reinado de D. Pedro II. Para observarmos a concepção de determinados segmentos sociais liberais do Brasil Império sobre o início do confronto militar, a preparação política no recrutamento e no alistamento, a organização administrativa e estrutural do Exército, a identidade nacional e o dever cívico, utilizamos como fonte primária o periódico *Diabo Coxo*, publicado em São Paulo entre 1864 e 1865. As caricaturas difundidas no periódico paulistano narraram para aquela sociedade, majoritariamente analfabeta, as principais ações militares, os desafios enfrentados no *front*, as medidas políticas e administrativas do governo central e local brasileiro perante as investidas paraguaias, o que constitui um importante objeto de estudo para compreender os embates discursivos e as condições vivenciadas pelos diferentes grupos sociais no decorrer da guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai; *Diabo Coxo*; Angelo Agostini

ABSTRACT

The War of Paraguay between 1864 and 1870 intensified the social, political, cultural and economic problems latent in the Second Reign of D. Pedro II. To observe the conception of certain liberal social segments of Brazil Empire on the beginning of the military confrontation, the political preparation in the recruitment and in the enlistment, administrative and structural organization of the army, national identity and civic duty, we used as a primary source the magazine *Diabo Coxo*, published in São Paulo between 1864 and 1865. The caricatures published in the newspaper of São Paulo narrated to that society, mostly illiterate, the main military actions, the challenges faced at the *front*, the political and administrative measures of the Brazilian central and local government vis-à-vis the Paraguayan invaders, which constitutes an important object of study to understand the discursive attacks and the conditions experienced by the different social groups in the to run of war.

KEYWORDS: War of Paraguay; *Diabo Coxo*; Angelo Agostini

* Artigo recebido em 16 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 04 de junho de 2018.

A GUERRA DO PARAGUAI NO LÁPIS E NA PENA DO *DIABO COXO*

No século XIX, a imprensa foi o principal meio de comunicação e de mobilização da opinião pública no Brasil Império. Por isso, ao deflagrar o conflito bélico com o Paraguai (1864-1870), o suporte midiático atuou como difusor de valores nacionalistas em prol da campanha militar brasileira ou como principal mecanismo de denúncia da corrupção e dos abusos ocorridos no processo de recrutamento, cada discurso condicionado aos interesses políticos de seus redatores perante o governo central e local. Nesse sentido, para observarmos a concepção de determinados segmentos sociais liberais do Segundo Reinado sobre o início do confronto militar, a preparação política no recrutamento e no alistamento, a organização administrativa e estrutural do Exército, a identidade nacional e o dever cívico, utilizamos como fonte primária o periódico *Diabo Coxo* (1864-1865), editado por Luiz Gama e ilustrado pelo caricaturista Angelo Agostini.

O *Diabo Coxo* possuía oito páginas, divididas em quatro folhas ilustradas (a capa, a contracapa, a quarta e a quinta capas) e quatro textuais, de conteúdo variado, publicado semanalmente aos domingos, com assuntos referentes aos recentes acontecimentos da capital paulista, sede da redação, além da divulgação de eventos culturais disponíveis para o lazer do “homem culto” na província e na corte, das medidas políticas discutidas nos periódicos da região e na Câmara Municipal, entre outros temas. Obviamente, por projetar-se como progressista e civilizado atento às novidades, a problemática da Guerra do Paraguai foi recorrente nos números dos semanários conforme o conflito se desdobrava e as caricaturas do piemontês Agostini nararam para aquela sociedade, majoritariamente analfabeta, as principais ações militares, os desafios enfrentados no *front*, as medidas políticas e administrativas do governo central e local para responder às investidas paraguaias, a penúria dos soldados assolados por epidemias e falta de equipamentos até chegar à linha de frente e criticar os líderes militares e políticos

considerados os responsáveis pela lentidão e a incapacidade das tropas brasileiras de finalizar o conflito bélico.

Apesar de situarmos o *Diabo Coxo* como dissidente da imprensa oficial, produzido por liberais não assentados na base conservadora do governo central, o discurso dos redatores reproduziu em grande parte o apelo patriótico de D. Pedro II. Solano López, presidente do Paraguai durante o confronto bélico, foi retratado pela revista como “bárbaro” e a folha exigia dos cidadãos o empenho na causa da guerra. No entanto, manteve a sua postura crítica diante das arbitrariedades cometidas no recrutamento e na corrupção de oficiais ou políticos no alistamento dos “voluntários”.

A ameaça do “outro”, republicano e “bárbaro”, antes confrontado no campo das ideias¹, assumiu uma corporeidade com a agressão paraguaia. A percepção dos soldados brasileiros enquanto portadores de uma cultura e língua distinta dos demais países implicados nas disputas pelo Rio da Prata corroborou para a visão eurocêntrica do Estado monárquico e na constituição identitária, concepções praticamente inexistentes no início da Guerra do Paraguai (1864-1870)². A fronteira “nós” e o “outro”, tênues na prática pela presença de negros, libertos, indígenas, mestiços e brancos em ambos os Exércitos³, foram delimitadas e reforçadas pelo discurso oficial propagado nos jornais paraguaios e brasileiros.

A produção de sistemas de representações na imprensa ilustrada do Paraguai e do Brasil ao longo da guerra destacava, a partir da animalização e da desumanização calcada no preconceito racial, a selvageria e a impossibilidade de dialogar racionalmente com o país beligerante inimigo. As construções imagéticas das “gentes estranhas” e “indígenas” dos soldados paraguaios construídas pelos jornais brasileiros foram contrapostas pela figura dos “macacos afeeminados e covardes” que compunham as tropas imperiais⁴. Na revista ilustrada paulistana, Luiz Gama e Angelo Agostini adotaram parcialmente essa visão estereotipada ao concentrar suas críticas na pessoa e na postura do Presidente López, sem abordar o povo paraguaio como um todo.

No *Diabo Coxo*, em sua primeira série (12 números), produzida entre 2 de outubro e 25 de dezembro de 1864⁵, período no qual a guerra não havia ainda sido declarada, o Estado e a defesa nacional brasileira foram retratados em uma situação caótica e fragilizada, condição decorrente da ineficiência do aparelho político e de seus líderes em tomar decisões em prol da modernização da sociedade. Em duas caricaturas, produzidas em momentos distintos por Agostini, ficaram evidentes a crítica da revista sobre o despreparo e a vulnerabilidade do Brasil perante a ameaça externa de invasão paraguaia. O ultimato enviado pelo governo paraguaio em 30 de agosto alertava o Estado brasileiro para uma invasão guarani caso continuasse intervindo na política local do Uruguai⁶. Porém, a Corte no Rio de Janeiro não considerou a ameaça. O semanário, apesar de não citar o Paraguai, alarmava a população para a precariedade do Exército e sua incapacidade para garantir a segurança nacional.

dos temas pleiteados foi a defesa nacional. No quadro seguinte, a linguagem verbivisual da caricatura ridicularizou o Exército e a força bélica brasileira ao representar a defesa nacional sem o mínimo de estrutura para garantir a segurança do País. A queixa de um dos soldados no primeiro plano sobre a impossibilidade de armar a artilharia devido ao tamanho incompatível do projétil foi suplantada pela afirmativa de seu companheiro de também não possuírem pólvora e nem eles mesmos serem artilheiros. A relação intraicônica dos interlocutores demonstra a surpresa do primeiro diante da resposta e a irritação do segundo pelas circunstâncias.

A deformação do tamanho das peças de artilharia reforça a intenção de Agostini em demonstrar a fragilidade do Poder Militar brasileiro. A recusa no uso da perspectiva na representação das bocas de fogo, desenhadas desproporcionalmente abaixo do joelho dos homens, destaca como as armas bélicas eram inofensivas e ultrapassadas.

O soldado irritado, sentado em cima de uma das peças, demonstra a inutilidade do equipamento transformado em assento e também enfatiza o desânimo decorrente da situação caótica das Forças Armadas.

Mais ao fundo, outro soldado observa por cima de uma barreira o horizonte, sem nenhum armamento, como se aguardasse passivamente os desdobramentos das divergências

entre o Paraguai e o Brasil. Na parte superior esquerda da composição, na mesma direção do olhar do defensor desarmado, é possível observarmos três mastros, uma provável retratação de embarcações e tropas inimigas próximas às fronteiras brasileiras e prestes a atacar. Assim, a caricatura

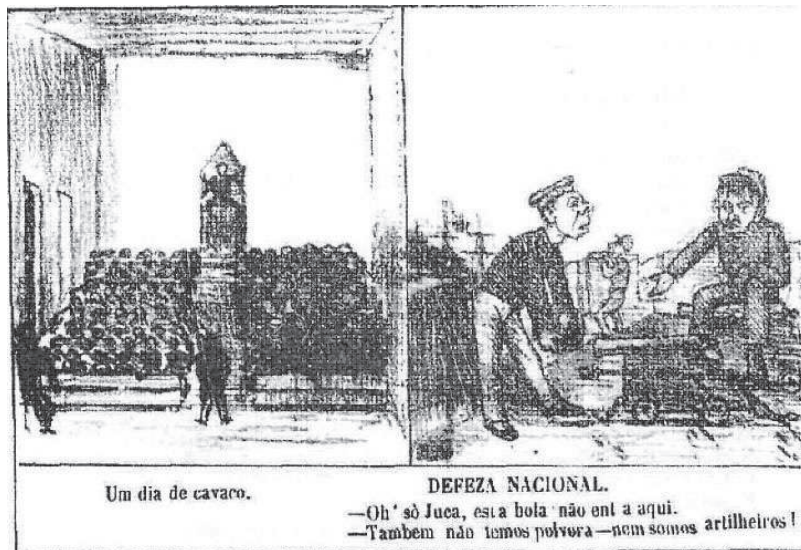


Figura 1 – A defesa nacional

Fonte: *Diabo Coxo*, São Paulo, nº 4, 1864, ano I, p. 47

No primeiro quadro da Figura 1, apesar de não debater e aprofundar a discussão nas demais páginas do número, Agostini provavelmente ilustrou uma reunião popular na câmara local, evento comum na capital para debater os principais problemas na província e, pela divisão intericônica da imagem, um

do piemontês parece alertar a população e as Forças nacionais para o perigo do inimigo à espreita e a condição precária do Exército Brasileiro.

O pessimismo do segundo soldado reproduziu a opinião velada dos redatores sobre a incapacidade e a ineficiência do Estado em garantir a segurança, reflexo do “atraso civilizatório” das instituições vigentes. Na segunda caricatura (Figura 2), publicada em dezembro, no mesmo mês do início da guerra, o comentário irônico feito pelo personagem símbolo do *Diabo Coxo* expressou nitidamente a concepção da folha sobre a

decadência do Exército. Provavelmente, a mudança de um posicionamento implícito para uma crítica aberta foi provocada pela urgência do Estado em adotar medidas perante a eminência do conflito.

A contradição entre a frase dita pelo diabo e a postura desajeitada do soldado é o gatilho para o riso do leitor. Na legenda, em tom de zombaria, o personagem símbolo ironizou ao exclamar a qualidade do defensor da Pátria, retratado no ridículo de sua aparência. A arma de cano longo posicionada na vertical à frente do praça, utilizada para apoiar suas mãos, contrasta e realça

a posição corporal sinuosa dos pés à cabeça do guarda. A estatura física franzina e a feição facial de um homem na meia-idade não apresentam o vigor necessário a um combatente, o que novamente ressalta a fragilidade e o despreparo da defesa nacional.

Logo após o término do último número da primeira série, as tropas paraguaias invadiram a Província do Mato Grosso, agressão não registrada pelo *Diabo Coxo*. No ano seguinte, durante a circulação da segunda série do periódico⁹, o tema recebeu atenção privilegiada e em cada número eram atualizadas as principais notícias do *front*. A invasão de López foi considerada pelos redatores como uma ofensa ao orgulho nacional e apenas a vitória devolveria a honra ultrajada. Em seu primeiro número, ao discutir sobre a guerra, novamente, os redatores ressalta-

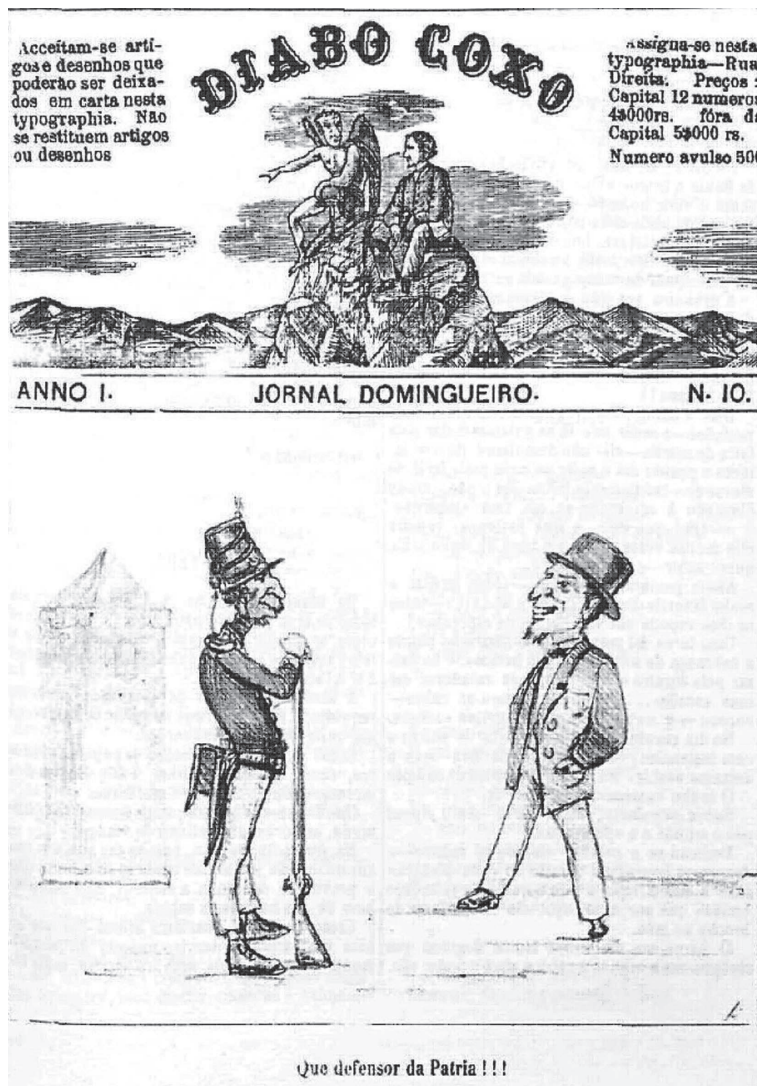


Figura 2 – O defensor da pátria!

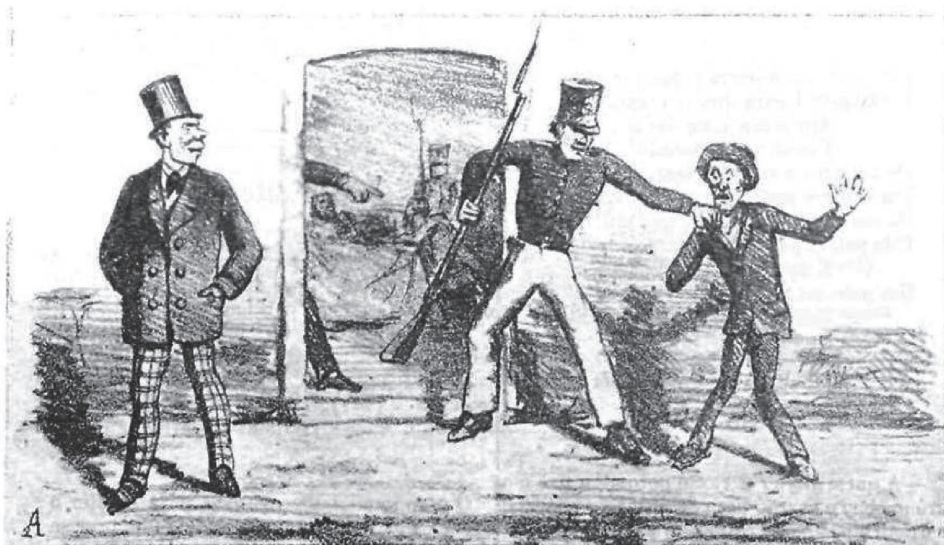
Fonte: *Diabo Coxo*, São Paulo, nº 10, 1864, ano I, p. 1⁸

ram a incompetência das lideranças políticas paulistas em coordenar os preparativos e o envio de tropas para expulsar os agressores. Segundo o semanário, o treinamento prolongado das tropas em São Paulo e a hesitação para encaminhar o batalhão à guerra demonstravam a falta de competência e comprometimento do governo local na causa nacional.

O problema endêmico da política no âmbito militar desestimulou os ânimos patrióticos suscitados no início do conflito armado, com a guerra interpretada como uma oportunidade de benefício particular¹⁰ ou como algo negativo. A nomeação de nobres nos elevados cargos do oficialato, sem o conhecimento necessário para assumir tal função, retardava a organização das Forças Militares para responder à agressão paraguaia. Além disso, uma vez no cargo, as autoridades políticas e o chefe de polícia deveriam tomar decisões de acordo com os interesses da base social responsável por sua nomeação. O recrutamento, atribuição dos delegados e subdelegados, correspondeu a esses anseios e às arbitrariedades cometidas receberam atenção privilegiada no *Diabo Coxo*, como podemos verificar na Figura 3.

A corrupção de oficiais no recrutamento para proteger os cidadãos vinculados a uma rede de clientelismo foi comum durante a Guerra do Paraguai. Inconformados com tais práticas, o *Diabo Coxo* denunciou inúmeras vezes as isenções indevidas, o recrutamento de homens dispensados legalmente, a falta de critério físico na convocação de novos praças e os "leilões" para substitutos. O número insuficiente de Voluntários da Pátria forçou o governo central a aprovar um decreto para o recrutamento obrigatório de Guardas Nacionais. Segundo a deliberação, cada província disponibilizaria um número proporcional de guardas correspondente à sua Força Militar, o que causou forte insatisfação nas autoridades locais¹². A "milícia cidadã", composta por homens de famílias notáveis, não desejava em sua maioria engrossar as frentes de combate e uma das formas de boicotar o recrutamento se deu mediante a apresentação de um "substituto" para ingressar no Exército em seu lugar.

A caricatura acima retratou de forma condensada os interesses particulares implícitos no momento da apreensão de um homem pela Guarda Nacional. Ao dirigir-se



- Marche para o quartel. sr. malandro.
- „Pelo amor de Deos. sr.; leve antes aquelle surrão de saude, que mofa do governo e da lei.
- Aquelle foi declarado incapaz de servir e v. mc. não.

Figura 3 – Os acordos de dispensa militar
Fonte: *Diabo Coxo*, São Paulo, nº 7, 1865, ano II, p. 04¹¹

para o homem como vagabundo, a fala do guarda evidenciou uma das justificativas comuns para o recrutamento. A vadiagem, assim como os crimes em geral, foi um dos critérios utilizados na extração de recrutas para o Exército. A função de controle social das Forças Armadas, com seus castigos físicos e uma condição de vida degradante, apesar de atenuada pela forte demanda para atrair e alargar as fileiras durante a Guerra do Paraguai, ainda conservou sua relação repressiva sobre os pobres e a sua imagem negativa perante a sociedade. Tanto na Argentina quanto no Brasil, a inserção nas Forças Armadas era considerada uma forma de punição até o início da guerra contra o Paraguai, com seus soldados recrutados à força e suas condições de vida comparáveis a dos escravos ou presidiários, imaginário que contribuiu para o boicote no alistamento dos homens "notáveis". No entanto, no Paraguai, o militar foi considerado o modelo de virilidade a ser adotado por todos os homens, concepção responsável pela participação quase total da população masculina guarani¹³.

Na Figura 3, o homem recrutado, representado como de origem humilde pelo chapéu e a falta de detalhes em seus trajes, mostra-se espantado com a situação e indica um homem "surrão de saúde" para substituí-lo. A atenção dada aos detalhes do traje do homem a esquerda, a calça xadrez, os efeitos de sombra e luz sobre a cartola e o casaco¹⁴ destacam a figura no primeiro plano e estabelece simbolicamente uma distinção social entre ambos¹⁵. Este último, apesar da maior estatura e força física comparado ao recruta, foi declarado incapaz de servir no Exército pelos oficiais, o que demonstra a falta de critério e as arbitrariedades no recrutamento.

No segundo plano, de dentro do quartel, um homem detrás da parede aponta com o dedo indicador na direção do homem pobre recrutado, momento que retrata os interesses dissimulados por trás das ordens para o recrutamento. A combinação da figura do homem dispensado do recrutamento em melhores condições de servir, do homem pobre recrutado sob o critério da vadiagem e da figura oculta do homem responsável

por decidir os aptos ou incapazes de servir produziu uma ácida crítica sobre os mandos e desmandos cometidos no recrutamento para atender os interesses das autoridades locais.

No decorrer da guerra, o aumento da demanda por recrutas para lutar no *front* impôs a convocação de membros das redes de clientelismo no âmbito local, o que gerou descontentamento nos senhores paulistanos e, em algumas vezes, na desobediência das ordens recebidas para a formação de corpos expedicionários. A tensão entre os poderes central e local foi contornada pela concessão de favores políticos aos senhores locais, cuja cooperação foi decisiva na causa da guerra. Na Argentina, durante todo o período de guerra, resistências federalistas regionais e a exaustão social para a causa militar provocaram motins e sublevações em diversas províncias, pondo em risco as operações bélicas e o próprio Estado centralizador de Mitre. Inclusive, nos últimos meses de 1866 e no início de 1867, a ameaça local se generalizou e o comandante em chefe argentino das Forças Aliadas foi obrigado a retirar-se junto com parte de suas tropas do *front* para neutralizar os focos de rebelião de seu país¹⁶. Portanto, além do Poder Militar do Exército paraguaio, os problemas internos das Forças aliadas provocados pela fraca identidade nacional de seus respectivos países inviabilizaram uma resposta rápida e resoluta no palco da guerra.

Dessa forma, a necessidade do governo provincial em cumprir a meta de soldados exigidos para compor as linhas de campanha provocou o descumprimento de algumas garantias constitucionais. As vantagens pecuniárias oferecidas para o alistamento dos cidadãos dos corpos extraordinários de Voluntários da Pátria não foram suficientes para mobilizar a população masculina¹⁷. A ausência de uma identidade nacional unitária enfraqueceu os laços de solidariedade e de cooperação necessários para o sucesso do recrutamento burocrático. A saída para a extração de recrutas foi o recrutamento forçado, principalmente de homens pobres, libertos, sem emprego ou desprovidos de proteção paternalista.



Figura 4 – “Cenas Liberais”

Fonte: *Diabo Coxo*, São Paulo, nº 11, 1865, ano II, p. 5¹⁸

Na Figura 4, Agostini retratou a chegada dos “voluntários involuntários” na capital paulista. Os homens acorrentados e algemados, vestidos com trajes simples, sugerem a origem modesta dos recrutas. A brutalidade e as ilegalidades cometidas no recrutamento excederam as atribuições do Estado e submeteram grande parte dos homens pobres livres às mesmas condições do escravo¹⁹. Para estabelecer essa relação entre recruta e escravo, a partir do contexto extraicônico e de suas implicações culturais, o caricaturista conscientemente desenhou os recrutas descalços²⁰, com as mãos e os pés algemados, condição submetida a todos os cativos africanos e associada à sua posição servil.

Os recrutas percorriam longas distâncias até aquartelar-se, muitas vezes em condições degradantes de higiene. Após o treinamento, o trajeto até o *front* era ainda mais penoso. Os reforços militares chegavam às linhas de frente debilitados, seja por

doenças ou pelo cansaço da longa marcha e, de forma irônica, muitas baixas ocorriam sem o soldado ao menos visualizar o inimigo paraguaio. O deslocamento de tropas e cargas, por via fluvial ou terrestre, disseminava inúmeras doenças na região platina. A livre circulação de tropas imperiais nos portos uruguaios e argentinos contribuiu para a proliferação de epidemias, contágio responsável pela morte de milhares de civis e soldados, mesmo após o fim da guerra em 1870. A imagem de um país pestilento vinculada ao Brasil oitocentista pós-guerra apontava como as regiões litorâneas brasileiras sofriram de moléstias como, por exemplo, a febre amarela e a cólera, de forma endêmica e epidêmica. A transmissão de doenças provenientes do Brasil foi objeto de intenso debate na Argentina e no Uruguai e as medidas sanitárias adotadas estiveram associadas aos interesses políticos de cada Estado²¹.

A proliferação de doenças e as pesadas baixas por causa de epidemias nos acam-

pamentos paralisaram, por exemplo, as investidas militares dos aliados, onde um surto de cólera matou milhares de soldados e civis no início de 1867²². Contudo, a unificação no comando do Exército Brasileiro com a nomeação do Marquês de Caxias e a impossibilidade de penetrar nas trincheiras paraguaias contribuiu para deslocar o foco das operações para a preparação das tropas nos acampamentos. As condições insalubres das tropas nos pântanos paraguaios, as péssimas condições de higiene dos dormitórios e hospitais, a deficiente alimentação e o vestuário inadequado forneciam as condições necessárias para o surgimento e a propagação de doenças²³. Consciente desses problemas, Caxias dedicou seus esforços em melhorias estruturais em longo prazo para diminuir o número de vítimas no *front* por enfermidades²⁴.

Retomando a análise da caricatura, o contexto intraicônico do semblante dos recrutas transmite o estado de desânimo e tristeza dos futuros praças, contrapondo com os discursos ufanistas dos órgãos oficiais sobre os voluntários e a marcha para a guerra²⁵. A ausência de patriotismo nos recrutas suscitava uma percepção pessimista sobre o confronto bélico, formulada apenas nos riscos de vida e nos sofrimentos suscetíveis. Imbuídos por tal visão, os homens solteiros sujeitos ao recrutamento refugiavam-se no mato ou casavam-se para pleitear a dispensa militar.

De forma sutil, Agostini incorporou na marcha dos recrutas uma mulher, à frente dos homens acorrentados, com uma criança no colo. O longo vestido, o cabelo comprido e a forma afável que acaricia o bebê caracterizam a mulher como uma mãe, provavelmente a esposa de um dos recrutas capturados. O detalhe produzido no quadro denunciou dois problemas sofridos pela população pobre no período da Guerra do Paraguai: o recrutamento forçado de homens casados dispensados legalmente do serviço militar e a presença nas marchas de esposas incapazes de sobreviver sem o auxílio do marido²⁶.

Atrás dos recrutas, vários homens montados a cavalo, provavelmente capangas em busca de substitutos ou oficiais responsáveis pelo recrutamento, garantem o encaminha-

mento de novos soldados para o Exército. As “cenas liberais”, ironicamente sublinhadas na contradição entre a linguagem verbal e a visual, destacou a hipocrisia dos órgãos oficiais em adotar medidas e ações liberais ao retratar os homens livres caçados como escravos fugitivos ou indígenas no mato perseguidos por seus algozes. No segundo plano, o diabo personificou na legenda a opinião dos redatores sobre o episódio, taxando-a como um escândalo. Do alto de uma janela, em companhia do Sr. Thomaz, outro personagem fictício da revista, ele aponta e dá visibilidade aos problemas e aos “vícios” daquela sociedade. Novamente, o diabo observa e alerta as autoridades e a comunidade para aspectos imperceptíveis e ignorados do cotidiano paulista.

Os abusos do recrutamento e a opressão das autoridades sobre a população livre do Império foi tão criticado pelo *Diabo Coxo* que, na última caricatura do periódico, o discurso binário de guerra construído sobre a diferença entre “nós”/“eles” e “civilizados”/“selvagens” foi superado e uma ácida observação demonstrou a semelhança do governo “tirânico” de López e do Brasil.



Figura 5 – Os bárbaros paraguaios?

Fonte: *Diabo Coxo*, São Paulo, nº 12, 1865, ano II, p. 8²⁷

A contracapa, dividida em três quadros na Figura 5, ironizou na primeira cena o discurso dos aliados de uma guerra travada contra López para libertar o povo paraguaio

e dissipar as ameaças despóticas do líder nos países vizinhos. De um lado, as tropas imperiais marcham em direção à outra margem do rio representado como o Paraguai, onde é possível observar os castigos físicos e a opressão militar dos chefes paraguaios para manter os soldados em ordem. Porém, também o Exército “libertador” brasileiro estava sujeito aos mesmos abusos de poder, com suas tropas acorrentadas nos pés, mãos e pescoços. No fundo, um soldado é açoitado em um tronco, prática corriqueira nas Forças Armadas para castigar militares subalternos e técnica idêntica à punição empregada sobre a população escrava.

A presença de um homem negro entre os soldados acorrentados, figura quase inexistente nas produções imagéticas do *Diabo Coxo*, permite conjecturarmos como Agostini intencionou denunciar as ambiguidades existentes em uma sociedade escravista, auto representada como o lado civilizado da América na luta contra o “bárbaro” López. As correntes, as vestimentas simples e a falta de calçados dos soldados, os castigos físicos e o recrutamento forçado e de acordo com os interesses das elites locais desmoralizou o discurso oficial e denunciou os abusos cometidos nas relações de poder. A presença do negro e, respectivamente, da instituição escravista contradiz qualquer pretensão imperial de libertar algum povo, pois mantinha uma parcela da população como cativa e controlava os cidadãos pobres de forma semelhante aos escravos.

No quadro seguinte, a figura do negro fardado reapareceu na caricatura posicionado à frente dos demais recrutas, como se enfatizasse a condição servil da população pobre e livre do Império. Os demais soldados, enfileirados de forma desorganizada, de estatura, idade e condições físicas distintas, retomaram a crítica de Agostini sobre a fragilidade do Exército nacional e dos interesses particulares implícitos no momento do recrutamento. Ao lado do homem negro, um recruta sem a perna direita foi retratado com uma deficiência grave que o isentaria de servir as tropas nacionais. À sua esquerda, outro recruta representado de idade avançada, sem o uniforme militar e com chapéu de palha combinou a ideia do

recrutamento arbitrário e a incapacidade do Estado em fornecer as condições mínimas de vestuário. Em seguida, um soldado de estatura muito abaixo dos outros está uniformizado, porém, com a farda de tamanho exagerado realçado pelas mangas cobrindo suas mãos. O penúltimo soldado, também não fardado e com um chapéu de palha, teve sua altura sublinhada pelo contraste dos dois pequenos recrutas de cada lado. Sem exceção, todos os militares estão com a arma de fogo em posições dessincronizadas, não alinhados à rigidez militar de continência e descalços.

No último quadro da Figura 5, dividido em três partes, o diabo “oferece” soldadinhos de chumbo para alimentar a forte demanda por recrutas no decorrer da guerra, com milhares de baixas decorrentes dos combates e das enfermidades. Na segunda parte, a representação do burro, simbolicamente compreendido na revista como o “estúpido”, o “selvagem”, o “bárbaro”, o “conservador” e parte dos “notáveis” intelectuais e políticos alinhados às redes clientelistas da base conservadora, retratou a presença dessa personalidade à frente das operações militares. A contenda recebida nos “serviços para a pátria” demonstra o verdadeiro interesse por trás de sua participação na guerra, cobiça simbolicamente caracterizada pelos traços exagerados da cintura, com a representação do “barrigudo”, homem ganancioso e egoísta, apenas preocupado com o próprio umbigo.

Com isso, Agostini concentrou na caricatura dois fatores fundamentais para o apontamento do atraso na província: a violência das instituições e as decisões na esfera pública a partir dos interesses particulares de uma minoria abastada. Por fim, a coluna seguinte exhibe a despedida do leitor a partir do abraço dos dois personagens símbolos do periódico, o diabo e o Thomaz, formando a letra “a”, inicial do nome do caricaturista. A promessa de um retorno não foi cumprida. As críticas e as denúncias do *Diabo Coxo* sobre as arbitrariedades e os desmandos cometidos pelas autoridades locais no recrutamento para preservarem os seus interesses provocaram um alvoroço na pequena capital paulista. A pressão política e

as represálias comprometeram as finanças da revista, encerrada em 31 de dezembro de 1865, após a publicação do último número da segunda série.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as publicações do semanário sobre a Guerra no Paraguai apoiaram o revide brasileiro, a exaltação de símbolos e de personalidades nacionais, o apelo ao alistamento e a exigência de resoluções imediatas ou eficazes para a defesa da Nação. As autoridades locais, principais alvos da fúria do *Diabo Coxo*, foram incessantemente cobradas e criticadas pelas medidas adotadas no decorrer da edição da segunda série, sem que isso compromettesse a colaboração da revista com os discursos nacionalistas propagados pelo imperador.

No *Diabo Coxo*, podemos pontuar algumas aproximações ideológicas com a facção liberal como, por exemplo, a laicização

do Estado e a forte crítica aos conservadores ou ao seu partido. Porém, a orientação e a opinião expressas no periódico não foram limitadas sob a ótica do Partido Liberal e a redação não eximiu os representantes envolvidos diretamente nas decisões políticas por meio dos gabinetes liberais. As opiniões expressas pautaram-se nos princípios morais dos redatores e o principal aspecto criticado foi o recrutamento forçado do governo central e local brasileiros.

O discurso nacionalista de D. Pedro II difundiu a concepção política sobre a vitória militar como a única forma de recuperar a honra ofendida com as invasões paraguaias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A posição resoluta do monarca e a arrogância de López em reconhecer a derrota prolongou o conflito até a morte do presidente em Cerro Corá, sem que nenhuma iniciativa das Repúblicas do Pacífico, dos EUA e da Inglaterra para paz tivessem sucesso diplomaticamente²⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2, p. 11-94.

CAGNIN, Antonio. Foi o Diabo! In: GAMA, Luiz; AGOSTINI, Angelo. *Diabo Coxo*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 09-19.

CAMPOS, Alzira L. A.. População e sociedade em São Paulo no século XIX. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 15-55.

CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870: ensayo da historia do tiempo presente*. Buenos Aires: SB, 2010.

CHAVES, C. L. Entre Montevideu e Rio de Janeiro: redes de conhecimento médico e epidemias na segunda metade do século XIX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 13, p. 37-59, jul./dez., 2012.

_____. Epidemias e quarentenas no Brasil e no Rio de Prata no século XIX. *Estudios Históricos*, Uruguai, v. 11, p. 01-28, 2013.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. 2. Ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2006.

_____. Tentativas de paz na Guerra do Paraguai. *Navigador*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 119-131, 2015.

GAMA, Luiz; AGOSTINI, Angelo. *Diabo Coxo*. São Paulo: EDUSP, 2005. 214 p. Edição fac-similar.

PIRES JÚNIOR, Arnaldo Lucas. Retratos da inalteridade: a animalização do inimigo no discurso gráfico da imprensa ilustrada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 13, n. 1, p. 01-20, jan./jun., 2016.

PRADO, Maria Ligia C. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, USP, São Paulo, v. 145, jul./dez., 2001, pg. 131-132.

NOTAS

¹ PRADO, Maria Ligia C. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, USP, São Paulo, v. 145, jul./dez., 2001, pg. 131-132.

² CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870: ensayo da historia do tiempo presente*. Buenos Aires: SB, 2010, p. 36.

³ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. 2. Ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2006, p. 261.

⁴ PIRES JÚNIOR, Arnaldo Lucas. Retratos da inalteridade: a animalização do inimigo no discurso gráfico da imprensa ilustrada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 13, n. 1, jan./jun., 2016, p. 03-04.

⁵ CAGNIN, Antonio. Foi o Diabol In: GAMA, Luiz; AGOSTINI, Angelo. *Diabo Coxo*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 15.

⁶ CAPDEVILA, *Op. cit.*, p. 30.

⁷ Legenda (lado esquerda): "Um dia de cavaco". Legenda (lado direito): "DEFEZA NACIONAL. — Oh só Juca, esta bola não entra aqui. / — Também não temos polvora — nem somos artilheiros!".

⁸ Legenda: "Que defensor da Patria!!!".

⁹ O segundo e último ano da revista ilustrada paulistana foi publicado entre 23 de julho a 31 de dezembro de 1865, novamente com 12 números na série.

¹⁰ Na obra *Jaiá Garcia*, de Machado de Assis, os interesses materiais e particulares de grupos abastados foram dissimulados por meio dos discursos patrióticos na Guerra do Paraguai. A ascensão de cargos no Exército e as oportunidades comerciais para abastecer o conflito bélico aproximaram os "patriotas" a causa da guerra, visando satisfazer as suas ambições pessoais e, em um segundo momento, defender a nação da invasão paraguaia. Escrito em 1878, o romance discutiu como os valores patrióticos e a nação brasileira estava constituída de forma embrionária na década de 1860, com uma população mais interessada nos benefícios materiais proporcionados pelo envolvimento no conflito do que no bem-estar da Mãe-Pátria. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm04.pdf>. Acessado em: 5 jul. 2016.

¹¹ Legenda: " — Marche para o quartel snr. Malandro. / — Pelo amor de Deos sr.; leve antes aquelle surrão, que mofa do governo e da lei. / — Aquelle foi declarado incapaz de servir e v. me. não.

¹² Decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html>. Acessado em: 10 maio de 2016.

¹³ CAPDEVILA, *Op. cit.*, p. 36.

¹⁴ Segundo CAMPOS (2004, p. 20), entre 1850 e 1865, a casaca e o chapéu alto foram a moda da elite masculina paralelamente com o uso de fraque e sobrecasaca.

¹⁵ O vestuário como elemento diferenciador da posição social e da cultura do indivíduo foi explorado graficamente por Agostini no *Diabo Coxo* e, posteriormente, repetido no *Cabrião*. Vide ALVES, Antonio Tadeu de Miranda. *Retratos de caipira: construção de um estereótipo em Ângelo Agostini (1866-1872)*. 2007. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 91.

¹⁶ DORATIOTO, *Op. cit.*, p. 238-239.

¹⁷ Os Voluntários da Pátria receberiam 300\$000 réis após darem baixa do Exército, teriam direito a 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas, além do soldo de soldado e de outros benefícios na ocupação de cargos públicos ou na promoção nos mesmos. In: Decreto n. 3.371, de 7 de janeiro de 1865. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>. Acessado em: 10 maio de 2016.

¹⁸ Legenda: "SCENAS LIBERAES. Entrada de recrutas na capital. Que escandalo!....".

¹⁹ DORATIOTO (2006, p. 132) demonstrou como esse tipo de recrutamento forçado e arbitrário não foi uma exceção do Brasil ao exemplificar o envio de recrutas da cidade de Córdoba amarrados um aos outros para evitar uma possível fuga em meados de 1865.

²⁰ ALENCASTRO, Luiz. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada no Brasil* – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2, p. 79.

²¹ CHAVES, C. L. Entre Montevidéu e Rio de Janeiro: redes de conhecimento médico e epidemias na segunda metade do século XIX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 13, jul./dez., 2012, p. 56-57.

²² DORATIOTO, *Op. cit.*, p. 272.

²³ CHAVES, C. L. Epidemias e quarentenas no Brasil e no Rio da Prata no século XIX. *Estudios Históricos*, Uruguai, v. 11, 2013, p. 02.

²⁴ DORATIOTO, *Op. cit.*, p. 271.

²⁵ Inclusive, em uma caricatura, Agostini sintetizou as "principais armas do Brasil na guerra": livros de poesia e prosa, folhas jornalísticas áulicas e comentários pró-governista via comunicação oral. In: *Diabo Coxo*, São Paulo, n. 12, 1865, ano II, p. 4.

²⁶ A presença de mulheres brasileiras nas marchas e nos acampamentos foi comum durante a guerra. No Paraguai, apesar das mulheres oficialmente não participarem diretamente das batalhas, foi primordial a sua cooperação no esforço de guerra para a limpeza dos acampamentos, o fornecimento de alimentos, o tratamento de feridos e doentes, a distribuição de bens e escavação de novas trincheiras, conforme apontou CAPDEVILA (2010, p. 58-59).

²⁷ Legenda (quadro superior): "Barbaros paraguayos! Aqui vos trago uma cohorte de voluntarios para libertar-vos. Legenda (quadro do meio): "Specimen dos designados da Guarda Nacional". Legenda (quadro inferior): "O Diabo-Coxo oferece de festas ao governo um batalhão de soldadinhos de chumbo para auxilia-lo nas guerras do Sul. / A patria tanto serviu, Que a commenda conseguiu". / "O Diabo e o Thomaz despedem-se".

²⁸ DORATIOTO, Francisco. Tentativas de paz na Guerra do Paraguai. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2015, p. 127.

Uma *polka* dedicada a um “Bravo oficial da Armada brasileira” pela Passagem de Humaitá: uma narrativa musical na construção de vultos navais*

A polka dedicated to an “Bravo official of the Brazilian Navy” for the Passage of Humaitá: a musical narrative in the construction of great naval figures

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos

Capitão-Tenente do Quadro Técnico. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina e em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

RESUMO

Este artigo visa a compreender a construção de vultos navais a partir de uma narrativa tecida na composição da música *Passagem de Humaitá – polka* oferecida ao então Capitão-Tenente Arthur Silveira da Motta, comandante de um dos navios que ultrapassaram a fortaleza considerada estratégica tanto para os paraguaios, que se aproveitaram das condições geográficas para robustecer ainda mais seu sistema defensivo, quanto para os aliados, que viam na conclusão do forçamento a possibilidade de atingir o objetivo de depor o governo paraguaio e, em seguida, dar fim à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). De autoria de Maria Guilhermina de Noronha e Castro, a composição de 1868, ano em que ocorreu a passagem por Humaitá, suscita reflexões sobre aspectos relacionados à interface entre música e guerra, a exemplo das

ABSTRACT

This article aims to understand the construction of naval figures from a narrative woven in the composition of the passage Humaitá-polka offered to the then Lieutenant Captain Arthur Silveira da Motta, commander of one of the ships that surpassed the fortress considered strategic both for the Paraguayans, who took advantage of the geographical conditions to further strengthen their defensive system, and to the allies, who saw in the conclusion of the forcing the possibility of achieving the goal of deposing the Paraguayan government and then ending the War of the Triple Alliance (1864-1870). Authored by Maria Guilhermina de Noronha e Castro, the composition of 1868, the year in which the passage through Humaitá took place, raises reflections on aspects related to the interface between music and war, such

* Artigo recebido em 16 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 29 de maio de 2018.



relações entre artistas e militares, revelando a maneira como se constroem narrativas que esculpem vultos e heróis nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Passagem de Humaitá; Música; vultos navais e militares

as the relations between artists and the military, revealing the way in which construct narratives that carve national heroes and figures.

KEYWORDS: Passage of Humaitá, Music, Great Naval and Military Figures

A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai (1864-1870) tem suscitado uma série de trabalhos em torno de uma ampla gama de temáticas (estratégia e tática, aspectos políticos, tensões sociais, memória, historiografia, cultura histórica, dentre outros). Só recentemente, no entanto, foi que a temática música em interface com aspectos deste grande conflito tem despertado a atenção de estudiosos, fruto das recentes mudanças havidas das pesquisas histórica e musicológica. Em tais estudos, as análises concentram-se na produção e práticas musicais no cenário da guerra (CARVALHO, 2008), ou ainda se propõem a um levantamento de composições musicais que a ela fariam alusão, detendo-se a um evento específico ou a um conjunto de fatos ou sentimentos, notadamente sobre a vitória. No caso dos levantamentos, os heróis e vultos estariam consagrados nos hinos a eles dedicados (BITTENCOURT-SAMPAIO, 2012).

A partir de alguns estudos anteriores, tenho buscado compreender o encadeamento de códigos musicais em composições no âmbito da música militar que, de algum modo, conformam uma narrativa referente a eventos específicos dentro da guerra em lide (SANTOS, 2015 a e 2015b). Estão restritos, ainda, à música militar. No entanto, tomando como base o levantamento acerca de músicas alusivas à Guerra da Tríplice Aliança, verifica-se a existência de uma quantidade de composições que não necessariamente são atinentes ao gênero “música militar”. Figuram entre estas, as polcas, as valsas, as quadrilhas.

Desde já, isto introduz uma questão relevante dentro da História da Música e da Musicologia: o século XIX caracterizou-se pela profusão de gêneros os mais diversos, dada à experiência singular no circuito do intercâmbio musical: composição, escuta e interpretação nos saraus domésticos, impulsionadas

pela difusão do piano e demandando produção editorial musical no promissor mercado de partituras (MAINENTE, 2014: p. 71). Tal processo impede a visão estanque sobre esses gêneros, que passaram a ser populares e, portanto, difíceis de serem classificados rigidamente – a existência da polca-lundu, uma simbiose de elementos da cultura musical europeia e de matriz africana, sinaliza esses novos tempos e novas práticas.

Mas, quando reflete-se sobre as composições e as evocações alusivas a esses vultos militares e navais, reside aí uma outra questão: como se imbricam os sentimentos civis e militares por meio dessas expressões, a ponto de identificarmos, valores e sentimentos de uma categoria profissional vista como coesa e inseridos nas manifestações artísticas não propriamente militares – far-se-ia necessário observar o movimento inverso, mas não será o propósito deste artigo.

Considerando essas reflexões iniciais, o propósito deste artigo é analisar a construção e consolidação de vultos navais por meio de expressões musicais a partir de um evento específico ocorrido durante a Guerra da Tríplice Aliança, neste caso, a Passagem de Humaitá – efetuada por uma Divisão Naval em 19 de fevereiro de 1868 no esforço dos aliados em penetrar em território paraguaio. A evocação a este fato e aos seus vultos é conduzida pela compositora Maria Guilhermina de Noronha e Castro em *Passagem de Humaitá – polka* composta no ano de 1868, oferecida a um destes heróis: Arthur Silveira da Motta, à época, Capitão-Tenente, e depois sendo agraciado com o título de Barão de Jaceguai.

Em primeiro lugar, será necessário compreender as tensões em torno da construção e difusão das narrativas acerca da Passagem de Humaitá, já que cristalizar vultos e heróis não é uma tarefa passível de unanimidade, ainda considerando os principais



envolvidos nesse evento. Em consequência, percorre-se o panorama de como se fizeram pósteros tais vultos, quando estão cristalizados na plasticidade ou na resignificação auditiva. Por fim, analisam-se especificamente tais elementos inseridos na composição em lide, buscando compreender como os valores da narrativa e do elemento narrado se cruzam, dando forma a um *monumento* sonoro.

TENSÕES DE NARRATIVAS EM TORNO DA PASSAGEM DE HUMAITÁ

A Passagem de Humaitá, ocorrida na madrugada de 19 de fevereiro de 1868, foi importante para o esforço de guerra aliado por, a partir desse acontecimento, consolidar-se a ocupação do território paraguaio.

A Fortaleza de Humaitá era sobrestimada pelos aliados. Inexpugnável, após a sua passagem, quebrou-se o “encanto”, conforme Tasso Fragoso imaginou ali existir (FRAGOSO, 2011: p. 395). Temia-se a passagem por essa fortaleza desde o início da campanha contra o governo paraguaio, quando o General Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, esboçava um plano sob determinação do Ministro da Guerra Beaurepaire Rohan, no início de 1865. Enquanto Caxias previa envidar esforços com duas colunas para atingir diretamente Humaitá, neutralizando-a – por saber que era uma fortaleza importante no sistema de defesa paraguaio –, prevenia o Conselheiro Pimenta Bueno que essa fortificação fosse atacada somente após alcançarem Assunção, coração do governo do Paraguai. De todo o modo, o conselheiro hesitava em atacar Humaitá por considerar esta operação difícil. Ainda assim, Humaitá figurava como ponto estratégico no plano de operações militares aliado concebido quando da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1º de maio de 1865, que deveria ser ultrapassado para que se alcançasse Assunção e atingisse diretamente Solano López (DORATIOTO, 2002: p. 118; 137-138).

O cumprimento do plano exposto acima ficava ainda mais premente com o deslocamento de Solano López de Assunção até Humaitá, para que este se posicionasse no

teatro de operações, transformando a fortaleza em um quartel-general. A posição em que esta fortaleza estava localizada, aproveitando-se das diversas condições geográficas (relevo, hidrografia, vegetação), além da disposição bélica e construtiva, faziam a fama de Humaitá, a ponto de seu topônimo ser definido como o sistema de defesa quando integrada a outras fortificações adjacentes, a exemplo de Tahí. Era, pois, um “obstáculo formidável” (DORATIOTO, 2002: p. 146; 206; 210)¹.

Tornar Humaitá em fortaleza intransponível contribuiu para constituir uma narrativa em que a sua passagem só fosse possível com a bravura e sacrifício dos que dela tomaram parte. Embora tenham se prolongado discussões acerca dos planos e jogos de guerra, rediscussões sobre a sua exequibilidade, arguí-los, redarguí-los, observando esta fortificação cartesianamente, dentro de uma *bellum ratio*, o apelo às sensações, mesmo as imaginadas, estabeleceu as condições para que os exemplos e lições com a ultrapassagem se consolidassem à posterioridade. Talvez por isso, uma narrativa que desse conta de tal evento não fosse possível somente com as ações de homens a tripular navios e compor fileiras. Mais do que isso: seria necessário demonstrar que tal intransponibilidade, a habitar o imaginário dos que se interessavam pelo assunto por longo tempo, facilitaria na mensuração de quem foi, realmente, bravo em ultrapassá-la. Se quem seriam os primeiros a fazê-lo, ou se quem estivesse no comando de toda a Força Naval em operações. Surge então, o tributário da composição-dedicatória em análise: Arthur Silveira da Motta, oficial da Armada Imperial, à época da passagem de Humaitá.

Os debates em torno do forçamento da Fortaleza de Humaitá, iniciados desde a concepção dos embrionários planos, como indicado anteriormente, prolongaram-se após o feito, na medida em que as tensões políticas se fazem sentir dentro e fora das casas legislativas, notadamente no Senado, e, sobretudo na esfera pública, como demonstram as réplicas e tréplicas aos artigos na imprensa.

Em geral, as divergências sobre o sucesso de uma ação bélica surgiam em torno dos seus responsáveis, porque daí se

relevariam não só o vulto como também o gênio militar. Exemplo disso são os debates acerca do contorno que se dá ao quadrilátero defensivo de Humaitá feito pelo Exército aliado. Problematizando o estabelecido por certa historiografia sobre este assunto, Doratioto, com base em missivas tramitadas entre Caxias e o General Bartolomé Mitre, e realizando uma verdadeira busca arqueológica sobre os planos para o ataque contra Humaitá, identifica que a ideia de realizar tal manobra teria sido, de fato, de Mitre, o qual teria passado orientações a Lima e Silva para fazê-lo, por ocasião da passagem do Comando em Chefe dos Exércitos Aliados. Assim, a autoria de tal plano não teria sido de Caxias (DORATIOTO, 2002: p. 300).

O instigante, no caso da Passagem de Humaitá, é que um dos debates centrou-se em qual seria o responsável para que a Força Naval brasileira não realizasse tal manobra. Mesmo que pareça evidente que as discussões tenham sido suscitadas – e resuscitadas – para mostrar os ineptos e equivocados ao público, a demonstração de tais elementos quer segregar os verdadeiros dos falsos heróis, mesmo que estes estivessem presentes no sucesso da empreitada. Mais ainda: contestá-los, mesmo que de posse dos louros e troféus. Caberia então aos despojados da honra e da glória uma nova pugna para se manterem na memória da Pátria.

Nesse caso específico, Arthur Silveira da Motta, em mais uma das polêmicas em que se vê envolvido ao longo de sua carreira como oficial da Armada brasileira, diplomata e escritor interessado em história marítima e naval², foi motivado a fazer uma réplica a um artigo anônimo publicado no *Jornal do Commercio* de 27 de agosto de 1869, o qual teria reproduzido um parecer cuja autoria seria daquele oficial, onde constava que o futuro Barão de Jaceguai teria sido enfático sobre as consequências de uma passagem forçada por Humaitá. Reproduziu-se, então, a sentença base desse parecer: “Forçar Humaitá no estado atual de suas defesas seria um erro justificável”. Em sua réplica publicada no jornal *Reforma* e republicado em autobiografia, *De aspirante a almirante*, Silveira da Motta busca desconstruir os argumentos situando o leitor na cronologia

dos eventos. Afinal de contas, tratava-se de um parecer logo após a Passagem de Curupaiti (agosto de 1867), repousando-se sobre um cenário cuja análise deveria ser pautada pela prudência. Porém, mais do que a exigida ponderação por conta das circunstâncias que limitariam um avanço sobre Humaitá – a falta de navios apropriados para fazê-lo, Silveira da Motta conduz-se pela prudência seguindo o seu chefe, um dos vultos – não menos controverso – da Passagem de Humaitá: Vice-Almirante Joaquim José Ignácio que, após esse evento, foi agraciado com o título nobiliárquico de Visconde de Inhaúma. Este, que em 1867 foi apoiado por Caxias para manter-se em Porto Elisário e daí comandar as ações de bombardeio frequente à Fortaleza de Humaitá, contrariando a posição de Mitre, como mais antigo dos oficiais da Armada brasileira, deveria ter o apoio também dos demais oficiais, principalmente os comandantes dos navios, como o então Capitão-Tenente Arthur Silveira da Motta, no comando do Encouraçado *Barroso*³. No fim das contas, Silveira da Motta esteve presente na Passagem de Humaitá, tendo o seu navio composto a primeira dupla dos seis que formavam a Divisão Avançada, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra Delfim Carlos de Carvalho, genro de Inhaúma, e que acabou sendo designado após recusa de seu sogro em realizar o forçamento (DORATIOTO, 2002: p. 321).

No entanto, concordar com o Visconde de Inhaúma nem sempre foi o estratagema utilizado por Arthur Silveira da Motta. Mais uma vez, retornando à Passagem de Humaitá, Silveira da Motta teria sido injustiçado pelo Comandante em Chefe das Forças Navais do Brasil em Operações contra o Governo do Paraguai, Joaquim José Ignácio, por não tê-lo mencionado na ordem do dia alusiva ao evento.

Na autobiografia, *De aspirante a almirante*, ao comentar as diversas ordens do dia e cartas referentes ao ocorrido na Passagem de Humaitá e os seus desdobramentos, como ter repellido abordagens sofridas por chalanas tripuladas por soldados paraguaios em Tahí, em julho de 1868, ponto acima da referida fortaleza, Silveira da Motta retoma fatos por ocasião de seu ingresso na

Armada na juventude, quando também se interessa pela política. Fora divergente do então Chefe de Esquadra Joaquim José Ignácio em uma reunião em 1862, no Ministério da Marinha, que tinha como pauta o numerário a ser dispensado por corpo e classe da Armada Nacional para custear as despesas com armamento a ser empregado por Forças Terrestres e Navais durante o período em que o Governo brasileiro esteve envolvido com a Grã-Bretanha na Questão Christie. Ao apresentar a proposta de uma contribuição com um dia de soldo, Joaquim José Ignácio não só recebeu a divergência do então Guarda-Marinha Silveira da Motta, como também teve a sua ideia qualificada como “mesquinha e ridícula”. Dois anos antes, teria sido visto por Joaquim José Ignácio em um comício de Teófilo Otoni, político liberal, ao contrário de Ignácio, conservador. Estaria portanto explicada a injustiça aplacada pelo, agora, Comandante em Chefe das Forças Navais, Vice-Almirante Joaquim José Ignácio, contra o Capitão-Tenente Arthur Silveira da Motta, uma demonstração de “antiga má vontade” (MOTTA, 1984: p. 352; 359).

Tais ordens do dia, assim como toda a polêmica envolvida na Passagem de Humaitá, ao serem publicadas nos jornais de consideráveis circulação nos centros urbanos devem ter tido amplo conhecimento por parte da população, a ponto de inspirarem notas, artigos, comentários, efervescendo essa esfera pública em formação, o que contribuía, conseqüentemente, para a construção de uma memória cívica com a figuração desses vultos no Panteão da Pátria. Nas expressões artísticas, esse movimento terá um lugar de destaque.

UMA POLCA PARA ESCULPIR UM VULTO

Não há como comparar, no que toca alusões em expressões artísticas, o General Osório, Marquês de Herval, ou o General Lima e Silva, Marquês de Caxias, ou ainda Almirante Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, com o Almirante Silveira da Motta, Barão de Jaceguai. Previne-se, nesse sentido, que a intenção desse artigo não será essa, e tal feito se mostrará inútil, já que se tratam de figuras com certa distância geracional, con-

siderando que os primeiros fazem parte de uma geração de militares cujas carreiras se iniciaram e foram impulsionadas pela constante experiência em conflitos, internos ou externos, ao passo que o segundo vivenciará unicamente a Guerra da Tríplice Aliança como grande conflito.

O que se busca aqui é analisar como se imbricam valores de distintos grupos sociais, como militares e artistas do meio civil em torno do conteúdo nacional através das mais variadas expressões, resultando na construção de vultos nacionais. Nesse sentido, vale retomar os estudos que tem como foco a interface entre música e guerra na história para se perceber, no caso do Brasil, como são construídos esses vultos. Comparando com a experiência francesa durante o período napoleônico, Bittencourt-Sampaio identifica nesses períodos de conturbações como propícios ao surgimento de hinos, cantatas épicas, a exemplo da própria Guerra do Paraguai. Para o caso do General Osório, por exemplo, fizeram-lhe alusão o *Hino* composto por Felipe Néri de Barcellos, *Hino Osório*, de José D’Almeida Caba, *Hino* dedicado a Osório de Maximiano da Cruz Murta (2012: p. 57). Todos estes, de alguma maneira, estão inseridos no conjunto do que se poderia atribuir o nome de “música militar”, já que difundidos pelas bandas pertencentes às organizações militares desde o início do século XIX e com uma orientação rítmica e melódica na configuração timbrística das bandas militares.

Contudo, a dedicatória aos vultos militares e navais da Pátria não se fará constar somente neste gênero específico, mas também em gêneros musicais que não eram, ou, pelo menos, não tiveram a gênese dentro dessas experiências musicais militares. Exemplo disso são as valsas e polcas, e demais danças de salão (BITTENCOURT-SAMPAIO, 2012: p. 58).

A composição musical de Maria Guilhermina de Noronha e Castro, fonte para este artigo, é uma polca, gênero explícito em seu título (*Passagem de Humaitá – polka*). Quis assim a sua compositora, ao dedicar esta música ao “Bravo oficial da Armada brasileira”, Arthur Silveira da Motta, que um gênero originário da Boêmia no início do século

XIX, tendo conquistado os salões de vários continentes, estivesse à altura desta jovem personalidade (DOURADO, 2014: p. 258).

Embora a partitura não esteja datada, por ser parte do acervo de música da Biblioteca Nacional, ao ser catalogada, foi-lhe atribuído o ano de 1868 como o de sua publicação – acervo organizado por Mercedes Reis Pequeno (1921-2015), bibliotecária e musicóloga, desde 1952.

A firma que aparece na partitura como a responsável pela editoria da mesma é a Imperial Imprensa de Música Filippone e Tornaghi (Figura 1). Era propriedade de dois músicos italianos: Domenico Filippone, que já era dono da Filippone e Cia, chegado ao Rio de Janeiro em 1834, e Antonio Tornaghi, chegado em 1841, que associou-se ao primeiro em 1855 (FERREIRA, 1994: p. 289). Após a morte de Filippone (1875), a sua viúva assumiu os negócios, mudando o nome da firma para Imperial Imprensa de Música Viúva Filippone. A permanência do negócio é um indício de que o mercado de impressão de partituras tinha demanda,

considerando, principalmente, o surgimento de mais um espaço de experiência musical que eram os salões domésticos com os seus respectivos saraus. Imagina-se, por exemplo, tal experiência a partir de um recital em que dentro do repertório figurasse a *Passagem de Humaitá – polka*.

A música foi composta para piano e isto se deve ao fato de ser uma polca e, como tal, a sua larga difusão depender da existência dos salões em casas de famílias abastadas e, sobretudo, o próprio piano, para tornar possível a execução de músicas neste gênero.

Mas, registre-se, sobretudo, ter sido a música composta por uma mulher. Não foram encontradas muitas informações acerca de Maria Guilhermina de Noronha e Castro; aliás foram poucas e esparsas. Morreu em 1924, como se depreende de um telegrama publicado no jornal *Correio da Manhã* de 12 de outubro desse ano. É possível que ela tenha vivido entre 70 a 80 anos, tendo em vista a composição ter sido datada de 1868, o que permitiria estabelecer entre a adolescência e os 21 anos de idade como a faixa etária

em que possivelmente Guilhermina de Noronha e Castro pode ter composto a música em lide. Em 1896, a *Gazeta de Notícias*, jornal carioca, relata a execução de um “afinado harmonium” por ela em um mês dedicado ao culto à Maria na Paróquia de Rio Preto, em Três Corações (*Gazeta de Notícias*, 1896: p. 4).

A indicação de que fosse jovem quando compôs tal música, além da idade presumida quando de seu falecimento, é evidenciada por Mônica Vermes em seu artigo “As mulheres na cena musical do Rio de Janeiro: práticas e representações” (2013). A formação musical tinha como público majoritário jovens mulheres que frequentavam instituições de ensino de música ou tinham aula com tutores privados (p. 313).

Tomando como base um relatório realizado por Leopoldo Miguez, diretor do Instituto Nacional de Música, em 1897, em comparação com outras instituições congêneres de outros países, como Alemanha e França, percebeu-se que havia uma desproporção entre o

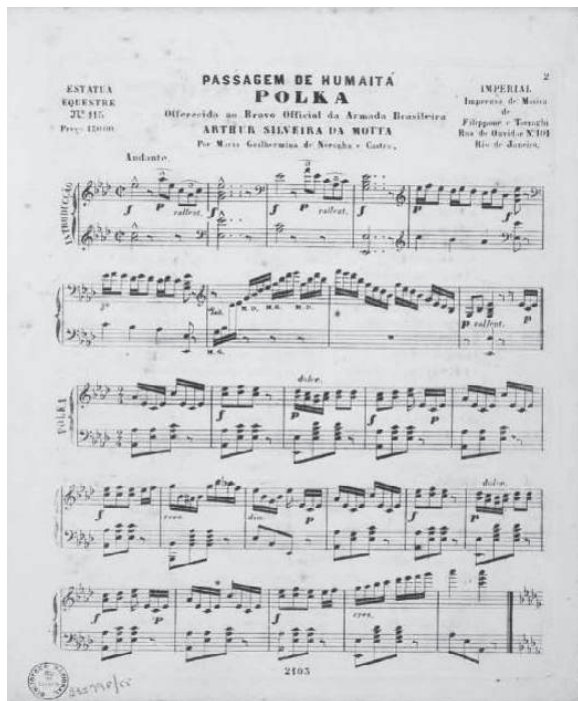


Figura 1 – Exemplar digitalizado da partitura “Passagem de Humaitá polka”. Encontra-se disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_musica/mas233998/mas233998.pdf da Biblioteca Nacional

número de homens e mulheres matriculados no Instituto Nacional de Música no Rio de Janeiro para o curso de piano – do total de 80 alunos, 76 eram mulheres. Na congênera de Berlim, por exemplo, eram 24 homens e 41 mulheres. O prognóstico do diretor baseava-se na falta de subvenção por parte do governo à carreira do músico. Um outro prognóstico realizado pelo musicólogo italiano Vincenzo Cernichiaro na década de 1920, mas tendo como alvo o próprio Instituto Nacional de Música, tinha como fator para tal desproporção a falta de tempo dos homens⁴ (p. 314). Vê-se, portanto, que a prática da música, em especial, ao piano, era majoritariamente feminina. Pelo fato de não haver uma preocupação com investimento estatal no sentido de prover a subvenção à carreira de um músico, concorrendo com as atividades laborais no mercado de trabalho, presume-se que tal prática restringiu-se, de modo geral, ao universo doméstico.

No entanto, é preciso ser prudente antes de concluir tais assertivas. Primeiro, porque os prognósticos foram lançados por homens, dedicados ao estudo da história da música, ou preocupados com a gestão do ensino e prática musicais. Logo, o foco sobre o desequilíbrio, embora os prognósticos não sejam de todo inexato, terá sempre como um dos objetivos a retomada de um espaço até então eminentemente masculino. Os salões, nesse sentido, seriam um dos espaços conquistados pelas mulheres (VERMES, 2013: p. 317). Segundo, porque as atividades profissionais poderiam partir desses espaços domésticos, iniciando-se pela prática composicional a qual já era em si tributária de parte das rendas com as atividades musicais. Por exemplo, a composição em lide de Guilhermina de Noronha custava 12 mil réis, o preço médio de uma partitura à época. Isto lhe poderia render algum percentual em cima das vendas pela Filippone e Tornaghi.

Maria Guilhermina de Noronha e Castro não compôs apenas a polca dedicada a Arthur Silveira da Motta. Outras, como *Estrella pollida e triste* (*Notícias Diversas*, 1868: p. 1) e *Recorda-te* (*Gazetilha*, 1868: p. 1), modinhas publicadas em 1868 pela mesma Filippone e Tornaghi demonstram certa atividade musical desempenhada por Guilhermina de No-

ronha, considerando as fontes em que foi possível encontrar tais informações.

E de que maneira, então, quis Guilhermina de Noronha dedicar ao “bravo oficial” Arthur Silveira da Motta a sua polca alusiva a Passagem de Humaitá?

Como mencionado acima, a música em lide foi composta para piano, como polca, vislumbrada para os saraus domésticos e com uma conotação festiva, como o próprio gênero musical sugere. O andamento em *Andante*, próprio para esse gênero musical, é considerado de média velocidade (MED, 1996: p. 189), próprio para a dança. O compasso se apresenta binário simples, predominantemente 2/4, a não ser no início, onde se verifica 2/2. Isto é, com uma conotação mais cerimoniosa inicialmente, por se dar em uma velocidade mais lenta, como que preparando para a dança, para o conhecimento dos pares, e depois transita-se para a coreografia que a polca sugere com uma velocidade mais rápida, movimento que se delinea já nos primeiros compassos. O sentido mais cerimonioso no início ainda é mais evidenciado pelos movimentos de mão direita e esquerda nos compassos de nº 7 e 8, intercalados com movimentos de pedal.

De modo geral, a música gera um sentimento festivo, de celebração pela vitória, e da expectativa de retorno do que se consagra herói, justamente para oferecer a sua dedicatória, como que em uma economia dos dons, em que, pelo sacrifício e bravura a que se submete o homem de armas, dá-se a epopeia erigida em sons. Daí a profusão de colcheias e semicolcheias ascendentes e descendentes no que toca ao encadeamento melódico. O tom festivo também é reforçado com a quase que totalidade de intervalos maiores, qualificados pelas terças. As terças são fundamentais para a demarcação dos modos maior e menor, o que significa dizer em cores que no primeiro modo se apresentariam mais alegres e no segundo mais tristes (WISNIK, 1989, p. 64).

Surpreende a profusão de períodos com oitavas acima do tom das notas inseridas, como se verifica na Figura 2. Embora se possa concordar com o fato de não possuírem maior valor dinâmico-afetivo (WISNIK, 1989: p. 64), a ênfase sobre a oitava, por ser

Passagem de Humaitá - Polka

Oferecida ao Bravo Oficial da Armada brasileira Arthur Silveira da Motta

Maria Guilhermina de Noronha e Castro

Um início,
cerimonioso..
Compasso 2/2

Movimentos mão direita e esquerda ao piano intercalados com pedal, num encadeamento melódico ascendente e descendente.

Para uma transição para a rapidez na duração... compasso 2/4

Figura 2 – Compassos 1-13

um intervalo “inteiramente estável” (p. 82), seria, isso mesmo, a afetividade impressa em tais intervalos. Não custa lembrar que comemora-se uma vitória, e, pela existência de um “bravo oficial”, como Arthur Silveira da Motta, nada mais justo que vê-lo, o que nos conduz à estabilidade, ao retorno à condição de antes do caos e tensão na Passagem de Humaitá.

Mesmo com o tom comemorativo da música, com a profusão de terças maiores,

emitindo alegria, aparecem as terças menores. Estas, de cores mais sombrias, estão nos compassos 87-94 (Figura 3) para que seja lembrado que não existe vitória sem o sentimento sombrio da dor e da morte, inerentes à vida do homem da guerra. A vitória, em verdade, é a recompensa do sacrifício, já que morre-se por uma causa que não a do indivíduo e sim a da coletividade, medida pela sua sobrevivência – ou preponderância – em detrimento do outro grupo.

Oitavas.

Figura 3 – Compassos 55-65

The image shows a musical score for a polka in 2/4 time, key of B-flat major. It consists of three systems of staves, each with a treble and bass clef. The first system (measures 85-88) features a first ending (1.) and a second ending (2.). The second system (measures 89-90) continues the melody with triplets. The third system (measures 91-94) includes dynamics like *p* and *cresc.* leading to a *f* section. The score is written in a standard musical notation with various ornaments and articulations.

Figura 4 – Compassos 87 a 94

A predominância dos intervalos maiores garante o tom comemorativo, para que a vitória seja o objetivo constante; o lado sombrio deve ser esquecido para dar o tom festivo. Ao final, retorna-se ao tom cerimonioso do início, ainda que não se mudem a métrica do compasso – continua binário simples.

Mesmo que todos os sentimentos evocados tenham sido oriundos de uma narrativa sobre a guerra e a experiência de Arthur Silveira da Motta, enquadrá-la em uma polka foi a perspectiva utilizada por Guilhermina de Noronha e Castro em sua composição. Afinal de contas, se a dedicatória não pudesse contar com as próprias percepções erigidas nos e dos códigos musicais, nada então lhe valeria o esforço em chamá-lo a atenção à vida fora dos campos de batalha. Não se trata de um entretenimento, como se apreende o conceito a partir do surgimento dos mediadores *mass media*, mas de um caminho distinto do usual para Silveira da Motta. Eis porque, nesse sentido, a construção desse documento-monumento, com o poder de “perpetuação, voluntária e involuntária das sociedades históricas (e um legado à memória coletiva)”, tornando Silveira da Motta pósteros (LE GOFF, 1996, p. 548), não se encaminha no registro da experiência militar-naval *per se*, como as telas e as estátuas alusivas aos vultos militares e navais e aos seus grandes feitos, mas como esta

se enriquecerá bebendo na experiência das manifestações populares em sentido amplo. É uma lembrança para Silveira da Motta, que além de viver em razão da defesa de sua pátria, nela nascem e podem residir os que a conformam. De onde surgem as manifestações artísticas e pulsam renovação para a essa mesma pátria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música composta em 1868 por Maria Guilhermina de Noronha e Castro alusiva à Passagem de Humaitá, ocorrida no mesmo ano e dedicada a um dos principais envolvidos nesse evento importante para o decurso da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo paraguaio, revela questões importantes acerca da construção dos vultos e heróis nacionais, em especial àqueles que se destacaram pelas suas atividades militares.

O exemplo de Arthur Silveira da Motta, o “Bravo oficial da Armada brasileira”, a quem é dedicado a composição *Passagem de Humaitá – polka*, contestado por alguns indivíduos que lhe eram próximos – ao menos compartilhavam de locais de reunião em algumas vezes – como o Visconde de Inhaúma e o General argentino Bartolomé Mitre, é significativo por revelar uma maneira de se construir a memória sobre seu nome um tanto quanto diferente das habi-

tuais. Outros homenageados poderiam até ter composições alusivas aos seus feitos, mas, no caso da música que lhe rende louvores, esta não segue o padrão: a partir da experiência extracaseria revelada nos códigos musicais, onde uma polca pode contribuir para a construção dessa memória assentada em valores militares, mas com uma narrativa própria, um pouco alheia ao universo de Silveira da Motta.

Nesse sentido, penso ser pertinente uma metáfora em particular. Embora fosse uma dedicatória a Arthur Silveira da Motta, o *livro*, isto é, a partitura, foi composto por Guilhermina Noronha de Castro. Além disso, o autógrafo da primeira página na entrega da dedicatória por esta compositora foi concedido com uma frase por ela escrita e, sobretudo, com as canetas que também a ela pertenciam.

FONTES

Partitura:

CASTRO, Maria Guilhermina Noronha e. *Passagem de Humaitá: Polka* oferecida ao bravo official da Armada brasileira Arthur Silveira da Motta [Partitura]. Rio de Janeiro, RJ: Filippone e Tornaghi, [1868].

Jornais

FALLECIMENTOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de outubro, 1924. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 11 de mai. 2018.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1896, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 19 de mai. 2018.

GAZETILHA. *Jornal do Commercio*, 9 de fevereiro de 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 19 de mai. 2018.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 19 de mai. 2018.

NOTÍCIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1868, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 19 de mai. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT-SAMPAIO. Aspectos “insólitos” da música na corte durante o Segundo Reinado. In: *Música: velhos temas, novas leituras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. pp. 31-70.

CARVALHO, Vinícius Mariano de. *Observações acerca da música militar na Guerra do Paraguai*. [S. l.]: ECSB, 2008. Disponível em: www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MMGP.pdf. Acesso em: 22 de nov. 2014.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Henrique Autran. *Dicionário de termos e expressões da música*. São Paulo: Ed 34: 2014.



FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra: introdução à Bibliologia Brasileira: A Imagem Gravada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP, 1994.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. Volume 3.

MOTTA, Arthur Silveira da. *De aspirante a almirante, 1858-1902: minha fé de ofício documentada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1984-1985.

MAINENTE, Renato A. *Música e Civilização: a atividade musical no Rio de Janeiro oitocentista (1808-1863)*. São Paulo: Alameda, 2014.

MED, Bohumil. *Teoria da Música*. Brasília: Musimed, 1996. 4ª edição.

VERMES, Mônica. As mulheres na cena musical do Rio de Janeiro: práticas e representações. In: NOGUEIRA, Isabel Porto; FONSECA, Susan Campos. *Estudos de gênero, corpo e música: abordagens metodológicas*. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013. pp. 303-322.

TAVARES, Raul. Prefácio a 1ª edição. In: MOTTA, Arthur Silveira da. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982.

WISNIK, José Miguel. *O Som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NOTAS

¹ As condições geográficas, localização e a configuração paisagística estão sucintamente descritas em (DORATIO, 2002: p. 210-211).

² Uma interessante biografia acerca foi feita por Raul Tavares ao prefaciar o *Reminiscências da Guerra do Paraguai* do próprio Silveira da Motta. Ver (TAVARES, 1982).

³ Os trechos da réplica lançada por Arthur Silveira da Motta, republicados em sua autobiografia (MOTTA, 1984), foram também utilizados por Bartolomé Mitre em uma carta originalmente publicada no jornal *Nación Argentina* e que foi republicada na edição do *Jornal do Commercio* (RJ), de 23 de novembro de 1869 (p. 1.), em que o assunto era ainda as hesitações sobre as passagens por Curupaiti e Humaitá pela Força Naval. Nesta mesma edição, foi publicada a réplica de Silveira da Motta a Mitre, mantendo-se os argumentos da réplica contra o articulista anônimo do *Jornal do Commercio* de 27 de agosto de 1869, sobretudo pela ausência de navios apropriados para a Passagem de Humaitá.

⁴ Os dados compilados em uma tabela está disponível no artigo de Mônica Vermes (2013: p. 315-316), a qual tabulou as informações oriundas de diversas cidades da Europa.

Artigos

Nuno Saldanha

Bárbara Tikami de Lima

Elton Licério Rodrigues Machado

Marília Perazzo Valadares do Amaral

Carlos Celestino Rios e Souza

Marinete Neves Leite

Hamilton Marcelo Morais Lins Júnior

Donnell Technology Naval & Marine
Technical Services

Do Tejo para o Amazonas: as chalupas de guerra de Manuel Vicente Nunes (1711-C.1775)*

From the Tagus to the Amazon river: the sloops of war by Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775)

Nuno Saldanha

UNIDCOM/ IADE-U. CHAM/U.N.L. Doutor em História da Arte pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa; mestre em História Cultural e Política pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL e licenciado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

RESUMO

Entre as centenas de ilustrações produzidas durante a famosa “Viagem Filosófica” do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitâncias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792, encontram-se alguns desenhos de embarcações diversas, realizadas por Joaquim José Codina, que constituem um extraordinário e inédito documento histórico. Desses, destaque para os que representam a Chalupa de *Guerra Nossa Senhora do Bom Sucesso*, construída em 1775 na Ribeira do Pará, segundo o modelo de Manuel Vicente Nunes, constituindo assim, até a data, o único exemplar conhecido, coetâneo e documentalmente comprovado, de um exemplar da obra deste importante construtor naval.

PALAVRAS-CHAVE: História Naval; Manuel Vicente Nunes; Chalupa de Guerra; Século XVIII

ABSTRACT

Among the hundreds of illustrations produced during the famous “Philosophical Journey” of the naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira, by the captaincies of Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso and Cuiabá, between 1783 and 1792, are some drawings of several vessels, made by Joaquim José Codina, which constitute an extraordinary and unprecedented historical document. In these, the most important are the ones representing the sloop of war *Nossa Senhora do Bom Sucesso* built in 1775 at Pará’s shipyard, after a Manuel Vicente Nunes’ model, thus constituting, to date, the only known, contemporaneous and documented proven example of the work of this important ship-builder.

KEYWORDS: Naval History; Manuel Vicente Nunes; Sloop of War; 18th Century

Entre o vasto espólio da coleção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontra-se um rico acervo, resultante da famosa “Viagem Filosófica” comandada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu as Capitâncias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792. Composto de diários, mapas populacionais e

* Artigo recebido em 18 de dezembro de 2017 e aprovado para publicação em 15 de março de 2018.

agrícolas, memórias (zoológicas, botânicas e antropológicas), e de vários outros registos arquitetónicos, artísticos, etnográficos etc., que totalizam as cerca de 900 pranchas. O grupo que integrava a expedição era composto, entre outros, por um naturalista, um jardineiro botânico, Agostinho Joaquim do Cabo, e dois “riscadores” (desenhadores/ilustradores), como Joaquim José Codina, ou José Joaquim Freire. José Codina (fal. 1794) executou desenhos aquarelados e croquis sobre as mais diversas atividades artesanais, prospectos de vilas e cidades paraenses; máquinas agroindustriais e engenhos de açúcar e arroz, construções arquitetónicas, utensílios, plantas e animais.

No entanto, nem todas as obras produzidas por este artista resultam diretamente dos objetivos “naturalistas” da expedição, tendo o mesmo executado aguarelas de embarcações fabricadas nos estaleiros daquelas capitânicas em datas anteriores à sua chegada.

De particular interesse para a História Naval, se revestem os vários desenhos que reproduzem, com algum rigor, diversas embarcações construídas na Ribeira do Pará, e da Vila de Barcelos, entre os anos de 1775 e 1783.

Como sabemos, em Portugal praticamente não existem planos de navios para esta

época, e os poucos que se conhecem até à data pertencem invariavelmente a coleções estrangeiras. Continuam por perceber as razões da enorme discrepância existente entre a extraordinária riqueza do espólio das principais congêneres europeias, como a espanhola, francesa, holandesa ou inglesa, e a carência inexplicável do nosso património. É um facto que o país passou por diversas vicissitudes infelizes, de ordem natural ou humana, mas as mesmas não explicam cabalmente o desaparecimento das muitas centenas, senão milhares, de planos produzidos ao longo do século XVIII. O Terremoto de 1755 pouco terá contribuído para a situação, uma vez que a maioria dos desenhos só terá sido executada na Casa do Risco do novo Arsenal Real; a ida da Corte para o Brasil em inícios de Oitocentos e as invasões francesas teriam provocado sobretudo uma deslocação do acervo, mais do que a sua destruição, atendendo ao valor militar dos mesmos planos; por fim, um dos acontecimentos mais nefastos para o património naval, com perdas irreparáveis, o trágico incêndio do Arsenal da Marinha em 1916 (destruindo por completo a Sala do Risco, a Biblioteca e o Museu da Escola Naval, bem como o Laboratório Químico¹), também não justifica a ausência dos planos e mode-

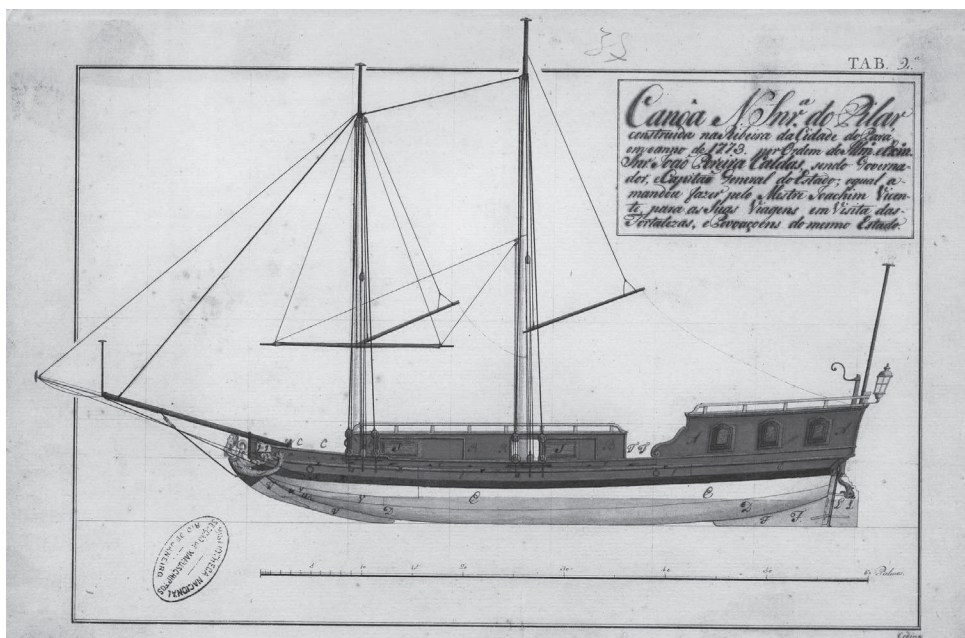


Figura 1 – Joaquim José Codina, Canoa Nossa Senhora do Pilar, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil, mss1095099

los executados noutros estaleiros nacionais importantes, como a Ribeira do Ouro (Porto), Vila do Conde, S. Martinho do Porto, ou Lagoa da Pedreireira, bem como de todos os estaleiros particulares que ocupavam a zona litoral da maior parte das povoações costeiras.

Dada a sua raridade, estes desenhos de Codina constituem assim um extraordinário e inédito documento histórico que supera em muito o carácter artístico ou documental.

Se bem que não estejamos perante verdadeiros planos de navios, de facto, eles aproximam-se bastante, face ao rigor e detalhe ali figurado, levando a concluir que Codina terá mesmo visto e usado os planos originais (para além do modelo) para os executar.

Entre esses, destaque para os dois que representam o *Barco de Guerra Nossa Senhora do Bom Sucesso*² – uma vista de perfil com vista de popa, e uma planta do mesmo.

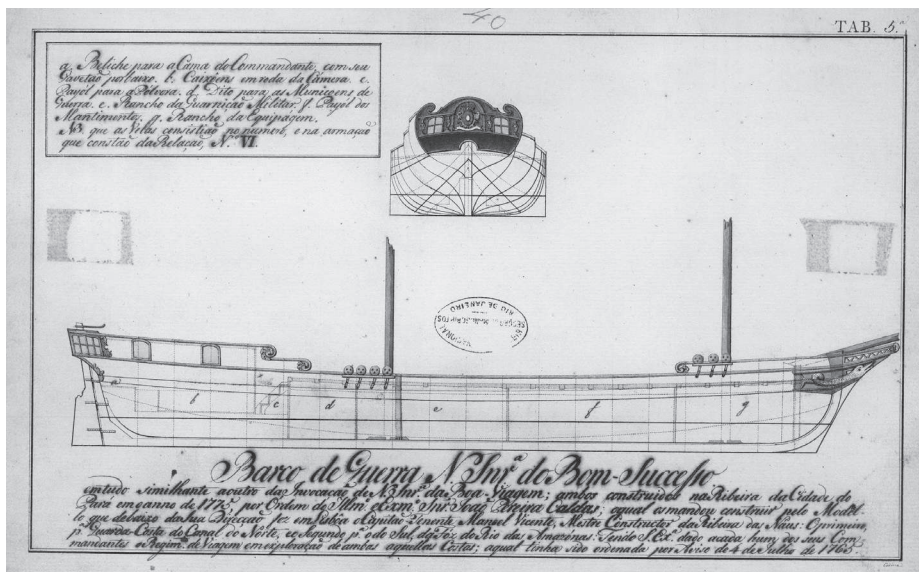


Figura 2 – Joaquim José Codina, Barco Nossa Senhora do Bom Sucesso, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil, mss1095096

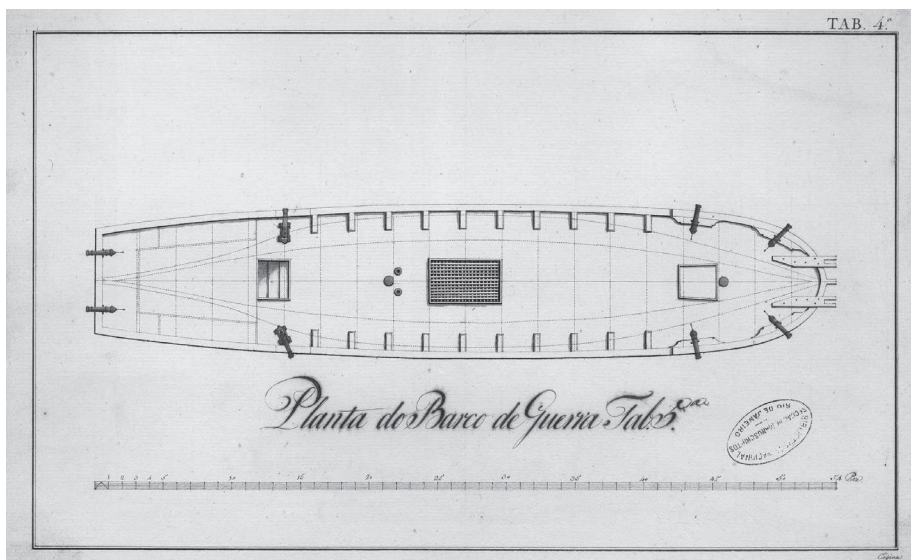


Figura 3 – Joaquim José Codina, Planta do Barco de Guerra, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil, mss1095094

Se olharmos com atenção, podemos reparar que ali estão figuradas as três principais vistas de um típico plano de navio – o de perfil (*Sheer Plan*), o de topo (*Breath Plan*), e plano das balizas (*Body Plan*).

Para além da Vista de Perfil (estibordo), em corte, com a descrição do interior, na parte superior do desenho, temos uma imagem da popa (com a decoração do painel e espelho de popa) que consiste, em verdade, num Plano de Balizas, com a respectiva indicação das linhas de água, bem como os planos das cavernas de vante (direita) e ré (esquerda). A *Planta do Barco de Guerra*, embora não corresponda exatamente ao Plano das Linhas d'água, vista da parte diametral inferior do casco (*Half-Breath Plan*), é na realidade uma Vista de Topo, com o arranjo de convés, e indicação das linhas de água.

Para além de tudo isto, estes desenhos revestem-se ainda de um cariz muito especial, nomeadamente para quem estuda a Construção e Arquitetura Naval da segunda metade de Setecentos, uma vez que figuram duas embarcações da autoria de Manuel Vicente Nunes (1711- c.1775), constituindo os únicos exemplares conhecidos da sua obra, coetâneos, fidedignos e documentalmente comprovados³.

Exercendo a atividade em meados do século XVIII, durante o final do reinado de D. João V, e o de D. José I, Manuel Vicente Nunes foi um dos mais importantes construtores navais portugueses, cuja obra, pautada pela grande qualidade e originalidade dos seus navios, se difundiu pelo Norte da Europa e pelos dois lados do Atlântico, como tivemos oportunidade de referir⁴.

Ele estabelece efetivamente um “ponto de viragem” na história da construção naval, a vários níveis, nomeadamente na ascensão profissional e social dos antigos “mestres construtores”, estreado o cargo de “Primeiro Construtor” do Arsenal Real, e obtendo a patente de capitão-tenente da Armada. Para além dos aspectos socioprofissionais, dá início a um novo processo de construção, tendo sido o primeiro a traçar os planos dos navios na recém-construída Sala do Risco (como se referia já na época), pondo fim a uma longa tradição prá-

tica/oficinal que subsistiu na primeira metade do século pelos mestres construtores ingleses (Josiah Radcliff, William Warden ou Francis Warden, seu imediato antecessor), como posteriormente confirmava o Cardeal Saraiva:

E posto que não tinha grandes conhecimentos theoreticos, era comtudo dotado de rara habilidade, com a qual lhe foi fácil comprehender o mais difficil da arte. Foi também o primeiro que ensinou a traçar na Sala do Risco os diferentes planos de construcção, e a tirar as competentes formas, o que até então se fazia, como em segredo, pelo Constructor Inglez que dirigia o Arsenal⁵.

A esta nova metodologia naval correspondeu naturalmente uma nova pedagogia e sistema de ensino de que virão a usufruir os seus discípulos mais próximos, como Torcato José Clavina ou Julião Pereira de Sá, que antecedem o nascimento da classe do Engenheiro Naval, alguns anos depois.

Manuel Vicente Nunes teve um papel fundamental no desenvolvimento da Construção e da Arquitetura Naval, quer a nível nacional, como a um nível global, dado que os planos (ou modelos) que executou para os estaleiros de Lisboa foram igualmente utilizados em navios construídos no Brasil, desde a década de 60, saídos dos estaleiros do Pará, da Bahia e do Rio de Janeiro, como disso dão conta as chalupas de guerra aqui referidas⁶.

A parcela mais importante da sua obra é constituída por pelo menos nove navios de linha, naus de duas pontes (cobertas), e armadas com 64 a 90 peças de artilharia, naquilo a que geralmente se designa na Europa, em meados do século XVIII, como 3ª Classe (*2ème Rang*, segundo os franceses). Desses, sete são do tipo 64, contabilizando dois terços do total da sua produção, que se situa maioritariamente no tempo da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), e os outros dois, da classe dos 74, produzidos em 1751 e 1763, talvez porque o sucesso deste modelo só se generalize na Europa após a Guerra da Independência da Améri-

ca, passando a dominar a linha de batalha. Neste sentido, a obra de Nunes está perfeitamente de acordo com a tendência geral da construção naval europeia da primeira metade do século XVIII, que tende para uma uniformização, ou standardização dos modelos.

No entanto, dentro do 64, terá eventualmente criado a classe *N.ª S.ª da Assunção*⁷, com uma tipologia original, que serviu de modelo a praticamente todos os navios de guerra que foram construídos desse género, tanto no continente, quanto do outro lado do Atlântico. A característica particular das naus deste construtor, nomeadamente em confronto com as suas congéneres europeias, é o seu tamanho, e um inédito rácio comprimento/boca de 4,1:1, naquilo que configura, assim, uma fórmula padrão, empregue em todas as construções de navios de linha, tanto para os de 64, 74, ou mesmo 90 peças de artilharia. Este parece ser efetivamente o dado mais original do *design* deste construtor português⁸.

O rácio de 4:1, bastante adequado para navios de carga, permite uma mobilidade mais rápida na água, com menos vento. É provável que ele derive de uma adaptação, resultante da experiência do mestre na construção de navios de comércio, no estaleiro do pai, na zona ribeirinha da Boa Vista. A generalidade das fontes é concordante quanto às características excepcionais destes navios, quase sempre destacando as suas qualidades veleiras⁹. Não será, pois, de estranhar que o rácio das chalupas de guerra construídas no Pará seja de 4,6:1, portanto muito próximo do usado por Manuel Vicente nas restantes embarcações.

A obra referenciada de Manuel Vicente é bastante vasta e diversificada, indo desde simples saveiros a naus de 90 peças, passando por fragatas e outro tipo de embarcações menores. Sabemos que já o pai, Vicente Nunes, criara um estaleiro próprio em Lisboa, com diversos oficiais, na Boa Vista, onde se fabricavam várias espécies de barcos, e se vendiam madeiras para concerto, bem como se calafetavam.

Embora estejamos perante embarcações de pequena dimensão, as duas chalupas construídas no Pará, para além da im-

portância a que nos referimos, parecem marcar o término da sua carreira, dado que o mestre terá falecido por volta do ano da sua construção.

De acordo com as notas inseridas no desenho, bem como da documentação manuscrita de Alexandre Rodrigues Ferreira¹⁰, foram construídos em 1775 dois barcos de guerra (ou chalupas, segundo o texto), com a invocação de *Nossa Senhora do Bom Sucesso*, e de *Nossa Senhora da Boa Viagem*, na Ribeira do Pará, por ordem de João Pereira Caldas, então Governador e Capitão General do Pará e Maranhão. Destinavam-se ao serviço de guarda-costa, para o Canal do Norte e Canal do Sul da foz do Amazonas, respectivamente, de acordo com os Avisos de 27 de junho e 4 de julho de 1765. Até à data, esta tarefa era feita por uma canoa, mandada fazer em 1762 pelo seu antecessor, Manuel Bernardo de Melo e Castro. Com a chegada de Pereira Caldas, as coisas "mudaram de figura", tendo ele "trazido de Lisboa o Modelo que debaixo da sua direcção tinha feito para ellas o Capitão-Tenente Manuel Vicente, Mestre Construtor da Ribeira das Naus, tratou, logo que chegou, de o mandar pôr em execução"¹¹.

Embora não se discrimine o nome do seu executor, tudo leva a crer que se trate do Mestre Joaquim Vicente, na época contramestre da Ribeira do Pará, que também construiu a canoa *Nossa Senhora do Pilar*, dado o anterior Mestre Construtor Luís Isidoro de Gouveia ter falecido em 1765.

Trata-se de duas embarcações com cerca de 53 pés de comprimento (c.16,31m), e 11,5 pés de boca (c.3,50m) e 5 pés de pontal¹², armavam oito peças de artilharia (pedreiros de ferro montados em reparos navais de calibre de 2" e 3", e forquilhas ternárias de ½" e ¼"), com uma guarnição de 35 homens (um oficial de patente, um a dois oficiais inferior, sete a oito soldados, 25 índios de equipagem). O comando da *Nossa Senhora do Bom Sucesso* foi entregue a Manuel António de Oliveira Pantoja (ajudante de infantaria de auxiliares), e o da *Nossa Senhora da Boa Viagem* ao Tenente Jacinto da Cunha Sampaio (ajudante de auxiliares que passou a alferes).

Manuel Vicente Nunes – Chalupas de Guerra						
Ano	Nome	Local	Medidas (cxbxp)	Armamento	Guarnição	Comando
1775	<i>N.ª S.ª do Bom Sucesso</i>	Pará	53,5x11,5x5 pés	6 x ¼" + 2 x 2"	35 (1+2+7+25)	Manuel António de Oliveira Pantoja
1775	<i>N.ª S.ª da Boa Viagem</i>	Pará	53,5x11,5x5 pés	4 x ½" + 2 x 3" + 2 x ¼"	35 (1+1+8+25)	Jacinto da Cunha Sampaio

Tabela 1 – Mapa das chalupas de Guerra

Desconhece-se, contudo, qual seria a armação, nomeadamente o velame, dado que é omissa nestes desenhos. A relação expressa no *Mappa do preparo, Artilharia e Munições de Guerra* apenas refere duas andainas de velas de algodão e de brim, sem discriminar o formato (redondo, latino). De acordo com outros modelos semelhantes, cremos serem sobretudo latinas (velas carangueja, giba e bujarrona), no entanto, a existência de uma “verga do redondo” poderá indicar a existência de uma vela redonda, talvez uma *topsail*, como usam alguns palhabotes, escunas e chalupas.

Quanto à mastreação, foi precisamente aí que o modelo de Manuel Vicente foi alterado. Conforme refere a documentação, originalmente as chalupas tinham apenas um mastro, ao centro, sem traquete, mas como, “por dificuldade davam por davante, quando era preciso [...] se lhe puzeram dous à Hiate, vindo ambas ellas a ficar pelo aguçado das proas em forma de setias. E no acrescentamento do dito mastro, como também na diminuição de cinco rumos por banda, consistiu a diferença do modello”¹³.

Alguns autores consideram que o Barco *Nossa Senhora da Atalaia da Vigia das Salinas*, construído no ano seguinte, também teria sido feito à semelhança das duas chalupas¹⁴, o que é errado, pois Rodrigues Ferreira é peremptório quando escreve “No seguinte ano de 1776, também se construiu, sem ser pelo modelo das Guardas Costas, mas com quilha, à imitação delas”¹⁵.

As duas embarcações teriam curta existência na Ribeira do Pará, pois com a entrada do novo governador, José de Nápoles Telo de Meneses, em 1780, “as aboliu, de forma que hoje em dia [1787] nenhuma dellas subsiste, sendo aliás ellas tão precisas, para a defesa do Estado”¹⁶.

Para além do inequívoco contributo que estas duas obras aportam para o conhecimento da obra do Mestre construtor Manuel Vicente Nunes, elas têm igualmente um significado particular para o estudo da História Naval portuguesa e brasileira, assim como nutrir alguma esperança na descoberta de outros exemplares, “perdidos” por entre o acervo de outras instituições estrangeiras.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Manuscritas

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Brasil

Manuscritos – Alexandre Rodrigues Ferreira, Memória sobre a Marinha Interior do Estado do Grão Pará, 26 março 1787 – Cota: 21,1,24- MS-574 (3)

Iconografia – Joaquim José Codina, Canôa Nossa Senhora do Pilar, mss1095099; Joaquim José Codina, Barco Nossa Senhora do Bom Sucesso, mss1095096; Joaquim José Codina, Planta do Barco de Guerra, mss 1095094.

2. Bibliografia

CRUZ JÚNIOR, Abílio. O Mundo Marítimo Português na Segunda Metade do Século XVIII. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2002.

ESPARTEIRO, António Marques. Três séculos no Mar, 1640-1910. 11 Partes, 32 vols. Lisboa: Ministério da Marinha, 1974-1987.

FALCÃO, Edgard Cerqueira. Viagem filosófica às Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. São Paulo: Gráfica Brunner, 1970.

História Naval Brasileira. Vol. 2, T. 2. Rio de Janeiro: Serviço Documentação Geral, 1979.

LEIVAS, Claudio Pereira e LEVY, Scavarda. História da Intendência da Marinha. Vol. I. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1972.

PRITCHARD, James. From Shipwright to Naval Constructor: The Professionalization of 18th-Century French Naval Shipbuilders, In: Technology and Culture: Society for the History of Technology, Vol. 28, Nº. 1 (jan., 1987), pp. 1-25.

SALDANHA, Nuno. Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775). Subsídios para a História da Construção e Arquitetura Naval do século XVIII em Portugal. In: Navigator, nº. 23. Rio de Janeiro: junho 2016.

SALGADO, Augusto A. Alves. Teoria portuguesa de arquitectura naval. In: PEREIRA, José Manuel Malhão (Coord.). Navios, Marinheiros e Arte de Navegar. 1669-1823. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, pp.163-184.

SALGADO, Augusto A. Alves. Arsenais e Estaleiros. In: PEREIRA, José Manuel Malhão (Coord.). Navios, Marinheiros e Arte de Navegar. 1669-1823. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, pp.185-204.

SARAIVA, Cardeal. Lista de Alguns Artistas Portuguezes, coligida pelo Auctor de Escriptos e Documentos no decurso das suas leituras em 1825 e 1839. In: Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luís) Patriarcha de Lisboa, Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.

NOTAS

¹ Segundo um artigo da época, publicado pela *Ilustração Portuguesa* ("Pavoroso Incêndio no Arsenal da Marinha", nº 531 de 24 de abril de 1916), considerava-se o mesmo ter sido provocado por "mão criminosa", provavelmente por alemães.

² Embora reproduzidos nos anos 70 em algumas publicações brasileiras (Falcão, *História Naval Brasileira*, Leivas e Levy), não foram estudados nem enquadrados sob o ponto de vista da História da Construção Naval, nem no contexto da obra de Manuel Vicente.

³ Existe um Plano de Navio no acervo da Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico, Lisboa (Inv. 2405-A1) oferecido pelo Eng.º Rozendo Moraes da Maia, alegadamente do espólio do Almirante Ramires Esquível, identificado como sendo a *Nau Nossa Senhora da Conceição/Príncipe Real*, de Manuel Vicente Nunes. No entanto, tanto a identificação como a autoria, sem qualquer base documental, suscitam sérias dúvidas, que oportunamente tentaremos esclarecer.

⁴ Veja-se Nuno SALDANHA. Manuel Vicente Nunes (1711-c.1771), Primeiro Construtor da Ribeira das Naus – Subsídios para a História do Design e Construção Naval do século XVIII em Portugal. In: *A Cidade do Tejo – História, Vida e Imaginário – Colóquio*, Lisboa: Sala do Arquivo/Paços do Concelho, 13 nov. 2014, e Nuno SALDANHA. Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775). Subsídios para a História da Construção e Arquitetura Naval do século XVIII em Portugal, In: *Navigator*, nº. 23, Rio de Janeiro: junho 2016.

⁵ Cardeal SARAIVA. Lista de Alguns Artistas Portuguezes, coligida pelo Auctor de Escriptos e Documentos no decurso das suas leituras em 1825 e 1839. In: *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luís) Patriarcha de Lisboa*, Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, p. 369.

⁶ Vejam-se os casos já confirmados, da *Santo António* e *S. José* – depois rebatizada *Infante D. Pedro Carlos* (1794), *Martim de Freitas* (1806), e *D. Pedro I* (1822) – construída por António da Silva Araújo em 1763, segundo o risco de Manuel Vicente Nunes (gémea da *N.ª S.ª da Madre de Deus* e *S. José*); ou das chalupas de guerra aqui tratadas.

⁷ Embora não saibamos, até à data, as dimensões desta nau construída em 1757, é muito provável que tivesse as mesmas das que lhe sucederam.

⁸ Nuno SALDANHA, *op. cit.*

⁹ Segundo a documentação existente da Nau *N.ª S.ª da Conceição e São José*, transcrita por Esparteiro, era de bom governo e bolineiro (António Marques ESPARTEIRO. *Três séculos no Mar, 1640-1910*. II Parte, 7ª vol., Lisboa: Ministério da Marinha, 1974-1987, p.15); uma das testemunhas do processo de habilitação de Nunes à Ordem de Santiago refere-se a "Naus todas com a melhor direcção tanto nas suas respectivas proporções e no bem fabricado, como em se experimentarem boas de vela sendo aprovadas pelos melhores" (14 Out. 1757); o Comandante Bernardo Ramires Esquível, a propósito da *N.ª S.ª da Conceição/Príncipe Real*, afirma em 1796 que "Esta nau não há dinheiro que a pague: tem todas as qualidades em grão superior especialmente a da marcha que anda muito mais que a *Vasco da Gama* e *Fragata Tritão*" (ESPARTEIRO, *op. cit.*, 5ª vol., p. 88); e o Cardeal Saraiva acrescentava, em 1842, "Construiu diferentes embarcações... Todas excellentes. A última, *Príncipe Real*, foi lançada ao mar em 1768, o passou por humma das melhores náos, que naquelle tempo havia na Europa". (SARAIVA, *op. cit.*, p. 369).

¹⁰ Alexandre Rodrigues FERREIRA. *Memória sobre a Marinha Interior do Estado do Grão-Pará*. Barcelos, 26 março 1787 – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Cota: 21,1,24- MS-574 (3)

¹¹ Alexandre Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, fols. 21, 21v.

¹² Trata-se de medidas aproximadas dado que, diversamente do que sucede para a canoa *Nossa Senhora do Pilar*, a documentação é omissa, tendo apenas como referência a escala existente na Planta da Tab.1.

¹³ Alexandre Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, fol. 21v.

¹⁴ *História Naval Brasileira*, Vol. 2, T. 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral, 1979, p. 376.

¹⁵ Alexandre Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, fol. 21v. O sublinhado é nosso.

¹⁶ Alexandre Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, fol. 22.

O Rebocador *Florida* (1908-1917): o nascimento de um sítio arqueológico subaquático no litoral Pernambucano com cara de museu*

The *Florida* Tugboat (1908-1917): the birth of an
underwater archaeological site on the coast of
Pernambuco with a museum face

Marilia Perazzo Valadares do Amaral

Historiadora, Mestre e Doutora em Arqueologia pela UFPE. Mergulhadora. É professora da UFPE. Possui vários artigos publicados em Arqueologia.

Carlos Celestino Rios e Souza

Biólogo Marinho, Mestre e Doutor em Arqueologia pela UFPE. Mergulhador. É professor da UFPE. É Oficial de Marinha CF (Ref-T). Possui vários artigos publicados em Biologia e Arqueologia.

Marinete Neves Leite

Historiadora, mestre e doutora em Arqueologia pela UFPE. É funcionária do Arquivo Público Estadual João Emerenciano (PE). Possui vários artigos publicados em Arqueologia.

Hamilton Marcelo Moraes Lins Júnior

Historiador, mestre em Arqueologia, cursa doutorado em Arqueologia na UFPE. É arqueólogo do IPHAN de Santa Catarina. Possui vários artigos publicados em História e Arqueologia.

RESUMO

O trabalho apresenta o ingresso do Rebocador a vapor *Florida* na categoria de sítio arqueológico subaquático de naufrágio, cujo soçobro se deu no mar adjacente ao litoral de Pernambuco em 28 de junho de 1917. O seu rito de passagem oficial, como patrimônio cultural submerso do litoral pernambucano, ocorre com base na Convenção de Paris, de 2001. O *Florida* faz parte do Parque de Naufrágios de Pernambuco, que contempla algo em torno de 50 navios explo-

ABSTRACT

The work presents the entrance of the Florida steam tug in the category of underwater archaeological site of shipwreck, whose sinking occurred in the sea adjacent to the coast of Pernambuco on June 28, 1917. Its official rite of passage, as a submerged cultural heritage of the Pernambuco coast, occurs due to the 2001 Paris Convention. Florida is part of the Pernambuco Shipwreck Park that contemplates something about 50 scientifically exploitable vessels

* Artigo recebido em 20 de julho 2017 e aprovado para publicação em 15 de março de 2018.

ráveis cientificamente, de diferentes classes, tamanho, propulsão, material e técnicas construtivas variadas, do século XVII ao XXI. Neste contexto, é diagnosticado o fator causador do seu naufrágio, identificado os acessórios e aparelhos ainda visíveis e descrita a história trágica marítima de seus tripulantes, visando a possível criação de um museu submerso in situ.

PALAVRAS-CHAVE: Rebocador *Florida*; Patrimônio Arqueológico Subaquático; História Marítima

INTRODUÇÃO

É fato que a costa pernambucana apresenta um diversificado patrimônio arqueológico naval submerso, já reconhecido pela mídia nacional como o Parque de Naufrágios de Pernambuco, por apresentar 50 embarcações e navios soçobrados de diferentes classes, tamanho, propulsão, material e técnicas construtivas variadas, em condições bastante favoráveis a prática do mergulho, contudo, ainda sem estrutura museológica definida. Este trabalho se justifica na medida em que fornece subsídios para projeto de musealização que viabilize a visitação, criando um novo olhar para os aficionados pelo mergulho que não verão apenas um naufrágio, mas uma nova modalidade de mergulho: o turismo arqueológico subaquático. Neste contexto, pretende-se não apenas resgatar a história do navio e do seu sinistro, mas também estabelecer a sua valorização como patrimônio arqueológico naval e, com base nos parâmetros conceituais, teóricos e metodológicos dos fundamentos da museologia, do turismo, da educação patrimonial, da arqueologia naval e subaquática, propor a musealização em mar aberto do Rebocador *Florida*.

A presente proposição se fundamenta nos dispositivos de proteção segundo a legislação vigente e outros documentos nacionais e internacionais que tratam da definição e da proteção do patrimônio arqueológico subaquático. Por fim, o trabalho assinala e defende a necessidade de se constituírem "museus" tendo em vista as características peculiares do patrimônio submerso, como é o caso do *Florida*, cuja preservação enquanto bem cultural reside, prioritariamente, no resgate de sua

of different classes, size, propulsion, material and varied construction techniques, from the 17th century to the XXI. In this context it is diagnosed the factor causing its shipwreck, identified accessories and apparatuses still visible and described the tragic maritime history of its crew, aiming at the possible creation of a submerged museum in situ.

KEYWORDS: Tug *Florida*; Underwater Archaeological Heritage; Maritime History

história, na valorização de sua materialidade arqueológica *in situ*, condição que preconiza a sua permanência na memória local, além de criar uma mentalidade marítima.

CARTAS PATRIMONIAIS, ARQUEOLOGIA NAVAL, TURISMO SUBAQUÁTICO E MUSEOLOGIA

As Cartas Patrimoniais e a proteção legal do patrimônio subaquático

Para elaborar um circuito turístico arqueológico subaquático, é necessário situar os aspectos conceituais que definem o patrimônio cultural submerso, bem como os dispositivos de proteção do mesmo segundo a legislação nacional e recomendações internacionais. Esses documentos tratam da definição e da proteção do patrimônio arqueológico subaquático. Fazem parte desta documentação as Cartas Patrimoniais, que se originam da necessidade de se estabelecer parâmetros para a proteção e conservação do patrimônio arqueológico e, em certos casos, também estabelecer diretrizes para criação do aparato legal de proteção específico para o patrimônio submerso.

Os "sítios de naufrágios" têm despertado o interesse dos seres humanos ao longo da história, principalmente pelo fato de representarem do ponto de vista do "imaginário popular da caça aos tesouros". Uma ideia amplamente difundida, principalmente na Era Moderna, com o desenvolvimento da tecnologia de salvamento. Diversos documentos foram elaborados com o objetivo de proteger e conservar o patrimônio arqueológico. Contudo, poucos tratam do patrimônio

arqueológico subaquático e, menos ainda, do patrimônio arqueológico naval. Diversos interesses permeiam o conhecimento sobre o patrimônio cultural submerso, tais como aventureiros e exploradores que se lançam na busca desenfreada do “lucro fácil”. Esta prática altamente questionável apresenta-se como uma ameaça à conservação do patrimônio arqueológico subaquático, assim como um entrave ao pleno desenvolvimento da sua “exploração” científica.

Segundo Funari e Rambelli (2007), o interesse econômico nas riquezas que porventura fossem encontradas, levou ao desenvolvimento de políticas de interesse nacional conforme a época histórica. Ao longo do tempo, são diversas as interpretações jurídicas e culturais sobre a importância dos vestígios, dos direitos de exploração e de propriedade dos achados arqueológicos submersos. A noção de identidade e de pertencimento do patrimônio cultural subaquático também varia no contexto das diversas nações, conforme a geografia e a cultura de cada Estado que possua em seu território patrimônios com tais características.

No Brasil há dispositivos legais voltados para a proteção do patrimônio arqueológico desde o ano de 1961, a partir da promulgação da Lei Federal nº 3.924 (BRASIL, 1961), até a implantação da nova Constituição, em vigor desde 1988 (BRASIL, 1988), tem-se estabelecido a garantia de proteção do patrimônio arqueológico emerso.

No âmbito internacional, a “Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático”, em vigor a partir de 2001, enfatiza em seu texto a proibição da valorização financeira do patrimônio cultural submerso, proibição expressa na Carta Comitê Internacional de Sítios e Monumentos (ICOMOS, 1996) sobre o Patrimônio em questão.

Contudo, do ponto de vista das recomendações internacionais, o Brasil está na contramão no que tange a proteção do patrimônio arqueológico subaquático, pois até o final do mês de dezembro de 2000, os sítios de naufrágios eram salvaguardados pela Lei Federal nº 7.542, de 1986 (BRASIL, 1986), que enfatizava como pertencentes à União todos os bens de valor artístico, de interesse histórico e arqueológico submersos, principalmente

pela proibição da comercialização dos bens arqueológicos relacionados aos referidos sítios. Entretanto, a legislação foi alterada para atender aos interesses de grupos alheios à importância do patrimônio submerso quanto aos aspectos arqueológicos e científicos.

O precedente em questão se dá pela adoção da Lei Federal nº 10.166 (BRASIL, 2000) que permite a exploração comercial do patrimônio cultural brasileiro submerso. Deste modo, tem-se travado uma luta pela modificação dessa lei que traz prejuízo irreparável a esse patrimônio. Na reunião do ICOMOS no Brasil (ICUCH 2007), foi confeccionada a Carta de Itaparica, que é um manifesto direcionado para que as autoridades brasileiras assinem a Convenção de Paris de 2001.

Definição de patrimônio arqueológico naval

Antes de conceituar o Patrimônio Arqueológico Naval propriamente dito, faz-se necessário explicar que o termo genérico “Patrimônio” deriva do latim *patrimonium*, que significava, no “mundo romano”, tudo o que pertencia ao *pater familias*. A família abrangia todos os bens que pertenciam ao patriarca, entre eles, os bens móveis e imóveis, escravos, assim como mulher e filhos. (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Neste sentido, apesar de haverem outras designações para a palavra patrimônio, a de origem romana é a que mais se aproxima do significado do termo utilizado no Brasil.

O ICOMOS é uma organização não governamental de profissionais dedicados à conservação de sítios e monumentos históricos do mundo. Na Carta Internacional de Sofia, o “patrimônio cultural subaquático é compreendido como o patrimônio arqueológico que se encontra em ambiente subaquático ou dele foi removido. Fazem parte deste patrimônio os sítios e estruturas submersas, destroços e sítios de naufrágios e os seus contextos arqueológicos e naturais.” (ICOMOS, 1996).

I) Enquanto que a UNESCO considera que o Patrimônio Cultural Subaquático significa “todos os traços da existência humana tendo um caráter cultural, histórico ou arqueológico, que tenham estado parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou conti-

nuamente, durante pelo menos 100 anos". É exemplificado no texto do documento, dentre outros, os seguintes contextos submersos:

II) Navios, aeronaves, outros veículos, ou qualquer parte deles, a sua carga ou outro conteúdo, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural (Convenção da UNESCO, 2001: 2).

De acordo com o documento nacional denominado de "Livro Amarelo" (2004), o patrimônio cultural subaquático brasileiro é composto por todos aqueles testemunhos de atividades, humanas (cultura material), isolados ou estruturalmente associados, que se encontram submersos, soterrados ou em área de interface dos ambientes marítimos, lagunares, fluviais, ou em ambientes outrora submersos.

Com base no exposto, o patrimônio arqueológico naval se encaixa nas características do contexto subaquático quando se encontra em condição de submersão, sendo representado por navios e/ou embarcações naufragados, assim como todos os acessórios e aparelhos estruturais que os formam. As características da embarcação *in situ* podem dar conta da sua funcionalidade. Ressaltando que, conforme a Convenção da UNESCO (2001), para se configurar em um sítio de naufrágio, é necessário que o bem fique, pelo menos, um século (de forma periódica ou contínua) submerso.

Turismo arqueológico subaquático e museologia

Os sítios de naufrágios são um importante segmento do turismo de aventura ou radical de Pernambuco, sendo visitado por milhares de mergulhadores nacionais e estrangeiros. Como há registros históricos de naufrágios em Pernambuco e, particularmente, na região metropolitana do Recife (RIOS, 2007, 2010; RIOS e VALLS, 2008; RIOS *et alli*, 2014), é, portanto, incontestável o elevado potencial para a atividade turística subaquática no litoral pernambucano.

A arqueologia subaquática executada em Pernambuco defende, desde 2007, a ideia de que o turismo arqueológico pode ser um empreendimento agregador de riqueza para o Estado, uma vez que, junto com o turista,

está uma gama de serviços atrelados ao indivíduo, bem como há também a disseminação de uma mentalidade marítima, visto que Pernambuco possui um viés histórico essencialmente anfíbio. O litoral pernambucano apresenta o perfil para este fim, com transparência da água de até 30 metros, temperatura agradável (26°C), diversidade cronológica e tipológica de navios, bem como profundidades que variam entre 12 a 57 metros, favorecendo as diversas categorias de mergulho (RIOS *et alli*, 2014).

Conforme explícito na Carta Internacional do ICOMOS (1996) sobre a Proteção e a Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático:

A arqueologia é uma atividade pública; todos têm o direito de buscar no passado enriquecimento para a sua própria vida, e qualquer tentativa para limitar o conhecimento do passado é uma infração à autonomia pessoal. O patrimônio cultural subaquático contribui para a formação de identidade e pode ser importante para o sentimento de comunidade das pessoas (ICOMOS, 1996; 1).

Esta visão deveria permear as políticas públicas e privadas de acesso ao patrimônio submerso tendo em conta as características peculiares que envolvem os sítios de naufrágios, e mais ainda por sua condição *sui generis* associada ao contexto natural e ecológico que abriga a fauna e a flora marinha. De modo que o patrimônio cultural subaquático está associado aos aspectos de conservação ambiental e é caracterizado como um recurso finito e não renovável em termos de gestão (ICOMOS, 1996).

Portanto, a elaboração de um roteiro de visitação a sítios arqueológicos deve ter, necessariamente, por base, os princípios norteadores da museologia, da arqueologia e da educação patrimonial como ferramentas indissociáveis quando se trata da proteção do patrimônio arqueológico. Assim, também a transformação de um "sítio de naufrágio" em um museu *in situ* requer uma fundamentação na Arqueologia Subaquática.

Museu é um termo que surgiu na antiguidade, provém de "Mouseion", que significa

“templo das musas”, cuja origem remonta à Grécia antiga. Já o termo “Museum”, utilizado pelos latinos, designava o espaço de trabalho dos homens de letras e ciências (BARROSO, 1951). A palavra museu passou, com o tempo, a referir-se às mais variadas coleções de objetos de origem pública ou privada. Por isso, era comum, até bem pouco tempo, se considerar o museu como um local designado apenas para acomodar, conservar e expor coleções. Os aspectos ligados à pesquisa e estudos científicos relativos aos museus é recente.

O Conselho Internacional de Museus – ICOM – considera como Museu, toda instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa e expõe coleções de objetos de caráter cultural ou científico para fins de estudo, educação e entretenimento (ABUNGU, 2001).

Segundo o Estatuto dos Museus, Lei nº 11.904 (BRASIL, 2009): consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Portanto, podem ser considerados museus as instituições e meios acima contemplados desde que atendam as funções museológicas. Além disso, o Ministério da Cultura classifica os museus conforme o acervo e as suas diferentes tipologias, considerando, a partir desta prerrogativa, no caso específico da Arqueologia, como as coleções de bens culturais portadores de valor histórico ou artístico, procedente de escavações, prospecções e achados arqueológicos.

Deste modo, para atingir o propósito de musealização de sítios de naufrágios, é preciso ousar e mudar a ótica sob o ponto de vista da concepção que se tem do que seja um museu, sendo assim:

temos que admitir mudanças profundas na forma de atuação de cada museu. Mudanças tão profundas quanto às mudanças da própria sociedade e que exigem naturalmente novas propostas

museológicas, novos perfis dos animadores desses processos, pois lidar com pessoas é bem mais complexo do que lidar com coleções. Expor e defender ideias é bem mais difícil do que expor objetos.” (Mário Moutinho, 1997 *apud* CHAGAS, 2011, p. 30).

Os museus, como bens culturais públicos que necessitam para sua existência de parcerias entre o governo e a sociedade, de ações conjuntas que devem se fazer presentes, ainda mais sob a ótica da arqueologia subaquática que requer conhecimentos específicos, entre eles, o da prática de mergulho. É claro que a lacuna relativa à musealização de sítios de naufrágios no Brasil precisa e deve ser preenchida. Ressalta-se a necessidade de se estabelecer políticas públicas que permitam a criação de museus de arqueologia naval *in situ*.

A HISTÓRIA DO REBOCADOR *FLORIDA*

Identificação do naufrágio

Localizado nas coordenadas geográficas 08° 01.034' S e 034°41.770'W, a 14 milhas náuticas (26 km) pelo través de Olinda, PE, encontra-se naufragado, com a proa voltada para Leste, apoiado corretamente em posição de navegação com a sua quilha assentada no leito marinho de areia, medindo 164 pés de comprimento (54m) e 26 pés de boca (8,5m), um rebocador movido a vapor. Até recentemente, nada se sabia sobre o seu nome ou o fator causador de seu naufrágio.

Especulava-se que se tratava de uma embarcação afundada durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), torpedeada provavelmente por um dos muitos submarinos alemães que rondavam a costa do Brasil durante o conflito. Por estar a uma profundidade de 33 metros, foi, por muito tempo, denominado *Reboque 33*. Só recentemente o mistério sobre sua origem, bem como a razão que levaram ao seu sinistro começou a ser elucidado. Em 14 de novembro de 1999, um grupo de mergulhadores ligados a operadora Projeto Mar encontrou, fixado em uma antepara, uma placa de bronze com os dados do estaleiro construtor do navio onde estava gravado o seu verdadeiro nome: *FLORIDA*.

Naufrágio

O *Diário de Pernambuco*, na sua edição de quinta-feira, dia 28 de junho de 1917, na seção dedicada ao movimento do porto da cidade do Recife, informa que:

Extraí passe de saída ontem na polícia marítima a fim de zarpar com destino a Liverpool o Rebocador de longo curso *Florida* que acaba de ser adquirido na Argentina pelo governo inglês, para servir na Marinha britânica de trole, ou seja, navios caça-minas (DP 28.06.1917; 5).

O rebocador havia chegado ao Recife no dia anterior, depois de percorrer em seis dias as 1.131 milhas náuticas (2.094 km) que separam a capital pernambucana e o Rio de Janeiro, onde fizera sua primeira escala procedente do porto de Buenos Aires, na República Argentina. Seu destino final Liverpool, na Inglaterra, onde seria convertido para atuar como navio caça-minas da Marinha Real britânica durante a Primeira Guerra Mundial.

Após a escala de 24 horas para abastecimento, o *Florida*, com uma tripulação de 11 homens, suspendeu no início da tarde da quinta-feira, às 12 horas e 20 minutos. Passou diante do cais da Lingueta e cruzou a barra do porto, tomando o rumo N-NE para uma travessia de 1.820 milhas náuticas (3.370 km) em dez dias, a uma velocidade média de 7 nós (12,96 km/h), com destino à Ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde, onde realizaria sua última escala antes de enfrentar as 2.545 milhas náuticas (4.713 km) até o seu destino final no noroeste da Inglaterra.

Após navegar algumas milhas, por volta das 14 horas e 30 minutos, a enfrentar, violento vento sul e mar agitado com ondas volumosas, típicas do mês de junho no litoral nordestino, diante do perigo que ameaçava a sua embarcação, o Capitão Oswald Hillkirk ordenou o alijamento de parte da carga de carvão e tentou retornar ao porto, mas o navio não obedecia mais ao comando.

Segundo o depoimento de um dos sobreviventes, Alexandre Grangens:

A água começou a invadir o *Florida*. As vagas cobriram o va-

porzinho e começaram a entrar na casa de máquinas e porão de proa. Não podíamos equilibrar tombadilho porque o rebocador era sacudido como uma casca de noz. Era o momento "salve-se quem puder", e não trepidamos, eu e os meus quatro companheiros que se salvaram em lançar n'água o pequeno escaler em que viemos a terra. O outro escaler não foi possível ser arriado, era o de bombordo, lado para o qual virou o *Florida*, penetramos no escaler e nos afastamos alguns metros. Daí presenciámos o soçobro do navio. Não exagerei dizendo que em menos de dois minutos ele se afundou para sempre. Nenhum dos tripulantes veio à tona.

Tudo desapareceu. Devo render aqui homenagem ao meu capitão, o velho e arrojado Sr. Hillkirk morreu como um bravo, não deixou a roda do leme um só instante, e vi bem afundar-se agarrado a ela. Lutou contra o mar como um estóico, virou o *Florida* mais uma vez e quis enfrentar o mar. As águas porém não deixaram o *Florida* obedecer ao leme tão habilmente manejado pelo nosso malogrado comandante. Esperamos alguns momentos no local do sinistro a ver se algum dos nossos infortunados companheiros apareceria à superfície. Tudo baldado. Resolvemos então procurar terra, e remamos em direção a ela, chegando a uma praia que melhor poderá saber v. s. porque ignoro o seu nome (*Jornal Pequeno*, 30.06.1917, p. 4).

Durante os momentos de confusão, quatro tripulantes conseguiram lançar ao mar um dos escaleres. Um quinto naufrago, o Marujo John Vigas, foi obrigado a lançar-se ao mar e, após cerca de 20 minutos, conseguiu finalmente alcançar o bote e juntar-se aos outros sobreviventes.

Todo o restante da tarde e início da noite, os cinco sobreviventes (Figura 1) remaram em direção à costa, desembarcaram na Praia do Farol, em Olinda, por volta das vinte horas. Recebidos pelo delegado daquela jurisdição, Virgínio Mendes, foram abrigados na resi-



Figura 1 – Sobreviventes do *Florida*: W. R. Adams, Michael Gost, John Vigo, Alex Jengers e Charles Bergmann. Diário de Pernambuco, 1^o de julho de 1917. Acervo Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE.

dência do Cônsul britânico Sr. E. Dickie. Na manhã seguinte, os cinco sobreviventes dirigiram-se ao Recife, onde foram alojados pelo consulado britânico no Hotel América do Sul.

A equipagem do rebocador era formada por onze marinheiros de diversas origens e nacionalidades. Na tragédia do dia 28 de junho, perderam a vida seis de seus tripulantes, incluindo o comandante, Capitão Oswald Hillkirk, de nacionalidade inglesa. Pereceram, também; J. Christian-Pettersen, piloto, dinamarquês; Fred R. Crisp, chefe de máquinas, inglês; E. J. Hickvoth, marinheiro, americano e W. H. Suptreh, foguista, americano. O jornal *A Província* acrescenta aos desaparecidos o camareiro inglês John Smith.

No Censo inglês de 1851, aparece um certo Oswald Hillkirk, nascido em Beswick, condado de Lanchshire. Terceiro filho de John e Isabella Hillkirk, batizado em 6 maio 1849, na paróquia de All Souls, distrito de Ancoats, Manchester.

Na relação dos ex-alunos do Navio-Escola H.M.S. *Conway* desaparecidos durante a Primeira Grande Guerra, aparece o nome de Oswald Hillkirk, cadete entre os anos de 1863/65. Oswald Hillkirk foi condecorado pela Rainha Vitória como o primeiro medalhista da Queen's Gold Medal em 1865.

Em 19 de novembro de 1868, Oswald Hillkirk recebe o certificado de qualificação como segundo imediato, concedido pelos lordes do Committee of Privy Council of Trade. Qualifica-se como primeiro imediato em 14 de outubro de 1871. No dia 18 do mesmo, é registrado o casamento de Oswald Hillkirk, mariner, e Mary Hannah Hillkirk, realizado

na Igreja de St. John the Divine da paróquia de Baguley, Condado de Chester. Em abril de 1873, recebe o certificado de *Master*, estando habilitado a exercer a função de comando em navios da Marinha Mercante. Em 31 de dezembro de 1881, Hillkirk é engajado no Corpo de Reserva da Marinha Real Britânica com a patente de tenente. Promovido a extra máster, em 23 de dezembro de 1883.

Em 1878, servia como primeiro imediato do navio *Lusitânia*, que partira de Londres com destino a Sydney, Austrália. Entre os anos de 1879 e 1882, os jornais australianos *The Sydney Morning Herald* e *The Argus*, Melbourne, o registram como comandante do navio SS *Garonne* fazendo a linha Londres–Melbourne. A última notícia sobre o Capitão Hillkirk registra o seu embarque, em 3 de maio de 1917, no Porto de Liverpool como passageiro do Navio R.M.S. *Ortega*, da The Pacific Steam Navigation Company, com destino a Buenos Aires, Argentina. Tinha então 68 anos de idade.

Em matéria de 30 de junho de 1917, o *Jornal Pequeno* traz a lista completa com o nome dos cinco sobreviventes da tragédia do *Florida*, sendo eles: Williams Rowe Adams, de Chester Inglaterra; João Vegas, de Porto Rico; Alexandre Grangens, de Persau, Rússia; Michel Liach, de Radow, na Polônia, e Charles Bergmans, de Chicago, EUA.

No dia seguinte, partiram os Rebocadores *Salvador*, da Wilson, Sons e *Alfredo Lisboa*, da Fiscalização do Porto, que rumaram para o local da tragédia na busca por sobreviventes. A bordo do *Salvador*, foram para auxiliar nas buscas o naufrago Alexandre Grangens e o comandante de um vapor inglês que se encontrava do Porto do Recife, levando óculos de alcance.

A Província, de 1^o de julho de 1917, informa que ainda na tarde do sábado dia 30, por ordem do então Capitão dos Portos, Capitão de Fragata Júlio César de Noronha Santos (1916-1918), iniciou-se o inquérito investigativo para apurar a causas do naufrágio. Como nenhum dos naufragos sobreviventes falava português, serviu como intérprete durante os trabalhos do inquérito o comandante do Vapor *Harrison*, que se encontrava atracado no Recife. No dia três, o *Diário de Pernambuco* noticiou o fim das investigações conduzidas pela capitania, tendo concluído que o “exces-

so de carga de carvão de pedra que o referido rebocador levava em lastro deu lugar a que esse adernasse e acabasse, pouco a pouco, por se alagar, ocasionando o sinistro". Neste contexto, o fator causador do naufrágio foi o humano, associado ao hidrometeorológico.

Características dos rebocadores

Rebocadores são navios pequenos (entre 25 e 30 metros), de grande robustez, pouco calado (em torno de 3 metros), equipados com motores potentes, empregados principalmente para o reboque de outros navios, podendo, em alguns casos, prestar outros serviços (combate a incêndio e esgoto). Há dois tipos de rebocadores: de alto-mar e de porto (Figura 2).

Rebocador de alto-mar é um navio de grande porte (acima de 30 metros) equipado com motores de grande potência que lhe imprime excelente capacidade de força e extenso raio de ação. Destinado a missões de socorro de embarcações avariadas, combate a incêndios e resgate de pessoal longe das áreas portuárias (FONSECA, 2002).

Características do *Florida*

O ST¹ *Florida* era um rebocador de alto-mar, lançado no ano de 1908, pelo estaleiro

da Cox & Co. de Falmouth, costa sul da Inglaterra. Encomendado pela firma anglo-brasileira Wilson, Sons & Company Limited. Com casco em aço, deslocando 77 toneladas, 164 pés (54 metros) de comprimento e 26 pés (8,5 metros) de boca. Era equipado com motor a vapor de dupla expansão e caldeira cilíndrica horizontal multitubular² e um hélice (BRASIL MERGULHO, 2013; WRECKSITE, 2013).

Wilson, Sons & Company Limited

A Wilson, Sons & Company Limited fundada em 1837, na Bahia, Brasil, pelos irmãos Edward e Fleetwood Pellew Wilson. Com atuação voltada à prestação de serviços de agenciamento marítimo e ao comércio internacional de carvão da Inglaterra e da América do Norte. A empresa cresceu rapidamente por toda área do Atlântico Sul, dedicando-se principalmente ao abastecimento de carvão, estivas, carga e descarga de navios, reboque, reparo de navios e comércio em geral (EDUARDO PELLEW WILSON JÚNIOR, 2013; EDWARD PELLEW WILSON, 2013; WILSON, SONS, 2013).

A companhia era abastecida de carvão oriundo do País de Gales pela Ocean Group of Collieries, com vários contratos de suprimento para a Marinha Real britânica e companhias de navegação a vapor.



Figura 2 – Rebocador construído nos estaleiros de Cox & Co. para a North Eastern Railway 1910

Em 1908, da união entre a Wilson, Sons & Company Limited e o grupo Ocean, surgiu a Ocean Coal & Wilsons, com sede nas Ilhas Britânicas. Mantém foco na área de carvão abastecendo os navios da Marinha, ferrovias, companhias de gás, indústrias e a maioria de navios que passavam pelo Brasil (GRAHAM, 1968).

Em 1911, a Wilson Sons & Company Limited incorporou a companhia operadora de reboques e navios faroleiros Rio de Janeiro Lighterage Company Limited. Esta última tinha um contrato firmado com o Porto de Buenos Aires para realizar os serviços de reboque no porto (GRAHAM, 1968). É de supor que, em princípios de 1917, o *Florida* estivesse a serviço da Rio de Janeiro Lighterage quando foi arrematado pelo governo inglês.

Cox & Co.

No final dos anos de 1860, os irmãos Joseph Goodenough Cox e Herbert Henry Cox estabeleceram um negócio de suprimentos para navios no Porto de Falmouth, Cornualha, no Sul da Inglaterra. O negócio expandiu-se para fundição e fabricação de máquinas com o nome de Docks, Foundry & Engineering Company. Pouco depois, a empresa iniciou a construção de navios, o primeiro foi o *Lizard*, em 1878, sob o nome Cox, Farley & Co. Nesta época, construíam rebocadores, botes, traineiras, chalupas e vapores de roda (RITCHIE, 1992; COX AND CO. OF FALMOUTH DOCK IRONWORKS, FALMOUTH, SHIPBUILDERS, 2013; COX, FARLEY AND CO. THE DOCKS, FALMOUTH, 2013).

Em 1883, a empresa operava sob o nome Cox & Co. Em 1888, os irmãos Cox apresentavam-se como engenheiros e construtores navais estabelecidos nas docas de Falmouth, trabalhando com fundição e caldeiras. Construíam rebocadores a vapor, iates e navios de passageiros, tanto em ferro quanto em aço, com um ou dois hélices ou rodas. Suas embarcações poderiam vir equipadas com motores e caldeiras com potências de 700 HP em navios com um hélice e 1400 HP para dois hélices (COX AND CO., 1886).

Em 1918, a companhia foi adquirida pela empresa R. H. Green & Silley Weir. Nos anos seguintes, continuou a construir reboca-

dores, mas mudou seu foco para a reparação de navios, mais lucrativo nos anos do pós-guerra. Os últimos navios construídos foram seis grandes traineiras para clientes espanhóis. Em 1930, a companhia já havia lançado 198 navios, incluindo muitos rebocadores, entre eles o *Florida*. Em 1977, o estaleiro uniu-se ao British Shipbuilders como consequência do Ato 1977, que nacionalizou todas as maiores empresas construtoras de navio na Grã-Bretanha (COX, FARLEY AND CO. THE DOCKS, FALMOUTH, 2013).

O REBOCADOR A VAPOR FLORIDA – UM MUSEU IN SITU

A operacionalização do museu *in situ* dar-se-ia através da realização de visitas guiadas ao local do naufrágio. O deslocamento dos mergulhadores/turistas seria realizado nas embarcações das operadoras de mergulho que já realizam visitas de turismo radical aos sítios de naufrágio da região. A equipe de apoio teria então o acréscimo de um arqueólogo mergulhador especialmente treinado para acompanhar os visitantes com o propósito de mostrar os aspectos de interesse, histórico, arqueológico e da arquitetura naval do navio naufragado (RIOS *et alli*, 2014).

Durante o percurso até o local do naufrágio haveria a bordo da embarcação da operadora de mergulho, uma palestra introdutória abordando aspectos do sítio de naufrágio, a história do rebocador e do seu afundamento e chamando atenção para os detalhes da arquitetura naval que os visitantes irão encontrar durante o mergulho.

Na chegada ao local, um mergulhador da equipe de apoio ficaria de colocar as placas com as indicações e textos explicativos para a visita guiada. Placas em PVC, de fundo branco com texto preto, presas em hastes de alumínio que serão encaixadas em ranhuras de 20 cm de profundidade em poitas de cimento com 10 kg deixadas permanentes no local, na parte externa do navio. Com relação à parte interna, as placas sem haste seriam colocadas próximas aos objetos a serem destacados, tomando-se o cuidado de evitar danos ao naufrágio. Estas placas devem ser recolhidas ao fim do mergulho.

Os mergulhos seriam divididos em dois momentos; no primeiro, com a visita guiada seguindo um roteiro predeterminado, externamente ao naufrágio e depois na parte interna do navio. No segundo mergulho, os turistas ficariam à vontade para pesquisar o naufrágio, tirar fotos e apreciar os detalhes que mais lhes chamariam a atenção.

Durante a viagem de retorno, o mergulhador/guia ficaria à disposição dos turistas para prestar maiores esclarecimentos, tirar dúvidas e interagir sobre os aspectos arqueológicos, históricos e da arquitetura naval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus são bens culturais públicos ou privados que necessitam, para existir, de parcerias entre o governo e a sociedade. A lacuna relativa à musealização de sítios de naufrágios no Brasil precisa e deve ser preenchida. Ressaltando-se a necessidade de se estabelecerem políticas públicas que permitam a criação de museus de arqueologia naval *in situ*.

Ações conjuntas devem se fazer presentes, ainda mais sob a ótica da arqueologia subaquática que requer conhecimentos específicos, entre eles, o da prática do mergulho, neste caso específico nas categorias Avançada ou Técnico.

A criação de museus de arqueologia naval *in situ* deve levar em conta a interação entre o conhecimento científico e a sociedade. Um naufrágio é ao mesmo tempo objeto para estudos científicos no âmbito da arqueologia e da história naval, assim

como um patrimônio cultural pertencente à sociedade. É dentro desta perspectiva que a sua musealização deve ser considerada. No âmbito da ciência, a Arqueologia assumiria o papel de produzir informações que destaquem o valor científico, histórico e cultural do naufrágio como objeto de estudo, sendo o conhecimento o primeiro passo para a valorização do bem cultural. Concomitantemente, à produção de conhecimento deve atingir a sociedade por meio da divulgação e do acesso ao sítio arqueológico, fechando o ciclo de sua valorização como patrimônio cultural. É dentro desta lógica que surge esta proposta de criação de um projeto piloto de museu arqueológico naval, sobre os princípios da Arqueologia, História, Educação Patrimonial, Museologia e do Turismo Subaquático.

O naufrágio do Rebocador *Florida* preenche todas as condições para sua musealização e integração ao circuito do turismo subaquático em Pernambuco. Localizado a poucas milhas do litoral de Olinda, PE, principalmente pelas ótimas condições de mergulho, temperatura ambiente média e da água em torno de 26°C ao longo de quase todo ano, visibilidade de 20 metros e, normalmente, curtos períodos de chuva, o que atrai uma boa gama de turistas voltados para a prática do mergulho radical. É este o público-alvo de um possível projeto que procura agregar o patrimônio naval existente no litoral pernambucano como mais um atrativo turístico cultural para o Estado e fiador de uma mentalidade marítima.

A iniciativa no *Florida* poderia ser facilmente ampliada para outros naufrágios existentes no litoral, criando um circuito turístico de mergulho em sítios arqueológicos subaquáticos. Também neste aspecto, o litoral pernambucano apresenta uma gama de naufrágios com amplo interesse histórico que abrangem um largo corte temporal que se estende desde o século XVII aos dias atuais.

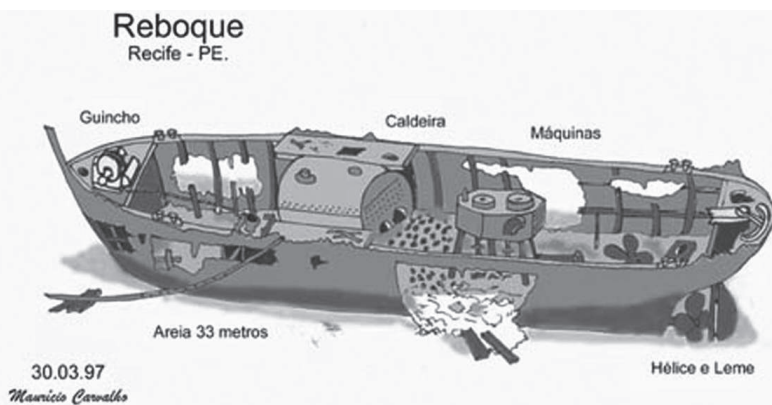


Figura 3 – Croqui do *Florida*

REFERÊNCIAS

ABUNGU, G. H. O. Museums: arenas for dialogues or confrontations. In: *ICOM: News Special issues*, vol.54, nº 03, p. 15-18, 2001.

BARROSO, G. *Introdução à técnica de museu*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Olímpia, 1951.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial [da] União, Brasília, 27 de julho de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 08 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, 29 de setembro de 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7542.htm. Acesso em: 08 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.904, 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, 15 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm. Acesso em: 08 jun. 2017

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, 27 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10166.htm. Acesso em: 08 jun. 2017.

CHAGAS, M. S. *Memória e poder: dois movimentos*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.

CHERQUES, S. *Dicionário do Mar*. São Paulo: Globo, 1999.

FONSECA, M. M. *Arte Naval*. Rio de Janeiro: SDM, 2002.

FUNARI, P. P. A. & PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, P. P. A. & RAMBELLI, G. Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil: Algumas ponderações. In: *Praxis Archaeologica*. Lisboa: Associação Profissional de Arqueólogos, Vol. 2, p. 97-106, 2007.

GRAHAM, R. *Britain & the Onset of Modernization in Brazil*. Cambridge: University Press, 1968.

ICOMOS (Conselho Internacional de Sítios e Monumentos). Carta de Sofia, 1996.

ICUCH (International Committee on Underwater Cultural Heritage of ICOMOS). Resolution. Itaparica, Bahia, Brazil, Oct 28th 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/32977416/2007-Resolucao-de-Itaparica>. Acesso em: 08 jun. 2017.

Livro Amarelo: Manifesto pró-patrimônio cultural subaquático brasileiro. Campinas: CEANS/Unicamp NEE-Arqueologia, 2004.

RIOS, C. *Identificação arqueológica de um naufrágio localizado no lamarão externo do porto do Recife, PE, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Recife: UFPE, 2007.

RIOS, C; VALLS, M. Carta Arqueológica Subaquática de naufrágios do litoral de Pernambuco: de 1503 a 1600. Rio de Janeiro: Navigator, v. 6, nº 12, 2010, 136 pp.

RIOS, C. *Arqueologia Subaquática: identificação das causas de naufrágios nos séculos XIX e XX na costa de Pernambuco*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Recife: UFPE, 2010.

RIOS, C; HUTHER, A. F. M.; LINS, L. B.; MOURA, E. H. S. Arqueoturismo na Corveta Camaquã: um museu em mar aberto. São Raimundo Nonato: FUMDHAMENTOS, nº XI, 2014, 133 pp.

RITCHIE L. A. *The Shipbuilding industry: a guide to historical records*. Manchester: University Press, 1992.

INTERNET

Eduardo Pellew Wilson Júnior. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Pellew_Wilson_Júnior>. Acesso em: 30 mai. 2013.

Brasil Mergulho Disponível em: <http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/navios/pe/rebocador_florida.shtml> Acesso em: 12 jun. 2013.

Cox and Co. of Falmouth Dock Ironworks, Falmouth, shipbuilders. Disponível em: <http://www.gracesguide.co.uk/Cox_and_Co> Acesso em: 29 mai. 2013.

Cox, Farley and Co. The Docks, Falmouth. Disponível em: <http://www.gracesguide.co.uk/Cox,_Farley_and_Co> Acesso em: 29 mai. 2013.

Wilson, Sons – Nossa História. Disponível em: <<http://www.wilsonsons.com.br/sobre-grupo/nossa-historia>> Acesso em: 05 jun. 2013.

WRECKSITE. Disponível em: <http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?176729>. Acesso em: 18 jun. 2013

JORNALIS

O FLORIDA. In: *Diario de Pernambuco*, Recife, 28 jun. 1917, p. 5.

Naufrágio do Florida. In: *Diario de Pernambuco*, Recife, 01 jul. 1917, p. 1.

O naufrágio do Florida. Como narra o sinistro um dos naufragos. In: *Jornal Pequeno*, Recife, 30 jun. 1917, p. 4.

Cox and Co. In *The Engineer*. Londres, 01 de jun. 1888. Disponível em: <http://www.gracesguide.co.uk>. Acesso em: 20 jun. 2013.

NOTAS

¹ *SteamTug* significa rebocador a vapor, tradução nossa.

² Tipo de caldeira construída com tubos de cobre para serem expostos ao calor e pelos quais circula a água, ou água e vapor (CHERQUES, 1999; 132).

Homem ao mar: Edoardo De Martino e o oceano de ideias do século XIX*

Man by the sea: Edoardo De Martino and the ocean of ideas of the century XIX

Bárbara Tikami de Lima

Licenciada em história pela UNESP e especializada em Ética Valores e Cidadania na Escola pela USP. Atualmente cursa mestrado em história no Programa de Pós-Graduação da Unisinos.

RESUMO

No Brasil, durante os anos 1800, a contratação da Missão Artística Francesa e a fundação da Academia Imperial de Belas Artes tornaram o período muito profícuo para o desenvolvimento da atividade artística. Esta centúria também foi marcada pela constante presença de pintores estrangeiros, dos quais destacamos Edoardo de Martino. Suas obras adquirem grande importância para a história nacional quando estudadas em conjunto das medidas que a Marinha Brasileira – uma das principais comitentes do pintor – tomou para criar e consolidar uma cultura naval. Guiado pela historicização dos significados dos oceanos, este artigo pretende explanar sobre o complexo contexto de desenvolvimento da “modernidade-colonialidade” no qual o pintor e sua obra estavam inseridos. (PINTO e MIGNOLO, 2015).

PALAVRAS-CHAVE: Edoardo De Martino, Marinha brasileira, modernidade-colonialidade

ABSTRACT

In Brazil, during the 1800s, the hiring of the French Artistic Mission and the foundation of the Imperial Academy of Fine Arts made the period very profitable for the development of artistic activity. This century was also marked by the constant presence of foreign painters, of which we highlight Edoardo de Martino. His work acquire great importance for the national history when studied together with the actions that the Brazilian Navy – one of the main buyers of the painter’s works – took to create and to consolidate a naval culture of its own. Guided by the historical problematization of the meanings of the oceans, this article aims to explain the complex context of the development of “modernity-coloniality” in which the painter and his painter work were inserted. (PINTO and MIGNOLO, 2015).

KEYWORDS: Edoardo De Martino, Brazilian Navy, modernity-coloniality

INTRODUÇÃO

O século XIX, momento de grande dissenso do pensamento moderno (BAUMER, 1990), foi um período extremamente promissor para a produção da arte brasileira. Em 1808 a transferência da corte portuguesa trouxe grandes transformações para o país. Dentre essas mudan-

* Artigo recebido em 28 de setembro de 2017 e aprovado para publicação em 15 de março de 2018.



ças a contratação da Missão Artística Francesa e a fundação da Academia Imperial de Belas Artes alteraram significativamente o cenário artístico nacional (BISCARCI e ROCHA, 2006). A centúria também foi marcada pela constante presença de pintores estrangeiros, dos quais destacamos Edoardo De Martino. Suas pinturas de marinha adquirem grande importância para a história nacional se analisadas conjuntamente às diversas medidas tomadas pela Marinha brasileira – uma das principais comitentes do artista – com o intuito de criar e consolidar uma cultura naval¹. Assim, norteados pelo constante convite à historicização dos significados dos oceanos (BARREIRO, 2005) pretendemos explanar sobre o complexo contexto de desenvolvimento da “modernidade-colonialidade” no qual a obra do pintor estava inserida (PINTO e MIGNOLO, 2015).

Edoardo De Martino nasceu em Meta di Sorrento no ano de 1838, estudou na Escola Naval de Nápoles, onde obteve formação em desenho. Veio para a América do Sul como segundo-tenente da Marinha de Guerra Italiana. De acordo com Ana Maria de Morais Belluzzo (1988), abandonou seu posto em 1868, devido ao acidente ocorrido próximo a Montevideu em 7 de maio de 1866, pelo qual o pintor foi responsabilizado. Por isto, passou a se dedicar a atividade artística nas cidades de Montevideu, Buenos Aires e Porto Alegre.

No período em que esteve no Brasil, o artista teve uma carreira bastante prolífica. Durante a Guerra do Paraguai, foi nomeado pintor oficial por Dom Pedro II, o que lhe garantiu o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa (PEREIRA, 1999). Participou das importantes exposições da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, e representou o Brasil, ao lado do famoso pintor Pedro Américo, na Exposição Universal de Viena de 1873 (CARDOSO, 2007).

Apesar do sucesso profissional e de ter se casado com uma brasileira, Edoardo De Martino partiu para a Inglaterra por volta do ano de 1875, onde faleceu em 21 de maio de 1912. Sua carreira na corte britânica também foi notória, em 1889 foi nomeado Marine Painter in Ordinary to Her Majesty Queen Victoria, após a morte da rainha con-

tinuu sendo pintor da corte de Eduardo VII e Jorge V (BELLUZZO, 1988).

Até o momento a bibliografia que explica sobre o artista não relaciona sua obra a um projeto de construção cultural da Marinha brasileira, principal comitente do pintor.

No Brasil, parte das obras do pintor está sob a tutela da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, do Instituto Moreira Salles, da Biblioteca Nacional, do Museu Histórico Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes, do Museu de Arte de São Paulo, da Pinacoteca de São Paulo e do Museu Mariano Procópio (VALE, 2006).

Ver em detalhes (DIDI-HUBERMAN, 2013) a representação do meio hídrico existente nas obras de Edoardo De Martino, em paralelo ao interesse da Marinha brasileira de criar e consolidar sua memória cultural nos leva à necessidade de elucidar sobre o complexo desenvolvimento da “modernidade-colonialidade” (PINTO e MIGNOLO, 2015). Essencial para compreender a obra produzida pelo artista, já que ele não viveu em um ambiente isolado, partilhou de um mundo de ideias comuns ao restante da sociedade na qual estava inserido (ELIAS, 1995).

A fim de nos aproximarmos de um ideal de saber, é necessário admitirmos que as imagens produzidas pelo artista são “um fato de experiência sempre renovado, inesgotável, lancinante” que nunca deixará de “estar diante de nós como uma distância, uma potência, jamais como um ato completo” (DIDI-HUBERMAN, 2015). Assim, devemos considerar que as obras do napolitano foram produzidas em uma dinâmica relação com a sociedade. Isto nos leva a possibilidade delas expressarem a intenção do artista, do financiador e de todo o grupo social envolvido em sua produção (SCHMITT, 2007).

Dada a complexidade das imagens produzidas por Edoardo De Martino precisamos ir além de uma análise formal. Para tanto, é necessário considerarmos o artista como um indivíduo repleto de subjetividades. O qual apresenta problemas observáveis que não podem ser reduzidos a simples categorias conceituais, pois elas bloqueiam o acesso a uma maior compreensão do desenvolvimento da arte em geral (ELIAS,

1995). Assim, para nos afastarmos do frugal formalismo estético e nos aproximarmos de um ideal de saber, sobre as obras do pintor, será necessário recorrer a diferentes aportes teóricos e metodológicos.

Por mais que a angustiante sensação² trazida pelas misteriosas nuvens negras nos encante, tal qual uma sereia que lança torrencialmente nosso olhar à quase ininterrupta fusão entre céu e oceano – dominada pela *Corazzata Almirante Brown* – não podemos nos esquecer de que estamos diante de uma imagem, “dotada de estranha capacidade de dissimulação (DIDI-HUBERMAN 2013, p. 297)”.



MARTINO, Edoardo De. *Corazzata Almirante Brown*, sem data. Óleo sobre tela 98 x 59 cm. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, RJ

Assim, a sedução de uma imagem não pode nos levar a ignorar as conexões existentes entre a individualidade do artista criador e a sociedade na qual está inserido (ELIAS, 1995). Portanto, para compreendermos melhor as obras de Edoardo De Mar-

tino, precisamos traçar um panorama da sociedade moderna.

Segundo Franklin Baumer (1990), a modernidade é marcada pela substituição da categoria do ser à do devir. Esta mudança para um modo de pensar diferente que engloba tudo e está em constante evolução para algo novo – pois duvida de toda a fixidez dos absolutos e ideias eternas – é o núcleo de tudo o que entendemos por espírito moderno. Este começou a germinar nos séculos XVI e XVII dada as descobertas do além-mar.

Deste modo, os oceanos tiveram um papel fundamental na interação entre economias, ideias e sociedades de todo o globo. As novas rotas marítimas se tornaram importantes elos que conectaram distantes partes do mundo de modo a reunir diferentes sociedades (BARREIRO, 2005). Para nosso País a historicização dos significados do oceano se torna fundamental, pois além de seus mais de 7.480 quilômetros de costa e extensos recursos fluviais, a ideia de Brasil foi criada conjuntamente as mudanças trazidas pelas grandes navegações. Assim:

O Brasil é parte da modernidade inventada no processo de constituir a si mesma como modernidade. À época não era modernidade a palavra usada, mas *re-nascimento*. A invenção do Brasil foi precedida pela invenção das “Índias Ocidentais” e do “Novo Mundo”, este último termo utilizado pelos europeus para designar tudo aquilo que eles não conheciam (PINTO e MIGNOLO, 2015 p. 2).

Esta indicação nos leva a concordar com Edgardo Lander (2005), quando o autor afirma que a conquista ibérica da América é o momento de instauração de dois processos que marcaram a história *a posteriori*: a modernidade e a organização colonial do mundo. Para o autor, com o colonialismo na América:

(...) inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo pro-

cesso que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados – numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é – ou sempre foi – o centro geográfico e a culminação do movimento temporal (LANDER, 2005, p.10).

As considerações de Lander (2005) trazem a necessidade de termos em mente que por trás do discurso civilizatório europeu a modernidade traz sua outra face: a colonialidade. Portanto, ao pensarmos o contexto mundial, no qual Edoardo De Martino estava inserido, devemos considerar que modernidade e colonialidade são intrínsecas e não podem ser compreendidas separadamente (PINTO e MIGNOLO, 2015).

Aqui, cabe ressaltarmos que o sentido de discurso empregado por Lander (2005) está além de um simples pronunciamento oral ou escrito. Ele refere-se ao conjunto de percepções de si e do mundo que as diversas comunidades de indivíduos elaboram de modo interativo.

Este conceito de discurso apontado por Lander (2005), que legitima a colonialidade do poder, aproxima-se do que Baumer (1990) chamou de “forças impessoais que governam o mundo”. Para o autor de *O pensamento europeu moderno*, essas doutrinas ou ideias “são responsáveis por impelirem as coisas para certas consequências irreversíveis a partir de motivos locais, temporários ou mesmo acidentais”. (BAUMER, 1990 p. 17).

Embasados no pensamento de Lander (2005) – onde o discurso fundamenta a colonialidade, parte intrínseca da modernidade –, devemos considerar que a existência desse discurso só se deu graças à circulação do que Baumer (1990) chamou de ideias. No período posterior as grandes navegações, elas foram caracterizadas mais pelo sentido do devir do que pelo sentido do ser.

Esta nova organização mundial, marcada pelo devir e pela colonialidade do poder, possibilitou ao Brasil emergir no início do século XIX em proporções nunca vistas anteriormente (BARREIRO, 2005).

Portanto, ao analisar as pinturas e desenhos de Edoardo De Martino, não podemos deixar de levar em conta o complexo contexto (europeu e brasileiro) dos anos 1800, pois ele imprimiu sensações que foram refletidas em toda a obra do pintor (BAUDELAIRE, 1996).

Como os anos imediatamente seguintes a Revolução Francesa não apresentavam consensos de ideias, ponto essencial no pensamento ou norma geral que pode ser aplicada à nação, classe, ou até mesmo ao espírito individual, Baumer (1990) considera o século XIX um século falho. Neste período, enquanto a Europa vivia um diferente número de estilos, o Brasil, quinhão do mundo colonial português, apresentava grande parte de suas obras de arte vinculadas à Igreja Católica. Isto gerou uma produção artística marcada pela forte religiosidade e o escasso interesse na pintura de cavalete. Tal fato, fez com que os pintores da época colonial frequentemente fossem “pintores de estátuas” que se adaptavam a outras funções (MIGLIACCIO, 2000).

Enquanto:

o Barroco terminava o seu ciclo de atuação em face das transformações históricas – sociais, econômicas e culturais – que ocorriam na Europa e se refletiam com maior ou menor intensidade em Portugal e mesmo no Brasil. O Iluminismo, a marcha para a Revolução Francesa, a importância das descobertas arqueológicas na Itália e o influxo do pensamento de Winckelmann e vários outros estudiosos ou criadores artísticos, já haviam modificado as condições da ideologia estética e preparado o surto de um novo gosto, em pleno século XVIII. Posterior e lentamente, agiriam as consequências da chamada Revolução Industrial e tecnológica, já se havendo firmado as maneiras de ser da nova burguesia. Essas transformações chegavam ao Brasil com certo atraso no tempo, mas mesmo nessa centúria surgiram aspectos estilísticos indicando as mudanças estéticas, exteriorizando-se através de diversos canais de realização (BARATA, 1983, p. 381).

Mesmo sem simultaneidade cronológica, as transformações da ideologia estética, mencionadas por Mario Barata (1983), chegaram ao Brasil. Assim, o cenário artístico nacional do século XIX também foi marcado pela falta de unidade nos modos de pensamento. Em 1808, a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, devido à fuga das invasões napoleônicas, agravou a discrepância das ideias que circulavam no País.

Grande parte das mudanças políticas, econômicas e culturais realizadas por D. João VI visavam adaptar e consolidar o Brasil como sede do império luso (BISCARCI e ROCHA, 2006). Essas adaptações, que visavam tornar o Brasil um território adequado para receber a corte portuguesa, mostram como o Sul, do qual o Brasil faz parte, tem sido moldado por processos marcados pela violência e dominação.

Aqui, se faz necessário esclarecermos que o Sul é entendido, segundo o pensamento de Juan Obarrio (2013), como um conjunto de formas de vida singulares, estabelecidas em um determinado espaço, e que tem produzido um pensamento marcado por seus próprios contornos e texturas. Isto nos leva a afirmar que a contratação da Missão Francesa, em 1816 por D. João VI, com o intuito de fundar uma instituição para preparar os brasileiros ao exercício das belas artes foi uma medida de pensamento “desde o Sul” e não “a partir do Sul”. Pois “pensar al” implica a la vez el lugar de producción del teorizar y su objeto. La fórmula “desde el Sur” parece seguir respondiendo al motivo de un pensamiento que es generado para una audiencia privilegiada situada em outro sitio: em el “Norte (OBARRIO, 2013 p.9)”.

Deste modo, a fundação da Real Academia de Belas Artes por um grupo de artistas franceses impôs um brusco corte à arte produzida “al Sur”. Pois, estas mudanças estimuladas pela coroa portuguesa visavam romper com os aspectos formais associados à estética barroca predominante no gosto nacional (MIGLIACCIO, 2000). Embora o cenário artístico brasileiro do século XIX tenha sido marcado pela organização colonial dos saberes (PINTO, MIGNOLO, 2015), não houve uma simples absorção passiva dos padrões europeus. A sociedade brasileira também foi

atuante em uma dinâmica relação que moldou seu íterim (AGUILAR, 2000).

Assim, no dinâmico contexto de mudanças que se iniciaram com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, podemos identificar um projeto de modernidade. Este, em linhas gerais, representava a tentativa de submeter à vida ao absoluto controle humano direcionado por meio do conhecimento. O que tornava necessário elevar o homem ao nível conceitual de princípio ordenador de todas as coisas. (BLUMEMBERG, 1997 APUD CASTRO-GOMES, 2005 p.80). Para que a modernidade enquanto projeto se concretizasse, era necessário “(...) a existência de uma instância central a partir da qual são dispensados e coordenados os mecanismos de controle sobre o mundo natural e social. Essa instância central é o Estado que garante organização racional da vida humana” (CASTRO-GOMES, 2005 p. 81).

No campo artístico brasileiro do século XIX, o Estado teve sua ação diretiva regulamentada pela Real Academia de Belas Artes, que após a Independência passou a ser denominada Academia Imperial de Belas Artes.

Durante o período imperial, a arte produzida nesta instituição oficial possuía a mesma função das demais ciências humanas, era um elemento constitutivo do nascente Estado-Nação. Isto nos mostra como o Brasil careceu de uma plataforma de observação científica acerca de si próprio que fosse capaz de: legitimar o controle sobre a vida das pessoas; as metas coletivas de largo e de curto prazo e de constituir e atribuir aos cidadãos uma identidade cultural. (CASTRO-GOMES, 2005 p. 81).

Assim, sob a proteção do imperador e mecenas D. Pedro II, a Academia Imperial de Belas Artes seguiu a laica estética neoclássica. Recebeu várias encomendas de pinturas oficiais que objetivavam representar a Nação. Estas encomendas pretendiam embasar a autonomia cultural e fundamentar os alicerces de uma identidade nacional. Assim, a instituição adotou uma “produção artística de temática autóctone que realçava as potencialidades naturais do País, o índio como habitante genuíno e elemento da brasilidade, e os temas históricos nacionais” (BISCARCI e ROCHA, 2006, p.1).

Na direção de Félix-Émile Taunay e posteriormente de Manuel de Araújo Porto Alegre, a Academia Imperial de Belas Artes valorizou a exuberante natureza enquanto característica da identidade nacional. Esta postura institucional originou um “gênero de paisagem histórica capaz de superar os limites da ilustração científica e do panorama” (MIGLIACCIO, 2000 *apud* OLIVEIRA, 2007, p.28).

Embora a produção da Academia Imperial de Belas Artes tenha sido marcada por uma temática autóctone e inovadora devido à paisagem e costumes pitorescos, todo seu aspecto formal foi profundamente pautado na tradição europeia, pois entre seus integrantes estavam: Nicolas-Antoine Taunay – renomado pintor de batalhas de Napoleão – e Jean-Baptiste Debret – especialista em temas napoleônicos e primo de Jacques Louis David – conhecido pintor acadêmico e neoclássico, (TORAL, 2001).

À bagagem neoclássica dos fundadores da Academia Imperial de Belas Artes, devemos somar:

O programa brasileiro de envio de artistas para estudar no exterior, obviamente, se fazia de acordo com as tradições da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. Como lembra o pesquisador Donato Mello Júnior, as “instruções” aos pensionistas “obrigavam-nos a procurar em Paris um professor da Beaux-Arts, naturalmente conservador, ou um da Academia de São Lucas, em Roma, igualmente conservador” (1982:56). (TORAL, 2001 p. 108).

Por meio da produção da Academia Imperial de Belas Artes, podemos identificar uma mudança no fluxo de ideias que foi materializada na arte (BAUMER, 1990). Esta mudança, marcada pela passagem de um pensamento “a partir do Sul” para um pensamento “desde o Sul” (OBARRIO, 2013), é observada quando o Estado nacional brasileiro usou sua academia para criar uma representação que o legitimasse. Ao mesmo tempo em que esta representação valorizava as subjetividades nacionais, dada sua temática autóctone, ela também era usada para

garantir o reconhecimento da pintura brasileira enquanto erudita e respeitável pelo uso dos padrões formais vigentes nas academias europeias (TORAL, 2000).

No campo das artes, a organização colonial dos saberes (LANDER, 2005) não se deu apenas na Academia Imperial de Belas Artes. A constante presença de pintores viajantes é mais um fator que aponta para o olhar estrangeiro existente na arte nacional. A participação desses forasteiros na produção imagética pode ser observada desde os primórdios do período colonial (AMBRIZZI, 2011).

As obras dos pintores autóctones são importantes registros, pois trouxeram diferentes informações, testemunhos e representações de imaginários multifacetados que fizeram parte de nossa identidade (AMBRIZZI, 2011). O caráter de exploração do material etnográfico tornou evidente o olhar do outro (PINHEIRO, *apud* AMBRIZZI, 2011). Assim, a produção desses artistas também permitiu entender a maneira como o europeu concebia o Brasil (BELLUZZO, 1994).

Deste modo, as imagens elaboradas pelos pintores estrangeiros – eles entre dois mundos distintos – mostraram como as diferentes culturas se olharam dinamicamente e conceberam suas semelhanças e diferenças criando várias memórias. Nestas memórias, a “pintura paisagística acaba por afirmar-se com especial ênfase entre os artistas” (AMBREZZINI, 2011, p.17).

Após conquistar extraordinário desenvolvimento técnico e temático na civilização ocidental do século XIX, a representação da paisagem assumiu significativos foros de expressão simbólica, dado o contexto de criação e consolidação dos Estados nacionais. (AVANCINI, 2010). Somente nos anos de 1800 a pintura de paisagem brasileira chegou à chave interpretativa proposta por Winckelmann. Nela, o autor mostra como as características e peculiaridades da paisagem foram consideradas a base constitutiva do caráter moral de um determinado povo. Assim, representar a paisagem significava exaltar as singularidades da nação (MATTOS, 2010).

Se olharmos a constituição da paisagem enquanto importante gênero de pintura, usado pelo Estado brasileiro como uma de suas

representações legitimadoras, também devemos considerar a forte presença da colonialidade do poder. Esta faceta da modernidade se apresenta nas primeiras pinturas de paisagem, marcadas pela ótica do pitoresco e exótico existente no olhar dos pintores viajantes. A organização colonial dos saberes também fica evidente no momento em que a Academia Imperial de Belas Artes usou este gênero pictórico para ressaltar as singularidades da Nação. Por meio de um pensamento “desde o Sul”, a instituição usou o formalismo das academias europeias para legitimar a pintura nacional representada em uma temática de paisagem autóctone.

Olhar as obras de Edoardo De Martino pelo prisma da ligação entre clima, paisagem e povo, permite associá-las à cultura naval que a Marinha brasileira pretendia construir. Isto nos leva a supor que a instituição militar se apropriou do gênero de paisagem histórica, difundido na Academia Imperial de Belas Artes (MIGLIACCIO, 2000). Tal fato gerou a produção de uma iconografia oficial marcada pela “paisagística marinha” (OLIVEIRA, 2007) e pode ser associada à necessidade da instituição em difundir valores morais (ARAÚJO, 2007) capazes de enaltecer as virtudes dos homens do mar.

Segundo José Carlos Barreiro (2005), estas virtudes eram fundamentais para neutralizar os conflitos existentes no tenso ambiente das embarcações, pois:

Os navios militares, tanto quanto os navios mercantes, tinham de sair para mar aberto em missões de treinamento e de guerra. E isto colocava a tripulação do navio diante de uma confrontação básica: a do homem com a natureza. Esta confrontação expunha-os a toda sorte de sacrifícios e lutas para sobreviverem em face das forças imediatas e onipotentes de alto-mar. A sobrevivência de todos exigia que nas horas de perigo o navio se transformasse em verdadeira coletividade em termos de coragem, tarefas e objetivos (...).

Mas, uma segunda confrontação exerceu uma influência decisiva no desenvolvimento da cultura marítima: a do conflito entre o

homem e o homem, o confronto de classe articulado ao poder, autoridade, trabalho e disciplina (...) (BARREIRO, 2005 p.5).

As afirmações de Barreiro (2005) sobre o peculiar ambiente de trabalho náutico nos levam ao início da trajetória de Edoardo De Martino como pintor. O fato de o artista ter sido oficial da Marinha de Guerra italiana, ter sofrido um acidente a bordo da Fragata *Ércole* e ter desertado devido à responsabilidade que lhe foi atribuída, mostram como o pintor marinho (BELLUZZO, 1988) vivenciou os conflitos existentes na carreira náutica. Isto denota o quanto o italiano conhecia acerca dos valores morais que as Forças Armadas navais precisavam inculcar em seus trabalhadores.

Assim, a individualidade do artista é um importante fato que deve ser considerado no estudo da história da arte, pois “a criação artística é para Warburg um processo que oscila entre a imaginação e a razão” (WARBURG, 1990 *apud* SAMAIN, 2012 p. 57). Isto nos leva a pensar as obras de Edoardo De Martino como o resultado de um trabalho repleto de subjetividades.

Desta maneira, para compreender melhor as pinturas do napolitano, devemos encarar o artista como um indivíduo paradoxalmente excepcional e normal. Excepcional, porque possui singularidades e comportamentos de exceção que o distingue dos demais. Porém, simultaneamente normal, pois não está isolado do tecido social, não pode ser considerado um *locus* de particularidades (WITT, 2016).

Isto nos mostra a necessidade de estudarmos não só as pinturas do artista, mas também sua trajetória enquanto indivíduo. Pois ao ver em detalhes as obras de Edoardo De Martino, precisamos estender o interesse ao ser humano produtor da arte, já que nossa análise tenta se aproximar do imaginário do pintor. (DOSSE, 2009).

Olhar as subjetividades de Edoardo De Martino, materializadas em suas imagens, não leva ao excesso de pitoresco, pois “nenhum sistema normativo é, de fato, estruturado o bastante para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de

manipulação ou de interpretação de regras de negociação” (LEVI, 1989 *APUD* WITT, 2016 p.288).

Assim, entender o percurso do pintor é importante quando olhamos para o artista inserido em uma dinâmica relação com a sociedade, na qual ele utiliza a arte como mecanismo para produzir o novo, ao assumir papel de sujeito histórico e agente de mudanças (KERN, 2010).

Mesmo que este trabalho intencione ir além da análise formal da arte produzida por Edoardo De Martino, é fundamental realizarmos algumas considerações sobre o gênero de pinturas de marinha, majoritariamente presente na obra do artista.

Deste modo, é importante reputar como a fronteira entre os diversos gêneros da pintura ocidental é extremamente móvel (MORAIS, 1995). Esta mobilidade é explicada pela instituição de um sistema classificatório dos temas da pintura, que teve como ponto de partida a diferenciação superficial e imediata das manifestações temáticas da criação artística (LEVY, 1982).

No Brasil, tendo em vista as particularidades da maneira como a pintura de paisagem foi vista, interpretada ou pintada, a taxonomia dos gêneros de pintura foi ainda mais imprecisa. Embora no ocidente, a história da arte tenha considerado o gênero de pinturas de marinha um segmento pertencente ao gênero paisagístico e caracterizado pela associação exclusiva à representação do mar, este trabalho irá designar por pintura de marinha “todo e qualquer assunto que, no âmbito do paisagismo do século XIX até meados do século XX, faça referencia primordial (e não necessariamente explícita) ao elemento água” (LEVY, 1982, p.16).

Estas ressalvas acerca do aspecto formal no estudo das obras de arte trazem a necessidade de esclarecermos algumas considerações sobre o uso de imagens enquanto fontes históricas. Estas considerações são importantes para que possamos nos afastar de um olhar exclusivamente formalista.

Assim, a metáfora da fonte, tradicionalmente utilizada para designar a matéria-prima dos historiadores deve ser entendida com cautela. Pois, esta expressão, que possui um caráter verdadeiro, também é ilusória

“no sentido de que implica um relato do passado que não seja contaminado por intermediários.” (BURKE, 2004 p. 16). A afirmação de Peter Burke (2004) leva o historiador a optar pelo uso da palavra indício, pois para ele “é certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários.” (BURKE, 2004 p.16).

As considerações de Burke (2005) nos fazem acreditar que os historiadores não podem tratar as imagens, utilizadas em suas pesquisas, como fontes ou indícios no sentido estrito do termo. Pois as imagens correspondem a:

todos os casos de representação visível de alguma coisa ou de um ser real ou imaginário: uma cidade, um homem, um anjo, Deus etc. Os suportes dessas imagens são os mais variados: fotografia, pintura, escultura, tela de televisor. Mas o termo “imagem” concerne também ao domínio do imaterial, e mais precisamente da imaginação. (SCHMITT, 2007, p. 12).

Se passarmos a ver em detalhes (DIDI-HUBERMAN, 2013) as imagens produzidas por Edoardo De Martino, jamais poderemos tomá-las como evidências no sentido estrito da palavra (BURKE, 2004), isto nos faz abandonar a simples análise formal para considerar estas imagens como produtos da imaginação e vontade humanas materializadas por meio da arte (BAUMER, 1990).

Assim, este olhar mais abrangente que insere as obras e o indivíduo Edoardo De Martino em um momento de grande dissenso nos modos de pensar caracterizados pelo sentido do devir e por um discurso civilizatório que fundamentava a modernidade e sua parte intrínseca – a colonialidade – requer considerar que as imagens produzidas pelo artista estão “inseridas em um campo mais geral de problemas que nos remetem ao intrincado jogo de definições, atribuições de sentido” (ROSSI, 2011, p.30). Deste modo, para nos aproximar de um ideal de saber, precisamos recorrer às ferramentas teóricas e metodológicas proporcionadas pelas diferentes matrizes disciplinares das ciências humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBRIZZI, Miguel Luiz. O olhar distante e o próximo – a produção dos artistas viajantes. *19&20*, v. 6, n. 1, 2011.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valeria Amorin Arantes (Org.). *Educação em valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007.

AVANCINI, José Augusto. A pintura de paisagem em Porto Alegre c.1890 – c.1950 in: II Colóquio Nacional de Estudos sobre Arte Brasileira do Século XIX. Rio de Janeiro/RJ Anais ISBN 978-85-85720-95-7. Rio de Janeiro/RJ EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, 2010.

BARREIRO, José Carlos. Os relatórios do Ministério da Marinha como fontes para a análise da formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil (1780-1850). *Patrimônio e Memória*, v. 1, n. 2, p. 2-9, 2005.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade – O Pintor da Vida Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno*. Volume I e II, Lisboa: Edições 70, 1990.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (Org.). *Edoardo De Martino: Pintor e Marinheiro*. São Paulo: Companhia São Paulo de Petróleo/Pancrom, 1988.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. São Paulo: Edusc, 2004.

CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983.

CARDOSO, Rafael. *Ressuscitando um velho Cavalo de Batalha: Novas Dimensões da Pintura Histórica do Segundo Reinado*. *19&20*, v. 2, n. 3, 2007.

CASTRO-GOMES, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

DAMASCENO, Athos. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul: 1755-1900: contribuição para o processo cultural sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1971.

DIAS, Arthur. *Nossa marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de Guerra do Brasil no quadriennio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira, 1910.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem*. São Paulo: Ed. 34, 2013.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. USP, 2009.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FREIRE, Laudelino. *Um século de pintura: apontamentos para a história da pintura 1816-1916*. Rio de Janeiro: Typ. Rohe, 1916.

KERN, Maria Lúcia. Imagem, historiografia, memória e tempo. *ArtCultura*, v. 12 n. 21, p. 9-21, 2010.

_____. Imagem, memória e tempo: o conhecimento em movimento. In: Flores, M.B.; PETERLE, P (Org.). *História e arte: herança, memória e patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti, 2014, p. 111-129.

LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

LEVY, Carlos Roberto Maciel (Org.). Cento e cinquenta anos de pintura de marinha na história da arte brasileira. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1982.

MIGLIACCIO, Luciano. A arte do século XIX. In: AGUILAR, Nelson (Org.). *Mostra do Redescobrimto*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo/Associação Brasil 500 anos.

MORAIS, Frederico. *Gêneros da Pintura*. São Paulo: Itaú Cultural, 1995.

OBARRIO, Juan. Pensar al Sur. *Revista Interstícios de la política y la cultura*, v. 2, n.3, p. 5-13, 2013.

OLIVEIRA, Helder. Olhar o mar. um estudo sobre as obras 'Marinha com Barco' (1895) e Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo "Ponte Grande" (1895) de Giovanni Castagneto. 2007, v.1. Dissertação de mestrado em história da arte apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PEREIRA, Walter Luiz. E fez-se a Memória Naval: a Coleção Edoardo De Martino no Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro/RJ. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. XXXI, 1999.

PINTO, Júlio e MIGNOLO, Walter. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Cívitas, Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 3, p. 382-402, 2015.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. O intelectual "feiteiro": Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil / Luiz Gustavo Rossi, Campinas: SP, PPGAS, 2011.

SAMAIN, Etienne. *Aby Warburg. Mnemosyne. como pensam as imagens*. Campinas: UNICAMP, 2012.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. São Paulo: Edusc. 2007.

SILVA, Raquel Barroso; TEODORO, Rumening Douglas Weitzel (Org.) França Júnior: crônicas sobre arte no jornal *O Paiz* (1888-1889). *19&20*, v. 8, n. 2, 2013.

TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WARBURG, Aby. *A renovação da antiguidade pagã*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

WITT, Marcos Antônio. Excepcionais normais? A(s) trajetória(s) de três pastores no Sul do Brasil (1824-1893). *História Unisinos*, v. 20, n. 3, p. 287-299, 2016.

NOTAS

¹ O Decreto-Lei número 4.116 de 14 de março de 1868 estabelece a criação do Museu Naval com a finalidade de recolher objetos que interessavam à cultura naval.

² Em *História da beleza*, Umberto Eco denomina por sublime a angustiante sensação de pequenez diante das forças da natureza, representada na obra *Almirante Brown*, de Edoardo De Martino.

A forja do profissional da guerra: dois séculos de formação do oficial combatente do Exército Brasileiro*

The forge of the professional of the war: two centuries of formation of the combatant officer of the Brazilian Army

Elton Licério Rodrigues Machado

Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra (USS). Major R/1 do Quadro Complementar de Oficiais (Magistério) do Exército. Foi professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras entre 2001 e 2017. Atualmente é pesquisador e colaborador do CEPHIMEx (Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército).

RESUMO

O presente trabalho possui por escopo perceber as concepções sociais, políticas, culturais e pedagógicas que nortearam as mudanças pelas quais passou a formação do oficial combatente e as implicações decorrentes de tais processos, tendo como referências as diferentes sedes em que ocorreu a formação do oficial combatente do Exército Brasileiro. A partir de uma pesquisa exploratória e de bibliografia pertinente, tornaram-se evidentes, os problemas advindos e as soluções implantadas para superar a dicotomia no que se refere à formação do oficial. Assim, as inúmeras reformas no ensino militar realizadas pelos chefes militares, ao longo dos anos, tinham como objetivo romper com tal divisão e promover uma harmonia entre uma formação acadêmico-científica e técnico-profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Exército Brasileiro; Escolas Militares; Formação do oficial combatente

ABSTRACT

The present study has the scope of perceiving the social, political, cultural and pedagogical conceptions that have guided the changes through which the combating officer has gone as well as the implications of such processes. Its reference basis are the different sites where the training course for the combating officer of the Brazilian Army took place. After an exploratory research, the arising problems and the solutions implanted to overcome the dichotomy related to the officer training became evident. Therefore, the several reforms in the military education carried out by military leaders over the years had the objective of breaking such segregation and promote harmony between the scientific academic training and the technical professional training.

KEYWORDS: Brazilian Army; Military Schools; Combating officer training

* Artigo recebido em 22 de setembro de 2016 e aprovado para publicação em 06 de março de 2018.

INTRODUÇÃO

As Forças Armadas enquanto instituições militares são frutos da organização do Estado Nacional moderno, sendo que para alguns autores foi a principal organização responsável pela consolidação do Estado. Entre outros fatores, a introdução dos Exércitos permanentes, ainda na França do século XV, possibilitou de fato a paulatina centralização político-administrativa dos territórios nas mãos de casas dinásticas. Portanto, as Forças Armadas e o Estado Nacional moderno se desenvolveram conjuntamente ao longo da idade moderna e se consolidaram no século XIX.

As Forças Armadas, ao se constituírem o braço armado do Estado, passaram a ter em sua organização elementos ligados àquela organização. Por outro lado, as inovações tecnológicas e os aumentos de efetivos proporcionaram uma maior complexidade nos negócios relativos à preparação para a guerra. Assim é que, no século XVIII, na Prússia de Frederico II, há notícias de uma escola voltada à formação de homens de guerra.

Em Portugal, a partir das reformas do Conde de Lippi (1760), a formação dos homens de guerra já possuía uma sistematização. No Brasil, aos poucos foi se consolidando o ensino, conquanto as necessidades aumentassem. Por esta razão, com o episódio da vinda da família real portuguesa para o Brasil e os desdobramentos no campo militar desse acontecimento, tornou-se imperativo aumentar não só a quantidade como a qualidade dos comandantes das tropas portuguesas na colônia. Cria-se assim, a Academia Real Militar berço da formação dos oficiais do Exército Brasileiro.

Assim, a grande evolução apresentada a partir do início do século XIX, tanto nas doutrinas quanto nos produtos de emprego militar, induziu a busca de uma melhor formação dos comandantes militares, do ponto de vista cultural e científico, para atender as necessidades das partes superiores da guerra. No caso brasileiro, tal perspectiva se concretizou na criação de um estabelecimento próprio, mas que não possuía condições de preparar oficiais em quantidade e qualidade que o Império necessitava. Des-

te modo, as soluções apresentadas fazem conviver dois tipos de oficiais: um forjado na velha tradição dos campos de batalha e outro concebido por meio dos estudos nos bancos escolares.

Essa dupla origem do oficialato, bem como a dupla função do chefe militar, que deve ser, além de um exímio comandante no campo de batalha, também detentor de conhecimentos superiores, produziram amplos debates ao longo dos duzentos anos da formação do oficial combatente do Exército. A origem, os problemas advindos e as soluções implantadas ao longo de dois séculos são os questionamentos produzidos pelo presente trabalho.

Nosso trabalho buscará definir, tendo como referência as diferentes sedes em que a formação do oficial combatente do Exército e baseado em pesquisa bibliográfica e exploratória, as concepções que nortearam as transformações pelas quais passou o ensino militar e as implicações decorrentes de tais processos.

Desta forma, a pesquisa reveste-se de importância por tratar-se de assuntos que são bases referenciais para o entendimento das questões relevantes que inseriram a Força Terrestre no contexto político da Nação. Além de ser importante para entender a construção de uma instituição basilar do Estado brasileiro. Além disso, os resultados obtidos, ao expor a evolução do ensino militar, poderão demonstrar as diversas transformações pelas quais passou o ensino militar e assim contribuir para o embasamento teórico e metodológico de novos estudos, propostas e projetos que venham a discutir o ensino, a educação e a formação militar e suas escolas.

A FORMAÇÃO DO OFICIAL COMBATE- NTE DE 1811 A 1904 (O PRIMEIRO SÉCULO)

Com a chegada da Família Real ao Brasil, a estrutura administrativa do reino português reorganizou-se nos trópicos. Ao Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), foi dado o encargo de gerir o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A necessidade de fortalecer as Forças Militares na

colônia era uma das preocupações primordiais da nova administração. Dentre as várias ações realizadas, a criação da Academia Real Militar era fundamental para o ministro do Príncipe Regente, pois, segundo Motta (1998, p. 17), “era o fecho das providências a serem tomadas no sentido de reformar o Exército e dar-lhe disciplina e instrução”.

A ideia da criação, na colônia, de um estabelecimento superior de ensino com cursos completos de “ciências matemáticas e de observação” e de “ciências militares” não deixou de apresentar resistências. Oposições ao projeto derivavam de duas vertentes: uma educacional e outra política.

As necessidades impostas pelos novos tempos ao reino português superaram as desconfianças e as dificuldades e, em 4 de dezembro de 1810, o Príncipe Regente D. João assinou decreto que aprovou o Estatuto da Academia Real Militar. Em 23 de abril de 1811, iniciou o seu funcionamento em sede provisória na antiga Casa do Trem. No ano seguinte, assumiu sua sede definitiva no Largo de São Francisco, onde permaneceria até 1874. (PERES: 2005, p. 9).

A Academia nasceu com dupla destinação: escola militar e escola de engenharia. Formar militares, mas também engenheiros cuja missão era erigir obras de grande importância para a segurança e desenvolvimento do império português e, particularmente, o Brasil. Esta dualidade de funções pesaria sobre a sua estrutura e regime e sobrecarregaria o currículo, dando margem a diversos debates ao longo de sua história.

Segundo alguns autores, tais como Motta (1998), o ponto fraco do primeiro estatuto estava na organização do comando e no regime escolar.

A direção da Academia era de competência de uma junta militar, composta por cinco membros. Para o autor, seria complicada a organização de um comando nesses moldes, que não se adequava ao estilo militar.

Quanto ao regime escolar, o problema era a ausência de internato e poucas regras disciplinares. A Academia nasceu com aspecto pouco militarizado: sem uniforme, sem formatura e sem a vida prática da caserna.

Portanto, tanto a direção da Academia quanto o seu regime seguiam os padrões do

currículo proposto pelo Conde de Linhares, dando à Academia uma composição próxima dos estabelecimentos de ensino europeus, com seus colegiados e seus mestres. O idealizador da Academia a via como um “centro de altos estudos que dispensava as pequenas regras e os pequenos hábitos da rotina militar”.

Estas diferenças de concepção, no que diz respeito à instrução na Academia Militar, seriam os fundamentos dos grandes debates e das inúmeras reformas pelos quais passaria o ensino militar e, particularmente, a formação do oficial do Exército ao longo desses dois séculos de existência. O conflito deu-se entre disciplinas científicas e as disciplinas militares, entre a “teoria” e “prática”, entre uma escola para “doutores” e uma escola para “soldados”. Contudo, inicialmente, foi a visão que o seu idealizador estabeleceu o principal fator de apoio para manter a Academia em funcionamento, apesar das inúmeras dificuldades que iria passar nos seus primeiros anos. O planejamento era ambicioso; a sua execução, no entanto, defrontar-se-ia com a realidade sociocultural brasileira e com a cultura do Antigo Regime português.

Um estudo sobre os generais da ativa do império, da década de 1840, demonstrou que, dos 46 oficiais-generais do período, apenas nove haviam cursado a Academia Militar. (SOUZA: 2002, 161). Dentre os ex-alunos, estava Luis Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que cursou a Academia Real Militar entre os anos de 1818 a 1821. Esta presença de egressos da Academia dentro do Exército, inicialmente tímida, passou nos anos seguintes, a aumentar.

A primeira reforma significativa aconteceu em 1833, que do ponto de vista curricular não apresentou alterações. Por conseguinte, alterou expressivamente a rotina administrativa da Academia. Os objetivos dessa reforma eram evidentes: o regulamento visava militarizar a formação dos oficiais do Exército. Para a sua direção, foi extinto qualquer tipo de colegiado, que passou a ser exercido por um oficial egresso dos corpos científicos (Engenharia e Artilharia). Do regulamento, constava ainda a obrigatoriedade aos alunos militares, do uso de unifor-

mes e da participação em formaturas, bem como a obrigação dos exercícios práticos, que eram realizados em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro, ao final do ano letivo, onde os alunos executavam ou observavam no terreno o que aprenderam na teoria.

Inspirado no sistema de ensino utilizado na França, um novo regulamento é editado em 1839. O sistema francês era dotado de duas escolas: uma Politécnica, para os estudos científicos, e uma Escola de Aplicações, para a consolidação dos conhecimentos técnico-profissionais. Porém, a comissão que planejou o novo regulamento concluiu que, para o Brasil, a existência de duas escolas era inviável. Seguindo ainda a inspiração francesa, a Academia passou a ser denominada de Escola Militar. No que se refere ao currículo, adaptou-se em uma única escola as atividades científico-acadêmicas e as técnico-profissionais.

No entanto, as reformas de inspiração francesa não duraram, pois dois regulamentos editados em 1842 e 1845, respectivamente, trouxeram novamente a desarmonia entre o ensino profissional e o científico. Esses novos estatutos privilegiavam o ensino teórico e científico e elevavam para sete anos o Curso de Engenharia e para cinco anos o Curso de Artilharia. Para os Cursos de Infantaria e Cavalaria, foi adicionado um ano, que passou a ser de três anos. Foram separados o ensino científico do profissional, que deveriam ser ministrados em anos distintos e não simultâneos como era anteriormente previsto. A disciplina foi negligenciada e os exercícios militares foram abolidos.

O ensino que predominou, durante a década de 1840, foi o de cunho técnico-científico ou acadêmico em detrimento do profissional-militar. Em muitos aspectos, principalmente os relacionados ao conteúdo, a Escola Militar voltou a ser como fora concebida em 1810. O fosso entre o ensino teórico das ciências e o prático da guerra foi ampliado em 1844, com a introdução do bacharelado. Criou-se o grau de bacharel para quem concluísse o curso de sete anos e o de doutor em ciências matemáticas para os alunos que atingissem todos os requisitos previstos. Nasceu então, o híbrido bacharel-militar ou doutor-militar.

Esse fato trouxe para a Escola Militar e para dentro do Exército o que já estava arraigado na vida brasileira, pois um “título” abria caminhos na sociedade da segunda metade do século XIX. Ao garantir prestígio social e político, deixou de ser uma busca de conhecimentos para ser um símbolo de pedantismo e ascensão social. Mesmo tendo aspectos positivos, pois aumentou consideravelmente o número de alunos. Esta foi mais uma atitude contrária aos interessados em um ensino voltado para a formação militar.

Dessa forma, a formação do oficial, nesses primeiros 40 anos de ensino militar seria constituída de dois campos, sem nenhuma vinculação entre si. De um lado, o ensino formal, ministrado na Academia em forma de aulas, com preleção e livros sobre as ciências matemáticas e a teoria da guerra sobre batalhas e processos de combates vividos na Europa. Do outro, a formação fazia-se com a participação nas guerras, nos combates dos diversos conflitos que ocorriam de norte a sul do império. A consequência desses fatos foi o aparecimento de dois tipos de oficiais no Exército: o oficial acadêmico, conhecedor de teorias, egresso da Academia Militar, mas sem vivência profissional na caserna; e o oficial tarimbeiro (termo derivado da cama de campanha), formado na prática dos quartéis, egresso dos campos de batalha, mas com pouca instrução escolar.

A oportunidade das duas “escolas” combaterem ombro a ombro e pôr à prova a sua eficiência logo surgiu, pois a década de 1850 iniciou com um conflito de grandes proporções na região platina. Tropas brasileiras, sob o comando de Caxias, combateram na Banda Oriental (Uruguai) e nas Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), foi a guerra contra os ditadores Uribe e Rosas (1851-1852). Das experiências colhidas nos campos de batalha, dois testemunhos refletem a complexidade do ensino militar. O ministro da Guerra, preocupado com os problemas enfrentados pela formação do oficial, frente ao horizonte que se descortinava na região do Prata, escreveu no ano de 1851, em seu relatório, que a “Escola Militar possuía todos os elementos para fazer sábios, porém poucos para formar oficiais”. Um militar alemão, que participava da guer-

ra contra as províncias Unidas do Prata, relatou que “no Exército Brasileiro imperavam o despreparo técnico e a ausência de conhecimentos profissionais, com exceção do pequeno grupo de oficiais formados na Academia”. (MOTTA, 1998, p. 101).

O ministro da Guerra, em sua fala, demonstrou preocupação com o currículo da Escola Militar, que não oferecia condições ideais para a formação do profissional das armas. No entanto, por meio do olhar apurado de um europeu, acostumado a conflitos de grande envergadura, foi possível perceber que os oficiais “acadêmicos” possuíam características necessárias para o comando da guerra moderna, pois a batalha é apenas o final de toda organização, que começa com a mobilização, deslocamento e concentração das tropas, que envolve problemas de planejamento, administração e logística, em que só a coragem não é suficiente.

Dessa forma, os problemas da formação do oficial precisavam de soluções imediatas. De um lado, seria necessário modificar o ensino na Escola Militar, propiciando ao oficial concludente uma formação mais técnico-profissional. Do outro, proporcionar condições para que os tarimbeiros adquirissem uma formação mais qualificada.

Assim, na década de 1850, surgiram algumas soluções para enfrentar os problemas da formação militar do oficialato.

A questão começa a ser resolvida a partir de 1850, com a Lei de Promoção e seu regulamento. Essas normas determinavam que só ascenderiam ao posto de capitão os oficiais que possuíssem o curso completo dos estudos de sua respectiva arma, ainda que fossem habilitados na vida arregimentada, ou seja, que, além do curso, tivessem também capacidade profissional em relação à vida castrense.

A Academia seria então a porta única para o ingresso no oficialato, sendo o fim do oficial tarimbeiro. Porém, tal atitude sofre reações, pois a necessidade de oficiais e os serviços que os tarimbeiros prestaram ao longo dos anos, nos distantes rincões do Brasil não poderiam ser desprezados e, especialmente, porque ia de encontro à tradição que havia formado gerações de oficiais. De qualquer forma, com esta atitude, cria-se

o conceito de que a carreira das armas exige estudos sistematizados e dependentes da realização de cursos regulares.

Outra parte da solução, de importância fundamental na reforma estrutural do ensino militar, aconteceu com o desdobramento da Escola Militar em duas. Em 1855, instalou-se, na Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro, a Escola de Aplicação. O Exército cumpriu o que havia sido idealizado no regulamento de 1839, no qual, seguindo o modelo francês, a formação do oficial dava-se em duas escolas, uma voltada para o ensino científico, e outra para a formação profissional.

Os alunos eram matriculados no Largo de São Francisco e após seguiam para a Praia Vermelha. Os destinados para a infantaria e cavalaria frequentariam o 1º ano da Escola Militar e o 1º ano da Escola de Aplicações, já os de artilharia e engenharia cursavam ambas as escolas, durante os anos que eram previstos para sua formação; em uma, assimilando os conhecimentos teóricos e em outra, aplicando-os nos exercícios práticos.

Assim, a Lei de Promoções e seu Regulamento de 1851 e a criação da Escola de Aplicação foram soluções modernizadoras encetadas no seio do Exército. Os chefes militares de então conseguiram a profissionalização do ensino que “a velha Academia de 1811” não conseguira, procurando harmonizar o ensino científico das ciências matemáticas com a prática da profissão militar.

Entretanto, a Escola Central permaneceu funcionando durante a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), enquanto a Escola de Aplicação cerrou suas portas. Assim, sem os alunos militares, a Escola Central foi se desligando do Exército. A modernização da vida brasileira exigiu a formação de engenheiros civis e desobrigavam a velha sede do Largo de São Francisco das contingências da disciplina e das imposições do regime militar.

No ano de 1874, após 63 anos de trabalho, a sede do Largo do São Francisco foi transferida para o Ministério do Império, com o nome de Escola Politécnica, tendo por incumbência a formação dos engenheiros civis. A Escola Militar da Praia Vermelha passou a ser a única responsável, pela formação de oficiais combatentes.

As últimas décadas do século XIX e o alvorecer do século XX foram anos conturbados para a Nação brasileira, pois movimentos político-sociais deixaram suas marcas na história nacional. O Exército, nesse período, já era uma instituição com certa identidade própria (IZECKSOHN: 1997). Identidade adquirida, como muitos autores alegam, pela experiência nos campos de batalha da Guerra da Tríplice Aliança. Dessa forma, principalmente na década de 1880, o Exército deixou de ser um observador dos acontecimentos, como aconteceu nas seis décadas anteriores, e passou a ser um ativo protagonista. Não seriam mais vozes isoladas, mas sim grupos que encontraram força e legitimidade, dentro e fora da instituição, que falariam e atuariam no cenário brasileiro. O ápice dessa constatação é a fundação, no ano de 1887, do Clube Militar.

Na Escola Militar com sede na Praia Vermelha, o período entre os anos de 1874 e 1904 destacou-se em relação às décadas anteriores. A escola, seus professores e seus alunos foram grandemente influenciados por movimentos sociais políticos e culturais que agitaram o País e o mundo, respectivamente. O ambiente de grande efervescência, sobretudo político, marcou o cenário brasileiro daqueles anos. Diferentemente das gerações anteriores ao conflito contra o Paraguai (1865-1870), docentes e discentes envolveram-se ativamente em importantes movimentos que contestaram a ordem social e política do Império. Com o desfecho satisfatório desses movimentos, a mentalidade política (protetora e salvacionista) permaneceu no ideário, principalmente dos alunos, com claro prejuízo para a formação militar.

Durante todo esse período, os chefes militares, preocupados com a deficiente formação técnico-profissional, não deixaram de realizar reformas no ensino. No espaço de tempo compreendido entre os anos de 1874 e 1905, o ensino na Escola Militar da Praia Vermelha sofreu quatro modificações curriculares: em 1874, em 1889 (no epílogo do Império) e duas após a Proclamação da República nos anos de 1890 e 1898. Reformas estas que culminarão com o fechamento da Escola Militar, no ano de 1904,

consequência dos incidentes decorrentes da “Revolta da Vacina”.

Naquele período, a instrução profissional-militar não conseguiu resistir à crescente importância das Ciências Matemáticas e de Engenharia. Afinal, fazer o curso completo da Escola Militar, formar-se bacharel ou engenheiro militar, era o objetivo de todos os alunos, pois, como declarou um aluno da época: “*a luta para vencer a barreira do plenamente era renhida, e nela se consumiam energias, fazeres e até a saúde, tão severo eram os estudos teóricos, os únicos que contavam*” (LOBATO: 1992, p. 5). Da mesma forma, a “*cobiçada miragem do galão estrelado de alferes-aluno, que era o maior título de glória*” (MOTTA: 1998, p. 189), garantiria, para uma grande parcela dos concludentes, uma ascensão social que fora conquistada a partir do mérito individual baseado na aplicação aos estudos. Assim, o epíteto de “*Tabernáculo da Ciência*”, que fora consagrado de maneira informal pelos próprios estudantes, determinou a formação de gerações de oficiais da Praia Vermelha.

Portanto, aos alunos que atingiam o grau exigido poderiam continuar a sua formação, já os outros iniciariam sua vida militar nos corpos de tropa. Essa situação proporcionou o aparecimento, novamente, de dois tipos de oficiais: de um lado, os oficiais científicos e, de outro, os oficiais prático-tarimbeiros. Os primeiros, devido a suas atividades, ficavam mais afastados dos corpos de tropa e ficaram conhecidos como bacharéis-fardados. Os segundos poderiam ter uma vivência técnico-profissional mais intensa ao longo da carreira no que se refere às atividades propriamente militares.

Um distanciamento maior ocorreu entre os anos de 1881 e 1887, quando o curso de Infantaria e Cavalaria, por imposição do ministro da Guerra, teve sua duração reduzida para um ano. Naqueles anos, a formação ficou conhecida como “curso de alfafa”. Foi um grave prejuízo para o ensino e, ao mesmo tempo, aumentou a dissociação entre os oficiais, pois “*há um vício na Escola Militar que vem de longa data: a importância exclusiva que se liga à teoria e o desprezo pela parte prática, (...) merecendo até, os que a ela se dedicam, o epíteto de tarimbeiros*”, teste-

munhava um capitão na *Revista do Exército Brasileiro* no ano de 1883. (MOTTA: 1998, p. 168). Assim, os oficiais ditos prático-tarimbeiros estavam mais vinculados ao Exército e aos problemas referentes aos corpos de tropa, como instrução e aparelhamento.

Por outro lado, os oficiais dos corpos científicos, sem perspectivas consideradas atraentes para a ascensão profissional no Exército, buscaram reconhecimento e espaço dentro da sociedade brasileira. Segundo Celso Castro (1995, p. 51), era contra membros de uma determinada “*elite que os alunos da Praia Vermelha disputavam, social e simbolicamente, espaço e poder*”. Essa elite tinha nome e sobrenome, eram os bacharéis em Direito, que desfrutavam da hegemonia dos cargos e funções públicas da administração imperial. Os alunos da Escola Militar, principalmente dos quadros científicos, imbuídos do espírito da “meritocracia”, influenciados pelo cientificismo e positivismo, tinham nos movimentos republicanos e abolicionistas as armas para ascender social e politicamente.

Portanto, os dois tipos de oficiais que eram formados naquela época tinham características diferentes, pois o oficial tarimbeiro estava mais absorvido pelos problemas do Exército, enquanto os oficiais científicos preocupavam-se não só com a caserna, mas, principalmente, com problemas de maior amplitude, relacionados ao desenvolvimento do País. Entretanto, a organização, o enquadramento militar da Escola e, principalmente, a convivência entre os alunos não permitiram grandes rivalidades entre científicos e tarimbeiros, pois temas polêmicos, como a Abolição e a República, proporcionaram pontos de interesse comuns.

A FORMAÇÃO DO OFICIAL COMBATENTE DE 1905 AO INÍCIO DO SÉCULO XXI (O SEGUNDO SÉCULO)

Com a interrupção das aulas na Praia Vermelha e seu posterior fechamento, foi assinado, no ano seguinte, um novo decreto para regulamentar o ensino no âmbito do Exército. O decreto preconizava que a formação do oficialato do Exército passaria a acontecer em várias escolas: duas no Rio Grande do Sul e duas outras situadas no Realengo,

bairro do Rio de Janeiro, aproveitando as instalações da antiga Escola Preparatória.

As novas escolas eram: Escola de Guerra em Porto Alegre; Escola de Aplicação de Cavalaria e Infantaria em Rio Pardo; Escola de Artilharia e Engenharia e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia situadas em Realengo. As duas últimas eram somente cursadas por engenheiros e artilheiros após ter realizado o curso inicial de dois anos na Escola de Guerra de Porto Alegre. Portanto, nesse regime, infantes e cavaleiros seriam formados em três anos, artilheiros em cinco e engenheiros em seis.

A mudança do local da formação do oficialato brasileiro, na primeira década do século XX, pode ser relacionada a um planejamento que visava à modernização do ensino militar, melhor ainda, a capacitar os novos quadros para enfrentar as condições postas a profissão militar nos tempos modernos. A melhoria da capacidade operacional da Força Terrestre passava necessariamente pela formação dos oficiais. Para resolver essa questão, os chefes militares há muito já se indagavam sobre a necessidade de reformulação do ensino militar. Dentre tais chefes, destacou-se o General Nepomuceno Mallet (Ministro da Guerra entre 1898 e 1902) que, em um de seus relatórios, observou que a instrução oferecida na Escola Militar preparava ótimos bacharéis em ciências, porém, não soldados. Como resposta às indagações do ministro, a antiga Escola Militar de Porto Alegre passou a ser chamada de Escola de Guerra, revelando a determinação de formar guerreiros, não mais bacharéis e doutores em ciências.

O regulamento de 1905 fez uma profunda reforma no ensino militar, pois tinha por finalidade a profissionalização e procurava colocar em prática muito do que se havia pensado em fazer com reformas anteriores. As modificações romperam com o passado. Merecem destaque as seguintes inovações: eliminação dos estudos de estado-maior; extinção dos estudos preparatórios; a matrícula na Escola de Guerra somente de praças de pré; e a extinção da categoria de alferes-aluno e a criação do “aspirante a oficial”, posto que seria atingido somente após a conclusão do curso.

Ao eliminar o curso de Estado-Maior no âmbito da formação inicial, o regulamento estabeleceu a noção do aperfeiçoamento contínuo ao longo da carreira, pois no bojo da reforma criou-se também a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), que passou a formar oficiais para constituir o Quadro de Estado-Maior do Exército.

Ao mesmo tempo, desapareceu a figura do alferes-aluno com ares de doutor e merecedor de continência; em seu lugar instituiu-se o modesto, mas significativo, aspirante a oficial. Após concluir o curso na Escola, era incluído nos corpos de tropa, onde, na convivência da caserna concluiria a sua formação. O Exército deixou de se preocupar com o ensino médio, pois o candidato deveria ser aprovado previamente nos colégios de ensino médio civil. Finalmente, rompeu-se com a dualidade do aluno-oficial, do aluno-praça, pois, ao estabelecer a matrícula somente de praças de pré, garantiu-se a equiparação de todo os alunos a soldados, facilitando a criação de um regime disciplinar mais severo.

Assim, a reforma de ensino e os novos estabelecimentos de formação tiveram por finalidade mitigar com as influências acadêmicas e científicas do bacharel fardado. A Escola Militar teria apenas uma função definida: formar os oficiais "tropeiros", isto é, tenentes e capitães altamente adestrados nas suas funções profissionais, com a finalidade de servir nos corpos de tropa e ser comandantes de pequenas frações.

As diversas escolas de formação espalhadas pelo território nacional tornaram-se um estorvo, pois as grandes distâncias demandavam gastos excessivos. Dessa forma, as diversas escolas foram transferidas para o Realengo em 1911, formando o Grupamento Escola. No ano seguinte, surge o coroamento do projeto de modernização no ensino militar brasileiro, a Escola Militar do Realengo.

A reforma do ano de 1913 consolidou a união das escolas no aquartelamento do Realengo. Inicialmente, consolidada em dois estabelecimentos: a Escola Militar e a Escola Prática, que funcionavam sob o mesmo comando. Com instalações modestas e sem o cenário deslumbrante da Praia Vermelha, a Escola Militar do Realengo era uma simples casa que, contudo, ligaria per-

manentemente o seu nome à história militar do Brasil. Nesse estabelecimento de ensino militar, tomaram forma as propostas dos chefes militares em relação à formação dos oficiais do Exército.

As modificações foram consolidadas nos regulamentos de 1918 e 1919 que, de certa forma, culminam com o projeto de aprofundar cada vez mais o ensino profissional militar, iniciado em 1905. Editados sob o impacto doutrinário da Primeira Guerra Mundial, os regulamentos prescreveram que os cursos passariam a ter a mesma duração (três anos para todas as armas) e, ainda, que toda a instrução seria eminentemente prática, como fica claro no texto do Decreto: "Não haverá ensino puramente teórico, todo ele é ou teórico-prático ou prático unicamente." (MOTTA, 1998, p. 250).

No âmbito dessas mudanças, o Curso de Engenharia passou a formar o oficial engenheiro, apto somente para as atividades tipicamente militares. Outras importantes modificações foram introduzidas na formação do oficial: a Escola Prática foi extinta, ficando todo o encargo do ensino com a Escola Militar; a escola passou a ser subordinada ao Estado-Maior do Exército (EME); e os oficiais candidatos a instrutor da Escola deveriam se submeter a provas práticas. Como resultado dessa última inovação, adentra a Escola Militar, em 1918, um grupo de oficiais instrutores, selecionados em concurso pelo EME. A 'Missão Indígena', como ficou conhecida, foi singular por seu alto grau de profissionalismo, eficiência e entusiasmo dos seus oficiais. Destacou-se a instrução voltada à prática castrense, exatamente como prescrevia o regulamento.

Nesses anos, aconteceu a integração do ensino da Escola com a instrução, que era ministrada nos corpos de tropa, aplicando a ambos os mesmos processos de instrução. Com esse currículo, a Escola moldou-se a padrões tipicamente militares, pois os assuntos militares ocupavam setenta por cento dos estudos, sendo complementados por um ensino prático rigoroso e conduzidos por um regime militar severo. Completou-se assim o ciclo iniciado em 1905, cujo objetivo era a formação técnico-profissional, eliminando-se grande parte do conteúdo cultural e científico.

Entretanto, a década de 1920 novamente se tornaria conturbada e a juventude militar mais uma vez encontrou-se em armas. Os alunos da Escola Militar participaram da primeira revolta tenentista, conhecida como “Dezoitos do Forte”, ocorrida em 5 de julho de 1922. De curta duração e rapidamente debelada, a rebeldia dos alunos evidenciou que havia necessidade de nova reformulação dos currículos da Escola. O exagerado combate ao “bacharelismo” havia levado a formação do oficial ao extremo do profissionalismo e da prática, sem, contudo, atender às ciências da cultura geral, necessárias ao complemento dos conhecimentos que deve possuir um oficial do Exército. Novamente a questão impôs-se: qual a dosagem necessária de conhecimentos cultural-científicos e técnico-profissionais para uma formação militar adequada?

Em 1924, a Escola Militar do Realengo começou receber a influência dos oficiais da Missão Francesa de Instrução, com oficiais franceses como instrutores. Foi criada a função de Diretor de Ensino, ocupada por um oficial francês. Foram, também, instituídos novos regulamentos, que procurariam estabelecer a harmonia entre os ensinamentos profissional e científico, objetivo principal das futuras modificações. Contemporâneo dessa fase, o Coronel Campos de Aragão (1959, p. 11), que fora aluno da escola no início da década de 1930, declarou: *“O mestre passou a definir o problema geométrico, a sua finalidade entrosada com uma compreensão profunda de toda a ciência lógica. Começou a analisar a filosofia primeira de Laffite. Citou Kepler e Lagrange”*. Mas, também salientou: *“A escola fora invadida por uma verdadeira mania de campo. Não havia instrução que os oficiais não preferissem o tabuleiro de Geracino. Podendo evitar as salas, isto era feito”*. Esse é o perfeito testemunho do equilíbrio que ocorreu no currículo da Escola Militar, pois a força reformadora das três primeiras décadas do século XX consolidou as bases necessárias para que a Força Terrestre trilhasse o caminho da operacionalização e do profissionalismo. Foi assim que, superados os excessos com relação ao ensino e a sua finalidade, a Escola Militar do Realengo adentrou os anos 1930.

Em janeiro de 1931, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o Coronel José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque. Sem se preocupar com grandes mudanças curriculares que tinham sido o alvo das reformas, o Coronel José Pessôa seria responsável pela transformação do ensino militar em educação militar. O novo comandante avaliou a verdadeira importância da Escola Militar para o Exército, pois, no seu primeiro pronunciamento, declarou que era a missão mais honrosa de toda a sua vida.

O comandante, preocupado com a formação moral do oficial, recorreu à história e procurou um exemplo de conduta, de capacidade profissional e de patriotismo. Tais virtudes conduziram-no ao Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. A partir disso, idealizou a formação do oficial à imagem de Caxias. Para impor uma formação moral, seria necessário valorizar o aluno da Escola Militar que, até então, recebia tratamento igual aos recrutas. Buscou aumentar a autoestima dos seus comandados, recuperou e outorgou o título de Cadete, agora não mais como produto da nobreza hereditária, mas, sim, como o reconhecimento da inteligência, da cultura e da formação moral e de caráter do futuro oficial. Da mesma forma, para distinguir o cadete dos demais militares, criou uniformes, relacionando-os às antigas tradições do Exército.

Para concretizar esses ideais, instituiu o Corpo de Cadetes e fez, numa cerimônia em 25 de agosto de 1931, a entrega do seu estandarte, cujo brasão foi desenhado por J. Wash Rodrigues. O Corpo de Cadetes passou a ser o elo fundamental para a formação do caráter do militar. Finalmente, instituiu uma arma simbólica para o Cadete: o Espadim, réplica em escala menor do sabre de Caxias. Esse símbolo haveria de ser o atributo mais importante do cadete, primeiro troféu a ser conquistado e o último a ser devolvido ao Exército. A criação dos símbolos estabeleceu para as novas gerações, educadas sob o signo de Caxias, uma mentalidade homogênea, fundamentada em valores éticos e patrióticos e exteriorizada numa conduta moral irrepreensível.

O Marechal José Pessôa também estimulou os cadetes a frequentar ambientes

sociais condignos e fez importantes reformas no prédio da Escola, melhorando o ambiente de convívio do cadete. Criou o Departamento de Educação Física e o Departamento Hípico, reforçando a necessidade de, ao lado da conduta moral; uma higidez física para o futuro oficial. Mas, o maior legado do Marechal José Pessôa seria a transferência da Escola Militar para a Cidade de Resende. Retirar a formação do oficial da Cidade do Rio de Janeiro, onde o Cadete se encontrava exposto às influências políticas e sociais, era um objetivo há muito ambicionado.

O ano 1944 representou o último de funcionamento da Escola Militar no Realengo, e o primeiro ano da Escola Militar de Resende. No ano anterior, a Escola teve 1.036 cadetes, um número recorde de alunos frequentando os cursos. O regulamento em vigor datava de 1942. A estrutura do currículo, em linhas gerais, acompanhava o que vinha sendo feito desde 1924 e tinha por finalidade instruir os oficiais nas técnicas de comando das frações e informá-los sobre as principais questões de ordem política, econômica, social, histórico-geográfica e técnica, referentes à preparação e à execução da guerra. Indicava, ainda, uma didática da instrução profissional basicamente objetiva e, como o processo mais adequado, o Exercício Tático, baseado no terreno e representado em carta topográfica. Esse regulamento incorporou parte das experiências dos oficiais brasileiros que estagiavam no Exército dos Estados Unidos a partir do início da Segunda Guerra Mundial, passando a enfatizar a utilização dos meios auxiliares de instrução. Os cursos foram estruturados em um segmento fundamental, a ser realizado em um ano, e outro profissional, com a duração de dois anos.

No ano de 1945, um novo regulamento, o primeiro da nova escola, instituiu o Curso de Intendência, como um reflexo direto da experiência da Segunda Guerra Mundial, pois as operações de grande envergadura, tanto no tempo quanto no espaço, desdobraram uma cadeia logística até a frente de combate, introduzindo o oficial intendente no campo tático. No entanto, só após o retorno da Força Expedicionária Brasileira teria início, de forma concreta, a influência norte-americana, pois não houve instrutores estran-

geiros nas escolas de formação. As primeiras mudanças no ensino da Escola Militar ocorreram com a difusão e a utilização dos manuais norte-americanos, por meio de traduções emergenciais. Assim, muitas inovações de metodologia, surgiram depois da Segunda Guerra Mundial e, em sua maioria, foram implantadas nas escolas militares.

No ano de 1951, por meio de um decreto, a Escola Militar de Resende passaria a se chamar Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Completa-se assim, a obra do Marechal José Pessôa, que distinguia no nome da Academia também um importante signo a auxiliar na formação integral do oficial, pois o perfil estilizado do maciço das Agulhas Negras já se encontrava no brasão do Corpo de Cadetes, desde o ano de 1931.

Na década de 1950, o ensino na AMAN sofreu algumas modificações. Por conta do desenvolvimento tecnológico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, o ensino técnico-científico e de formação de engenheiros voltou novamente a ter destaque no âmbito da Academia. No ano de 1953, foi criado o curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos, com a finalidade de preparar os futuros alunos da Escola Técnica do Exército, onde seriam formados os engenheiros militares. Nos anos que se seguiram, foram propostos os cursos de Técnica Industrial, Geodésia e Topografia. Tais inovações conduziram a profundas e radicais transformações na estrutura da Academia e nas atividades de ensino.

Os chefes militares, atentos aos prejuízos para a prática castrense e à formação profissional, caso fosse ampliado o número de cursos, minimizaram as alterações. Houve apenas a criação do curso Básico, do curso de Comunicações e do curso de Material Bélico, que iniciaram as suas atividades no ano de 1959.

Na década de 1960, os conflitos políticos-ideológicos ficam mais nítidos no Brasil. Grupos guerrilheiros, de inspiração marxista-leninista, criaram focos de guerrilha na cidade e no campo. Essas condições implicariam a elaboração de uma estratégia doutrinária para lutar contra esse novo inimigo.

Os currículos da AMAN na década de 1960 e 1970 sofreram modificações por influência da conjuntura política e militar em

que vivia o Brasil. Na reforma de 1964, a duração do Curso Básico passou para dois anos, elevando assim a formação total para quatro anos. Foram inseridas no currículo as disciplinas de Informação e de Guerra Revolucionária e estudadas as operações de defesa territorial e de segurança interna. Nesse processo, também foi criado na Academia, em 1968, o Departamento de Instrução Especial (DIEsp) com a responsabilidade de ministrar a disciplina de Instrução Especial, cuja finalidade foi adestrar o cadete na guerra contrarrevolucionária.

O novo currículo estabeleceu a divisão das disciplinas em dois campos: o profissional e o universitário. Tal divisão ficaria mais percebida em 1967, quando os cursos, que eram subseções da Divisão de Ensino, passaram para a subordinação do Corpo de Cadetes que teve então a responsabilidade de gerenciar e executar as disciplinas inerentes ao ensino profissional.

As reformas posteriores foram supervisionadas pelo Centro de Estudos do Pessoal (CEP), criado em 1968, que passou a orientar a elaboração técnica dos currículos e programas. Surgiram, assim, os Planos de Matérias (PLAMA) e Planos de Unidades Didáticas (PUD). Ao mesmo tempo foi implantada uma moderna metodologia para a redação de objetivos específicos e gerais de unidades didáticas e de disciplinas, alcançando resultados satisfatórios no processo ensino-aprendizagem. Também novos órgãos de gestão do ensino foram criados no Exército, aos quais, a Academia passou a se subordinar. Foram criados, no início da década de 1970, o Departamento de Ensino e Pesquisa (atual Departamento de Educação e Cultura do Exército) para coordenar toda a área de ensino e a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (atual Diretoria de Educação Superior Militar) que passou a coordenar, diretamente, as atividades de ensino da Escola.

Na década de 1970, a principal modificação curricular da AMAN, ocorreu na duração dos cursos das armas, quadros e serviços que, de dois anos, passaram para três, sendo que a duração do curso básico foi reduzida em um ano. No quarto ano, passaram a ser realizados estágios de complementação e aplicação de conhecimentos. Ao longo da

década de 1980, na Academia foram realizadas pequenas alterações curriculares, visando à atualização do ensino frente às novas necessidades do Exército.

Nos anos de 1980, valorizou-se o ensino de idiomas, visando um maior intercâmbio com outros países e suas Forças Armadas. Em 1987, foi criado o Curso Avançado, com a duração de um ano, e cursado pelo cadete no segundo ano de sua formação. A implantação do novo curso ocorreu em 1989 e, a partir de então, o Curso Básico permaneceu com duração de um ano, e os cursos das Armas, Serviço e Quadro voltaram ser realizados em dois anos.

Em 1988, impulsionada pela projeção do Exército para o século XXI, a AMAN sofreu mudança organizacional, e suas instalações foram ampliadas. Foram construídas novas alas para alojamentos, um refeitório idêntico ao original já existente, um teatro com capacidade para 2.850 pessoas, parques de instrução para os cursos Básico e Avançado e para a Seção de Instrução Especial, uma nova biblioteca, um novo Pátio de Formaturas, instalações para as atividades administrativas e de apoio ao ensino e um moderno Polígono de Tiro, dotado de meios necessários ao apoio dessa importante atividade de ensino. A ampliação visava a atender ao aumento do efetivo de cadetes para os anos que se seguiram.

No âmbito curricular, na década de 1990, iniciou-se no Exército o processo de modernização de ensino. Esse processo foi motivado pela constatação da acelerada evolução científica e tecnológica que proporcionou um maior acesso à informação e ampliou os debates entorno do conceito de educação militar. Em 1995, o Departamento de Ensino e Pesquisa (atual DECEX) constituiu o Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME), que enfocou o ensino como um processo em contínua evolução, induzindo à adoção sistemática de novos enfoques pedagógicos. Com o processo de Modernização de Ensino, o militar é ensinado e, como escreveu Ruas Santos (1998, p. 372), a ser comprometido com seu “autoaperfeiçoamento e estimulado a atuar na complexa realidade que o cerca por meio da pesquisa, interação profissional e tecnológica”.

Em 1999, a modernização foi consolidada na Lei de Ensino do Exército. Dessa forma, a AMAN iniciou a implantação de mudanças significativas em sua estrutura organizacional e de ensino. Uma grande reforma curricular foi realizada, com a extinção e a criação de disciplinas. Houve um enfoque especial para atividades extraclasses como complemento às disciplinas curriculares, tais como: palestras, conferências, intercâmbios, viagens e visitas, assuntos da atualidade, programa de leitura, projeto interdisciplinar e pesquisas.

Tal processo foi paulatinamente implantado em todas as escolas e cursos do Sistema de Ensino do Exército e, na primeira década do século XXI, o DEP, o órgão de direção setorial responsável pela educação militar (atual Departamento de Educação e Cultura do Exército), conduziu o processo de modernização, constituindo medidas legais que estabelecem contato e vínculos com universidades e centros de pesquisa. A finalidade era melhorar a qualificação dos seus quadros, tanto no nível técnico quanto no superior, do bacharelado ao doutorado.

A modernização do Ensino, conforme o historiador Ruas Santos, é um processo histórico, e pode ser comparado aos procedimentos de renovação educacional e doutrinária do Exército prussiano no século XIX ou, no início do século XX, às Missões Militares de Instrução no Brasil. Neste contexto, a AMAN assumiu no processo o mesmo papel que a Escola Militar do Realengo outrora desempenhou: o de motor da reforma militar no Exército na primeira metade do século XX.

CONCLUSÃO

Com a efetiva implementação da Academia Militar no ano 1811, inaugurou-se a formação acadêmica do oficial do Exército em solo brasileiro. Mas, a antiga tradição na formação dos oficiais ainda permaneceu por todo o século XIX, pois a Escola, principalmente até a segunda metade dos anos mil e novecentos, não atendeu a contento a demanda ensejada pelo Império brasileiro. Esta nova maneira de obter homens para comandar conviverá com a antiga e tradicional

prática de formação de oficiais, o campo de batalha. O principal motivo derivava do pouco número de oficiais egressos da Academia que não atendia às necessidades do Exército Imperial. Portanto, a Academia Militar conviverá com a tradicional prática de formação por muito tempo. Assim, no Exército Brasileiro do século XIX, conviverão oficiais acadêmicos, oriundos dos bancos escolares da Academia Militar e oficiais tarimbeiros, formados nos campos de batalha brasileiros.

Com a estabilidade política e econômica do império, houve um crescente fortalecimento da Academia Militar, não apenas dentro da força, mas também como uma instituição relevante para a novel nação. Aos poucos, a importância da Academia, aliada a crescente organização estrutural do Exército, levará o convívio, inicialmente harmonioso, entre as duas linhas de formação dos oficiais, a se confrontarem no plano institucional.

Assim se estabelece a dicotomia na formação de oficial combatente do Exército Brasileiro, e que ensejou grandes debates ao longo do século XIX, percorreu as salas das sedes da Casa do Trem em 1811, passando pelo Largo São Francisco até 1874 e da Escola da Praia Vermelha.

O século XX começa para o ensino militar, conquanto formação dos oficiais do Exército, no final do ano de 1904, com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha e o início de uma ampla reforma que priorizou a formação técnico-profissional em detrimento do bacharel fardado. Nas décadas seguintes, todas as mudanças tinham os mesmos objetivos, harmonizar os conteúdos entre uma formação cultural e profissional. Objetivo que, iniciado com a Escola de Guerra de Porto Alegre, em 1906, introduzido na concepção da Escola Militar do Realengo (1912-1944) e aparentemente, consolidado com a instalação da Academia Militar das Agulhas Negras a partir de 1945.

No entanto, na segunda metade do século XX, o contínuo desenvolvimento tecnológico e seu impacto nos assuntos relacionados à guerra, bem como o conflito político-ideológico que dividirá o mundo por quase cinco décadas, provocará um contínuo aperfeiçoamento da formação militar. A formação do oficial combatente será ampa-

rada por vários órgãos, que são criados pela necessidade imposta pela complexidade do mundo moderno. Assim, são tais órgãos que definiram a política educacional, um exemplo é a modernização do ensino.

Tal processo teve a finalidade de aproximar a formação do oficial combatente do meio acadêmico brasileiro, não apenas na metodologia de ensino-aprendizagem, mas também consoante a pesquisa e ao desenvolvimento do pensamento científico.

Desta forma, a Academia Militar, ao iniciar o século XXI, e sendo a herdeira de dois séculos de educação militar, apesar da complexidade, do tamanho e da dimen-

são do Exército Brasileiro da atualidade, mantém ainda o papel de protagonista nas ações educacionais. Também está plenamente comprometida com o constante desenvolvimento de métodos e técnicas com o objetivo de aprimorar a formação inicial do líder militar. Assim, um novo período na formação dos oficiais combatentes do Exército começa a se estabelecer, consoantes com as palavras do Coronel Ruas Santos: "o Exército Brasileiro deixa para trás a falsa e contraproducente dicotomia bacharéis-tarimbeiros completamente anacrônica numa sociedade complexa e moderna como a brasileira". (SANTOS: 1998, p. 373).

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Cel. Campos de. *Cadete do Realengo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.
- BRAGA, Gustavo Lisboa. *Da Casa do Trem à AMAN: fragmentos da história da AMAN na visão de um cadete fundador*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessôa: a força de um ideal*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985.
- FIGUEIRÊDO, José de Lima. *Casernas e escolas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.
- GIGLOTTI, João Carlos Jânio. *Estudo de História Militar*. 02 Vol. Resende – AMAN - História Militar, 2003.
- IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997.
- LOBATO FILHO, General. *A última noite da Escola da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992.
- KEITH, Henry Hunt. *Soldados-salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924 em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1989.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1989-1937*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

NETO, Jonas Correia. Missão Militar Francesa. In *Revista da Cultura* – Vol. V, Nº 08 (jun 2005), pags. 34-39.

PERES, Carlos Roberto (Org.). *“Da Academia Real Militar à AMAN: dois séculos formando os Líderes e Chefes Militares do Exército Brasileiro*. São Paulo: Editora Acadêmica, 2010.

_____, Carlos Roberto; CÂMARA, Hiram de Freitas (Orgs.). *ECEME a Escola do Método: um século pensando o Exército*. Rio de Janeiro. BIBLIEx, 2005.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. *O ensino militar no Brasil (Período Colonial)*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Renovação e revoltas: a Escola Militar do Realengo de 1918 a 1922*. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/Fernando-Rodrigues.pdf>

SANTOS, Francisco Ruas. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

SCHWENGBER, Clóvis Antonio. *Os cavaleiros da ideia: o projeto institucional dos Jovens Turcos e a profissionalização do Exército Brasileiro (1913-1920)*. 2006. 94 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ, 2006.

SILVA, Yvany Henrique da. *Heróis a lutar: os cadetes na Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2010.

SOUZA, Adriana Barreto de. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). in CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Bom Texto, 2004.

Documento

DOCUMENTO: Boletim da Divisão Avançada comunicando a Passagem de Humaitá

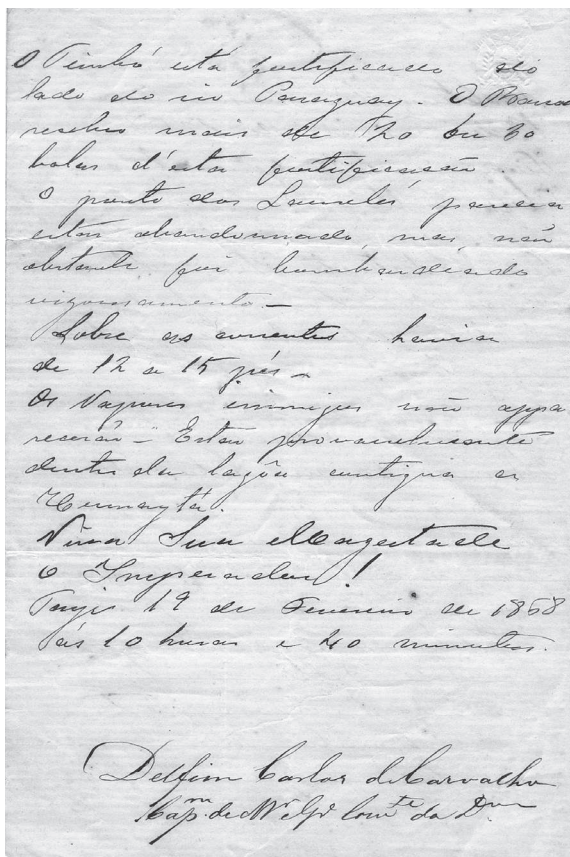
DATA: 19 de fevereiro de 1868

LOCALIZAÇÃO: Arquivo da Marinha. Fundo Personalidade (Delfim Carlos de Carvalho). Acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

RESUMO: Boletim assinado pelo Capitão de Mar e Guerra Delfim Carlos de Carvalho, Comandante da Divisão Avançada, acerca da bem-sucedida Passagem de Humaitá pela Esquadra brasileira. O Documento foi redigido no dia 19 de fevereiro de 1868, poucas horas após a realização da passagem.

Boletim da Divisão Avançada comunicando a Passagem de Humaitá

Boletim da Divisão Avançada
17 de Fevereiro de 1868 -
Vive o invicto general em
Chefe de todas as forças Brasileiras
nas suas operações contra o Paraguai
Viva o distinto Vice-Almirante
Marquês de Inhama e seus sucessores
dentro em chefe da Esquadra
Brasileira!
A Divisão avançada chegou
o passo de Umuçuma às
3 horas e 30 minutos da
manhã com os seus
de prais em seus empur-
tancia - Poucas feridas
das peças e bons resultados
do trabalho feito lentamente,
e o Chefe Delgado sentenciado.
O "Barrão", navio torção
com o Monitor São Gabriel
se retirou, só restando 4 horas.



O Timbó está fortificado do lado do rio Paraguay. O Barroso recebeu mais de 20 ou 30 balas d'esta fortificação. O porto de Laureles parecia estar abandonado, mas não obstante foi bombardeado vigorosamente —
Sobre as correntes havia de 12 a 15 pés.
Os vapores inimigos não appareceram — Estam provavelmente dentro da lagôa contigua a Humaytá.
Viva Sua Magestade o Imperador!
Tagy 19 de Fevereiro de 1868
às 10 horas e 40 minutos.

Delfim Carlos de Carvalho
Cap. de Mar e Guerra

Boletim da Divisão Avançada, 19 de fevereiro de 1868.

Viva o inlyto general em chefe de tôdas as fôrças brasileiras em operações contra o Paraguay!

Viva o distincto Vice-Almirante Barão de Inhaúma Commandante em Chefe da Esquadra Brasileira!

A Divisão avançada forçou o passo de Humaytá às 3 horas e 30 minutos da madrugada, com avarias de mais ou menos importância.

Poucos feridos, dos quaes o bravo práctico Etchebarne ferido levemente, e o Chefe Delfim contundido.

O Barroso, navio testa com o monitor Rio Grande ao costado, só recebeu 4 balas. O Timbó está fortificado do lado do rio Paraguay. O Barroso recebeu mais de 20 ou 30 balas d'esta fortificação. O porto de Laureles parecia estar abandonado, mas não obstante foi bombardeado vigorosamente.

Sobre as correntes havia 12 a 15 pés.

Os vapores inimigos não appareceram. Estam provavelmente dentro da lagôa contigua a Humaytá.

Viva Sua Magestade o Imperador!

Tagy, 19 de fevereiro de 1868, às 10 horas e 40 minutos.

(a.) Delfim Carlos de Carvalho
Capitão de Mar e Guerra, Commandante da Divisão.

Donnell Technology Naval & Marine
Technical Services